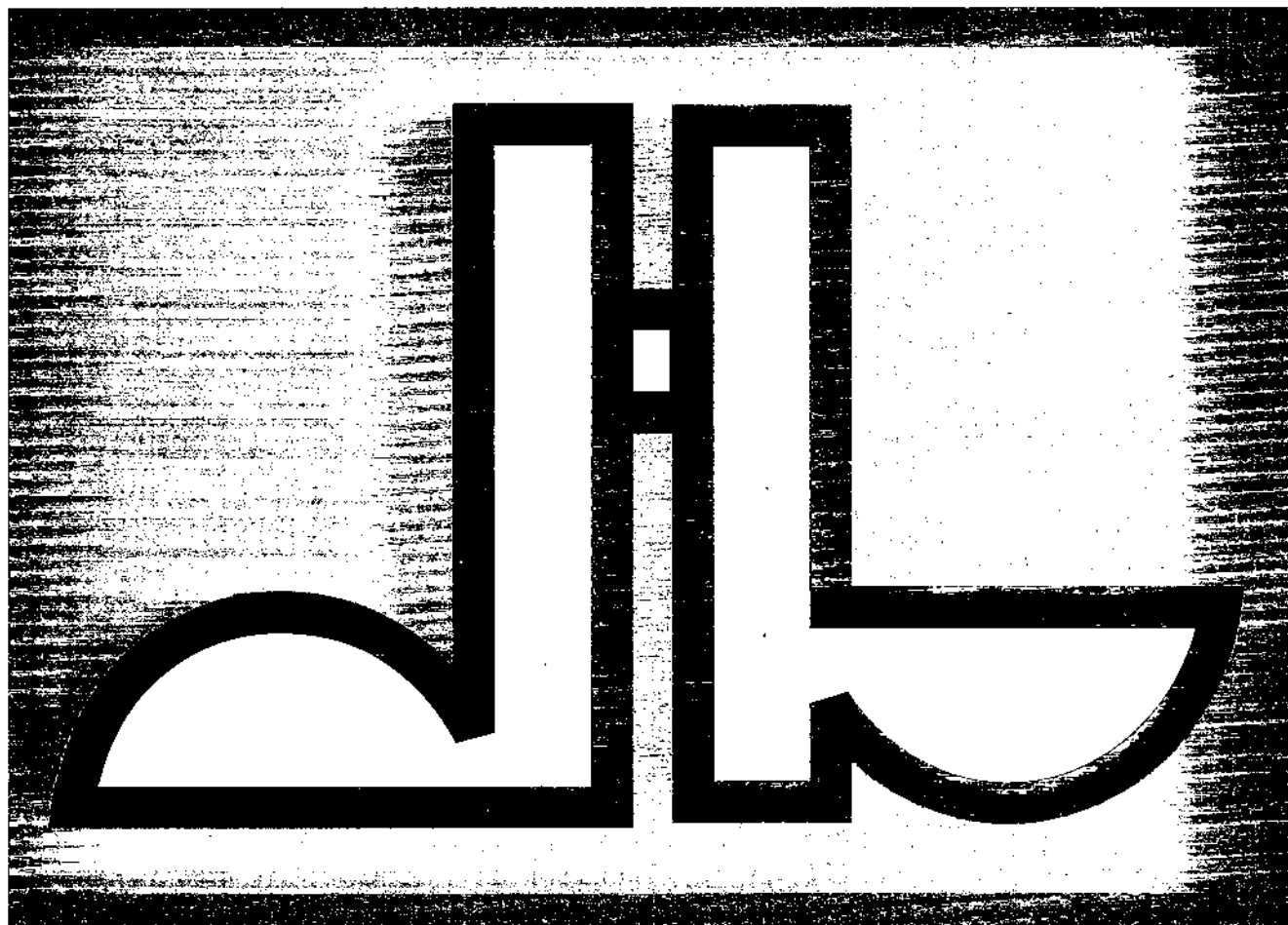




República Federativa do Brasil



DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SESSÃO CONJUNTA

MESA DO CONGRESSO NACIONAL

PRESIDENTE

***Senador* ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – PFL – BA**

1º VICE-PRESIDENTE

***Deputado* HERÁCLITO FORTES – PFL – PI**

2º VICE-PRESIDENTE

***Senador* ADEMIR ANDRADE – Bloco (PT/PDT/PSB/PPS) – PA**

1º SECRETÁRIO

***Deputado* UBIRATAN AGUIAR – PSDB – CE**

2º SECRETÁRIO

***Senador* CARLOS PATROCÍNIO – PFL – TO**

3º SECRETÁRIO

***Deputado* JAQUES WAGNER – Bloco (PT/PDT/PSB/PPS) – BA**

4º SECRETÁRIO

***Senador* CASILDO MALDANER – PMDB – SC**

CONGRESSO NACIONAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 12ª SESSÃO CONJUNTA, EM 15 DE JUNHO DE 2000

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Comunicação da Presidência

Arquivamento das Mensagens nºs 847, 848, 852, 853, 856, 881, 944 a 951, 955, 962 a 969, 971, 974, 975, 1.056, 1.057, 1.108 a 1.119, 1.121, 1.141, 1.197, 1.198, 1.206 a 1.208, 1.264 a 1.269, de 1999-CN, e 8 a 27, de 2000-CN, que encaminham cópias de decretos do Executivo..... 15007

1.2.2 – Ofício

Nº 120/2000, de 14 do corrente, da Liderança do PMDB no Senado Federal, de remanejamento de membros na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada com a finalidade de apurar, em todo País, o elevado crescimento de roubo de cargas transportadas pelas empresas de transportes rodoviários, ferroviários e aquaviários..... 15007

1.2.3 – Discursos do Expediente (Breves Comunicações)

DEPUTADO CAIO RIELA – Críticas ao programa de privatização do Setor Elétrico. Preocupação dos produtores gaúchos de arroz com a deterioração do preço e o endividamento do setor..... 15007

DEPUTADO IÉDIO ROSA – Comemoração do Dia do Defensor Público, em 19 de maio último..... 15008

DEPUTADO DR. HELENO – Satisfação com o anúncio, pelo Banco Central, da redução do depósito compulsório, que possibilitará a diminuição dos juros bancários..... 15009

DEPUTADO CLEMENTINO COELHO – Comentários à aprovação, na Comissão de Economia da Câmara dos Deputados, do projeto que proíbe a privatização da CHESF. 15010

DEPUTADO DR. ROSINHA – Apoio à decisão da Comissão de Ética e Decoro Parlamentar do Senado, que votou favoravelmente ao relatório do Senador Jefferson Péres pela cassação do Senador Luiz Estevão. Preocupação com a greve de professores e servidores da rede pública de educação do Estado do Paraná..... 15011

DEPUTADO PEDRO EUGÊNIO – Inviabilização da votação da Reforma Tributária por falta de apoio político da base de sustentação do Governo na Câmara dos Deputados..... 15012

SENADOR SEBASTIÃO ROCHA – Preocupação com o aumento da violência no País. Alerta às Esquerdas brasileiras pelo apoio incondicional ao Governador João Alberto Capiberibe no combate ao narcotráfico, relegando a necessidade de explicações sobre irregularidades em sua gestão. 15013

DEPUTADO EDINHO BEZ – Regozijo com a expansão na produção industrial brasileira, constatada em pesquisa realizada pelo IBGE, no último mês de março. 15014

SENADOR EDUARDO SUPLICY – Comentários à pesquisa realizada pelo DataFolha, que mostra a opção do paulistano pelo investimento na área social como forma de combate à violência..... 15015

DEPUTADO SÉRGIO NOVAIS – Saudação pela abertura do Congresso dos Urbanitários, em Luziânia/GO. Registro da aprovação, na Comissão de Desenvolvimento Urbano e Interior, do relatório prévio de proposta

de fiscalização e controle na empresa Coelce, do Estado do Ceará. Anúncio da coleta de assinaturas para a criação de uma CPI das Elétricas. 15015

DEPUTADO ADOLFO MARINHO – Justificação ao voto em separado de S. Ex.^a, na Comissão de Desenvolvimento Urbano e Interior, em relação à proposta de fiscalização e controle da Coelce. 15017

DEPUTADO EURÍPEDES MIRANDA – Críticas ao Governador José Bianco pela intolerância quanto às reivindicações dos policiais militares, empresários e servidores públicos do Estado de Rondônia. Inexistência de financiamento adequado ao setor agrícola. 15017

DEPUTADO MARÇAL FILHO – Repúdio à crescente onda de violência e criminalidade no País. Necessidade de apoio dos congressistas para a rápida aprovação de projeto de lei de sua autoria, que altera a Lei dos Crimes Hediondos. 15018

DEPUTADO WELLINGTON DIAS – Manifestação de pesar pelo falecimento do nadador piauiense Daniel Aragon. Repúdio à realização de leilão para privatização das Centrais Elétricas do Piauí – CEPISA. Resultados da audiência pública de iniciativa da Comissão de Fiscalização e Controle sobre os serviços de telecomunicação no Estado do Piauí. 15019

DEPUTADO DANILO DE CASTRO – Registro das justificativas relatadas pela Caixa Econômica Federal sobre a possibilidade de atrasos na transferência de recursos do Orçamento Geral da União. 15020

DEPUTADO ALOÍZIO SANTOS – Destacado desempenho industrial do Estado do Espírito Santo, segundo pesquisa realizada pelo IBGE nas doze regiões do País. Impacto positivo na economia capixaba da abertura de linhas de crédito aos pequenos e microempresários por meio do Fundo de Aval para a Geração de Emprego e Renda – FUNPROGER, do Banco do Brasil. 15022

DEPUTADO SÉRGIO NOVAIS – Contradição ao Deputado Adolfo Marinho sobre a competência fiscalizadora da Comissão de Desenvolvimento Urbano e Interior nas questões pertinentes à infra-estrutura urbana. 15023

DEPUTADO AVENZOAR ARRUDA – Apele para que a Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público examine, em conjunto com o Ministro Martus Tavares, o mérito das reivindicações dos servidores públicos. Repúdio

à vinculação do debate sobre a transposição das águas do rio São Francisco à privatização da CHESF. 15024

1.2.4 – Ofícios do Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Nºs 50 e 51/2000, de 6 do corrente, encaminhando retificações do parecer final e dos autógrafos do Projeto de Lei nº 20, de 1999-CN, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2000, em virtude da constatação de erros materiais. Serão votadas após a Ordem do Dia. 15025

Nº 53/2000, de 6 do corrente, encaminhando retificação do parecer final e dos autógrafos do Projeto de Lei nº 20, de 1999-CN, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2000, por solicitação da bancada do Distrito Federal no Congresso Nacional. Será votada após a Ordem do Dia. 15026

1.3 – ORDEM DO DIA

Item 1 (Continuação da votação)

Veto parcial apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 73, de 1994 (PL nº 3.710/93, na Casa de origem), que institui o Código de Trânsito Brasileiro. **Votação adiada.** 15029

Item 2

Veto total apostado ao Projeto de Lei do Senado nº 340, de 1991 (PL nº 4.386/94, na Câmara dos Deputados), que cria a área de livre comércio de Cáceres, e dá outras providências. **Votação adiada.** 15029

Item 3

Veto total apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 29, de 1995, (PL nº 407/91, na Casa de origem), que acrescenta dispositivo à Lei nº 2.604, de 17 de setembro de 1955, que regula o exercício da enfermagem profissional, estabelecendo limite para a jornada normal de trabalho. **Votação adiada.** 15029

Item 4

Veto parcial apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 5, de 1996 (PL nº 1.355/95, na Casa de origem), que reorganiza as classes da Carreira Policial Federal, fixa a remuneração dos cargos que as integram, e dá outras providências. **Votação adiada.** 15029

Item 5

Veto total apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 34, de 1994 (PL nº 2.535/92, na Casa de origem), que dispõe sobre o exercício da profissão de desenhista. **Votação adiada.** 15029

<p>Item 6</p> <p>Veto total aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 207, de 1993 (PL nº 1.830/91, na Casa de origem), que dispõe sobre a importação de produtos de origem animal e vegetal destinados ao consumo. Votação adiada.</p>	15029	<p>julho de 1991, e dá outras providências. Votação adiada.</p>	15030
<p>Item 7</p> <p>Veto parcial aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 57, de 1996 – Complementar (PL nº 95/96 – Complementar, na Casa de origem), que dispõe sobre o imposto dos Estados e do Distrito Federal sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, e dá outras providências. Votação adiada.</p>	15029	<p>Item 13</p> <p>Veto parcial aposto ao Projeto de Lei de Conversão nº 9, de 1998 (oriundo da Medida Provisória nº 1.651-43/98), que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências. Votação adiada.</p>	15030
<p>Item 8</p> <p>Veto parcial aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 92, de 1996 (PL nº 2.380/96, na Casa de origem), que dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, na forma prevista no art. 60, § 7º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, e dá outras providências. Votação adiada.</p>	15030	<p>Item 14</p> <p>Veto parcial aposto ao Projeto de Lei do Senado nº 195, de 1995 (PL nº 4.573/98, na Câmara dos Deputados), que concede anistia de multas cominadas pelo Tribunal Superior do Trabalho a entidades sindicais representativas dos empregados da Empresa Petróleo Brasileiro S/A – Petrobras, no período em que menciona. Votação adiada.</p>	15030
<p>Item 9</p> <p>Veto parcial aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 64, de 1996 (PL nº 7.865/86, na Casa de origem), que institui o Sistema Nacional de Armas – SINARM, estabelece condições para o registro e para o porte de arma de fogo, define crimes, e dá outras providências. Votação adiada.</p>	15030	<p>Item 15</p> <p>Veto parcial aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 29, de 1996 (PL nº 382/91, na Casa de origem), que insere na Consolidação das Leis do Trabalho regras sobre o acesso da mulher ao mercado de trabalho, e dá outras providências. Votação adiada.</p>	15030
<p>Item 10</p> <p>Veto parcial aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 100, de 1995 (PL nº 373/95, na Casa de origem), que autoriza o parcelamento do recolhimento de contribuições previdenciárias devidas pelos empregadores em geral, na forma que especifica, e determina outras providências. Votação adiada.</p>	15030	<p>Item 16</p> <p>Veto total aposto ao Projeto de Lei do Senado nº 307, de 1995 (PL nº 3.152/97, na Câmara dos Deputados), que altera a redação do art. 4º do Decreto-Lei nº 972, de 17 de outubro de 1969, que dispõe sobre o exercício da profissão de jornalista, e dá outras providências. Votação adiada.</p>	15030
<p>Item 11</p> <p>Veto total aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 112, de 1992 (PL nº 2.802/92, na Casa de origem), que altera o art. 389 do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. Votação adiada.</p>	15030	<p>Item 17</p> <p>Veto parcial aposto ao Projeto de Lei nº 2, de 1999-CN, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária de 2000, e dá outras providências. Votação adiada.</p>	15030
<p>Item 12</p> <p>Veto parcial aposto ao Projeto de Lei de Conversão nº 13, de 1997 (Oriundo da Medida Provisória nº 1.596-14/97), que altera dispositivos das Leis nºs 8.212 e 8.213, ambas de 24 de</p>		<p>Item 18</p> <p>Veto parcial aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 58, de 1998 (PL nº 2.775/97, na Casa de origem), que altera a redação do inciso III do art. 12 da Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994, que dispõe sobre o Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins, e dá outras providências. Discussão encerrada, ficando a votação adiada.</p>	15031
		<p>Item 19</p> <p>Veto total aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 1998, (PL nº 1.022/95, na Casa de origem), que dispõe sobre a obrigatoriedade de divulgação dos índices de evasão e repetên-</p>	

cia nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio. **Discussão encerrada**, ficando a votação adiada.

15031

Item 20

Veto parcial apostado ao Projeto de Lei do Senado nº 32, de 1996, (PL nº 2.211/96, na Câmara dos Deputados), que institui o Estatuto da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, dispondo sobre o tratamento jurídico diferenciado, simplificado e favorecido previsto nos arts. 170 e 179 da Constituição Federal. **Discussão encerrada**, ficando a votação adiada.

15031

Item 21

Veto total apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 71, de 1993, (PL nº 3.112/89, na Casa de origem), que acrescenta § 2º ao art. 626 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. **Discussão encerrada**, ficando a votação adiada.

15031

Item 22

Veto parcial apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 57, de 1998 (PL nº 4.688/94, na Casa de origem), que dispõe sobre a criação e o funcionamento de Cooperativas Sociais, visando à integração social dos cidadãos, conforme específica. **Discussão encerrada**, ficando a votação adiada.

15031

Item 23

Veto parcial apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 10, de 1999 (PL nº 2.960/97, na Casa de origem), que dispõe sobre o processo e julgamento da ação direta de inconstitucionalidade e da ação declaratória de constitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal. **Discussão encerrada**, ficando a votação adiada.

15031

Item 24

Veto parcial apostado ao Projeto de Lei de Conversão nº 5, de 1999 (Oriundo da Medida Provisória nº 1.890-67/99), que dispõe sobre o valor total das anuidades escolares, e dá outras providências. **Discussão encerrada**, ficando a votação adiada.

15031

Item 25

Veto parcial apostado ao Projeto de Lei de Conversão nº 8, de 1999 (Oriundo da Medida Provisória nº 1.910-11/99), que estabelece prazo para as ratificações de concessões e alienações de terras feitas pelos estados na faixa de fronteira, e dá outras providências. **Discussão encerrada**, ficando a votação adiada.

15031

Item 26

Veto parcial apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 17, de 1999 (nº 2.872/97, na Casa de origem), que dispõe sobre o processo e julgamento da arguição de descumprimento de preceito fundamental, nos termos do § 1º do art. 102 da Constituição Federal. **Discussão encerrada**, ficando a votação adiada.

15031

Item 27

Veto total apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 50, de 1995 (nº 2.001/91, na Casa de origem), que introduz alterações na Lei nº 7.988, de 11 de janeiro de 1990, que institui o seguro-desemprego, visando a estender o benefício ao empregado doméstico, e dá outras providências. **Discussão encerrada**, ficando a votação adiada.

15031

Item 28

Veto total apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 60, de 1996 (nº 1.643/96, na Casa de origem), que altera o art. 883 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, que institui o Código de Processo Civil. **Discussão encerrada**, ficando a votação adiada.

15031

Item 29

Veto total apostado ao Projeto de Lei do Senado nº 81, de 1999 (nº 934/99, na Câmara dos Deputados), que dispõe sobre anistia de multas aplicadas pela Justiça Eleitoral em 1996 e 1998. **Discussão encerrada**, ficando a votação adiada.

15031

Item 30

Veto parcial apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 38, de 1998 (nº 3.066/97, na Casa de origem), que dispõe sobre a Carreira de Apoio Técnico-Administrativo do Ministério Público da União, fixa os valores de sua remuneração, e dá outras providências. **Discussão encerrada**, ficando a votação adiada.

15031

Item 31

Veto parcial apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 57, de 1999 (nº 4.811/98, na Casa de origem), que disciplina o regime de emprego público do pessoal da Administração federal direta, autárquica e fundacional, e dá outras providências. **Discussão encerrada**, ficando a votação adiada.

15031

Item 32

Veto parcial apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 1999 (nº 4.693/98, na Casa de origem), que acrescenta dispositivos à Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, institu-

indo o procedimento sumaríssimo no processo trabalhista. **Discussão encerrada**, ficando a votação adiada. 15031

Item 33 (Incluído na pauta, com aquiescência do Plenário, após usarem da palavra os Srs. Aloizio Mercadante e Arthur Virgílio)

Projeto de Lei nº 19, de 1999-CN, que dispõe sobre o Plano Plurianual para o período de 2000 a 2003. **Aprovado o Substitutivo com alterações**, tendo usado da palavra os Srs. João Fassarella e Inocêncio Oliveira, a Srª Luíza Erundina, os Srs. Eduardo Suplicy, Arnaldo Madeira, José Priante, José Genofino, Dr. Evilásio, Renato Vianna (Relator), Aloizio Mercadante, José Antonio Almeida e Arthur Virgílio. (Aprovadas as matérias destacadas, nos termos dos Requerimentos nºs 54 a 62, de 2000-CN). À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização para redação final. 15032

Redação final do Projeto de Lei nº 19, de 1999-CN – Parecer nº 17, de 2000-CN/CMPOPF (Publicado, na íntegra, em suplemento a este Diário). **Aprovada**, com o voto contrário do PT e declaração de voto do PDT. À sanção. 15075

1.3.1 – Matérias apreciadas após a Ordem do Dia

Retificações ao Projeto de Lei nº 20, de 1999-CN, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2000, nos termos dos Ofícios nºs 50, 51 e 53, de 2000, lidos no Expediente da presente sessão. **Aprovadas**. 15079

Projeto de Resolução nº 3, de 2000-CN, de autoria das Mesas do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, que dispõe sobre a participação das bancadas minoritárias na composição das comissões mistas (Em regime de urgência, nos termos do **Requerimento nº 63, de 2000-CN**, lido e aprovado nesta oportunidade). **Aprovado**. À promulgação. 15080

1.3.2 – Discursos encaminhados à publicação

SENADOR CARLOS BEZERRA – Considerações sobre a Reforma Agrária, destacando a realidade agrária do Estado de Mato Grosso e a atuação do MST. 15081

DEPUTADO MAURO BENEVIDES – Apoio à reeleição do Dr. Jurandi Vieira Magalhães para Prefeitura de Fortaleza – CE. 15084

DEPUTADO ANDRÉ BENASSI – Aplausos ao Presidente da República pelo anúncio do Plano Nacional de Segurança. Posicionamento contrário à utilização de efetivos das Forças Armadas no policiamento de cidades e no combate à violência urbana. 15085

DEPUTADO NELSON MARQUEZELLI – Importância das ações da empresa Monsanto no desenvolvimento da biotecnologia aplicada ao setor agrícola. 15086

DEPUTADO AGNALDO MUNIZ – Críticas ao modelo neoliberal defendido pelo Governo do PSDB. Comentários sobre o lucro excepcional obtido pelos bancos brasileiros. 15087

SENADOR ADEMIR ANDRADE – Críticas à política econômica adotada pelo Governo Federal e aos cortes no Orçamento anunciados pelo Ministro Martus Tavares. 15090

DEPUTADA TELMA DE SOUZA – Repúdio à intenção da Agência Nacional de Petróleo de autorizar as distribuidoras de combustíveis a explorar 10% dos postos de revenda de suas redes. 15091

DEPUTADO JOÃO HERRMANN NETO – Discordância com a proposta de emenda constitucional que permite às pessoas jurídicas de capital estrangeiro participar do controle de empresas jornalísticas, de radiodifusão e de televisão. 15091

1.4 – ENCERRAMENTO

2 – AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE ANTONIO CARLOS MAGALHÃES, EM 15-6-2000

3 – ATAS DE COMISSÃO

2ª e 3ª Reuniões da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada com a finalidade de apurar, em todo País, o elevado crescimento de roubo de cargas transportadas pelas empresas de transportes rodoviários, ferroviários e aquaviários, realizadas em 23 e 30 de maio de 2000, respectivamente. 15093

4 – COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

5 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA)

Ata da 12ª Sessão Conjunta, em 15 de junho de 2000

2ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura

Presidência dos Srs. Antonio Carlos Magalhães, Heráclito Fortes e Ubiratan Aguiar

ÀS 10 HORAS E 6 MINUTOS, ACHAM-SE
PRESENTES OS SRS. SENADORES:

LISTA DE COMPARECIMENTO

SESSÃO DO CONGRESSO NACIONAL ÀS 10:00h					
Nº Sessão: 1					
Data Sessão: 15/06/2000		Data Início: 15/06/2000		Hora Início: 7:34:39	
15/06/2000		Data Fim: 15/06/2000		Hora Fim: 18:46:11	
Partido	UF	Nome do Senador	Lista	Vot.	Quo.
PMDB	RN	Agnelo Alves	X		
PMDB	PI	Alberto Silva	X		
PSDB	PR	Alvaro Dias	X		
PMDB	RO	Amir Lando	X		
		Antonio Carlos Magalhães	X		
PTB	MG	Arlindo Porto	X		
PSDB	RJ	Artur Da Távola	X		
PFL	MA	Bello Parga	X		
PFL	AM	Bernardo Cabral	X		
PMDB	MT	Carlos Bezerra	X		
PMDB	SC	Casildo Maldaner	X		
	PE	Clodoaldo Torres	X		
PFL	BA	Djalma Bessa	X		
PFL	MA	Edison Lobão	X		
BLOCO	SP	Eduardo Suplicy	X		
BLOCO	RS	Emília Fernandes	X		
PPB	RO	Erandes Amorim	X		
PFL	MG	Francelino Pereira	X		
PFL	PI	Freitas Neto	X		
PFL	SC	Geraldo Althoff	X		
BLOCO	RJ	Geraldo Cândido	X		
PSDB	RN	Geraldo Melo	X		
PMDB	AM	Gilberto Mestrinho	X		
PMDB	AP	Gilvam Borges	X		
BLOCO	AL	Helôisa Helena	X		
PFL	PI	Hugo Napoleão	X		

Partido	UF	Nome do Senador	Lista	Vot.	Quo.
PMDB	GO	Íris Rezende	X		
PMDB	PA	Jader Barbalho	X		
BLOCO	AM	Jefferson Peres	X		
FL	MT	Jonas Pinheiro	X		
	SC	Jorge Bornhausen	X		
PFL	RN	José Agripino	X		
PMDB	MG	José Alencar	X		
BLOCO	SE	José Eduardo Dutra	X		
PFL	PE	José Jorge	X		
PSDB	DF	José Roberto Arruda	X		
PFL	MS	Juvêncio Da Fonseca	X		
PPB	TO	Leomar Quintanilha	X		
PSDB	CE	Lúcio Alcântara	X		
PSDB	MS	Lúcio Coelho	X		
PMDB	DF	Luiz Estevão	X		
	PA	Luiz Otávio	X		
		Luiz Pontes	X		
PMDB	GO	Maguito Vilela	X		
PFL	SE	Maria Do Carmo Alves	X		
BLOCO	AC	Marina Silva	X		
PMDB	GO	Mauro Miranda	X		
PFL	RO	Moreira Mendes	X		
PMDB	AC	Nabor Júnior	X		
PMDB	PB	Ney Suassuna	X		
PSDB	PR	Osmar Dias	X		
PPS	ES	Paulo Hartung	X		
PFL	BA	Paulo Souto	X		
PSDB	SP	Pedro Piva	X		
PMDB	RS	Pedro Simon	X		
PMDB	MS	Ramez Tebet	X		
PFL	MA	Ribamar Fiquene	X		
PSDB	ES	Ricardo Santos	X		
PMDB	PR	Roberto Requião	X		

Partido	UF	Nome do Servidor	Lista	Vot.	Quo
PSDB	RJ	Roberto Saturnino	X		
PSDB	RR	Romero Jucá	X		
PFL	SP	Romeu Tuma	X		
PMDB	PB	Ronaldo Cunha Lima	X		
BLOCO	AP	Sebastião Rocha	X		

Partido	UF	Nome do Servidor	Lista	Vot.	Quo
PSDB	CE	Sergio Machado			
PSDB	AL	Teotônio Vilela Filho	X		
PMDB	PB	Wellington Roberto	X		
Compareceram: 67 Senadores					

E OS SRS. DEPUTADOS:**Partido****Bloco**

PMDB
PFL

PMDB/PST/PTN

PTB
PMDB
PFL

PSDB/PTB
PMDB/PST/PTN

PSDB
PMDB
PPB
PMDB
PMDB
PTB
PFL
PFL
PSDB

PSDB/PTB
PMDB/PST/PTN
PMDB/PST/PTN
PSDB/PTB
PSDB/PTB

PSDB
PFL
PPB
PTB

PSDB/PTB
PSDB/PTB

PPS
PDT
PSDB
PTB
PSDB

PSDB/PTB
PSDB/PTB
PSDB/PTB

RORAIMA

Alcaste Almeida

Francisco Rodrigues

Presentes de Roraima : 2

AMAPÁ

Eduardo Seabra

Jurandir Juarez

Sérgio Barcellos

Presentes de Amapá : 3

PARÁ

Anivaldo Vale

Elcione Barbalho

Gerson Peres

Jorge Costa

José Priante

Josué Bengtson

Raimundo Santos

Vic Pires Franco

Zenaldo Coutinho

Presentes de Pará : 9

AMAZONAS

Arthur Virgílio

Átila Lins

Luiz Fernando

Silas Câmara

Presentes de Amazonas : 4

RONDONIA

Agnaaldo Muniz

Eurípedes Miranda

Marinha Raupp

Nilton Capixaba

Sérgio Carvalho

Presentes de Rondonia : 5

ACRE

Ildelfonso Cordeiro

PFL

João Tota

PPB

Márcio Bittar

PPS

Sérgio Barros

PSDB

PSDB/PTB

Presentes de Acre : 4**TOCANTINS**

Kátia Abreu

PFL

Nilmar Ruiz

PFL

Osvaldo Reis

PMDB

PMDB/PST/PTN

Paulo Mourão

PSDB

PSDB/PTB

Rainer Barbosa

PMDB

PMDB/PST/PTN

Udson Bandeira

PMDB

PMDB/PST/PTN

Presentes de Tocantins : 6**MARANHÃO**

Cesar Bandeira

PFL

Costa Ferreira

PFL

João Castelo

PSDB

PSDB/PTB

José Antonio Almeida

PSB

PSB/PCDOB

Neiva Moreira

PDT

Nice Lobão

PFL

Pedro Fernandes

PFL

Pedro Novais

PMDB

PMDB/PST/PTN

Roberto Rocha

PSDB

PSDB/PTB

Sebastião Madeira

PSDB

PSDB/PTB

Presentes de Maranhão : 10**CEARÁ**

Adolfo Marinho

PSDB

PSDB/PTB

Almeida de Jesus

PL

PL/PSL

Aníbal Gomes

PMDB

PMDB/PST/PTN

Antonio Cambraia

PSDB

PSDB/PTB

Arnon Bezerra

PSDB

PSDB/PTB

Eunício Oliveira

PMDB

PMDB/PST/PTN

Léo Alcântara

PSDB

PSDB/PTB

Mauro Benevides

PMDB

PMDB/PST/PTN

Moroni Torgan

PFL

Nelson Otoch

PSDB

PSDB/PTB

Pinheiro Landim

PMDB

PMDB/PST/PTN

Raimundo Gomes de Matos

PSDB

PSDB/PTB

Sérgio Novais

PSB

PSB/PCDOB

Ubiratan Aguiar

PSDB

PSDB/PTB

Vicente Arruda

PSDB

PSDB/PTB

Presentes de Ceará : 15

PIAUÍ

B. Sá	PSDB	PSDB/PTB
Ciro Nogueira	PFL	
Gessivaldo Isaías	PMDB	PMDB/PST/PTN
Heráclito Fortes	PFL	
João Henrique	PMDB	PMDB/PST/PTN
Mussa Demes	PFL	
Paes Landim	PFL	
Wellington Dias	PT	

Presentes de Piauí : 8**RIO GRANDE DO NORTE**

Ana Catarina	PMDB	PMDB/PST/PTN
Henrique Eduardo Alves	PMDB	PMDB/PST/PTN
Iberê Ferreira	PPB	
Laire Rosado	PMDB	PMDB/PST/PTN
Múcio Sá	PMDB	PMDB/PST/PTN
Ney Lopes	PFL	

Presentes de Rio Grande do Norte : 6**PARAÍBA**

Armando Abílio	PMDB	PMDB/PST/PTN
Avenzoar Arruda	PT	
Carlos Dunga	PMDB	PMDB/PST/PTN
Damião Feliciano	PMDB	PMDB/PST/PTN
Domiciano Cabral	PMDB	PMDB/PST/PTN
Efraim Moraes	PFL	
Inaldo Leitão	PSDB	PSDB/PTB
José Luiz Clerot	PMDB	PMDB/PST/PTN
Ricardo Rique	PSDB	PSDB/PTB
Wilson Braga	PFL	

Presentes de Paraíba : 10**PERNAMBUCO**

Antônio Geraldo	PFL	
Armando Monteiro	PMDB	PMDB/PST/PTN
Carlos Batata	PSDB	PSDB/PTB
Clementino Coelho	PPS	
Djalma Paes	PSB	PSB/PCDOB
Fernando Ferro	PT	
Inocência Oliveira	PFL	
João Colaço	PMDB	PMDB/PST/PTN
Joel De Hollanda	PFL	
José Chaves	PMDB	PMDB/PST/PTN
José Múcio Monteiro	PFL	
Luiz Piauhyllino	PSDB	PSDB/PTB
Marcos de Jesus	PSDB	PSDB/PTB
Pedro Eugênio	PPS	
Ricardo Fiuza	PFL	
Salatiel Carvalho	PMDB	PMDB/PST/PTN
Sérgio Guerra	PSDB	PSDB/PTB
Severino Cavalcanti	PPB	

Presentes de Pernambuco : 18

ALAGOAS

Albérico Cordeiro	PTB	PSDB/PTB
Augusto Farias	PPB	
Givaldo Carimbão	PSB	PSB/PCDOB
Helenildo Ribeiro	PSDB	PSDB/PTB
João Caldas	PL	PL/PSL
José Thomaz Nonô	PFL	
Luiz Dantas	PST	PMDB/PST/PTN
Presentes de Alagoas : 7		

SERGIPE

Augusto Franco	PSDB	PSDB/PTB
Jorge Alberto	PMDB	PMDB/PST/PTN
Marcelo Dêda	PT	
Pedro Valadares	PSB	PSB/PCDOB
Sérgio Reis	PSDB	PSDB/PTB
Presentes de Sergipe : 5		

BAHIA

Aroldo Cedraz	PFL	
Coriolano Sales	PMDB	PMDB/PST/PTN
Eujácio Simões	PL	PL/PSL
Félix Mendonça	PTB	PSDB/PTB
Francistônio Pinto	PMDB	PMDB/PST/PTN
Geddel Vieira Lima	PMDB	PMDB/PST/PTN
Geraldo Simões	PT	
Gerson Gabrielli	PFL	
Haroldo Lima	PCdoB	PSB/PCDOB
Jairo Azi	PFL	
Jairo Carneiro	PFL	
João Almeida	PSDB	PSDB/PTB
Jonival Lucas Junior	PFL	
Jorge Khoury	PFL	
José Carlos Aletuia	PFL	
Jutahy Junior	PSDB	PSDB/PTB
Leur Lomanto	PFL	
Luiz Moreira	S.Part.	
Mário Negromonte	PSDB	PSDB/PTB
Nelson Pellegrino	PT	
Nilo Coelho	PSDB	PSDB/PTB
Paulo Braga	PFL	
Paulo Magalhães	PFL	
Reginaldo Germano	PFL	
Roland Lavigne	PFL	
Ursicino Queiroz	PFL	
Waldir Pires	PT	
Yvonilton Gonçalves	PPB	
Presentes de Bahia : 28		

MINAS GERAIS

Ademir Lucas	PSDB	PSDB/PTB
Aécio Neves	PSDB	PSDB/PTB
Antônio do Valle	PMDB	PMDB/PST/PTN
Aracely de Paula	PFL	
Bonifácio de Andrada	PSDB	PSDB/PTB
Cabo Júlio	PL	PL/PSL
Custódio Mattos	PSDB	PSDB/PTB
Daniilo de Castro	PSDB	PSDB/PTB
Edmar Moreira	PPB	
Eduardo Barbosa	PSDB	PSDB/PTB
Eliseu Resende	PFL	
Fernando Diniz	PMDB	PMDB/PST/PTN
Glycon Terra Pinto	PMDB	PMDB/PST/PTN
Hélio Costa	PMDB	PMDB/PST/PTN
Ibrahim Abi-Ackel	PPB	
Jaime Martins	PFL	
João Fassarella	PT	
João Magno	PT	
José Militão	PSDB	PSDB/PTB
Lael Varella	PFL	
Lincoln Portela	PSL	PL/PSL
Márcio Reinaldo Moreira	PPB	
Marcos Lima	PMDB	PMDB/PST/PTN
Mário Assad Júnior	PFL	
Mário de Oliveira	PMDB	PMDB/PST/PTN
Odelmo Leão	PPB	
Olimpio Pires	PDT	
Roberto Brant	PFL	
Romei Anizio	PPB	
Romeu Queiroz	PSDB	PSDB/PTB
Sérgio Miranda	PCdoB	PSB/PCDOB
Sílas Brasileiro	PMDB	PMDB/PST/PTN
Virgílio Guimarães	PT	
Vittorio Mediolì	PSDB	PSDB/PTB
Walfrido Mares Guia	PTB	PSDB/PTB
Zezé Perrella	PFL	
Presentes de Minas Gerais : 36		

ESPÍRITO SANTO

Alofzio Santos	PSDB	PSDB/PTB
Feu Rosa	PSDB	PSDB/PTB
José Carlos Elias	PTB	PSDB/PTB
Magno Malta	PTB	PSDB/PTB
Marcus Vicente	PSDB	PSDB/PTB
Max Mauro	PTB	PSDB/PTB
Nilton Baiano	PPB	
Ricardo Ferraço	PSDB	PSDB/PTB
Rita Camata	PMDB	PMDB/PST/PTN
Presentes de Espírito Santo : 9		

RIO DE JANEIRO

Aldir Cabral	PSDB	PSDB/PTB
Almerinda de Carvalho	PFL	
Ayrton Xerêz	PPS	
Bispo Rodrigues	PL	PL/PSL
Carlos Santana	PT	
Celso Jacob	PDT	
Coronel Garcia	PSDB	PSDB/PTB
Dino Fernandes	PSDB	PSDB/PTB
Dr. Heleno	PSDB	PSDB/PTB
Eber Silva	PDT	
Eduardo Paes	PTB	PSDB/PTB
Eurico Miranda	PPB	
Fernando Gonçalves	PTB	PSDB/PTB
Iédio Rosa	PMDB	PMDB/PST/PTN
Jair Bolsonaro	PPB	
Jandira Feghali	PCdoB	PSB/PCDOB
João Mendes	PMDB	PMDB/PST/PTN
João Sampaio	PDT	
Jorge Bittar	PT	
Laura Carneiro	PFL	
Luís Eduardo	PDT	
Luiz Ribeiro	PSDB	PSDB/PTB
Luiz Sérgio	PT	
Marcio Fortes	PSDB	PSDB/PTB
Mattos Nascimento	PST	PMDB/PST/PTN
Miriam Reid	PDT	
Miro Teixeira	PDT	
Pastor Valdeci Paiva	PSL	PL/PSL
Paulo Baltazar	PSB	PSB/PCDOB
Paulo de Almeida	PPB	
Paulo Feijó	PSDB	PSDB/PTB
Roberto Jefferson	PTB	PSDB/PTB
Rodrigo Maia	PTB	PSDB/PTB
Ronaldo Cezar Coelho	PSDB	PSDB/PTB
Rubem Medina	PFL	
Simão Sessim	PPB	
Vivaldo Barbosa	PDT	
Wanderley Martins	PDT	

Presentes de Rio de Janeiro : 38

SÃO PAULO

Aloizio Mercadante	PT	
André Benassi	PSDB	PSDB/PTB
Angela Guadagnin	PT	
Antonio Kandir	PSDB	PSDB/PTB
Antonio Palocci	PT	
Arlindo Chinaglia	PT	
Arnaldo Madeira	PSDB	PSDB/PTB
Bispo Wanderval	PL	PL/PSL
Celso Giglio	PTB	PSDB/PTB
Celso Russomanno	PPB	
Corauci Sobrinho	PFL	
De Velasco	PSL	PL/PSL
Dr. Evilásio	PSB	PSB/PCDOB
Duílio Pisaneschi	PTB	PSDB/PTB
Edinho Araújo	PPS	
Eduardo Jorge	PT	
Emerson Kapaz	PPS	
Fernando Zuppo	PDT	
Gilberto Kassab	PFL	
Iara Bernardi	PT	
João Herrmann Neto	PPS	
João Paulo	PT	
Jorge Tadeu Mudalen	PMDB	PMDB/PST/PTN
José de Abreu	PTN	PMDB/PST/PTN
José Dirceu	PT	
José Genóino	PT	
José Índio	PMDB	PMDB/PST/PTN
José Machado	PT	
José Roberto Batochio	PDT	
Julio Semeghini	PSDB	PSDB/PTB
Luiz Antonio Fleury	PTB	PSDB/PTB
Luiza Erundina	PSB	PSB/PCDOB
Maluly Netto	PFL	
Marcos Cintra	PL	PL/PSL
Michel Temer	PMDB	PMDB/PST/PTN
Milton Monti	PMDB	PMDB/PST/PTN
Moreira Ferreira	PFL	
Nelson Marquezelli	PTB	PSDB/PTB
Neuton Lima	PFL	
Paulo Lima	PMDB	PMDB/PST/PTN
Professor Luizinho	PT	
Ricardo Berzoini	PT	
Ricardo Izar	PMDB	PMDB/PST/PTN
Robson Tuma	PFL	
Rubens Furlan	PPS	
Salvador Zimbaldi	PSDB	PSDB/PTB
Sampaio Dória	PSDB	PSDB/PTB
Silvio Torres	PSDB	PSDB/PTB
Telma de Souza	PT	
Vadão Gomes	PPB	
Valdemar Costa Neto	PL	PL/PSL

SÃO PAULO

Xico Graziano	PSDB	PSDB/PTB
Zulaê Cobra	PSDB	PSDB/PTB

Presentes de São Paulo : 53**MATO GROSSO**

Murilo Domingos	PTB	PSDB/PTB
Pedro Henry	PSDB	PSDB/PTB
Ricarte de Freitas	PSDB	PSDB/PTB
Teté Bezerra	PMDB	PMDB/PST/PTN
Wilson Santos	PMDB	PMDB/PST/PTN

Presentes de Mato Grosso : 5**DISTRITO FEDERAL**

Agnelo Queiroz	PCdoB	PSB/PCDOB
Alberto Fraga	PMDB	PMDB/PST/PTN
Geraldo Magela	PT	
Jorge Pinheiro	PMDB	PMDB/PST/PTN
Maria Abadia	PSDB	PSDB/PTB
Paulo Octávio	PFL	
Pedro Celso	PT	
Wigberto Tartuce	PPB	

Presentes de Distrito Federal : 8**GOIÁS**

Barbosa Neto	PMDB	PMDB/PST/PTN
Euler Moraes	PMDB	PMDB/PST/PTN
Geovan Freitas	PMDB	PMDB/PST/PTN
Juquinha	PSDB	PSDB/PTB
Lídia Quinan	PSDB	PSDB/PTB
Lúcia Vânia	PSDB	PSDB/PTB
Luiz Bittencourt	PMDB	PMDB/PST/PTN
Nair Xavier Lobo	PMDB	PMDB/PST/PTN
Norberto Teixeira	PMDB	PMDB/PST/PTN
Pedro Canedo	PSDB	PSDB/PTB
Pedro Chaves	PMDB	PMDB/PST/PTN
Pedro Wilson	PT	
Roberto Balestra	PPB	
Ronaldo Caiado	PFL	
Vilmar Rocha	PFL	
Zé Gomes da Rocha	PMDB	PMDB/PST/PTN

Presentes de Goiás : 16**MATO GROSSO DO SUL**

Ben-Hur Ferreira	PT	
Flávio Derzi	PMDB	PMDB/PST/PTN
João Grandão	PT	
Marçal Filho	PMDB	PMDB/PST/PTN
Nelson Trad	PTB	PSDB/PTB
Waldemir Moka	PMDB	PMDB/PST/PTN

Presentes de Mato Grosso do Sul : 6

PARANÁ

Affonso Camargo	PFL	
Airton Roveda	PSDB	PSDB/PTB
Alex Canziani	PSDB	PSDB/PTB
Chico da Princesa	PSDB	PSDB/PTB
Dilceu Sperafico	PPB	
Dr. Rosinha	PT	
Flávio Arns	PSDB	PSDB/PTB
Gustavo Fruet	PMDB	PMDB/PST/PTN
Hermes Parcianello	PMDB	PMDB/PST/PTN
José Borba	PMDB	PMDB/PST/PTN
José Carlos Martinez	PTB	PSDB/PTB
Luciano Pizzatto	PFL	
Márcio Matos	PT	
Moacir Micheletto	PMDB	PMDB/PST/PTN
Nelson Meurer	PPB	
Odílio Balbinotti	PSDB	PSDB/PTB
Osmar Serraglio	PMDB	PMDB/PST/PTN
Rafael Greca	PFL	
Renato Silva	PSDB	PSDB/PTB
Ricardo Barros	PPB	
Rubens Bueno	PPS	
Santos Filho	PFL	
Werner Wanderer	PFL	

Presentes de Paraná : 23**SANTA CATARINA**

Antônio Carlos Konder Reis	PFL	
Carlito Merss	PT	
Edinho Bez	PMDB	PMDB/PST/PTN
Eni Voltolini	PPB	
Fernando Coruja	PDT	
Gervásio Silva	PFL	
Hugo Biehl	PPB	
João Matos	PMDB	PMDB/PST/PTN
João Pizzolatti	PPB	
José Carlos Vieira	PFL	
Pedro Bittencourt	PFL	
Renato Vianna	PMDB	PMDB/PST/PTN
Serafim Venzon	PDT	
Vicente Caropreso	PSDB	PSDB/PTB

Presentes de Santa Catarina : 14

RIO GRANDE DO SUL

Airton Dipp	PDT	
Alceu Collares	PDT	
Augusto Nardes	PPB	
Caio Riela	PTB	PSDB/PTB
Darcísio Perondi	PMDB	PMDB/PST/PTN
Enio Bacci	PDT	
Esther Grossi	PT	
Fernando Marroni	PT	
Fetter Júnior	PPB	
Henrique Fontana	PT	
Júlio Redecker	PPB	
Luis Carlos Heinze	PPB	
Luiz Mainardi	PT	
Mendes Ribeiro Filho	PMDB	PMDB/PST/PTN
Nelson Marchezan	PSDB	PSDB/PTB
Nelson Proença	PMDB	PMDB/PST/PTN
Osvaldo Biolchi	PMDB	PMDB/PST/PTN
Paulo José Gouvêa	PL	PL/PSL
Paulo Paim	PT	
Pompeo de Mattos	PDT	
Synval Guazzelli	PMDB	PMDB/PST/PTN
Telmo Kirst	PPB	
Valdeci Oliveira	PT	
Waldir Schmidt	PMDB	PMDB/PST/PTN
Yeda Crusius	PSDB	PSDB/PTB

Presentes de Rio Grande do Sul : 25

O SR. PRESIDENTE (Ubiratan Aguiar) – As listas de presença acusam o comparecimento de 67 Srs. Senadores e 373 Srs. Deputados.

Há número regimental.

Declaro aberta a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Ubiratan Aguiar) – A Presidência comunica que a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, em sua 7ª Reunião Ordinária, realizada em 31 de agosto de 1999, concluiu que, com fundamento em nota técnica por ela acolhida, as Mensagens nºs 847, 848, 852, 853, 856, 881, 944 a 951, 955, 962 a 969, 971, 974, 975, 1.056, 1.057, 1.108 a 1.119, 1.121, 1.141, 1.197, 1.198, 1.206 a 1.208, 1.264 a 1.269, de 1999-CN, e 8 a 27, de 2000-CN, que encaminham cópias dos decretos do Executivo, com fundamento na Lei Orçamentária de 1999, e remetidos ao Congresso Nacional, não extrapolam os limites e condições fixados nos diplomas legais.

As matérias vão ao arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Ubiratan Aguiar) – Sobre a mesa ofício que passo a ler:

É lido o seguinte:

OF. GLPMDB Nº 120/2000

Brasília, 14 de junho de 2000

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, comunico a Vossa Excelência o remanejamento do Senador Renan Calheiros de membro titular para suplente, e o Senador Maguito Vilela de suplente para titular, na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada com a finalidade de apurar, em todo o País, o elevado crescimento de roubo de cargas transportadas pelas empresas de transportes rodoviários, ferroviários e aquaviários".

Renovo, na oportunidade, votos de apreço e consideração. – Senador **Jader Barbalho**, Líder do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Ubiratan Aguiar) – Será feita a alteração solicitada.

O SR. PRESIDENTE (Ubiratan Aguiar) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Caio Riela, do PTB do Rio Grande do Sul.

O SR. CAIO RIELA (Bloco/PTB – RS. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Srs. e Srs. Congressistas, venho à tribuna falar sobre o programa de privatização do Governo Federal, que, como tenho afirmado várias vezes nesta tribuna, é totalmente equivocado, mas que, conforme posição oficial do PSDB, por meio de seu Líder na Câmara dos De-

putados, Aécio Neves, vai sofrer mudança radical, com a interrupção da venda do setor elétrico para revisão da modelagem e até da opção por termoeletricas. Antes tarde do que nunca.

Sr. Presidente, Srs. e Srs. Deputados, há decisão de vender usinas geradoras já construídas, em plena operação e com consumidores cativos, em vez de abrir a investidores a oportunidade, e o risco, de construir novas usinas, de retorno financeiro mais demorado. Hoje, com 70% do mercado de distribuição e boa parte da geração privatizada, estamos em uma situação de insegurança energética. O maior erro é que não se agregou energia nova ao País.

A venda das empresas por "bloco de controle", a pretexto de se obter ágio sobre o valor das ações. Entretanto, tudo que o Estado arrecadou além do preço mínimo será neutralizado pelo abatimento do valor do ágio em impostos. Em breve, segundo estudo tributário que solicitou, a Receita perderá R\$1,4 bilhão só em duas operações dessa natureza, valor quatro vezes maior que a cobrança de CPMF sobre todas as operações na Bovespa em 1998.

Sr. Presidente, Srs. e Srs. Deputados, esquarterar empresas e vendê-las como Furnas e Chesf, detentoras de grandes reservatórios, alguns de alta importância ecológica e social, antes de se regulamentar o uso múltiplo das águas, seria o maior dos erros. Ademais, as pesquisas dizem que a insatisfação da sociedade com os serviços aumentou, inclusive com a abertura de processos de cassação de concessão.

Sr. Presidente, Srs. e Srs. Deputados, oxalá o Governo Federal, por meio de seus Líderes na Câmara dos Deputados, esteja se dando conta da burrada que foi o programa de privatizações, vendendo o País sem arrecadar um centavo para os cofres públicos, bem ao contrário, colocando mais dinheiro por meio do BNDES. Outro assunto, Sr. Presidente.

Os setecentos produtores de arroz de 43 municípios gaúchos que lotaram ontem o Galpão Crioulo, no Parque Maurício Sirotsky Sobrinho, em Porto Alegre, reagiram com indiferença ao anúncio do Plano de Safra 2000/2001.

O Presidente da Federação da Agricultura do Estado – FARSUL, Carlos Sperotto, tentou explicar que os recursos anunciados pelo Ministro da Agricultura, Marcus Vinícius Pratini de Moraes, representavam um acréscimo de 36% sobre o montante do ano passado e atendia, de forma marcante, ao Estado. Mas não conseguiu muita reação positiva.

A platéia estava mais preocupada com o baixo preço e com o endividamento. O produtor Juarez

Petry, de Tapes, sintetizou a atmosfera de descontentamento dos arrozeiros gaúchos: "Não adianta anunciar a liberação de dinheiro se não temos condições de retirá-lo. Temos de resolver os problemas da safra. O clima no ar mostra os produtores 'abichomados'. Temos de reagir".

Sperotto reconheceu que o anúncio feito no momento em que um setor discutia perdas serviu para abafar alguns avanços. Mais tarde, segundo o dirigente, muitos produtores admitiram que o Rio Grande do Sul foi bastante beneficiado, inclusive os arrozeiros. Isso porque o plano prevê, por exemplo, o limite de R\$300 mil para culturas irrigadas – no ano passado esse valor era de R\$150 mil.

Há boa vontade do Ministro com o Estado, disse Sperotto.

A reunião foi tensa e com algumas críticas à atuação da Farsul e da Federação das Associações dos Arrozeiros – FEDERARROZ, no movimento contra o baixo preço do produto e nas ações judiciais. No final, foi aprovada a criação de uma comissão única para definição dos rumos do movimento. Até agora, as manifestações eram estanques, ora organizadas por um sindicato, ora pela associação dos arrozeiros de alguma região. Não ficou definida a data de próxima assembleia. Mas os dirigentes refutaram as críticas de que o movimento não é vitorioso.

"Se não houvesse a mobilização, o preço da saca estaria hoje em R\$8", advertiu o Presidente da Federarroz, Antônio Elói Paz, informando que o valor atual oscila de R\$12 a R\$13.

A Farsul também fez circular junto aos produtores uma autorização para que a entidade ingresse em juízo, a fim de verificar os estoques físicos de arroz depositados na indústria em nome dos associados. O objetivo é saber se a indústria está vendendo seu produto ou o do agricultor.

A seguir, algumas opiniões das lideranças de agricultura do meu Estado:

Gostaríamos de ter R\$25 bilhões em recursos, mas entendemos as dificuldades do Governo, que mostrou boa vontade com o Estado ao dobrar o limite disponível para lavouras irrigadas, em buscar o incremento das pastagens e da sistematização das várzeas – Carlos Sperotto, Presidente da Farsul.

O aumento do limite para culturas irrigadas é bem recebido pelos arrozeiros gaúchos, porque o agricultor deixará de buscar dinheiro em outras fontes mais caras. Mas o acesso ainda é difícil, especialmente para o produtor de arroz – Antônio Elói Paz, Presidente da Federarroz.

Os produtores têm de reconhecer que o aumento no volume de recursos e o anúncio com antecedência vai favorecer o plantio, mas o Governo não pensou nos agricultores endividados. Com isso, um universo de 50% vai ficar fora – Rui Polidoro Pinto, Presidente da Fecoagro.

O plano não oferece qualquer alento para os produtores porque não aponta para os subsídios e não inclui uma política de preços mínimos. A tendência é continuar privilegiando as importações, como ocorreu em 1999 – José Hermeto Hoffmann, Secretário Estadual da Agricultura.

O que o Ministro Pratini de Moraes anunciou não é para o público da Fetag. As medidas não estão relacionadas com a agricultura familiar, contemplam apenas a agricultura patronal – Heitor Schuch, Presidente da Fetag.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Ubiratan Aguiar) – Concedo a palavra ao Sr. Deputado Iéidio Rosa.

O SR. IÉIDIO ROSA (Bloco/PMDB – RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sr^{es} e Srs. Congressistas, a passagem do Dia do Defensor Público, no último 19 de maio, foi dignamente comemorada no Rio de Janeiro.

À celebração de ato litúrgico na Igreja de São José seguiu-se evento inédito: um júri simulado para o julgamento de Brutus, pela morte de César, que contou – sob a presidência do Defensor Público Geral do Estado, Dr. Marcelo Bustamante – com a valorosa participação de insígnies defensores públicos como assistentes de acusação e de defesa, além das presenças do Exmo. Sr. Procurador-Geral da Justiça, Dr. José Muíños Piñeiro Filho, como acusador, e do Exmo. Sr. Secretário de Estado de Justiça, Dr. João Luiz Duboc Pinaud na defesa. O Conselho de Sentença foi composto pelo Exmo. Sr. Defensor Público, Dr. Liszt Benjamin Vieira, pela Ilma. apresentadora Marília Gabriela, pelo Ilmo. jornalista Evandro Carlos de Andrade, pelo Ilmo. teatrólogo Gerald Thomas, pelo Exmo. Sr. Desembargador Adilson Vieira Macabu (ex-Defensor Público), pela Ilma. feminista Rose Marie Muraro e pela Ilma. Sr^a jornalista Luciana Villas-Boas.

O Governo do Estado do Rio de Janeiro também deixou registrada sua lembrança pelo dia de Santo Ivo, quando o Governador Anthony Garotinho, mediante ofício enviado à Defensoria Pública Geral do Estado e publicado na íntegra no **Diário Oficial** de 22 de maio, manifestou suas congratulações pela passagem da data e solicitou que se transmitisse aos defen-

sores públicos a edição do Decreto nº 26.353, de 19 de maio de 2000, também publicado no referido **Diário Oficial**, que trata da constituição de Comissão Especial, que, sob a presidência do Defensor Público Geral e participação da Associação dos Defensores Públicos do Estado do Rio de Janeiro, de representantes da Casa Civil e da Secretaria de Estado de Administração e Reestruturação, deverá apresentar, em noventa dias, proposta de projeto de lei definindo a reestruturação administrativa e financeira da Defensoria Pública. Por aquele instrumento, S. Ex^a reiterou o propósito de igualar a remuneração dos defensores públicos à dos promotores de Justiça, ao afirmar que a defesa não deve ganhar menos do que a acusação.

Ademais, importa ressaltar que o Governador autorizou, desde já, o auxílio-transporte para os defensores públicos do interior do Estado e obras na sede administrativa da Defensoria Pública do Estado, bem como nas instalações da Defensoria Pública em Nova Iguaçu.

Permitam-me os prezados pares a transcrição da mensagem de congratulações do Exmo. Sr. Governador Anthony Garotinho.

Excelentíssimo Senhor Defensor Público Geral do Estado, Dr. Marcelo de Menezes Bustamante, quero cumprimentá-lo pelo dia de hoje e também pelo magnífico trabalho que nossa Defensoria Pública vem realizando desde sua posse na chefia desta Instituição. Aproveito a oportunidade para dar-lhe uma notícia que considero de suma importância e gostaria que fosse transmitida a toda classe.

Estou instituindo nesta data um Grupo de Trabalho composto por Vossa Excelência, pelo Secretário de Administração, por um representante da Associação dos Defensores Públicos e um representante do Gabinete Civil, para que em um prazo máximo de noventa dias seja elaborado o projeto de lei, o qual enviarei a Assembléia Legislativa, reestruturando administrativa e financeiramente a nossa tão querida Defensoria do Estado do Rio de Janeiro. Como sabe Vossa Excelência, o meu desejo era ter resolvido esta questão antes, mas somente após a negociação da dívida do Estado com a União, reequilibrando as finanças públicas, foi possível adotar esta iniciativa, afinal não é justo o Estado pagar menos quem defende do que quem acusa.

Transmito a todos os Defensores Públicos minhas felicitações pelo dia de hoje. Cordialmente Anthony Willian Garotinho Matheus de Oliveira, governador do Estado do Rio de Janeiro.

Conforme se verifica pela profundidade do teor da mensagem, trata-se de atitude que deve merecer o aplauso de todos aqueles que pugnam por justiça social e pelo acesso digno do hipossuficiente à defesa de seus direitos jurisdicionais.

Este Parlamentar aproveita o acesso a esta tribuna para não somente elogiar as medidas adotadas pelo nosso primeiro mandatário estadual, como, principalmente, para exortar os demais Srs. Governadores à adoção de medidas semelhantes, decisão que somente engrandecerá a Justiça nos seus Estados.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ubiratan Aguiar) – Concedo a palavra ao Sr. Deputado Dr. Heleno.

O SR. DR. HELENO (Bloco/PSDB – RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Congressistas, nesta oportunidade gostaria de destacar que usei a tribuna em diversas oportunidades para reclamar da alta taxa dos juros bancários que impedia qualquer iniciativa de tomada de empréstimos. Qualquer cidadão que se via obrigado a dever a banco praticamente ficava escravo de suas taxas exorbitantes.

Relatei, inclusive, as reclamações de comerciantes da minha região, a Baixada Fluminense, que nos procuraram apelando para que intercedêssemos junto às autoridades, com vista a forçarem os bancos a cobrarem um valor mais razoável de juros. Afinal, a inflação está sob controle e não há razão para esse valor absoluto.

Hoje, temos uma boa notícia a comemorar. Por iniciativa do Presidente Fernando Henrique, o Banco Central reduziu em dez pontos percentuais, no compulsório, a parcela dos depósitos em conta corrente de recolhimento obrigatório ao Banco. Com isso, a resposta de dois grandes bancos de varejo já aconteceu. Tanto o Bradesco como o Banco do Brasil anunciaram a redução nas taxas dos cheques especiais, crédito direto ao consumidor e empréstimo pessoal. Exatamente, começam a ser beneficiados aqueles consumidores que, por necessidade pessoal ou até de sua empresa, se sentem obrigados a bater nas portas dos bancos.

A respeito da queda dos juros vale registrar declaração de incentivo ao empréstimo dado pelo Diretor de Finanças do Banco do Brasil, Sr. Vicente Diniz. Segundo ele, a disputa dos bancos “será acirrada daqui para frente e os clientes serão assediados”. Somente o Banco do Brasil receberá cerca de 1 bilhão em devolução do compulsório. Ainda sobre o Sr. Di-

niz, o mesmo adiantou que os bancos devem criar estratégias agressivas para aplicar esse dinheiro.

É valioso esse pronunciamento em uma hora em que as grandes empresas, bem como as pequenas empresas merecem e precisam receber suporte financeiro para aumentar suas produções e, conseqüentemente, para a abertura de novos empregos.

É uma roda que precisa crescer para que haja mais produção, mais emprego e mais consumo.

Existe, por parte de alguns economistas, o medo quanto ao crescimento do consumo. Hoje, com a inflação controlada, o Governo tem todos os instrumentos para evitar que esse aumento de consumo provoque um nível de inflação maior. Não se pode é assistir exatamente ao que está ocorrendo neste momento: o grande índice de desemprego, a queda do consumo e o fechamento das fábricas.

Sou oriundo de uma região – a Baixada Fluminense – que reflete logo esse quadro. Sendo praticamente o grande dormitório de trabalhadores de salários mais baixos, quando acontece o desemprego encontramos centenas de chefes de famílias atingidos por essa situação. No entanto, quando ocorre o contrário, isto é, a abertura de uma nova fábrica, de um novo ponto comercial, o inverso logo acontece. Nossa esperança, portanto, reside nessa nova tomada de posição do Presidente Fernando Henrique Cardoso.

A devolução de uma parcela do compulsório aos bancos para que esses, finalmente, baixem os juros, incentiva nossos empresários, grandes ou pequenos, a se entusiasmar em desenvolver seus negócios.

Vale também acrescentar as declarações do Consultor do Banco Central, Dr. Eduardo Luiz Lundberg. Segundo ele, quando se reduzem os compulsórios “sobram” mais recursos para os bancos, que tendem a emprestá-los.

É essa a linha de raciocínio que esperamos que os bancos executem. Os grandes beneficiados, com certeza, serão a indústria, o comércio e os prestadores de serviço, com perspectivas de maior emprego.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ubiratan Aguiar) – Concedo a palavra ao Sr. Deputado Clementino Coelho.

O SR. CLEMENTINO COELHO (PPS – PE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, S^{as} e Srs. Congressistas, no dia de ontem foi apresentado o relatório preliminar da Comissão que trata da transposição das águas do Rio São Francisco. O relatório foi apresentado contra a vontade de boa parte da Comis-

são, apesar de o Presidente da Câmara dos Deputados ter prorrogado o prazo de funcionamento da Comissão até o final do mês de agosto. Há um acordo fora de qualquer medida para que essa obra seja iniciada antes do período eleitoral que se aproxima e para que seja concluída por ocasião do grande embate que vão ser as eleições de 2002.

Sr. Presidente, não podemos continuar tratando a questão hídrica da região Nordeste com o viés eleitoral, com a humilhação do cidadão. Estão aí as obras da Adutora do Oeste, que se arrastam há mais de quinze anos, demonstrando que o Governo não prioriza a utilização da água para beber no Araripe, nos Estados de Pernambuco e do Piauí. Mas em todo período de campanha eleitoral é feita a renovação da humilhação pela água.

No relatório apresentado ontem, o nobre Relator, Deputado Marcondes Gadelha, foi bastante generoso com o Palácio do Planalto e com o Ministro da Integração Nacional. A Comissão não aceita que as coisas sejam feitas dessa forma, ela quer participar da elaboração desse relatório e não apenas chanceá-lo, ser forçada a engoli-lo já pronto. E há itens que comprometem o trabalho desses mais de setenta Deputados nos primeiros noventa dias, prorrogados por mais noventa, para que possamos buscar uma solução holística, ampla para a questão do Rio São Francisco e, conseqüentemente, do semi-árido.

Só para citar uma das conclusões do relatório, devo dizer que o nobre Relator apressou-se indevidamente em pedir que a Chesf seja privatizada da maneira que o Presidente da República anunciou, como se fez com Furnas. Não podemos aceitar o mesmo modelo.

Se Furnas mereceu reflexão que representou avanço em termos de cidadania, de nacionalidade nesse projeto nacional, fica explícito que o tratamento para a Chesf tem que ser mais ousado, com o Estado agigantando-se para continuar gerindo políticas que mudem a face do semi-árido. Devemos contar com a Chesf como uma grande empresa estatal, que continue sob nosso comando, para poder operar a irrigação e o desenvolvimento sustentado da região do semi-árido. A Chesf não é uma empresa geradora de energia, é uma agência de desenvolvimento, é o maior investimento da União naquele pedaço de Brasil. Não podemos transferir o **know-how**, o conhecimento, a tecnologia brasileira.

Enquanto 80% dos países do mundo produzem energia a partir do petróleo, gás e carvão, o Brasil tem 96% da sua matriz energética na base hídrica, uma

energia limpa e barata. Não podemos permitir a transferência disso para a iniciativa privada, sobretudo assumindo um risco ideológico. Não podemos assegurar a vazão. Se a iniciativa privada acha que o risco é demasiadamente grande, esta é a prova de que a atividade da Chesf é de Estado e não de iniciativa privada.

Sr. Presidente, não podemos também permitir que queiram condenar a redenção do Nordeste, o problema secular da seca. D. Pedro I prometeu vender as jóias da Coroa para resolver o problema da seca. Não podemos aceitar que agora apareçam o Presidente da República e o Ministro da Integração Nacional e digam que a transposição vai ser feita com a eventual receita de privatização da Chesf. Não aceitamos. Isso é trocar seis por meia dúzia. A obra de transposição das águas do São Francisco para as outras bacias, a Bacia do Atlântico do Nordeste, tem que ser uma obra de solidariedade da Federação. Quem tem que bancar essa obra é a União, pela determinação política do Presidente, alocando recursos novos e não os que já estão imobilizados em solo nordestino. Não aceitamos esse tratamento, essa marginalização e essa manipulação.

Sr. Presidente, estão dizendo que, como os lagos de Sobradinho e de Itaparica não vão ser privatizados, podemos ficar tranquilos. É conversa para boi dormir, para nos enganar. De nada adianta ficarem os reservatórios nas mãos do Estado, se ele tiver que garantir vazão assegurada em contrato. Se o Estado vai deter os reservatórios, mas vai contratualmente garantir a água, de nada adianta ter os reservatórios. Pelo contrário, estamos beneficiando quem vai comprar a Chesf, porque estamos depreciando o valor dos ativos. Vão comprar mais barato e terão a água assegurada por contrato. Se é para ter o reservatório nas mãos do Estado, o Governo tem que dizer à sociedade, com todas as letras, que não vai garantir a vazão assegurada por contrato.

Não podemos também aceitar os termos do requerimento de indicação que a Comissão quer fazer ao Presidente. Estão querendo transpor as margens do São Francisco para o Rio Grande do Norte, para o Ceará. Estão querendo transpor as margens para 500 quilômetros de distância. É a mesma coisa de querermos transpor as terras roxas do Paraná e de São Paulo para os cerrados da Bahia. Precisamos primeiro desenvolver e irrigar as margens do São Francisco e não fazer irrigação a 500 quilômetros de distância, porque isso tem um custo. E quem o pagará será a sociedade, seremos nós. Esse relatório precisa ser revisto e refletido nesses trinta dias.

Sr. Presidente, ontem foi aprovado na Comissão de Economia, por maioria, o Projeto de Lei nº 1.534, que proíbe a privatização da Chesf. Esse projeto é conclusivo, vai para a CCJ. Se vier para o plenário, vamos contar aqui com a bancada nordestina a fim de manter a Chesf nas mãos do Estado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ubiratan Aguilar) – Concedo a palavra ao Sr. Deputado Dr. Rosinha.

O SR. DR. ROSINHA (PT – PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Congressistas, vou limitar-me ao tempo regimental de cinco minutos.

Ontem, lendo os jornais, fiquei um bocado preocupado. A imprensa noticiou que o PMDB defenderia na Comissão de Ética do Senado a suspensão do Senador Luiz Estevão. Lembrei-me do meu tempo de infância, quando o menino ou a menina que não se comportava bem na sala de aula recebia um castigo, algo como ficar no canto da sala virado para a parede, de costas para a turma, ou, dependendo da gravidade, ser suspenso por um ou dois dias.

Se isso fosse aprovado ontem na Comissão de Ética, o Senado da República, ao aplicar pena de suspensão ao Senador Luiz Estevão, estaria agindo como se agia antigamente nas escolas primárias.

Felizmente os Senadores que fazem parte da Comissão de Ética, na sua grande maioria, compreenderam a responsabilidade individual, partidária e, acima de tudo, a responsabilidade daquela Casa e fizeram o que deviam fazer, uma vez que, considerando-se verdadeiras apenas metade das acusações, já haveria motivo mais do que suficiente para a cassação do Senador Luiz Estevão.

Ontem, avançando noite adentro, a Comissão de Ética do Senado cumpriu seu dever e não permitiu que se fizesse no Senado da República, como desejava parte da Direção do PMDB, o que se fazia em uma escola primária, onde simplesmente se aplicava pena de suspensão aos alunos.

Espero que o Plenário do Senado, na próxima semana ou até o final do mês, ao analisar a matéria, mantenha o que sua Comissão de Ética aprovou ontem. O Senado, na sua responsabilidade, provavelmente o fará, porque não é uma mera escola primária, para aplicar apenas uma suspensão ao Senador.

Sr. Presidente, desejo ainda deixar registrada minha preocupação com a greve de professores e servidores da rede pública de educação do Estado do Paraná. Há cerca de vinte dias em greve, eles têm tido dificuldade para negociar sua pauta de reivindicações, porque o Governo do Estado permite avanços,

embora pequenos, apenas na questão política, e nenhum na questão econômica. No final desta semana, acredito que o Palácio do Iguçu, por intermédio da Vice-Governadora e Governadora em exercício, Sr^a Emilia de Salles Belinati, receberá esses trabalhadores e, com seriedade, apresentará a eles uma proposta consequente, para que os alunos do nosso Estado possam voltar às aulas já na próxima semana, uma vez que toda a sociedade paranaense, e não apenas esses servidores, está sendo prejudicada por causa dessa radicalidade do Governo. Isso não é justo, tendo em vista que a responsabilidade do Governo é fazer com que os alunos tenham seu ano letivo completo. Se o Governo do Paraná é responsável pela educação, como diz ser, negociará com esses servidores ainda neste final de semana. Caso não negocie, demonstrará que não tem responsabilidade para com a educação, como não tem na questão financeira, como sabemos, ao quebrar o Estado. Com sinceridade, espero que o Governo apresente uma proposta concreta, para que termine a greve de trabalhadores e professores da educação, porque não pode a sociedade paranaense pagar pela irresponsabilidade do Governador Jaime Lerner.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ubiratan Aguiar) – Antes de passar a palavra ao próximo orador inscrito, gostaria de chamar os Srs. Parlamentares, Deputados e Senadores, para virem ao plenário. Tão logo seja atingido o quorum, daremos início ao processo de votação dos diversos vetos que constam da pauta da Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Ubiratan Aguiar) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Pedro Eugênio, do PPS de Pernambuco.

O SR. PEDRO EUGÊNIO (PPS – PE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Senadores, no momento em que se vê claramente que a reforma tributária não consegue definitivamente ser levada a efeito e, pelo menos no curto prazo, está inviabilizada, entendo que deveríamos abordar a questão.

Em reunião com o Presidente da Câmara dos Deputados, na qual estiveram presentes os Líderes da Oposição, recebemos a informação, desalentadora, de que em outra reunião, da qual participaram os Líderes que dão apoio ao Governo e membros da sua equipe econômica, inclusive o Ministro da Fazenda, Sr. Pedro Malan, havia ficado claro que os impasses existentes nas forças que dão sustentação ao Governo, em relação à reforma tributária que se encontra

em tramitação na Câmara dos Deputados, não têm absolutamente condição de ser resolvidos.

Portanto, empaca a reforma tributária exclusivamente por falta de apoio político da base do Governo. Dentre todas, trata-se da reforma que sempre foi considerada a mais importante, inclusive no discurso do Governo, pois toca na questão redistributiva dos impostos e tributos nacionais e teria capacidade de dar resposta a uma série de itens sobre os quais há praticamente consenso nacional: desoneração da produção; prevalência ao princípio do destino; simplificação de tributos; impostos seletivos, capazes de alavancar e combater a sonegação; arrecadação consistente; existência ou não de impostos em cascata e combate àqueles que possuem tal característica. Enfim, trata-se da redefinição dos impostos nacionais, com o objetivo de tornar nosso sistema tributário mais eficaz e capaz de integrar à legalidade inúmeras empresas e agentes econômicos que hoje se escondem na informalidade.

Questão tão fundamental foi abandonada pelo Governo por falta de vontade política, porque, na realidade, ele já fez sua reforma, ao lograr substancial aumento de arrecadação, e vem batendo recordes nesse sentido, sem tocar na estrutura do sistema tributário. Neste momento, o Governo tem uma visão meramente arrecadatória – e os setores que têm a responsabilidade de arrecadar estão corretos em fazê-lo –, mas o Presidente da República há que ter também a responsabilidade maior de olhar a questão tributária não como um simples processo de arrecadação, mas também de redistribuição dos recursos e excedentes nacionais e de justiça social e alavancagem de importantes programas econômicos, tendo na questão tributária, por si só, importante elemento para a promoção de justiça econômica e social.

Essa visão se perdeu por culpa e responsabilidade exclusivas do Governo Federal, que nunca acreditou que esta Casa tivesse condição própria de levar adiante a reforma tributária. Enganou-se o Governo. A Comissão de Reforma Tributária, quase por unanimidade, com exceção de um voto, aprovou a proposta do Relator. Essa proposta foi apresentada à Casa, e só aí o Governo Federal, que se tivesse participado do processo teria tido até condições de influir no mesmo, começou a manifestar-se contra.

Sr. Presidente, se o Governo tivesse participado do processo, talvez tivéssemos chegado a uma proposta que seria fruto da negociação. Mas ele abandonou a questão e esperou que as contradições existentes – ou por existir –, na própria Comissão que tratava da reforma tributária fossem capazes de levá-la ao im-

passar. Esse impasse não existiu e revelou-se, portanto, que não se fez e não se faz a reforma tributária – é este o ponto que eu gostaria de deixar claro perante esta Casa e a Nação, para que o Congresso Nacional não seja, no futuro, responsabilizado por não se fazer a reforma tributária –, porque o Governo Federal não foi capaz de orientar sua própria banca, de conduzir o processo, uma vez que quem é maioria tem a responsabilidade de fazê-lo, para que o projeto da reforma tributária viesse ao plenário e tivéssemos a oportunidade de, democraticamente, decidir sobre a questão.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ubiratan Aguiar) – Concedo a palavra ao Sr. Senador Sebastião Rocha.

O SR. SEBASTIÃO ROCHA (PDT – AP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Congressistas, o clima de violência em nosso País exige posição firme do Congresso Nacional em parceria com os Governos Federal e Estadual. A sociedade brasileira, sem dúvida alguma, está a aguardar posições mais concretas no combate à violência urbana que se expande no Brasil.

Ontem o Senado Federal, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, aprovou projeto de lei que proíbe o porte de armas. Menciono aqui todo meu apoio a esse projeto, um caminho que poderá viabilizar maior segurança para a população. Por outro lado, conclamo as Lideranças do Congresso Nacional a examinar com atenção requerimento de minha autoria sobre criação de Comissão Mista para examinar as causas da violência e propor soluções para combater seu crescimento em nosso País. Da mesma forma que se instituiu uma Comissão para examinar as causas da pobreza e propor soluções para seu combate, poderíamos aprovar meu requerimento. Nesse sentido, apelo às Lideranças e ao Presidente do Congresso Nacional.

O segundo assunto que trago à tribuna, esta manhã, diz respeito à situação do Estado do Amapá. Recentemente, as Esquerdas brasileiras reuniram-se num ato público em Brasília, mais precisamente dia 8 passado, em solidariedade ao Governador do Amapá, João Alberto Capiberibe. Sou adversário do Governador Capiberibe, no meu Estado, mas um adversário leal, responsável e que pretende construir uma sociedade melhor para a região. Tenho divergências pontuais, porém profundas, com relação ao Governador do Estado do Amapá.

Encaminhei carta aberta à Esquerda brasileira – a todos os líderes dos partidos de Esquerda, a todos

os deputados e senadores desses partidos e a todos os governadores também vinculados à Esquerda. Fiz isso para alertar, em especial o PDT, o PT, o PSB e o PCdoB, para o fato de que a situação do Amapá é muito grave, sim, mas que o Governador do Estado tem uma parcela de culpa nesse processo.

Não posso calar-me ou omitir-me, porque na história brasileira tivemos um governador de Alagoas que pregava o moralismo e o combate aos marajás, que se elegeu Presidente da República e teve de ser cassado. Isso ocorreu exatamente porque a imprensa e as lideranças nacionais não conseguem acompanhar de perto a realidade dos pequenos estados da Federação.

Agora, o Governador João Alberto Capiberibe mostra-se com um discurso contundente de combate ao narcotráfico. Nesse aspecto S. Exa. conta com todo meu apoio. Os deputados que integraram a CPI do Narcotráfico sabem que, desde a primeira hora, fui favorável, apoiiei e continuei apoiando o aprofundamento das investigações, além de querer que os culpados sejam definitivamente punidos.

Entretanto, quanto à corrupção, o Governador João Alberto Capiberibe precisa dar algumas explicações. Já que o assunto ganhou proporções nacionais, S. Exa. precisa explicar às lideranças de nossos partidos e à imprensa brasileira por que, no ano passado, repassou à Assembléia Legislativa 8 milhões de reais além do duodécimo. Agora S. Exa. diz que a referida Assembléia está contaminada pelo narcotráfico. Por que o Governador Capiberibe fez parceria com a Assembléia Legislativa e com o Tribunal de Contas do Estado, cuja Presidenta é acusada pelo Governador como uma das mandantes do narcotráfico e seu nome consta na própria CPI do Narcotráfico? Por que o Governador Capiberibe fez acordos políticos com a Presidenta do Tribunal de Contas do Estado e com o Presidente da Assembléia Legislativa, inclusive no sentido da sua reeleição?

Então, são essas explicações que o Governador Capiberibe deve aos nossos eleitores, às nossas lideranças e à imprensa brasileira. E, neste aspecto, peço que os partidos de Oposição tenham cautela e determinem às respectivas Comissões de Ética que examinem *in loco* a situação do Amapá.

Não se trata apenas de solidariedade, porque apoio incondicional neste momento pode ser sinônimo de permissividade. Não quero que isso aconteça no Estado do Amapá. Que o Governador Capiberibe tenha seu direito de defesa assegurado. Não pode fugir a uma acusação tão grave, que está sendo examinada pelo Ministério Público Federal, de desvio de 12

milhões de reais do Fundef. Isso precisa ser examinado. Se o Governador for inocente, que seja isentado. Se for culpado, que seja punido.

Então, faço um alerta às Esquerdas brasileiras: apoio incondicional no caso do Amapá é permissividade e pode trazer desgaste muito grande à respeitabilidade e à credibilidade das Esquerdas brasileiras.

© SR. PRESIDENTE (Ubiratan Aguiar) – Apelo aos Srs. Parlamentares para que venham ao plenário, porque tão logo seja atingido o **quorum** daremos início ao processo de votação, o qual será nominal e produzirá efeitos administrativos. Daí o apelo para que venham ao plenário e possamos iniciar o processo de votação de diversos vetos que se encontram na pauta da Ordem do Dia do Congresso Nacional.

© SR. PRESIDENTE (Ubiratan Aguiar) – Tem a palavra, pela ordem, o Deputado Edinho Bez.

© SR. EDINHO BEZ (Bloco/PMDB – SC. Pela ordem. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Congressistas, no último mês de março, dez dos doze locais pesquisados pelo IBGE registraram expansão na produção industrial. Na comparação com o mesmo mês do ano anterior, os maiores aumentos foram verificados em Minas Gerais (10%), Rio Grande do Sul (8,7%) e Espírito Santo (8,5%).

O aumento observado na produção industrial do País na passagem do quarto trimestre do ano passado (5,3%), para o primeiro trimestre do corrente ano (8%), foi igualmente verificado em oito dos doze locais pesquisados. O destaque foi para São Paulo, onde o crescimento saltou de 4,6% para 10,2% nesses dois períodos. Não por acaso, a estrutura industrial paulista tem forte presença dos segmentos de bens de consumo duráveis e de bens de capital, áreas de maior dinamismo nessa fase de reativação do ritmo da atividade fabril.

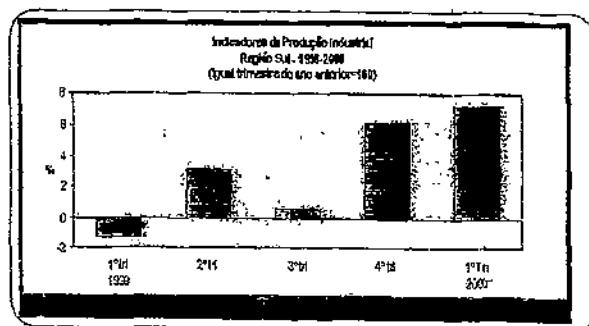
No fechamento do primeiro trimestre, com aumentos superiores aos registrados no total do País, situam-se as indústrias de Minas Gerais (13,4%), Rio Grande do Sul (13,3%), Ceará (11,4%), São Paulo (10,2%) e Espírito Santo (9,6%). Com acréscimos no nível de produção encontram-se, ainda, região Sul (7,2%), Santa Catarina (5,4%); Rio de Janeiro (3,5%) e Nordeste (1,4%). As únicas indústrias que mostraram redução no período foram: Pernambuco (-9,3%), Paraná (-3,7%) e Bahia (-1,5%).

A atividade industrial da região Sul registrou em março 3,4% de expansão, em relação a igual mês do ano anterior, e os resultados acumulados do ano e acumulados dos últimos doze meses atingiram taxas de 7,2% e 4,2%, respectivamente. Em março, os Estados do Rio Grande do Sul (8,7%) e de Santa Ca-

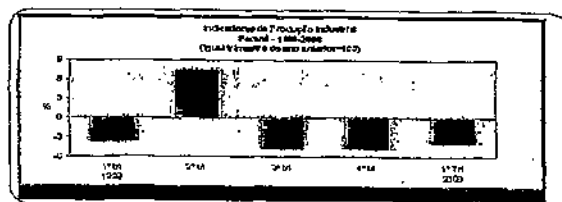
tarina (3,7%) permaneceram em crescimento. Já o Paraná apresentou queda de 5,1%.

Na comparação mensal (3,4%), os setores químico (6,7%), bebidas (36,6%) e material de transporte (21,9%) foram os que mais influenciaram o resultado global da região Sul. Entre as seis atividades que registraram queda, o impacto negativo mais expressivo ficou por conta do gênero fumo (-18,9%), devido à baixa produção de fumo em folha beneficiado.

A produção acumulada do primeiro trimestre, com crescimento de 7,2%, reflete o bom desempenho de dezesseis dos dezenove setores investigados. Dentre esses destacam-se, por ordem de importância na composição da taxa, os setores químico (14,5%) e mecânico (9,4%).

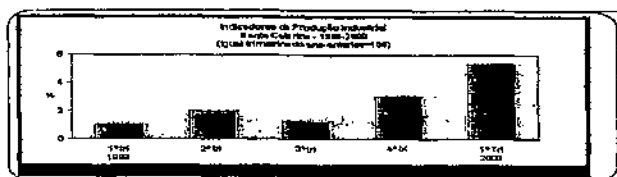


A indústria paranaense registra, em março, queda em todos os indicadores: -5,1% no mensal, -3,7% no acumulado do trimestre e -1,5% no acumulado em doze meses. Na comparação mensal, além de material elétrico (-40,6%), os setores que mais influenciaram o resultado foram produtos alimentares (-11,4%) e química (-6,4%). No que se refere ao índice trimestral, a queda de 3,7% assinala uma ligeira melhora em relação ao resultado do último trimestre de 1999 (-4,6%). Esse movimento reflete, principalmente, a desaceleração no ritmo de queda do gênero madeira, que passa de -22,9% no trimestre outubro-dezembro/1999 para -9,1% em janeiro-março/2000, e também o avanço apontado pelo gênero material de transporte, que passa de uma redução de 5,4% para um aumento de 21,9% de um trimestre para o outro.

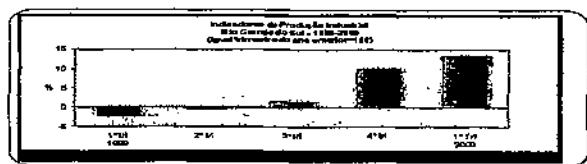


Em março, a atividade industrial catarinense novamente apresentou crescimento em todos os indicadores: 3,7% no mensal, 5,4% no trimestre e 2,9% nos últimos doze meses. No resultado do índice mensal (3,7%), nove dos dezessete gêneros registraram crescimento, destacando-se principalmente metalúrgica (25,7%) e produtos alimentares (6,7%).

No que se refere ao fechamento do primeiro trimestre deste ano (5,4%), observa-se um resultado que supera o do último trimestre do ano passado (3%), além de ser o melhor índice desde 1998.



O Rio Grande do Sul apresentou, em março, os seguintes resultados: 8,7% no mensal, 13,3% no acumulado do primeiro trimestre e 5,7% nos últimos doze meses.



Na passagem do quarto trimestre de 1999 para o primeiro trimestre deste ano, houve um aumento no índice de 10% para 13,3%, este último sendo o melhor resultado desde meados de 1997. Foram constatados ganhos nos segmentos de mecânica, que passou de -2,7% para 9,3%, e material de transporte, de 1,8% para 27%.

Sr. Presidente, esses dados demonstram a garra dos administradores de nossas empresas, que estão crescendo, gerando novos empregos, ajudando o Brasil a ser um país melhor para seu povo. Que isso sirva de exemplo para todos os brasileiros

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Ubiratan Aguiar) – Concedo a palavra ao Sr. Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Congressistas, a *Folha de S.Paulo*, hoje, estampa uma pesquisa de grande relevância: 64% preferem a ação social à Polícia. É muito relevante a pesquisa realizada pelo *DataFolha*, apontando que 64% dos paulista-

nos acreditam que, para reduzir a violência, o setor público deve priorizar o investimento social, medidas como combate ao desemprego e melhorias na educação, enquanto 34% preferem que a Polícia seja reforçada e, para 56%, o Governo não está empenhado na busca de soluções para o problema. Enfim, 6% são favoráveis ao uso do Exército no combate à violência.

A opinião pública está sensível aos acontecimentos. Notem, Srs. Congressistas, que a pesquisa foi realizada 48 horas após a Nação estar sob o impacto das cenas de violência do seqüestro em que Sandro, sobrevivente da Candelária, resolveu, num ato de desespero, sob o efeito de drogas, seqüestrar um ônibus no Jardim Botânico e render mais de dez pessoas sob a mira de um revólver. Depois, ocorreu a tragédia em que a Profª Geísa acabou morta, não pelo seqüestrador, mas pela inabilidade da ação da Polícia do Estado do Rio de Janeiro.

Para 41% dos entrevistados os policiais agiram bem ao matar o seqüestrador por asfixia, o que, certamente, na minha avaliação, constitui um erro dramático. De maneira alguma poderiam os policiais matar por conta própria, seja porque não há pena de morte, seja porque ninguém pode agir por suas próprias mãos. Além disso, não estavam os policiais sendo objeto de qualquer ameaça.

Por que essa pesquisa tem extraordinária relevância? À medida que o Presidente Fernando Henrique Cardoso, diante dos episódios de violência, está preocupado simplesmente em anunciar o Plano Nacional de Segurança Pública, com medidas que visam, sobretudo, à segurança imediata, inclusive preventiva, do ponto de vista da ação policial, e não se dando conta de que a raiz do problema da violência está na má distribuição da renda, na falta de investimentos na área social, é importante ressaltar que deveriam os Governos Federal, estaduais e municipais estar agindo muito mais na raiz dos problemas. Dessa forma, deveriam estar promovendo medidas que venham a prover oportunidades de emprego a todos os brasileiros e, sobretudo, fazer com que não haja mais condições para que pessoas como o Sandro cheguem ao estado de desespero que o levou a cometer aquele seqüestro que impôs tragédias à Sra. Geísa e a tantas outras pessoas.

O SR. PRESIDENTE (Ubiratan Aguiar) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Sérgio Novais, do PSB do Ceará.

O SR. SÉRGIO NOVAIS (Bloco/PSB – CE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Congressistas, inicialmente gostaria de saudar a abertura

do Congresso dos Urbanitários, hoje à noite, em Luziânia, categoria que congrega trabalhadores de água, esgoto, energia elétrica e gás canalizado, que vem atravessando graves problemas com o processo de privatização no Brasil. Essa categoria vem experimentando altos índices de demissão e tendo agravadas suas condições de trabalho. Todos os trabalhadores do Brasil estarão representados nesse congresso.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Congressistas, ontem foi aprovado na Comissão de Desenvolvimento Urbano e Interior relatório prévio de uma proposta de fiscalização e controle na empresa Coelce, do Estado do Ceará, que em abril de 1998 foi privatizada pelo Governador Tasso Jereissati, com apoio da Assembléia Legislativa daquele Estado.

Srs. Congressistas, vejam o que ocorreu nesses dois anos: primeiro, dezesseite mortes, sendo catorze por acidente de trabalho, mostrando o completo desrespeito às mínimas condições de trabalho. Trabalhadores sem nenhuma formação executam atividades de extrema periculosidade, até 13.800 volts. Em decorrência de acidentes de trabalho, catorze trabalhadores já morreram e três se suicidaram. Isso aconteceu em dois anos, alterando completamente o histórico de acidente de trabalho que existia quando a Coelce era uma empresa pública. Este é só um reflexo. Temos outros.

A perda da qualidade do serviço é uma coisa inimaginável. Chegou a faltar energia elétrica, três dias, em cidades como Santana do Acaraú, Baturité e Guaramiranga. As interrupções são constantes, chegando a faltar luz na casa de veraneio do governador do estado. A partir daí as coisas começaram a se complicar, porque faltou energia na casa do rei e houve uma multa de 6 milhões e 900 mil – a maior multa já aplicada em uma concessionária de energia elétrica ocorreu no Ceará pela agência local, com o aval da Aneel.

Essa situação tem reflexos no sistema de abastecimento de água. Quando cai a energia elétrica, as cidades ficam sem água, sem hospitais, sem postos de saúde. Cirurgias são interrompidas. Houve perda de bolsas de sangue e de vacinas, pela falta de refrigeração. Um verdadeiro caos instala-se no Ceará. E a Câmara dos Deputados, por meio da Comissão de Desenvolvimento Urbano e Interior, está buscando fiscalizar essa infra-estrutura que está abalada no Estado do Ceará.

Srs. Deputados, Srs. Senadores, ficamos surpresos com o recurso do Deputado Adolfo Marinho, do PSDB, do Ceará, que quer impedir o trâmite dessa

fiscalização. Perguntamos o porquê. Se falta energia, se morrem trabalhadores, se a situação é caótica, por que um deputado que representa o povo do Ceará nesta Casa está querendo acobertar tudo o que está ocorrendo no seu Estado?

Fico muito preocupado com essa atitude, porque demonstra para o povo brasileiro, particularmente para o povo cearense, que seus representantes nesta Casa não defendem seus interesses, e que estão aqui para defender outros interesses que precisam ser esclarecidos.

Todos os dias no interior do Estado do Ceará não se sabe como está a fiscalização da Coelce. A Aneel não pode ter a exclusividade de fiscalização. Quem deve fiscalizar é esta Casa, suas Comissões. A Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, a Comissão de Minas e Energia, a Comissão de Desenvolvimento Urbano e Interior, a Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias, todas as Comissões devem exercer a fiscalização. O Ministério Público também existe para coibir esse abuso disseminado por todo o País.

E digo mais, Srs. Congressistas: a partir de hoje estou coletando assinaturas para a criação de uma CPI das Elétricas, já que essa necessidade é evidente. Ontem participei do seminário sobre o colapso no sistema de fornecimento de energia elétrica no Brasil, patrocinado pela Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias e pela Comissão de Minas e Energia. A situação é dramática no País inteiro. Corremos altos riscos de blecautes, apagões, neste ano de 2000. Tal situação é decorrente da falta de investimentos e do descaso dessas concessionárias de energia elétrica que foram privatizadas.

Portanto, a partir de hoje, estamos coletando assinaturas para criar o mais rapidamente possível uma CPI sobre essas concessionárias de energia elétrica que merecem ser investigadas o quanto antes.

Era o que tinha a dizer.

O SR. ARLINDO CHINAGLIA – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ubiratan Aguiar) – Tem V. Exa. a palavra.

O SR. ARLINDO CHINAGLIA (PT – SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o art. 31 do Regimento Comum do Congresso Nacional determina que “a primeira meia hora da sessão será destinada aos oradores inscritos que poderão usar da palavra pelo prazo de cinco minutos improrrogáveis”. Depois nos remete para o art. 35, que diz: “Na Ordem do Dia, estando o projeto em fase de votação, e não havendo

número para as deliberações, passar-se-á à matéria seguinte em discussão". Os itens 18 até 32 da Ordem do Dia ainda estão em fase de discussão. Portanto, solicito a V. Exa. que inicie a Ordem do Dia, conforme o Regimento.

O SR. PRESIDENTE (Ubiratan Aguiar) – Em relação à questão de ordem de V. Exa., com apreço e em atenção à norma regimental, estávamos atendendo à ordem de inscrição para as Breves Comunicações, enquanto esperávamos atingir o **quorum**. Ele está praticamente atingido.

Tendo sido procedente a arguição, V. Exa. será brevemente atendido. Dentro de aproximadamente cinco minutos iniciaremos a votação.

O SR. ADOLFO MARINHO – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ubiratan Aguiar) – Tem V. Exa. a palavra.

O SR. ADOLFO MARINHO (Bloco/PSDB – CE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, como meu nome foi citado agora há pouco num pronunciamento feito pelo Deputado Sérgio Novais, eu gostaria de esclarecer a realidade dos fatos.

Efetivamente, na Comissão de Desenvolvimento Urbano e Interior, apresentei voto em separado em relação a um pedido de proposta de fiscalização e controle, por várias razões. Primeiro, é estranho que o requerimento do Deputado Alexandre Cardoso tenha sido endereçado à Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias e tenha passado a tramitar na Comissão de Desenvolvimento Urbano e Interior.

Segundo, há um requerimento nosso ao Presidente da Câmara dos Deputados, com base no Regimento da Casa, que dá como prerrogativa do parlamentar suscitar conflito de competência, sendo que a definição cabe ao Presidente da Casa. É estranho que ontem, após as 13h, extrapauta, quando não havia quase mais ninguém na Comissão, esse requerimento tenha sido aprovado, e o Brasil inteiro pôde ver na Internet que ele foi aprovado como se houvesse a anuência de todos os parlamentares da Comissão. Lá está dito: "Aprovado por unanimidade".

No que diz respeito ao mérito da questão, não há dúvida de que é preciso uma providência enérgica e urgente com relação ao desempenho da Coelce, mas isso a Aneel já fez e deu um prazo de noventa dias para a correção de todos os problemas, ameaçando, inclusive, iniciar um processo de cassação. Que mais o Parlamento pode fazer?

É estranho que a Comissão de Desenvolvimento Urbano e Interior esteja a serviço de interesses localizados, que não consultam o interesse das sociedades cearense e brasileira.

É preciso que essas questões sejam melhor esclarecidas porque, tal como está ocorrendo, isso depõe contra a Câmara Federal.

O SR. EURÍPEDES MIRANDA – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ubiratan Aguiar) – Tem V. Exa. a palavra.

O SR. EURÍPEDES MIRANDA (PDT – RO. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Congressistas, a truculência, a intimidação como formas de Governo só têm um fim: o comprometimento das liberdades democráticas, o risco de destruição do Estado de Direito. E o Governador José Bianco parece ter enveredado por esse caminho, ao tratar com a mesma violência mulheres de policiais militares, empresários e servidores públicos. Nosso Governador parece ter gostado da truculência de Fernando Henrique Cardoso, que adotou o estilo do predo e arrebento.

Ao meu ver, mandar prender mulheres que protestam contra as péssimas condições de trabalho de seus maridos, que clamam por tratamento digno do Governo aos seus policiais militares, é uma demonstração de que o Governador está perturbado. Suas ações refletem o desespero de quem vive no isolamento, de quem traiu todas as suas propostas de campanha e deu as costas a todos os seus eleitores. Imagino que o homem que põe na miséria 10 mil servidores públicos e suas famílias deva ter uma consciência tumultuada.

Na minha opinião, a mesma violência que atingiu as mulheres de policiais militares e os 10 mil servidores públicos demitidos atinge também os empresários do Estado, tratados sempre com suspeita. Num quadro de recessão agudo em que os pequenos, médios e microempresários vivem sempre a um passo da insolvência, tratá-los como um caso de polícia é um equívoco muito grave e jamais justificaria a sonegação de impostos, mas, sim, os métodos policiais-cos de cobrá-los, muitas vezes, injustificadamente. É o caso da tentativa de cobrança antecipada de ICMS de produtos que ainda não foram comercializados.

Essa conversa de ajuste fiscal a qualquer preço, de encher os cofres do Governo para não fazer nada, apenas cobrir conta de juros, é uma ladainha que temos visto no Governo Federal. Mas, quando se trata de um Governo sob inteiro controle do FMI e, portan-

to, sob ordens do sistema financeiro internacional, até dá para entender. Essa gente está no poder para servir aos seus senhores, aos seus patrões, não ao povo que o elegeu. Mas, em se tratando de um governo de estado como o de Rondônia, onde as carências multiplicam-se e a presença do Estado é fundamental para o desenvolvimento, não se pode tolerar uma conduta tão irresponsável e arrogante.

O cenário é desolador na cidade e no campo. Sem crédito, sem assistência técnica, sem nenhum tipo de apoio governamental, o agricultor fica por conta dos humores climáticos e da vontade divina. Já não há mais moeda em circulação no estado. O financiamento subsidiado do BNDES, tão farto às multinacionais, não chega ao nosso agricultor, ao nosso empresário que se propõe a gerar emprego e renda. E, diante disso, o governo do estado mantém-se em silêncio. Um silêncio cúmplice, que, com certeza, receberá o grito das urnas nas eleições municipais de outubro.

Era o que tinha a dizer.

O SR. MARÇAL FILHO – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ubiratan Aguiar) – Tem V. Exª a palavra.

O SR. MARÇAL FILHO (Bloco/PMDB – MS. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Congressistas, ao bater recorde, a criminalidade no Brasil apavora a sociedade, com a violência gerando ainda mais violência, a criminalidade gerando ainda mais criminalidade, a crueldade de criminosos destituídos de consciência vitimando cada vez mais indefesos brasileiros.

As razões, sejam de ordem social, sejam de ordem econômica, sejam de ordem política, sejam de ordem psíquicas, são muitas e diversas, além de conhecidas e discutidas diuturnamente, principalmente nesta Casa legislativa.

A revista **Veja** resumiu toda a atual situação em apenas sete letras garrafais em sua capa desta semana: **SOCORRO!**

Em completa matéria, a revista mostrou que as Capitais brasileiras são campeãs mundiais em assassinato; que há mais seguranças particulares em atividade do que policiais; que um em cada cinco jovens brasileiros já viu o corpo de alguém que morreu assassinado; que de cada cem crimes, só dois são desvendados; que a classe média já está blindando carro em consórcio a mil reais por mês e, ainda mais estarecedor, Sr. Presidente, que uma pessoa é morta a cada treze minutos no País.

Em minha região, infelizmente, não é diferente do restante do Brasil. A violência explode a cada final de semana, na Grande Dourados e fronteira.

E, para proteger a frágil sociedade, apresentei a esta Casa projeto de lei alterando a Lei dos Crimes Hediondos, que completa seus primeiros dez anos no próximo dia 25 de julho. Dez anos de crescente violência em nosso País, de norte a sul, de leste a oeste, seja nas grandes metrópoles, seja nos rincões do interior brasileiro, seja no campo, seja nas cidades.

Apresentei este projeto, Sr. Presidente, preocupado em minorar o sofrimento do nosso povo, que assiste diariamente, ao vivo ou pelos meios de comunicação, aos crimes mais graves cometidos contra as pessoas trabalhadoras de nossa sociedade, os chamados crimes hediondos.

A imprensa bombardeia-nos 24 horas por dia com noticiários recheados de violência, assaltos, seqüestros, estupros, latrocínios, com agressões a velhos, a mulheres, a crianças e até mesmo a autoridades constituídas.

Estamos à mercê dos bandidos, sendo destituídos do direito à liberdade, do direito de ir e vir, do direito à propriedade e à privacidade domiciliar.

E meu projeto de lei endurece ainda mais as penalidades dos criminosos, suprimindo as brechas, corrigindo as falhas deixadas pela atual legislação e que não se coadunam com a filosofia desse diploma legal, como prisão especial, suspensão condicional da pena e livramento condicional, pois os grandes criminosos têm que ser punidos exemplarmente, não só para que o meio social deles se livre por um bom tempo, como também para servir de exemplo contra a impunidade reinante entre nós.

O maior tempo que esses violentos criminosos passarão no presídio servirá, além disso, para que tenham a oportunidade de se recuperar com os meios oferecidos pela legislação penal em vigor.

Necessário se faz, Sr. Presidente, que envide-mos todos os esforços para conter a atual onda de violência, sob o risco das graves conseqüências que poderão vir a se abater sobre toda nossa sociedade, ansiosa por segurança, paz, tranquilidade e harmonia.

Como cidadãos, como pais de família e, acima de tudo, como legítimos representantes do povo brasileiro, não podemos nos omitir nem manter-nos surdos e cegos a essa violência.

Precisamos, sim, vencer a guerra contra o crime.

Por tudo isso, Sr. Presidente, conto com a compreensão e com o apoio de nossos ilustres pares para a rápida aprovação desse projeto de lei.

Muito obrigado.

O SR. WELLINGTON DIAS – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ubiratan Aguiar) – Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. WELLINGTON DIAS (PT – PI. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, eu gostaria de registrar aqui em meu nome e no do Partido dos Trabalhadores nossa tristeza com o trágico acidente com o nadador piauiense Daniel Aragon. Ele era vinculado ao Flamengo do Rio de Janeiro e muito nos orgulhou ganhando muitas medalhas e troféus, inclusive o Troféu José Finkel, do Círculo Militar de Teresina. No último domingo, foi vítima de acidente automobilístico ocorrido no Rio de Janeiro. Queremos transmitir esse nosso sentimento à sua família e ao povo do Brasil.

Mas eu queria, nesta ocasião, tratar do anúncio de realização de leilão das Centrais Elétricas do Piauí S/A – CEPISA, previsto para ser publicado no próximo dia 16. O BNDES estaria encaminhando esta semana o edital de publicação, que deve circular no **Diário Oficial** da União.

A Cepisa, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Congressistas, é uma empresa de energia elétrica para a qual defendíamos há algum tempo algumas alterações. Devo dizer que, como Deputado, porém, sou contrário a esse processo açodado de privatização de tudo.

Creio que a sociedade hoje percebe que tínhamos razões nesse posicionamento que o Partido dos Trabalhadores sustenta há vinte anos. Um posicionamento de quem acredita que é papel do Estado e da sociedade ter o controle das áreas estratégicas do ponto de vista do desenvolvimento, da segurança pública e, ao mesmo tempo, do ponto de vista da segurança nacional e do ser humano. Energia, água, telecomunicações, derivados de petróleo, minérios, etc. enquadram-se nesses setores. De tal modo que devemos manifestar aqui que o povo brasileiro já percebe, com as empresas elétricas que já foram privatizadas e outras do setor de telecomunicações também privatizadas, que o setor privado tem interesse apenas na lucratividade.

E por essa razão, se em regiões mais ricas como São Paulo, Rio de Janeiro, e tantos outros lugares deste País estamos tendo problemas pela falta de capacidade das Agências Nacionais de controlarem em nome da sociedade essas empresas, imaginem

os senhores um Estado de economia ainda débil, como o Piauí, perder uma empresa que está agora toda recuperada, saneada com recursos públicos por meio do próprio BNDES, cuja dívida ficará para ser bancada, grande parte dela, pelo povo pobre do Estado do Piauí, por meio do Tesouro do Estado, e ser ela repassada, quem sabe, como as outras, a um preço muito baixo, para, talvez, uma empresa estrangeira. Uma empresa que não tenha nenhuma responsabilidade social com nosso Estado, com o desenvolvimento, e que não tenha responsabilidade de fazer a energia chegar a vários povoados e pequenas localidades, a vários setores da agricultura que precisam da energia elétrica e que não poderão, quem sabe, muitas delas, pagar o custo elevado que o setor privado, muitas vezes, cobra em áreas agora estratégicas.

De maneira que estamos anunciando aqui que vamos ingressar com ações, juntamente com o Sindicato dos Urbanitários, e estamos convidando a Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional Piauí – e outras organizações, contra esse leilão.

Acreditamos que a privatização de um setor estrategicamente importante para o desenvolvimento do Piauí, como é o setor elétrico, a Barragem de Boa Esperança, a Agespisa etc., por uma questão de respeito, de juízo e de bom senso, não pode ser repassado para o setor privado ou mesmo para os estrangeiros.

Não podemos, nessa loucura de queimar nosso patrimônio público transformando-o em dólares, para devolver depois para esses estrangeiros, arrebentar com as possibilidades de desenvolvimento de uma região como o Piauí e com a região do Meio-Norte brasileiro.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, quero também registrar, com muita alegria, importante audiência pública de negociação e conciliação realizada a partir de iniciativa que tivemos na Comissão de Fiscalização Financeira e Controle desta Casa. A audiência pública aconteceu na última semana, teve lugar na sala das Comissões Técnicas da Assembléia Legislativa do Estado do Piauí e contou com a presença do Presidente daquela Casa, Deputado Kléber Eulálio; dos Deputados Leal Júnior, do PFL, que trabalha a possibilidade de criação de uma CPI da Telema. naquela Casa; Prado Júnior, do PDT; Wilson Martins, do PSDB; Henrique Rebelo, do PMDB; Tadeu Maia, do PPB; com representação da Deputada Francisca Trindade do PT; e de tantos outros Parlamentares de vários partidos.

A iniciativa dessa audiência partiu do Deputado Flávio Nogueira, do Partido dos Trabalhadores, numa

parceria, portanto, com a representação da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, da qual faço parte como membro efetivo do Partido dos Trabalhadores, nesta Casa, e contou com a presença do Promotor Público, Dr. Drumond, Chefe do Decon no Estado do Piauí, mas também com a representação da Associação de Moradores, através da Sr^a Célia, da Câmara Municipal de Teresina, por meio da Vereadora Flora Isabel e de outros Vereadores que lá estiveram, e também com a representação de setores da sociedade ali presentes.

Nessa audiência pública tivemos, ainda, a presença do Dr. Aka Abicar Mecianir, que representava ali, juntamente com outros quatro assessores, a Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL; do Dr. Ronaldo Pereira, Diretor-Superintendente da Telemar, da Regional Meio-Norte do Brasil, sediada em Fortaleza; e do Dr. José Isaias, representando a Direção local da Telemar.

Por que foi importante essa audiência? Primeiro porque queríamos resposta para cinco problemas graves verificados em nosso Estado.

Com a privatização, tivemos um processo de demissão de servidores no Estado e o fechamento de postos de atendimento. Assim, a população ficou à mercê, vítima da precarização desses serviços. Foi acertada a contratação de mais quarenta funcionários que irão trabalhar na área de atendimento.

Há necessidade de se ter um poder de solução para os problemas lá dentro do Estado. Eu, como Deputado Federal, ou outra autoridade do Estado, para resolver o problema, na área de telecomunicações, de uma empresa que atua em todo o Piauí, muitas vezes era chamado a me dirigir a Fortaleza, Recife ou Rio de Janeiro. Agora, o Dr. José Isaias terá autonomia para a solução dos problemas locais.

Há necessidade de uma forte campanha de informação sobre as alterações que se estão processando; há necessidade de respeito aos usuários: contas de telefone que não chegavam; cortes indevidos de contas telefônicas; valores de ligações não realizadas incluídas nas contas, enfim, um completo desrespeito ao consumidor. Foram anunciadas providências no sentido de solução pela Telemar, e ao mesmo tempo a destinação de que representantes da Telemar estarão atendendo diretamente ao Decon e terão um setor para atendimento de pessoal na própria Telemar, além dos serviços feitos por meio do sistema telefônico.

Para se saber o endereço de uma pessoa residente na cidade de Teresina, por exemplo, era neces-

sário ligar para Fortaleza ou para outro Estado com a centralização desse serviços. Em alguns serviços isso é possível, mas em outros serviços é necessário ter um atendimento humano, com pessoas. Como foi dito pelo Dr. Drumond, do Decon, como resolver, por meio do 0800, de ligação gratuita, o problema de uma pessoa que tenha na sua conta interurbanos internacionais para países com os quais, com certeza, ele não tem nenhuma ligação. É preciso, portanto, ter alguém para receber a reclamação e dar uma solução direta, olho no olho, a fim de resolver um problema como esse. Há situações, ainda, em que não se sabe ou não se sabia, pelo menos, sobre o plano de expansão da rede. Cidades que há muito reivindicam a ampliação da rede de telefones, de instalação de terminais públicos em escolas, hospitais, delegacias e bairros mais distantes, querem o cumprimento das regras pela Anatel – foi acertado um acordo, inclusive de apresentação desse compromisso entre a Telemar e a Anatel, e serão prestadas contas a cada seis meses.

Creio que, mais uma vez, o Piauí, com uma negociação como esta, mostra ao Brasil um caminho para problemas que não acontecem só naquela região, mas em outros Estados da Federação.

Quero aqui, como quem teve essa iniciativa, agradecer à Telemar e à Anatel, mas também aos membros da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, que entenderam como importante esse processo, e a todas as autoridades e pessoas do Estado do Piauí que participaram dessas negociações.

E espero que possamos, nos prazos que foram estabelecidos, ver o cumprimento do prometido. Caso contrário, vamos ter de tomar providências mais duras, porque o que desejamos é a qualidade dos serviços e o respeito ao povo do Piauí.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. DANILO DE CASTRO – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ubiratan Aguiar) – Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. DANILO DE CASTRO (Bloco/PSDB – MG. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, gostaria que V. Ex^a mandasse registrar nos Anais da Casa e divulgar no programa A Voz do Brasil justificativa que faço, em nome da Caixa Econômica Federal, sobre razões de possíveis atrasos na transferência de recursos do OGU.

Esses recursos chegaram tarde à CEF porque a Lei nº 9.969 foi publicada apenas em 11 de maio e a

Instrução Normativa nº 5, da Secretaria do Tesouro Nacional, que regulamenta a Lei de Responsabilidade Fiscal, foi publicada em 9 de junho.

Há, na Caixa, um esforço muito grande para que todos os Parlamentares sejam atendidos em tempo hábil.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O ORADOR:

RELATÓRIO SOBRE AS CONDIÇÕES PARA A EFETIVAÇÃO DAS TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS DE RECURSOS DO ORÇAMENTO GERAL DA UNIÃO – OGU

1 – PRAZOS

1.1 – A Lei Orçamentária nº 9.969 foi publicada no dia 11 de maio de 2000.

1.2 – A Instrução Normativa nº 5, da Secretaria do Tesouro Nacional, que regulamenta a Lei de Responsabilidade Fiscal, foi publicada em 9 de junho de 2000.

1.3 – A Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, que disciplina os procedimentos eleitorais, dispõe em seu artigo 73, inciso VI, que é proibido aos agentes públicos, nos três meses que antecederem a cada pleito eleitoral, “realizar transferência voluntária de recursos da União aos Estados e Municípios, e dos Estados aos Municípios, sob pena de nulidade de pleno direito, ressalvados os recursos destinados a cumprir obrigação formal preexistente para execução de obra ou serviço em andamento (grifo nosso) e com cronograma fixado, e os destinados a atender situações de emergência ou calamidade pública”. A data limite para o efetivo início das obras para o ano corrente, portanto, é 30 de junho próximo.

1.4 – Conclui-se que o prazo legal para a contratação das obras que são objeto de emendas orçamentárias, assim como de seu início físico efetivo que garantiria a aplicação dos recursos nos próximos meses, limitou-se este ano a **14 dias úteis**. Além dos prazos exíguos, a legislação impõe condições para a liberação dos recursos orçamentários.

2 – CONDIÇÕES

2.1 – A Lei de Responsabilidade Fiscal e a Lei de Diretrizes Orçamentárias determinam que seja verificada a situação de adimplência dos proponentes junto ao INSS e à União Federal, mediante apresentação de certidões ou por meio de pesquisa prévia ao Cadin e ao Siafi, bem como a verificação do efetivo exercício pelo proponente da sua competência tributária, no tocante a impostos.

2.2 – Dispositivo da Lei de Responsabilidade Fiscal regulamentado por meio da citada Instrução Normativa nº 5 exige a declaração expressa, pelo representante legal do proponente, do atendimento ao inciso IV do artigo 25 do citado diploma legal, que, dentre outros aspectos, aborda o cumprimento do limite constitucional de aplicação em educação e das despesas totais com pessoal.

2.3 – Nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal, deverá o proponente apresentar cópia da publicação do Relatório de Gestão Fiscal e do Relatório Resumido da Execução Orçamentária, este último em cumprimento ao artigo 165, § 3º, da Constituição Federal, bem como, nos casos dos Estados e do Distrito Federal, a declaração expressa de encaminhamento das contas anuais ao Poder Executivo Federal.

2.4 – O Parecer AGU/LA – 2/96, de 23-8-96, da Advocacia-Geral da União, discorre, no seu item 34, que “obra em andamento é aquela que, já tendo sido iniciada, ainda não foi concluída e esse início da obra deve ser, **inequivocadamente, físico**, (grifo nosso) ou seja, deve ter sido iniciada a construção, a reforma, a fabricação, a recuperação ou a ampliação

Dessa forma, o desembolso de recursos da União no período que antecede às eleições está condicionado ao efetivo início das obras contratadas, não se confundindo com as mencionadas obras os atos preparatórios necessários ao seu início.

3 – CONCLUSÃO

3.1 – Embora a expectativa da Caixa seja a de poder celebrar todos os contratos até 30 de junho próximo, é improvável que, no espaço de tempo restante, as Administrações Públicas beneficiárias possam ter os projetos executivos e os orçamentos aprovados, as licitações concluídas, os contratos de obras firmados e, finalmente, estas com início físico caracterizado, de modo a habilitarem-se a desembolsos no decorrer do período pré-eleitoral.

3.2 – Nada impede, no entanto, que se pratique, nos três meses que antecedem as eleições, os atos preparatórios necessários ao início das obras ou serviços, incluindo-se aí a assinatura dos contratos, atos aqueles que assegurariam o imediato início dos desembolsos tão logo concluído o processo eleitoral.

4 – COMPLEMENTOS

4.1 – A Caixa Econômica Federal vem firmando parcerias com diversos Ministérios e Autarquias para implementação de ações voltadas à aplicação de recursos consignados no Orçamento Geral da União. Dentre as mencionadas parcerias, destacamos a Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano da Pre-

sidência da República, o Ministério do Desenvolvimento Agrário, o Ministério da Agricultura e do Abastecimento, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária e o Instituto Nacional de Desenvolvimento do Desporto.

4.2 – Cabe observar a efetividade das contratações relativas ao Orçamento de 1999, onde a Caixa viabilizou a contratação de 98,39% dos recursos autorizados pelos Gestores, representando a contratação de 5.775 operações, no valor total de repasse de R\$783,8 milhões. A aplicação não foi total apenas por causa de problemas relacionados à apresentação da Certidão Negativa de Dívida do INSS.

4.3 – Por fim, cabe destacar que a Caixa recebeu a certificação ISO 9002 pela qualidade da prestação de serviços da aplicação das emendas do OGU, que eliminaram a possibilidade de fraudes ou superfaturamento. O serviço recebeu elogios de órgãos de controle interno e externo como a Secretaria Federal de Controle e o TCU. No último caso, foi afirmado que *“... ante o rigor demonstrado pela Caixa nas vitórias sob sua competência, aliado aos mecanismos de liberação dos repasses adotados nos normativos, fica garantida a adequada aplicação, por parte das Prefeituras Municipais, dos recursos destinados aos programas”*. (Decisão plenária nº 952/99 do TCU).

O SR. PRESIDENTE (Ubiratan Aguiar) – V. Exa. será atendido.

O SR. ALOÍZIO SANTOS – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ubiratan Aguiar) – Tem V. Exa. a palavra.

O SR. ALOÍZIO SANTOS (Bloco/PSDB – ES. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Srs. Congressistas, o Espírito Santo, juntamente com o Ceará, registrou o melhor desempenho industrial do País, no mês de abril, de acordo com o levantamento feito pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Em comparação com o mesmo período de 1999, a taxa de crescimento industrial do Espírito Santo foi de 5,3%, seguido de Minas Gerais, que obteve 4,2%.

No acumulado do ano, o desempenho do Espírito Santo é de 8,5%, e nos últimos doze meses o índice de crescimento do Estado é de 10,5%, aponta a pesquisa do IBGE divulgada ontem e que levantou o desempenho industrial em doze regiões do País.

De acordo com o IBGE, no Espírito Santo, houve uma pequena desaceleração no ritmo de crescimento da produção a partir de fevereiro, principal-

mente nos segmentos com vocação exportadora, como a metalúrgica e extrativa mineral.

A pesquisa do IBGE aponta que os ramos responsáveis pelo crescimento do Estado são extrativa mineral (11,9%) e produtos alimentares (27,7%). Foi registrada queda acentuada, de 48,5%, na indústria têxtil, pressionada pela queda na produção de tecido acabado de filamentos contínuos, que perde espaço para os tecidos de algodão.

A análise feita pelo IBGE ressalta que a indústria têxtil, que teve desempenho positivo nos Estados do Nordeste, no Espírito Santo, foi o maior destaque negativo, com queda de 26,8%. A pesquisa aponta que no ano passado este segmento ocupava uma posição favorável em relação aos demais ramos industriais.

No Ceará, que teve a mesma taxa de crescimento industrial do Espírito Santo, os segmentos de maior impacto na formação da taxa global são os produtos alimentares (19%), metalúrgica (17,5%) e têxtil (15,9%).

O IBGE aponta que no Ceará o crescimento acumulado do ano é de 9,6% e de 5,9% nos últimos doze meses. É destacado que a indústria cearense revela as melhores marcas entre os locais pesquisados no Nordeste.

O Presidente da Federação das Indústrias do Espírito Santo (FINDES), José Bráulio Bassini, avalia que o Espírito Santo fechará o ano com crescimento da produção industrial superior a 10%, situação que trará reflexos altamente positivos para o Estado e poderá representar a atração de novos investimentos.

O Espírito Santo está muito bem situado em comparação com os demais Estados pesquisados nos levantamentos feitos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), e esses resultados, segundo Bassini, estão colocando o Estado numa posição de destaque no cenário da economia nacional.

Para o Presidente da FINDES os principais motivos para os bons níveis de desempenho industrial conquistados pelo Espírito Santo devem-se, principalmente, ao aumento da produção e à desvalorização cambial ocorridos no ano passado. Ele lembrou que as grandes indústrias que vendem sua produção para o mercado internacional estão produzindo em sua capacidade máxima e vendendo a bons preços.

Bassini lembra que a Samarco Mineração, a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), a Companhia Siderúrgica de Tubarão (CST) e a Aracruz Celulose estão produzindo em sua capacidade total, o que dá a

garantia de boa colocação para o Espírito Santo no **ranking** nacional para este ano. Para 2001, no entanto, a produção do Estado, destinada ao mercado internacional deverá manter-se nos patamares atuais porque os projetos de expansão dessas empresas só estarão concluídos em 2002.

O Estado tem condições de aumentar sua produção em segmentos voltados para o mercado interno, que estão com capacidade ociosa. Esse incremento, no entanto, vai depender da recuperação da economia nacional, destacou Bassini. Mesmo assim ele acredita que o Espírito Santo conseguirá manter posição de destaque no próximo ano.

Sr. Presidente, registro ainda que o Banco do Brasil está trazendo para o Espírito Santo o Fundo de Aval para a Geração de Emprego e Renda. A sigla que vai identificar o Fundo, Funproger, não é rica em termos de sonoridade, mas a novidade vai soar como a mais fina música para os ouvidos dos pequenos e microempresários.

O Funproger vem ocupar a lacuna mais carente no processo de concessão de crédito, pois sua proposta é a de integralizar garantias. Os menos familiarizados com o tema talvez não tenham a exata dimensão do alcance que o lançamento de algo como um fundo de aval possa representar. Isso porque, resolvida a disponibilidade de recursos, para o financiamento, o maior problema para a pequena e microempresa reside na constituição de garantias, que tornem o empréstimo adequado às técnicas bancárias.

A disponibilidade de recursos hoje, finalmente, é um assunto resolvido. Tomando como referência o saldo existente no final do ano passado, o Banco do Brasil chega em junho com o triplo do volume aplicado no Proger Urbano. São quase R\$3 milhões impulsionando investimentos no Espírito Santo, tornando as empresas mais modernas e competitivas. E há recursos disponíveis para novas demandas, em linhas de capital de giro, investimento ou antecipação de recebíveis.

O Programa de Geração de Emprego e Renda tem uma face rural e outra urbana. A primeira dá condições para que a pequena propriedade rural possa tornar-se viável, criando emprego e mantendo o trabalhador no campo. A segunda abre novos postos de trabalho na cidade, na medida em que fortalece a pequena e a microempresa urbana.

As duas faces, urbana e rural, foram propositalmente apresentadas sob uma ótica social, pois o que o parágrafo anterior destacou nelas foi a capacidade de gerar emprego e manter o trabalhador no campo. Mas é mais que sabido que a leitura de um pa-

pel social do pequeno e microempreendedor, urbano ou rural, está longe de esgotar a análise do papel que eles desempenham na economia.

As pequenas e microempresas possuem elevada capacidade de produção. E quanto mais se tornam competitivas e modernas, mais agregam renda e divisas, e mais contribuem para a produção total de riquezas.

O investimento na pequena empresa tem assim o raro mérito de conjugar medidas que, ao tempo em que impulsionam a economia, criam uma sólida base social.

Voltemos a falar de garantias: reza a boa técnica bancária que a operação de crédito deve ser amparada, entre outros aspectos, por garantias que tornem viável a participação do agente financiador. E quando se trata de lidar com recursos como os do Proger, captados pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador e que precisam retornar para que voltem a impulsionar a economia, o cuidado do agente financeiro precisa ser ainda maior. Que é preciso financiar as pequenas e microempresas ninguém em sã consciência advoga em contrário. Mas a responsabilidade com o dinheiro público nos obriga a medir as garantias que amparam a operação.

O Funproger chega com um aporte do FAT da ordem de R\$50 milhões para socorrer os casos imensamente comuns de insuficiência de garantias. O fundo vai ser mais um elemento para facilitar a chegada do recurso financeiro na contabilidade de quem realmente necessita.

Sr. Presidente, peço a divulgação deste pronunciamento em todos os meios de comunicação desta Casa.

O SR. SÉRGIO NOVAIS – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ubiratan Aguiar) – Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. SÉRGIO NOVAIS (Bloco/PSB – CE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero somente contraditar o Deputado Adolfo Marinho, do PSDB do Ceará, quando afirma que a Comissão de Desenvolvimento Urbano e Interior não tem competência para fiscalizar.

Vou somente ler rapidamente o art. 32, inciso XV, do Regimento Interno, que diz que à Comissão do Desenvolvimento Urbano e Interior compete:

“Art. 32

XV

a) assuntos atinentes a urbanismo e arquitetura; política e desenvolvimento urba-

no; uso e ocupação do solo urbano; habitação e sistema financeiro da habitação; transportes urbanos; infra-estrutura urbana e saneamento básico;"

O que é energia elétrica senão infra-estrutura urbana? Portanto, faço aqui essa contradição no sentido de que, se se quiser acobertar, que se explicita isso, mas via Regimento vai ser difícil.

O SR. PRESIDENTE (Ubiratan Aguiar) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Avenzoar Arruda.

O SR. AVENZOAR ARRUDA (PT – PB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{tes} e Srs. Parlamentares, deveríamos ter hoje audiência na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público com o Ministro Martus Tavares, do Planejamento, Orçamento e Gestão, sobre o mérito da greve dos servidores públicos federais. O Ministro tem comparecido ao Congresso Nacional, seja no Senado Federal, seja na Câmara dos Deputados, em diversas Comissões, para tratar de outros assuntos, mas não tem tratado do mérito das reivindicações apresentadas pelas diversas entidades representativas dos servidores públicos.

Infelizmente, parece-me que o Presidente da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, Deputado Jovair Arantes, não tem percebido que esse é um assunto pertinente àquela Comissão, correndo o risco de acontecer o mesmo que houve no caso do salário mínimo, quando foi necessária a instalação de uma Comissão Especial para tratar daquele assunto, porque a Comissão Permanente atinente à matéria não se pronunciava, não discutia.

O tratamento com as Comissões Permanentes, a se continuar nesse ritmo, será muito difícil. E digo que a responsabilidade é do Presidente da Comissão, do Deputado Jovair Arantes, porque S. Ex^a deveria, evidentemente, insistir para que acontecesse aquela audiência pública e que fosse discutida a questão, que é tema, objeto da Comissão Permanente.

Portanto, deixo esse registro e o apelo para que as Comissões Permanentes discutam efetivamente seus temas.

Sr. Presidente, outra questão que gostaria de registrar é que ontem foi apresentado o relatório que trata da transposição das águas do Rio São Francisco, e, infelizmente, o nobre Relator está vinculando essa transposição à privatização da Chesf.

Creio que o nobre Relator, Deputado Marcondes Gadelha, acabou prejudicando, em muito, a perspectiva de transposição das águas, na medida em que, fazendo a vinculação à privatização da Chesf, evidente-

mente não terá o nosso apoio, não poderá ter o nosso apoio e certamente ali, talvez, tenha sido o encerramento da discussão, que é extremamente importante. Na medida em que foi feita essa vinculação, é óbvio que agora as coisas ficaram bem mais difíceis.

Foi uma infelicidade ter feito a relação entre a transposição das águas do Rio São Francisco – uma questão extremamente importante para o Nordeste, particularmente para os Estados da Paraíba, Ceará e Rio Grande do Norte – e a privatização da Chesf. Creio que agora as coisas tornaram-se mais difíceis, até porque, como discutimos muitas vezes no grupo de trabalho, não há porque se considerar que a privatização é necessária. Sabemos, inclusive, que essa idéia se opõe à transposição das águas quando caracteriza o uso múltiplo da água e canaliza o uso do rio mais para a produção de energia do que para os diversos usos que devem ser feitos da água.

Quero deixar registrado aqui que, na medida em que o relatório foi apresentado e foi feita a vinculação da privatização da Chesf à transposição das águas do Rio São Francisco, infelizmente, houve um retrocesso. Se ontem a perspectiva é de que houvesse essa transposição, hoje ela não existe mais, por um equívoco do Relator, quando fez essa vinculação, essa sugestão infeliz. Todos já havíamos debatido e combatido essa idéia de vincular a privatização da Chesf à transposição das águas do Rio São Francisco.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PROFESSOR LUIZINHO – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ubiratan Aguiar) – Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. PROFESSOR LUIZINHO (PT – SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, temos, do ponto de vista regimental, uma ordem para a sessão. O período de Breves Comunicações é de trinta minutos e, imediatamente após essa fase, passa-se à Ordem do Dia.

Solicito a V. Ex^a que dê início à Ordem do Dia, porque é necessário que os projetos entrem em discussão. Se vai haver **quorum** na hora da votação é outro problema. Mas como eles estão em discussão, regimentalmente abre-se a Ordem do Dia e inicia-se a discussão.

O SR. PRESIDENTE (Ubiratan Aguiar) – Procede a questão de ordem de V. Ex^a. Há expediente sobre a mesa que será lido e, logo em seguida, iniciaremos a Ordem do Dia.

O Sr. Ubiratan Aguiar, 1º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Antonio Carlos Magalhães, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Sobre a mesa ofícios que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário, Deputado Ubiratan Aguiar.

São lidos os seguintes:

OFÍCIO Nº P-50/2000 – CMPOPE

Brasília, 6 de junho de 2000

Senhor Presidente,

Em virtude do afastamento do Deputado Carlos Mellès do exercício do mandato e, tendo o mesmo sido Relator-Geral do Projeto de Lei nº 20, de 1999-CN, que “Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2000” (Lei Orçamentária para 2000), convertido na Lei nº 9.969, de 11 de maio de 2000, participo a V. Exª com base no art. 89, § 1º do Regimento Interno do Senado Federal, que após a elaboração da redação final e do seu encaminhamento à sanção, foi detectada a existência

de erro material no processamento do parecer final e do conseqüente Autógrafo, no quadro referente à despesa, conforme indicado na planilha anexa.

Assinalamos que a correção do erro material identificado na página nº 165 do DOU deve-se à aglutinação indevida de dois subtítulos, constantes das emendas nºs 22590002 e 35380004, referentes aos municípios de Corrente – PI e Correntes – PE. O item relativo à página nº 184 se refere a erro no processamento do parecer da emenda nº 33800007.

A fundamentação regimental para o encaminhamento das correções acha-se contida no art. 325, item “b”, do Regimento Interno do Senado Federal, supletivo do Regimento Comum do Congresso Nacional, por força do art. 151 deste, bem como no art. 5º da Resolução nº 2, de 1994, por se tratar de matéria da mesma natureza.

Outrossim, solicito a V. Exª o encaminhamento de pedido de retificação por erro material à Chefia do Poder Executivo, após manifestação do Plenário do Congresso Nacional.

Na oportunidade, apresento a V. Exª protestos de elevada estima e distinta consideração.

Senador **Gilberto Mestrinho**, Presidente.

**ERRATA DO AUTÓGRAFO DO PL Nº 20/99-CN, PUBLICADO NO DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL, EM 13 DE ABRIL DE 2000
(DETALHAMENTO DO CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO)**

Pág. D.O.U.	Retificação	Cód. UO	Noma UO	Funcional-Programática	Título / Subtítulo	E S F	MOD	U S D	FTE	OND	Dotação	Alteração
165	Onde se lê:	20117	SEDU	16.482.0128.3958.0008	MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE HABITABILIDADE - CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÕES POPULARES - CORRENTES - PE	F	40	0	100	4	80.000	Desmembramento de aglutinação indevida de subtítulos referentes às emendas nºs 22590002 e 35380004
		20117	SEDU	16.482.0128.3958.0008	MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE HABITABILIDADE - CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÕES POPULARES - CORRENTES - PE	F	40	0	175	4	100.000	
	Leia-se:	20117	SEDU	16.482.0128.3958.1652	MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE HABITABILIDADE - CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÕES POPULARES - CORRENTE - PI	F	40	0	100	4	80.000	
		20117	SEDU	16.482.0128.3958.0008	MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE HABITABILIDADE - CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÕES POPULARES - CORRENTES - PE	F	40	0	175	4	100.000	
184	Onde se lê:	20117	SEDU	15.451.0805.1920.0004	IMPLANTAÇÃO, AMPLIAÇÃO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - CARAPICUÍBA - SP	F	40	0	100	4	50.000	Correção do subtítulo/etiquetização, conforme solicitado na emenda aprovada.
	Leia-se:	20117	SEDU	15.451.0805.1920.9999	IMPLANTAÇÃO, AMPLIAÇÃO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - NOVO HORIZONTE - SP	F	40	0	100	4	50.000	

OFÍCIO Nº P-51/2000 – CMPOPF

Brasília, 6 de junho de 2000

Senhor Presidente,

Em virtude do afastamento do Deputado Carlos Melles do exercício do mandato e, tendo sido o mesmo Relator-Geral do Projeto de Lei nº 20/99-CN (Orçamento da União para 2000), convertido na Lei nº 9.969, de 11 de maio de 2000, participo a V. Exª que, após a elaboração da redação final e do encaminhamento dessa à sanção, foi detectada a existência de erro material no processamento do parecer final e do conseqüente Autógrafo.

Observou-se que, devido a erro de processamento, consta indevidamente do Quadro III – Subtítulos cuja execução é vedada nos termos do art. 5º, § 1º o subtítulo Recuperação dos Molhes do Porto de Rio Grande – no Estado do Rio Grande do Sul. Neste caso, ressalto, o subtítulo sequer consta da programação orçamentária para 2000, devendo, portanto, ser excluído do referido quadro.

A fundamentação regimental para o encaminhamento das correções acha-se contida no art. 325, tem “b”, do Regimento Interno do Senado Federal, supletivo do Regimento Comum do Congresso Nacional, por força do art. 151 deste, bem como no art. 5º da Resolução nº 2, de 1994, por se tratar de matéria da mesma natureza.

Outrossim, solicito a V. Exª a encaminhamento de pedido de retificação por erro material à Chefia da Poder Executivo, após manifestação do Plenário do Congresso Nacional.

Na oportunidade, apresento a V. Exª protestos de elevada estima e distinta consideração.

Senador **Gilberto Mestrinho**, Presidente.

OFÍCIO Nº P-53/2000 – CMPOPF

Brasília, 8 de junho de 2000

Senhor Presidente,

Em virtude do afastamento do Deputado Carlos Melles do exercício do mandato e, tendo o mesmo sido Relator-Geral do Projeto de Lei nº 20, de 1999-CN, que “Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2000” (Lei Orçamentária para 2000), convertido na Lei nº 9.969, de 11 de maio de 2000, participo a V. Exª que, após a elaboração da redação final e do seu encaminhamento à sanção, registrou-se solicitação de retificação por parte da Bancada do Distrito Federal.

Conforme expediente de 20-4-2000, na Emenda de Bancada nº 71080002, que resultou no subtítulo 28.845.0904.5593.0002 – Implantação do Metrô do Distrito Federal, trecho Taguatinga – Ceilândia – DF, figurou indevidamente a discriminação do trecho. O título correto consta da ata de reunião, realizada em 21-10-99, que aprovou a elaboração das emendas da Bancada do Distrito Federal ao Projeto de Lei nº 20/99-CN, qual seja Construção do Metrô – DF.

Sobre o assunto, cabe destacar que a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização – CMPOPF, tem decidido de forma reiterada no sentido de acatar o entendimento expresso nas atas das reuniões de bancadas, em detrimento daquele consignado nas emendas, quando verificar-se divergência entre ambos. De outra parte, a fundamentação regimental para o encaminhamento da correção acha-se contida no art. 325, item “b”, do Regimento Interno do Senado Federal, supletivo do Regimento Comum do Congresso Nacional, por força do art. 151 deste, bem como no art. 5º da Resolução nº 2, de 1994, por se tratar de matéria da mesma natureza.

Por fim, solicito a V. Exª o encaminhamento de pedido de retificação à Chefia do Poder Executivo, após ciência do fato à CMPOPF e da manifestação do Plenário do Congresso Nacional.

Na oportunidade, apresento a V. Exª protestos de elevada estima e distinta consideração.

Senador **Gilberto Mestrinho**, Presidente.

OFÍCIO Nº

Brasília, 20 de abril de 2000

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, nós, representantes da Bancada do Distrito Federal no Congresso Nacional, solicitamos sua valiosa atenção no sentido de autorizar uma retificação no título da nossa Emenda de Bancada nº 71080002, apresentada ao Projeto de Lei nº 20/99 – CN, aprovada parcialmente na UO 73105 – Governo do Distrito Federal – Recursos Sob Supervisão do Ministério da Fazenda, Subprojeto: 28845.0904.5593.0002 – Implantação do Metrô do Distrito Federal, trecho Taguatinga – Ceilândia – DF, passando a ter o seguinte título: Implantação do Metrô do Distrito Federal.

A presente solicitação não traz nenhum prejuízo na ação originalmente proposta, visto que não haverá redução de metas, nem tão pouco mudança

no objetivo primordial da referida Emenda, que é a Construção do Metrô – DF, em consonância com o título explicitado nas Emendas de Bancada do Distrito Federal, constantes da Ata de Reunião da Bancada do DF, realizada em 21-10-99, conforme cópia anexa.

A retificação ora proposta permite que, com o mesmo montante de recursos aprovados, seja possível executar, além do trecho Taguatinga – Ceilândia, também as obras complementares e essenciais à operação do Metrô do Distrito Federal em toda sua extensão, permitindo assim a interligação das Cidades Satélites com o Plano Piloto.

Atenciosamente, – **José Roberto Arruda**, Coordenador de Bancada – **Agnelo Queiroz**, Coordenador de Bancada.

BANCADA DO DISTRITO FEDERAL NO CONGRESSO NACIONAL

APOJAMENTO AO OFÍCIO Nº

Senador

José Roberto Arruda – Lauro Campos – Luiz Estevão

Deputado(a)

Agnelo Queiroz – Alberto Fraga – Geraldo Magela – Jorge Pinheiro – Maria Abadia – Paulo Octávio – Pedro Celso – Ricardo Noronha(*)

Brasília, 20 de abril de 2000

(*) Deputado no exercício do mandato durante o prazo de apresentação das emendas ao OGU 2000.

Orçamento Geral da União – 2000

Plano Plurianual 2000/2003

Emendas de Bancada do Distrito Federal

ATA DE REUNIÃO

Aos 21 dias do mês de outubro de 1999, às 12 horas, reuniu-se no Congresso Nacional a Bancada do Distrito Federal, registrando-se a presença de Senadores e Deputados Federais, que assinaram a presente ata e estão abaixo identificados.

A reunião destinou-se à elaboração de emendas coletivas a serem apresentadas ao Projeto de Lei nº 20/99 – CN, que estima a receita e fixa a des-

pesa da União para o exercício financeiro de 2000 e ao Projeto de Lei nº 19/99, que dispõe sobre o Plano Plurianual para o período 2000/2003.

Os parlamentares do DF (totalidade de representação, satisfeito, portanto, o limite mínimo de três quartos da bancada fixado no Inciso II, art. 20 da Resolução nº 2 do Congresso Nacional) decidiram apresentar as seguintes emendas de bancada para a relatoria.

EMENDAS AO OGU	VALOR (R\$)
CONSTRUÇÃO DO METRÔ/DF	120.000.000,00
CONSTRUÇÃO DO HOSPITAL DO PARANOÁ	15.000.000,00
REEQUIPAMENTO DA ÁREA DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DF	60.000.000,00
SANEAMENTO BÁSICO NO DF	30.000.000,00
ANEL VIÁRIO DO DF	35.000.000,00
REEQUIPAMENTO DO HOSPITAL DA UNB	20.000.000,00
CAMPUS AVANÇADO DA UNB	12.000.000,00
CONSTRUÇÃO DO HOSPITAL DE SAMAMBAIA	15.000.000,00
CONSTRUÇÃO DO FÓRUM DO GAMA	3.778.336,00
REFORMA DO CENTRO DE CONVENÇÕES	15.000.000,00
TOTAL EMENDAS	325.778.336,00
EMENDAS AO PPA	
IMPLANTAÇÃO DO METRÔ DO DF	300.000.000,00

Os parlamentares decidiram, finalmente, em conformidade com o disposto na citada Resolução Nº 2, indicar o Senador José Roberto Arruda e o Deputado Agnelo Queiroz para exercerem a função de coordenadores da Bancada do Distrito Federal para a elaboração das emendas ao PPA 2000/2003 e ao OGU – 2000.

Nada mais havendo a tratar, foi dada por encerrada a reunião e mandada lavrar a presente ata, que se destina a cumprir o estabelecido no Inciso II do art. 20 da Resolução nº 2, de 1995, do Congresso Nacional.

Senador

José Roberto Arruda – Lauro Campos – Luiz Estevão

Deputado(a)

Agnelo Queiroz – Alberto Fraga – Geraldo Magela – Jorge Pinheiro – Maria Abadia – Paulo Octávio – Pedro Celso – Ricardo Noronha

Bancada do Distrito Federal**ADENDO ATA DE REUNIÃO**

Os parlamentares da Bancada do Distrito Federal, abaixo relacionados, concordam com a substituição da emenda, ao Orçamento Geral da União/2000, Saneamento Básico no DF – valor R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais) pela emenda Adequação da BR-060 – Trecho DF/Divisa GO (20 Km) – valor R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais) e a inclusão, no Plano Plurianual, da emenda Duplicação da BR-050 – Trecho DF/Divisa GO (20 Km) – valor R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais).

Senador

José Roberto Arruda – Lauro Campos – Luiz Estevão

Deputado(a)

Agnelo Queiroz – Alberto Fraga – Geraldo Magela – Jorge Pinheiro – Maria Abadia – Paulo Octávio – Pedro Celso – Ricardo Noronha.

Brasília, 27 de outubro de 1999

INDICAÇÕES	VALOR (R\$)
RIDE – ENTORNO	60.000.000,00
REEQUIPAMENTO DA UTI DO HOSPITAL DA CEILÂNDIA	3.000.000,00
TERCEIRA PONTE DO LAGO DO PARANOÁ	25.000.000,00
HABITAÇÃO	34.000.000,00
RECOMPOSIÇÃO ORÇAMENTÁRIA DAS TRANSFERÊNCIAS AO DISTRITO FEDERAL	100.000.000,00
TOTAL EMENDAS	222.000.000,00

Senador

José Roberto Arruda – Lauro Campos – Luiz Estevão.

Deputado(a)

Agnelo Queiroz – Alberto Fraga – Geraldo Magela – Jorge Pinheiro – Maria Abadia – Paulo Octávio – Pedro Celso – Ricardo Noronha.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) _ A Presidência comunica que as matérias serão votadas após a Ordem do Dia.

Passa-se à Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) _ A Presidência comunica ao Plenário que o item 1, constante da cédula única da votação, teve sua votação iniciada na sessão de 15 de setembro de 1999.

A Presidência comunica que os itens 18 a 32 encontram-se em fase de discussão.

Em discussão os itens de 18 a 32. (Pausa.)

Encerrada a discussão.

O SR. PROFESSOR LUIZINHO _ Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) _ Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. PROFESSOR LUIZINHO (PT _ SP. Sem revisão do orador.) _ Sr. Presidente, peço a V. Ex^a que, regimentalmente, solicite o encerramento dos trabalhos das Comissões em funcionamento, porque as mesmas podem fazer votações sem nenhum resultado prático e terão de ser anuladas.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) _ Solicito aos Srs. Presidentes de Comissão que encerrem os trabalhos das Comissões que presidem, para que os Deputados possam vir a plenário votar.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE _ Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) _ Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (PT _ SP. Sem revisão do orador.) _ Sr. Presidente, gostaria de fazer uma ponderação a esta Presidência.

Esperamos muito tempo para votar os vetos, que exigem análise cuidadosa. Independentemente do mérito de cada um dos vetos que analisaremos, eles envolvem também a prerrogativa do Poder Legislativo de sustentar definições e posicionamentos com independência em relação ao Poder Executivo.

Verifico, pelo **quorum** de ontem à noite e pelo visual do plenário, que não há **quorum** para tomarmos decisão tão importante, especialmente por termos esperado tanto tempo para que o Congresso Nacional analisasse os vetos que estão em pauta.

Como há outra matéria extremamente relevante, o Plano Plurianual, proponho que encaminhem a votação do PPA hoje. Não obstruirmos a matéria, faremos o debate e a votação do mérito.

Estamos seis meses atrasados em relação ao PPA, que deveria ter orientado o Orçamento deste ano. Portanto, realizaremos a sessão do Congresso Nacional, mas vamos transferir a decisão dos vetos

para o momento que haja **quorum** elevado e que o Legislativo se afirme como Poder, com independência, analisando com liberdade os partidos, mas não mantendo o veto, porque não temos **quorum** hoje para fazer uma avaliação tão rigorosa e precisa que os vetos exigem.

Peço a V. Ex^a que coloque em votação o PPA e que retire da pauta o posicionamento em relação aos vetos, para que tenhamos **quorum** para esse posicionamento.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) _ A ponderação de V. Ex^a é inteiramente justa, até porque existe um **quorum** qualificado para derrubar vetos. Conseqüentemente, não é justo que, com número pequeno de Parlamentares, os vetos sejam

apreciados e votados. Entretanto, eu gostaria de ouvir a palavra do Líder do Governo sobre a matéria, Deputado Arthur Virgílio.

A Mesa é sensível à proposta do Deputado Aloizio Mercadante, mas gostaria de ouvir a palavra de V. Ex^a, Deputado Arthur Virgílio, pelo Governo.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (Bloco/PSDB _ AM. Sem revisão do orador.) _ Sr. Presidente, foi completamente sensata a posição do Líder Aloizio Mercadante e ponho-me de acordo com ela inteiramente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) _ Estão adiados os vetos. Os vetos não serão votados na sessão de hoje.

São os seguintes os itens cuja votação é adiada:

VETOS PRESIDENCIAIS

Item 1

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 73, DE 1994

Continuação da votação, em turno único, do veto parcial aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 73, de 1994 (PL nº 3.710/93, na Casa de origem), que "institui o Código de Trânsito Brasileiro".

Partes vetadas:

- inciso III do art. 138;
- inciso II do art. 147;
- art. 149, "caput";
- parágrafo único do art. 149;
- § 4º do art. 152;
- art. 157;
- § 2º do art. 159;
- inciso VII do art. 269; e
- art. 318.

Prazo: 11.12.97

- Incluído em Ordem do Dia nos termos do § 6º do art. 66 da Constituição.

Item 2

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 340, DE 1991

Votação, em turno único, do veto total aposto ao Projeto de Lei do Senado nº 340, de 1991 (PL nº 4.386/94, na Câmara dos Deputados), que "cria a Área do Início comércio de Cáceres e dá outras providências".

Prazo: 9.11.95

- Incluído em Ordem do Dia nos termos do § 6º do art. 66 da Constituição.

Item 3

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 29, DE 1995

Votação, em turno único, do veto total aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 29, de 1995, (PL nº 4.677/91, na Casa de origem), que acrescenta dispositivo à Lei nº 2.604, de 17 de setembro de 1955, que "regula o exercício da enfermagem profissional", estabelecendo limite para a jornada normal do trabalho".

Prazo: 30.3.95

- Incluído em Ordem do Dia nos termos do § 6º do art. 66 da Constituição

Item 4

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 5, DE 1996

Votação, em turno único, do veto parcial aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 5, de 1996 (PL nº 1.356/95, na Casa de origem), que "reorganiza as classes da Carreira Policial Federal, fixa a remuneração das cargos que as integram e dá outras providências".

Partes vetadas:

- art. 11; e
- art. 12.

Prazo: 21.4.96

- Incluído em Ordem do Dia nos termos do § 6º do art. 66 da Constituição.

Item 5

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 34, DE 1994

Votação, em turno único, do veto total aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 34, de 1994 (PL nº 2.535/92, na Casa de origem), que "dispõe sobre o exercício da profissão de dentista".

Prazo: 29.9.94

- Incluído em Ordem do Dia nos termos do § 6º do art. 66 da Constituição.

Item 6

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 207, DE 1993

Votação, em turno único, do veto total aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 207, de 1993 (PL nº 1.830/91, na Casa de origem), que "dispõe sobre a importação de produtos de origem animal e vegetal destinados ao consumo".

Prazo: 23.3.93

- Incluído em Ordem do Dia nos termos do § 6º do art. 66 da Constituição.

Item 7

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 57, DE 1996 - COMPLEMENTAR

Votação, em turno único, do veto parcial aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 57, de 1996 - Complementar (PL nº 95/96 - Complementar, na Casa de origem), que "dispõe sobre o imposto dos Estados e do Distrito Federal sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, e dá outras providências".

Partes vetadas:

- § 4º do art. 11;
- art. 22;
- art. 27, "caput";
- inciso I do art. 27;
- inciso II do art. 27;
- § 1º do art. 27;
- inciso I do § 1º do art. 27;
- inciso II do § 1º do art. 27;
- inciso III do § 1º do art. 27;
- inciso IV do § 1º do art. 27;
- inciso V do § 1º do art. 27;
- inciso VI do § 1º do art. 27;
- § 2º do art. 27;
- § 3º do art. 27;
- § 4º do art. 27;
- art. 28, "caput";
- § 1º do art. 28;
- § 2º do art. 28;
- § 3º do art. 28;
- § 4º do art. 28;
- inciso I do § 4º do art. 28;
- inciso II do § 4º do art. 28;
- § 5º do art. 28;
- § 6º do art. 28;
- § 7º do art. 28;
- § 8º do art. 28;
- § 9º do art. 28;
- inciso I do § 9º do art. 28;
- inciso II do § 9º do art. 28;
- § 10 do art. 28;
- § 11 do art. 28;
- § 12 do art. 28;
- art. 29, "caput";
- inciso I do art. 29;
- inciso II do art. 29;
- art. 30, "caput";
- parágrafo único do art. 30; e
- art. 34.

Prazo: 14.11.96

- Incluído em Ordem do Dia nos termos do § 6º do art. 66 da Constituição.

Item 8

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 92, DE 1996

Votação, em turno único, do veto parcial aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 92, de 1996 (PL nº 2.380/96, na Casa de origem), que "dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, na forma prevista no art. 60, § 7º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, e dá outras providências".

Partes vetadas:

- inciso II do § 1º do art. 2º;
- § 5º do art. 6º; e
- § 2º do art. 15

Prazo: 12.4.97

- Incluído em Ordem do Dia nos termos do § 6º do art. 66 da Constituição.

Item 9

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 64, DE 1996

Votação, em turno único, do veto parcial aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 64, de 1996 (PL nº 7.865/96, na Casa de origem), que "institui o Sistema Nacional de Armas - SINARM, estabelece condições para o registro e para a posse de arma de fogo, define crimes e dá outras providências".

Partes vetadas:

- § 2º do art. 7º; e
- § 3º do art. 7º.

Prazo: 16.5.97

- Incluído em Ordem do Dia nos termos do § 6º do art. 66 da Constituição.

Item 10

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 100, DE 1995

Votação, em turno único, do veto parcial aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 100, de 1995 (PL nº 3.735/95, na Casa de origem), que "autoriza o parcelamento do recolhimento de contribuições previdenciárias devidas pelos empregadores em geral, na forma que especifica, e determina outras providências".

Partes vetadas:

- art. 2º, "caput";
- parágrafo único do art. 2º;
- art. 3º, "caput";

- parágrafo único do art. 3º; e

- art. 128 da Lei nº 8.213/91, com a nova redação dada pelo art. 5º do projeto

Prazo: 14.3.96

- Incluído em Ordem do Dia nos termos do § 6º do art. 66 da Constituição

Item 11

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 112, DE 1992

Votação, em turno único, do veto total aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 112, de 1992 (PL nº 2.802/92, na Casa de origem), que "altera o art. 389 do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943".

Prazo: 30.4.98

- Incluído em Ordem do Dia nos termos do § 6º do art. 66 da Constituição

Item 12

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 13, DE 1997

Votação, em turno único, do veto parcial aposto ao Projeto de Lei de Conversão nº 13, de 1997 (Orçamento da Medida Provisória nº 1.596-14/97), que "altera dispositivos das Leis nºs 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, e dá outras providências".

Partes vetadas:

- § 2º do art. 22 da Lei nº 8.212, de 24/7/91, com a redação dada pelo art. 1º do projeto;
- alínea "b" do § 5º do art. 28 da Lei nº 8.212, de 24/7/91, com a redação dada pelo art. 1º do projeto;
- § 2º do art. 97 da Lei nº 8.212, de 24/7/91, com a redação dada pelo art. 1º do projeto;

- § 5º do art. 86 da Lei nº 8.213, de 24/7/91, com a redação dada pelo art. 2º do projeto;

- parágrafo único do art. 2º;

- § 2º do art. 5º; e

- parágrafo único do art. 15.

Prazo: 1º.5.98

- Incluído em Ordem do Dia nos termos do § 6º do art. 66 da Constituição.

Item 13

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 9, DE 1998

Votação, em turno único, do veto parcial aposto ao Projeto de Lei de Conversão nº 9, de 1998 (Orçamento da Medida Provisória nº 1.651-43/98), que "dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências".

Partes vetadas:

- § 6º do art. 47; e

- art. 63.

Prazo: 18.8.98

- Incluído em Ordem do Dia nos termos do § 6º do art. 66 da Constituição.

Item 14

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 195, DE 1995

Votação, em turno único, do veto parcial aposto ao Projeto de Lei do Senado nº 195, de 1995 (PL nº 4.373/95, na Câmara dos Deputados), que "estabelece a lista de multas atribuídas pelo Tribunal Superior do Trabalho a entidades sindicais representativas dos empregados de Empresa Petróleo Brasileiro S/A - Petróleo, no período em que estiverem em greve".

Partes vetadas:

- parágrafo único do art. 1º; e

- art. 3º.

Prazo: 10.12.95

- Incluído em Ordem do Dia nos termos do § 6º do art. 66 da Constituição.

Item 15

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 29, DE 1996

Votação, em turno único, do veto parcial aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 29, de 1996 (PL nº 382/96, na Casa de origem), que "insera na Consolidação das Leis do Trabalho regras sobre o acesso da mulher ao mercado de trabalho e dá outras providências".

Partes vetadas:

- art. 390A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, com a redação dada pelo art. 1º do projeto;

- caput do art. 398D do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, com a redação dada pelo art. 1º do projeto;

- inciso I do art. 398D do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, com a redação dada pelo art. 1º do projeto;

- inciso II do art. 398D do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, com a redação dada pelo art. 1º do projeto;

- caput do art. 401A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, com a redação dada pelo art. 1º do projeto;

- inciso I do art. 401A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, com a redação dada pelo art. 1º do projeto;

- inciso II do art. 401A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, com a redação dada pelo art. 1º do projeto;

- alínea "a" do inciso II do art. 401A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, com a redação dada pelo art. 1º do projeto;

- alínea "b" do inciso II do art. 401A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, com a redação dada pelo art. 1º do projeto;

- parágrafo único do art. 401A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, com a redação dada pelo art. 1º do projeto;

- inciso I do parágrafo único do art. 401A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, com a redação dada pelo art. 1º do projeto;

- inciso II do parágrafo único do art. 401A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, com a redação dada pelo art. 1º do projeto;

- inciso III do parágrafo único do art. 401A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, com a redação dada pelo art. 1º do projeto;

- caput do art. 401B do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, com a redação dada pelo art. 1º do projeto;

- inciso I do art. 401B do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, com a redação dada pelo art. 1º do projeto;

- inciso II do art. 401B do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, com a redação dada pelo art. 1º do projeto.

Prazo: 3.9.99

- Incluído em Ordem do Dia nos termos do § 6º do art. 66 da Constituição.

Item 16

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 307, DE 1995

Votação, em turno único, do veto total aposto ao Projeto de Lei do Senado nº 307, de 1995 (PL nº 3.152/97, na Câmara dos Deputados), que altera a redação do art. 4º do Decreto-Lei nº 922, de 17 de outubro de 1969, que "dispõe sobre o exercício da profissão de jornalista, e dá outras providências".

Prazo: 1º.10.99

- Incluído em Ordem do Dia nos termos do § 6º do art. 66 da Constituição.

Item 17

PROJETO DE LEI Nº 2, DE 1999 - CN

Votação, em turno único, do veto parcial aposto ao Projeto de Lei nº 2, de 1999-CN, que "dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária de 2000 e dá outras providências".

Partes vetadas:

- inciso XXVIII do § 3º do art. 7º;

- art. 15;

- § 9º do art. 17;

- inciso I do § 9º do art. 17;

- inciso II do § 9º do art. 17;

- inciso III do § 9º do art. 17;

- § 5º do art. 18;

- inciso I do § 5º do art. 18;

- inciso II do § 5º do art. 18;

- art. 26;

- inciso III do parágrafo único do art. 32;

- inciso IV do § 3º do art. 34;

- inciso VI do § 3º do art. 34;

- § 7º do art. 34;

- art. 38;

- inciso II do art. 42;

- inciso III do art. 42;

- inciso IV do art. 42;

- art. 44;

- inciso II do art. 48;

- § 1º do art. 48;

- art. 58, "caput";

- inciso I do art. 50;

- inciso II do art. 50;

- art. 64, "caput";

- parágrafo único do art. 64;

- art. 65, "caput";

- parágrafo único do art. 65;

- § 2º do art. 68;

- § 2º do art. 74;

- parágrafo único do art. 94; e

- art. 97.

Prazo: 1º.10.99

- Incluído em Ordem do Dia nos termos do § 6º do art. 66 da Constituição.

Votação**Item 18****PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 58, DE 1998**

Discutido, em turno único, do veto parcial aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 58, de 1998 (PL nº 2.775/97, na Casa de origem), que "altera a redação do inciso III do art. 12 da Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994, que dispõe sobre o Registro Público das Empresas Mercantis e Atividades Afins e dá outras providências".

Partes votadas:

- art. 2º.

Prazo: 22.10.99

- Incluído em Ordem do Dia nos termos do § 6º do art. 66 da Constituição.

Votação**Item 19****PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 12, DE 1998**

Discutido, em turno único, do veto total aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 1998, (PL nº 1.022/97, na Casa de origem), que "dispõe sobre a obrigatoriedade da divulgação dos índices de evasão e repetência nos estabelecimentos do ensino fundamental e médio".

Prazo: 5.11.99

- Incluído em Ordem do Dia nos termos do § 6º do art. 66 da Constituição.

Votação**Item 20****PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 32, DE 1996**

Discutido, em turno único, do veto parcial aposto ao Projeto de Lei do Senado nº 32, de 1996, (PL nº 2.211/96, na Câmara dos Deputados), que "institui o Estatuto da Microempresa e da Empresa do Pequeno Porte, dispondo sobre o tratamento jurídico diferenciado, simplificado e favorecido previsto nos arts. 170 e 179 da Constituição Federal".

Partes votadas:

- art. 18.

Prazo: 8.3.2000

- Incluído em Ordem do Dia nos termos do § 6º do art. 66 da Constituição.

Votação**Item 21****PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 71, DE 1993**

Discutido, em turno único, do veto total aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 71, de 1993, (PL nº 3.112/89, na Casa de origem), que "acrescenta § 2º ao art. 626 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943".

Prazo: 8.3.2000

- Incluído em Ordem do Dia nos termos do § 6º do art. 66 da Constituição.

Votação**Item 22****PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 57, DE 1998**

Discutido, em turno único, do veto parcial aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 57, de 1998 (PL nº 4.688/94, na Casa de origem), que "dispõe sobre a criação e o funcionamento de Cooperativas Sociais, visando à integração social dos cidadãos, conforme específica".

Partes votadas:

- inciso V do art. 3º;

- § 1º do art. 3º;

- "caput" do art. 5º; e

- parágrafo único do art. 5º.

Prazo: 8.3.2000

- Incluído em Ordem do Dia nos termos do § 6º do art. 66 da Constituição.

Votação**Item 23****PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 10, DE 1999**

Discutido, em turno único, do veto parcial aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 10, de 1999 (PL nº 2.960/97, na Casa de origem), que "dispõe sobre o processo e julgamento da ação direta de inconstitucionalidade e da ação declaratória de constitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal".

Partes votadas:

- parágrafo único do art. 2º;

- parágrafo único do art. 5º;

- § 1º do art. 7º;

- art. 17;

- § 1º do art. 18; e

- § 2º do art. 18.

Prazo: 8.3.2000

- Incluído em Ordem do Dia nos termos do § 6º do art. 66 da Constituição.

Votação**Item 24****PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 5, DE 1999**

Discutido, em turno único, do veto parcial aposto ao Projeto de Lei de Conversão nº 5, de 1999 (Origem da Medida Provisória nº 1.890-67/99), que "dispõe sobre o valor total das atividades escolares e dá outras providências".

Partes votadas:

- § 2º do art. 1º;

- parágrafo único do art. 2º;

- art. 3º, "caput", e

- parágrafo único do art. 3º.

Prazo: 28.4.2000

- Incluído em Ordem do Dia nos termos do § 6º do art. 66 da Constituição.

Votação**Item 25****PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 8, DE 1999**

Discutido, em turno único, do veto parcial aposto ao Projeto de Lei de Conversão nº 8, de 1999 (Origem da Medida Provisória nº 1.910-11/99), que "estabelece prazos para as ratificações de concessões e alienações de terras feitas pelos Estados na fuma da fronteira, e dá outras providências".

Partes votadas:

- art. 6º.

Prazo: 28.4.2000

- Incluído em Ordem do Dia nos termos do § 6º do art. 66 da Constituição.

Votação**Item 26****PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 17, DE 1999**

Discutido, em turno único, do veto parcial aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 17, de 1999 (nº 2.872/97, na Casa de origem), que "dispõe sobre o processo e julgamento da arguição de descumprimento de preceito fundamental, nos termos do § 1º do art. 102 da Constituição Federal".

Partes votadas:

- inciso II do parágrafo único do art. 1º;

- inciso II do art. 2º;

- § 2º do art. 2º;

- § 4º do art. 3º;

- § 1º do art. 3º;

- § 2º do art. 8º; e

- art. 9º.

Prazo: 28.4.2000

- Incluído em Ordem do Dia nos termos do § 6º do art. 66 da Constituição.

Votação**Item 27****PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 50, DE 1995**

Discutido, em turno único, do veto total aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 50, de 1995 (nº 2.001/91, na Casa de origem), que "introduz alterações na Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, que institui o seguro-desemprego, visando a estender o benefício ao empregado doméstico e dá outras providências".

Prazo: 28.4.2000

- Incluído em Ordem do Dia nos termos do § 6º do art. 66 da Constituição.

Votação**Item 28****PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 60, DE 1996**

Discutido, em turno único, do veto total aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 60, de 1996 (nº 1.643/95, na Casa de origem), que altera o art. 883 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, que "institui o Código de Processo Civil".

Prazo: 28.4.2000

- Incluído em Ordem do Dia nos termos do § 6º do art. 66 da Constituição.

Votação**Item 29****PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 81, DE 1999**

Discutido, em turno único, do veto total aposto ao Projeto de Lei do Senado nº 81, de 1999 (nº 934/99, na Câmara dos Deputados), que "dispõe sobre anistia de multas aplicadas pela Justiça Eleitoral em 1996 e 1998".

Prazo: 28.4.2000

- Incluído em Ordem do Dia nos termos do § 6º do art. 66 da Constituição.

Votação**Item 30****PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 38, DE 1998**

Discutido, em turno único, do veto parcial aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 38, de 1998 (nº 3.066/97, na Casa de origem), que "dispõe sobre a Carreira de Apoio Técnico-Administrativo do Ministério Público da União, fixa os valores de sua remuneração e dá outras providências".

Partes votadas:

- inciso I do § 2º do art. 4º;

- inciso II do § 2º do art. 4º;

- § 1º do art. 6º;

- "caput" do art. 15;

- § 1º do art. 15;

- § 2º do art. 15;

- art. 24; e

- art. 26.

Prazo: 28.4.2000

- Incluído em Ordem do Dia nos termos do § 6º do art. 66 da Constituição.

Votação**Item 31****PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 57, DE 1999**

Discutido, em turno único, do veto parcial aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 57, de 1999 (nº 4.811/98, na Casa de origem), que "disciplina o regime de emprego público do pessoal da Administração federal direta, autárquica e fundacional, e dá outras providências".

Partes votadas:

- alínea "a" do inciso I do § 2º do art. 1º; e

- § 4º do art. 1º.

Prazo: 28.4.2000

- Incluído em Ordem do Dia nos termos do § 6º do art. 66 da Constituição.

Votação**Item 32****PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 28, DE 1999**

Discutido, em turno único, do veto parcial aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 1999 (nº 4.693/98, na Casa de origem), que "acrescenta dispositivos à Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, instituindo o procedimento sumário no processo trabalhista".

Partes votadas:

- § 5º do art. 852-II, do Decreto-Lei nº 5.452/43, com a redação dada pelo art. 1º do projeto;

- § 2º do art. 852-I, do Decreto-Lei nº 5.452/43, com a redação dada pelo art. 1º do projeto; e

- inciso I do § 1º do art. 893, do Decreto-Lei nº 5.452/43, com a redação dada pelo art. 1º do projeto.

Prazo: 12.5.2000

- Incluído em Ordem do Dia nos termos do § 6º do art. 66 da Constituição.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– Passa-se à discussão do PPA.

Item 33

PROJETO DE LEI Nº 19, DE 1999 – CN

Votação, em turno único, do Projeto de Lei nº 19, de 1999 – CN, que “dispõe sobre o Plano Plurianual para o período de 2000 a 2003” tendo, Parecer nº 14, de 2000 – CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, concluindo pela apresentação de substitutivo (Mensagem nº 839/99 – CN nº 1.265/99, na origem).

Ao projeto foram apresentadas duas mil, novecentas e sessenta e uma emendas.

A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização concluiu pela apresentação de substitutivo.

A discussão da matéria foi encerrada na sessão conjunta realizada no dia oito do corrente, com apresentação de errata pelo Relator.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– Passa-se à votação.

Nos termos do art. 31 da Resolução nº 2, de 1995, do Congresso Nacional, o parecer da Comissão sobre as emendas será conclusivo e final, salvo requerimento para que a emenda seja submetida a votos, assinado por um décimo dos Congressistas, apresentado à Mesa do Congresso Nacional até o dia anterior ao estabelecido para discussão da matéria em Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– Para encaminhar a votação concedo a palavra à Senadora Marina Silva. (Pausa.)

Deputado Antônio Palocci. (Pausa.)

O SR. PROFESSOR LUIZINHO – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– Tem V. Exª a palavra.

O SR. PROFESSOR LUIZINHO (PT – SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, uma questão regimental...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)
– Estamos encaminhando a votação. É sobre a votação?

O SR. PROFESSOR LUIZINHO – Não, Sr. Presidente, é sobre o andamento dos trabalhos da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, que pode criar uma crise. V. Exª determinou a suspensão dos trabalhos e a Comissão de Constituição e Justiça e de Redação está tentando votar licença para cassação de Deputado e não pode, porque já estamos na Ordem do Dia. Então, que se encerrem os trabalhos das Comissões.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– Se a Comissão de Constituição e Justiça e de Redação não encerrar os trabalhos, eu suspendo nossos trabalhos em plenário e encerro a sessão.

O SR. MENDES RIBEIRO FILHO – Sr. Presidente, peço a palavra para contraditar.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– Tem V. Exª a palavra.

O SR. MENDES RIBEIRO FILHO (Bloco/PMDB – RS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, apenas quero alertar que eu ainda estava na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação e, quando iniciamos o processo de votação, ainda não havia começado a votação neste plenário, tanto que o Presidente daquela Comissão ligou para cá. Portanto, não houve nenhum encaminhamento contrário do Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação. Já estava aquela Comissão com o **quorum** praticamente assegurado e a reunião está começando agora.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– Se já estava em processo de votação, a votação já deve estar acabando.

O SR. MENDES RIBEIRO FILHO – Por isso mesmo, Sr. Presidente, eu estou querendo esclarecer a Mesa.

O SR. PROFESSOR LUIZINHO – Sr. Presidente, peço a palavra, para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– Tem V. Exª a palavra.

O SR. PROFESSOR LUIZINHO (PT – SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o art. 46 § 1º do Regimento Interno estabelece:

“§ 1º Em nenhum caso, ainda que se trate de reunião extraordinária, o seu horário poderá coincidir com o da Ordem do Dia da sessão ordinária ou extraordinária da Câmara ou do Congresso Nacional.”

Portanto, Sr. Presidente, em nenhum caso. E não há **quorum**, Sr. Presidente, faltam mais de quinze Deputados e não pode “em nenhum caso”. E mais: a votação é secreta.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)
– Tenha calma V. Exª para que eu possa responder também com calma.

O SR. PROFESSOR LUIZINHO – Pois não, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– Vamos fazer um pedido respeitoso, como merece a Presidência.

Determino à Comissão de Constituição e Justiça e de Redação que encerre os seus trabalhos. Já estamos

na votação do PPA, e convocando os Srs. Deputados para o encaminhamento.

O SR. PROFESSOR LUIZINHO – Sr. Presidente, em nenhum momento este Deputado se dirigiu ou tentou se dirigir a V. Ex^a de forma desrespeitosa. É o jeito deste Deputado. Estava conversando com um colega de plenário, apenas contradizendo. Não estava me dirigindo a V. Ex^a.

Peço, porém, desculpas a V. Ex^a se fui mal interpretado.

O SR. SYNVAL GUZZELLI – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. SYNVAL GUZZELLI (Bloco/PMDB – RS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero sugerir a V. Ex^a que determine o acionamento do painel eletrônico da Câmara dos Deputados para que a presença dos Deputados no plenário seja aferida e, assim, creio eu, facilitar o alcance do **quorum** a fim de votarmos a matéria.

É a minha sugestão a V. Ex^a, nobre Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – As sugestões de V. Ex^a são sempre bem aceitas. Conseqüentemente, logo mais, vamos abrir o painel. Entretanto, é visível a falta de **quorum** no plenário para a votação dos vetos. Daí o seu adiamento. Porém, se houver a votação do PPA, abriremos imediatamente o painel eletrônico.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Está suspensa por alguns minutos a sessão.

(Suspensa às 11h15, a sessão é reaberta às 11h30.)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Está reaberta a sessão.

Com a palavra o Sr. Deputado João Fassarella.

O SR. JOÃO FASSARELLA (PT – MG. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{es} e Srs. Senadores e Deputados, já estamos ultimando o processo de votação do Plano Plurianual. Quero, como fiz de outras vezes, enaltecer o trabalho do Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, Senador Gilberto Mestrinho, e do Relator, Deputado Renato Viana, que nesse período fez enorme esforço para atender no Plano Plurianual à vontade deste Parlamento.

Apesar de todo esforço da Casa, entretanto, o Plano Plurianual infelizmente não expressa as necessidades do País. Como pano de fundo, subsiste a obrigatoriedade de obtenção de superávit primário em torno de 2% do PIB, o que inviabiliza os investimentos necessários para a retomada do crescimento do País e para a alocação de recursos mais vultosos na área social.

Temos ainda outra crítica com relação à concepção do PPA. Se avançou no aspecto da concepção de desenvolvimento, que acaba sendo expressa através do PPA, temos discordância radical e profunda com a concepção que ele encarna. O Plano Plurianual é concebido ao redor dos eixos de desenvolvimento nacionalmente definidos. Esses eixos incorporam regiões e atividades definidas como as mais dinâmicas na economia, portanto, com capacidade de responder mais prontamente aos investimentos públicos, inclusive com maior aporte de recursos por parte da iniciativa privada. Até por isso, esse Plano Plurianual incorpora investimentos privados associados aos investimentos públicos.

Entretanto, ao adotar essa concepção de desenvolvimento, acaba o PPA por reproduzir a concentração de investimentos e as desigualdades entre as diversas regiões do nosso País, cuja economia fundamentalmente não está inserida no setor mais dinâmico da economia nacional. Trata-se das regiões mais empobrecidas, que concentram a miserabilidade humana, social e econômica. Essas regiões são pouco contempladas no Plano Plurianual. O resultado final desse plano poderá ser o agravamento das desigualdades entre as diversas regiões do nosso País e o agravamento das desigualdades no interior de cada região.

O Plano Plurianual, portanto, não expressa um projeto de desenvolvimento harmônico para o País; não contempla um programa de desenvolvimento que reduza os desequilíbrios regionais, que contribua para uma melhor distribuição de renda entre as pessoas e entre as diferentes regiões. Trata-se de um programa de desenvolvimento para o setor mais dinâmico da nossa economia. Ele atende aos interesses dos setores econômicos mais integrados com a economia internacional, e trará como conseqüência, repito, o agravamento das desigualdades entre as pessoas e as regiões do nosso País.

Por entender, portanto, que este Plano Plurianual não expressa os anseios e as necessidades do País, não expressa e não retrata um projeto de desenvolvimento para o Brasil, mas apenas os interesses de um dos setores da nossa economia, o Partido dos Trabalhadores encaminha o voto contrário ao Plano Plurianual.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Concedo a palavra ao Líder Inocêncio Oliveira.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA (PFL – PE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores e Deputados, eu acompanhei as considerações do nobre Deputado João Fassarella, um dos grandes especialistas em Orçamento Público da nossa Casa, por quem temos grande respeito, mas discordamos totalmente do que S. Ex^a manifestou.

Eu acho que nunca se discutiu no País, desta maneira, um Plano Plurianual como agora. A Comissão Mis-

ta de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização fez um trabalho extraordinário: ouviu não apenas a sociedade, o Governo Federal, os Estados, mas também os Municípios e fez um trabalho consistente. Louvo o Presidente Gilberto Mestrinho e o Deputado Renato Vianna pelo belíssimo trabalho realizado, bem assim os Relatores Setoriais que fizeram um trabalho muito bom.

Trata-se, Sr. Presidente, de um plano de metas e programas para os próximos quatro anos, 2000 a 2003. Integra o Orçamento Geral da União de um ano. São metas a serem atingidas.

Foram feitos no País os chamados eixos de desenvolvimento no valor de um trilhão e mais de 100 bilhões. Além do mais, Sr. Presidente, trata-se de uma realidade. Nesse Plano Plurianual não se colocou apenas o dinheiro público, mas também a participação da iniciativa privada.

Louvo também os setores que foram priorizados, como o de infra-estrutura, o de transportes, o da formação de estradas. Há um sistema multimodal, não só priorizando o sistema rodoviário, mas sobretudo, portos, aeroportos, hidrovias, ferrovias, e assim por diante.

Louvo também a preocupação da Casa ao aumentar em 13% o projeto original, o que significa uma coisa realista para os próximos anos. A Casa o fez e as prioridades concedidas pelo Relator foram definidas por esta Casa, ouvida a sociedade. Nenhum Poder é mais diretamente ligado à sociedade do que o próprio Poder Legislativo. Temos um compromisso com a sociedade e esta Casa o fez, por intermédio do nosso querido Relator, Deputado Renato Vianna, e da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Sr. Presidente, estou tranquilo para votar o Plano. Sei que ele é consistente, correto e fará com que este País se integre a esse novo modelo de desenvolvimento que todos desejamos.

As prioridades definidas são: infra-estrutura; irrigação, que é fundamental; turismo – nenhum setor, todos sabem, gera tantos empregos como este; meio ambiente, que proporciona o desenvolvimento sustentável, grande desafio que todos os países têm pela frente; o combate e a erradicação da pobreza, que é a meta a perseguir para que possamos diminuir as desigualdades sociais.

Por tudo isso, Sr. Presidente, afirmo que este é um grande momento para o País quando vota o seu Plano Plurianual para os próximos quatro anos. Hoje, ninguém faz administração pública sem planejamento. O Plano Plurianual é uma maneira de planejar – e mais do que isso – de uma forma consistente, com a participação da iniciativa privada.

Acredito que esse plano definido pelo Governo, com suas prioridades discutidas nesta Casa do Poder

Legislativo, está totalmente preparado para que possamos votá-lo e a curto prazo cobrar os resultados auferidos com ele. Pela primeira vez, discute-se um modelo diferente.

São 365 projetos com um gerente em cada projeto, a fim de que a administração possa cobrar de cada um a execução dessas obras. Não é fácil um plano dessa natureza e dessa profundidade ter um único administrador. São 365 administradores, e o Governo vai cobrar de cada um as metas a serem atingidas anualmente.

Portanto, Sr. Presidente, em nome da liderança do PFL na Câmara dos Deputados, quero dizer que o PFL sente-se muito feliz hoje ao poder encaminhar essa matéria favoravelmente e votar “sim”.

A SRA. LUIZA ERUNDINA – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Tem V. Ex^a a palavra.

A SRA. LUIZA ERUNDINA (Bloco/PSB – SP. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, nobres Sr^{es} e Srs. Congressistas, apenas para fazer a seguinte ponderação: ainda há pouco V. Ex^a, naturalmente numa atitude de bom-senso e de grande responsabilidade, adiou a votação dos vetos, por considerar que não havia **quorum** para que a matéria fosse devidamente apreciada e votada.

Agora, Sr. Presidente, está sendo discutido e em vias de ser votado o projeto que – pelo menos era o que diziam as Lideranças do Governo – seria o projeto mais importante desta Legislatura: a votação do PPA.

Entendemos que se trata de um projeto de lei muito importante e que corresponde a mais de um trilhão de reais. Não entendo, Sr. Presidente, que esta matéria tenha menor importância que a apreciação dos vetos, para ser votada numa sessão tão esvaziada, como se encontra esta. Entendemos, portanto, que mais adequado seria a votação desta matéria numa sessão do Congresso, em que houvesse **quorum**. Apreciar essa matéria agora seria desmerecer a imagem do Congresso. Votar essa matéria seria um pretexto para a opinião pública julgar este Parlamento de forma depreciativa.

Se essa matéria é de extrema importância, como aceitar que ela seja votada numa sessão esvaziada como esta? Não houve condições sequer de se submeter à votação os vetos que estavam pautados para esta sessão.

Era esta a minha ponderação. Quero sugerir, então, o adiamento dessa matéria, com um **quorum** mais alto, e que os encaminhamentos e a discussão possam dar-se de forma mais democrática e mais legítima. Se continuarmos, esse plano terminará não tendo a legítimi-

dade que se faz necessária a um projeto de lei dessa importância, além das implicações que a sua aprovação trará ao País.

Era isso, Sr. Presidente. Obrigada pela atenção.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– Há um equívoco de V. Ex^a.

Primeiro, a matéria não está sendo discutida. A sua discussão já foi encerrada. Estamos votando as partes pacíficas do PPA, e os destaques ficarão para outra oportunidade, porque, aí sim temos mais pendências, quando os Parlamentares poderão externar as suas opiniões e, ao mesmo tempo, confrontar suas idéias como V. Ex^a deseja.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Congressistas, o Deputado Renato Vianna assumiu uma responsabilidade muito grande ao examinar o Plano Plurianual enviado pelo Executivo. Esse Plano poderia tornar-se uma peça de transformação da realidade brasileira.

Entretanto, ainda que tivesse o Deputado Renato Vianna muita sensibilidade, explicitou ele que recursos maiores deveriam ser destinados à implementação de programas de renda mínima.

Quero salientar aqui que as prioridades sociais contidas no Plano Plurianual estão muito longe de significar a transformação que se faz urgente e necessária no Brasil. O Governo começa a estabelecer prioridades no sentido de apresentar um plano de segurança, mas precisamos de ações efetivas, que poderão significar o resgate do direito à cidadania e que possam levar o País à prosperidade e ao pleno emprego, sobretudo para aqueles marginalizados de seus direitos.

É preciso transformar a realidade de pessoas como aquelas assassinadas na Candelária ou dos seus sobreviventes, que não tendo tido oportunidades condizentes com a dignidade do ser humano, acabaram sendo levadas a realizar seqüestros bárbaros, como o que aconteceu no início desta semana, no Rio de Janeiro, com a morte de Sandro, um dos sobreviventes da Candelária, e da professora Geísa, em função da inabilidade da ação policial.

Então, o Governo precisa compreender que chegou a hora de agir para transformar essa realidade. Ele deve destinar recursos efetivamente, não para o pagamento de juros do serviço da dívida interna, mas externa. Deve priorizar ações que levem à garantia de emprego e renda, mesmo àqueles que, embora tendo emprego, não recebam uma remuneração adequada. Cabe ao Poder Público, à Nação brasileira dizer que toda pessoa que

não ganhe o bastante para sobreviver com dignidade receberá um complemento que venha suprir, pelos menos, suas necessidades vitais.

Assim, não podemos estar de acordo com esse PPA, que é, a nosso ver, insuficiente, conforme aqui está sendo apresentado.

Quero ainda, na minha conclusão, externar um apelo ao Ministro da Justiça, José Gregori, diante da violência cometida, esta semana, contra o padre espanhol Ramón Santiago, com 72 anos, trinta dos quais vividos em São Paulo, prestando assistência à população carente.

Ao embarcar para a Espanha, foi deixado nu, pelas autoridades policiais do Aeroporto de Guarulhos, que procuraram revistá-lo, num ato que considero de ofensa à dignidade de um sacerdote de 72 anos. Para tentar ver o quê, nesse sacerdote? Só porque ele, depois de trinta anos de solidariedade às populações carentes, estava sendo enviado à Espanha? Trata-se de um amigo de D. Paulo Evaristo Arns. Os policiais inclusive retiraram 6.800 dólares que estavam com o sacerdote, e até agora não devolveram, conforme diz Marcelo Auler, na sua coluna de **O Dia**, de hoje.

Sr. Presidente, solicito ao Ministro da Justiça, José Gregori, providências imediatas a respeito.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– Com a palavra o nobre Deputado Arnaldo Madeira.

O SR. ARNALDO MADEIRA (Bloco/PSDB – SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores, quero começar fazendo menção ao trabalho da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional, e, em particular, do Sr. Relator, pela condução que deu aos debates e ao preparo do relatório final hoje em apreciação nesta Casa. O Deputado Renato Vianna esmerou-se em ouvir todos os segmentos envolvidos, viajou pelo Brasil e fez um trabalho de Parlamentar aplicado, preocupado com os destinos desta Nação e em elaborar um Plano Plurianual que desse respostas aos desafios centrais que o País tem pela frente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Congressistas, queria tecer um comentário acerca de algumas observações feitas pela Oposição. É natural que a Oposição faça suas críticas e observações em relação ao Plano Plurianual. Não poderíamos esperar algo diferente numa democracia, em que a minoria legitimamente expressa suas opiniões e críticas aos projetos apresentados. Entretanto, não podemos deixar de apontar os equívocos existentes nas mensagens e palavras que estão sendo externadas sobre o PPA.

O Plano constitui uma conquista da técnica de planejamento no Brasil e representa avanço substancial e histórico em relação a vários métodos e técnicas de planejamento utilizados na economia brasileira. Ele leva em conta a experiência do último PPA, que venceu no ano retrasado, em que pela primeira vez houve gerenciamento setorial de projetos e clara participação da iniciativa privada. Devemos salientar que a iniciativa privada teve presença significativa no último PPA.

Neste Plano Plurianual fala-se da integração das atividades e das regiões do País e sinaliza-se para a iniciativa privada, no sentido dos investimentos necessários para o desenvolvimento do nosso País. A questão que a Oposição critica, quanto às desigualdades e diferenças sociais e regionais, foi o eixo central de preocupação na elaboração deste plano. Com desenvolvimento programado, grande presença da iniciativa privada e estabelecimento dos eixos de integração nacional objetiva-se exatamente fazer com que as regiões mais atrasadas do País se incorporem ao progresso e desenvolvimento, para que as desigualdades sociais sejam reduzidas.

Em verdade, o discurso da Oposição é muito teórico, feito com base em números que nunca expressam o que está ocorrendo em nosso País. Quando tomamos por base a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio – PNAD, do IBGE, e notamos a evolução dos números sob o ponto de vista de qualificação da vida do cidadão brasileiro, perceberemos que em todas as áreas há ganhos significativos. Cabe discutir se esses ganhos podem ser maiores – e acho que podem.

O que este PPA propugna é exatamente a redução das desigualdades regionais, o desenvolvimento das regiões mais atrasadas do País e o estímulo a atividades que propiciem redução das desigualdades sociais. Agora, não se terá redução de desigualdades sem desenvolvimento, ação indutora do Estado e participação ativa dos capitais privados nos investimentos produtivos necessários para a criação de empregos.

Sr. Presidente, creio que estamos votando matéria de interesse histórico para o País. Seguramente, quando formos analisar, em perspectiva, no futuro, a implantação de programas e planos econômicos no Brasil, ficará claro que este plano representa salto qualitativo em matéria de programação e planejamento do Estado brasileiro.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente, encaminhando, com muita ênfase, o voto favorável ao Plano Plurianual.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Giovanni Queiroz. (Pausa.) Ausente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Concedo a palavra ao Deputado José Priante.

O SR. JOSÉ PRIANTE (Bloco/PMDB – PA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Congressistas, na verdade, este é um momento que deve ser grifado na agenda do Congresso Nacional do ano 2000, porque resultante não de um procedimento, mas de um processo que se iniciou, pela importância da matéria, na disputa natural da convivência democrática deste Congresso, no que diz respeito à própria indicação da Relatoria da matéria, dada exatamente a importância da discussão do PPA para o Congresso e para o País.

Chegamos ao momento de votação. O PMDB, por intermédio do seu Relator, Deputado Renato Vianna, que contou com a diligência objetiva e eficiente do Presidente da Comissão de Orçamento, Senador Gilberto Mestrinho, e a participação de toda a Comissão, menos pelo atraso e mais pela oportunidade do momento, apresenta a matéria à discussão, ao encaminhamento e à votação do Plenário, sem a pretensão de estar apresentando um plano que mereça aplauso unânime ou que tenha a pretensão de ser perfeito. Muito pelo contrário. Mas há uma pretensão, sim. Durante o processo de discussão e encaminhamento, o Relator Renato Vianna, de forma democrática, como nunca havia acontecido, viajou pelo Brasil e discutiu com os dirigentes estaduais de cada região, buscando exatamente desenhar um projeto, um plano ou programa que caminhasse para a redução das desigualdades gritantes que existem entre as regiões e entre as diversas camadas sociais e desenhar eixos que apontassem para o rumo do desenvolvimento do Brasil, vindo ao encontro, por mais que de forma atrasada, do Orçamento votado este ano pelo Congresso Nacional.

Quanto ao Orçamento, em que pesem as divergências e o chamado contingenciamento, o Congresso Nacional não errou porque fez a previsão, de forma otimista, de que este ano a receita seria da ordem de 183 bilhões de reais. O Poder Executivo, por intermédio do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, sinaliza que a perspectiva de arrecadação é da ordem de 181 bilhões e 677 milhões de reais. Portanto, o Congresso não apresentou ao País uma peça orçamentária díspare das expectativas do Poder Executivo e, neste momento, apresenta ao Brasil, para discussão e votação, uma peça discutida e desenhada de forma democrática.

Portanto, Sr. Presidente, nós, do PMDB, muito à vontade, encaminhamos “sim” a essa matéria. Um dado importante retrata a forma como foi discutida e encaminhada esta matéria: de mais de 2 mil emendas apresentadas, só estão reservados 8 destaques para votação em separado, em função das divergências que se apontam

no relatório do Deputado Renato Vianna; o que retrata que esta matéria foi amplamente discutida, de forma democrática.

O PMDB aponta, com toda a convicção e com toda alegria, no encaminhamento desta votação, a recomendação de que votemos “sim”, pelo relatório do Deputado Renato Vianna.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– Com a palavra o Deputado José Genoíno.

O SR. JOSÉ GENOÍNO (PT – SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Congressistas, nossa bancada já fez os encaminhamentos e o posicionamento de mérito sobre o PPA. A disputa que se realizou na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização e no plenário é evidente. Não estamos levando, pela avaliação do Líder do Governo, apenas uma técnica de planejamento. Reconhecemos que a engenharia do PPA, enquanto técnica de planejamento, é algo positivo, inovador, mas o conteúdo dessa técnica e dessa engenharia é um PPA sem consistência macroeconômica. Em primeiro lugar, tendo em vista a realidade econômica do País, o desempenho da economia, o grau de incerteza e a incidência da dívida no Orçamento, quase 70% do Orçamento de 2000 diz respeito ao refinanciamento da dívida e 8% ao pagamento de juros da dívida. Portanto, Sr. Presidente, a situação econômica do País é prisioneira de um endividamento com juros elevados, da falta de crescimento econômico e de um modelo que amarra nossa economia a uma dependência extremada. E o PPA, neste quadro, é apenas um somatório de orçamentos em 4 anos.

É exatamente essa a realidade virtual do PPA, porque, quando surgem os problemas, como agora, por exemplo, em relação à questão da segurança pública, quando se faz necessária a criação de um Fundo Nacional para a Segurança Pública, um investimento para tratar essa questão, o Governo busca agir, em razão da pressão da sociedade. Mas tal necessidade não está contida dentro das prioridades do Orçamento e do próprio Plano Plurianual.

A questão das prioridades – não só para o que já foi dito aqui em relação à inversão dessa realidade econômica do País, mas neste momento em que surge a temática social – não assume a importância que deveria ter em uma administração macroeconômica. A prioridade para a área social aparece quando as ruas revelam a face cruel da barbárie social, como ocorre agora com a questão da segurança pública.

O conceito de prioridades do PPA é monitorado, dirigido e contingenciado por essa concepção financeira

de gestão das contas públicas, de gestão macroeconômica.

Um outro dado, Sr. Presidente. O otimismo pregado no PPA é genérico porque falta um diagnóstico consistente e uma definição de prioridades viáveis que enfrentem os graves problemas deste País, os graves problemas da reestruturação social e produtiva brasileira. Quando questionamos o conteúdo do PPA é a partir de uma visão estratégica que ele virtualmente sinaliza num amontoado de dados e informações, mas sem uma definição consistente de prioridades, porque essas aparecem na realidade concreta da sociedade, na situação das carências, das angústias e do desespero.

Portanto, não estamos votando um plano estratégico, com prioridades estratégicas, com diagnóstico realista e, sim, um somatório de intenções que mesmo em relação ao Orçamento não se dá conta da realidade dramática do nosso País, agravada não só por fatores estruturais ao longo de décadas, mas principalmente pelas consequências desse modelo econômico que está mostrando sinais de esgotamento, de confronto e contradição com as aspirações de grande parte da sociedade.

Tecnicamente, o PPA possui uma engenharia inteligente. Mas do ponto de vista do conteúdo e do mérito é um plano inviável, sem consistência, e será dirigido pela realidade do Orçamento, pela LDO.

Na verdade, temos uma intenção genérica, que, ao longo desse processo, já mostrou para a sociedade brasileira e para o Congresso Nacional que não compõe aquela pompa, aquele entusiasmo em que o PPA foi anunciado pelo Governo.

Por isso, estamos encaminhando contra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– Com a palavra o último orador inscrito, Dr. Evilásio.

O SR. DR. EVILÁSIO (Bloco/PSB – SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Congressistas, estamos analisando uma das peças mais importantes no Congresso Nacional. Trata-se do Plano Plurianual para o interregno de quatro anos. O PPA traz no seu bojo algumas características que o diferenciam de outros programas plurianuais, como indicativos de mais transparência do que outros programas. Ele determina investimento em áreas sociais e delimita as várias regiões, os vários rincões deste País de uma forma mais clara, sendo mais factível da análise por parte do contribuinte e dos cidadãos.

Quero enaltecer o grande trabalho do nobre Deputado Relator, que com muito tirocinio, com muito afincio se dedicou por meses, percorrendo todos os Estados, auscultando Prefeitos, Assembléias Legislativas, Gover-

nadores, Senadores, Deputados Federais, tentando equacionar todas as demandas e resolver as angústias dos dirigentes políticos de todo o País.

Reporto-me, porém, Sr. Presidente, ao Estado de São Paulo, o qual tenho o privilégio de aqui representar, onde o PPA respeitou, acatou várias indicações, emendas da bancada paulista. Destaco, entre elas, uma, que é a destinação de verbas para garantir a execução do Rodoanel Metropolitano da grande São Paulo.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Congressistas, o Rodoanel Metropolitano é uma obra que não pertence apenas à Cidade de São Paulo, tampouco à Grande São Paulo ou ao Estado de São Paulo. A transposição das águas do Rio São Francisco e as obras do Rodoanel Metropolitano da Grande São Paulo são as duas obras do século de interesse nacional. No caso do Rodoanel, é de interesse continental, porque a obra servirá de portão de entrada em todas as relações com o MERCOSUL. Esse Rodoanel, com certeza, trará à Cidade de São Paulo a economia de 2 bilhões de horas/ano perdidas, hoje, com o tráfego intenso que lá ocorre. Tirará das Marginais de São Paulo 45% do transporte de carga que perpassa a Grande São Paulo.

— Reafirmo a minha posição anterior, louvando o trabalho do nobre Deputado Relator, que com certeza escreve o seu nome na História através da contribuição que dá à elaboração do PPA.

Eram estas as minhas considerações, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) — Em votação, na Câmara dos Deputados, o Substitutivo ao Projeto de Lei nº 19, de 1999 – CN, que tem preferência regimental, e a errata apresentada pelo Relator em Plenário, ressalvados os destaques, nos termos do parecer.

As Sr^{as} e os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Em votação no Senado Federal.

As Sr^{as}. e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado o Substitutivo.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) — Sobre a mesa requerimentos de destaque que serão lidos.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) — Peço a atenção da nobre Deputada Luiza Erundina. Questionou V. Ex^a o problema da votação dos destaques, e eu respondi a V. Ex^a que os destaques seriam votados em outra oportunidade. Entretanto as Lideranças estão

solicitando que os destaques também sejam votados hoje. Pergunto se V. Ex^a consente.

A SRA. LUIZA ERUNDINA (Bloco/PSB – SP. Sem revisão da oradora.) — Sr. Presidente, lamentavelmente não respondo na condição de Líder; tenho de me submeter às decisões inclusive da minha própria Liderança. Só quero aproveitar a oportunidade que V. Ex^a está-me oferecendo, neste momento, para chamar a atenção para situações como esta que estamos vivendo aqui.

Não tenho interesse algum em criar dificuldades àquilo que seja de interesse do País. Mas, entendo que, do ponto de vista da imagem do Congresso Nacional, a votação da forma como se dará nesta Casa de um projeto desta importância e transcendência, termina retirando do trabalho parlamentar o significado que este deve ter. Eu pessoalmente não assumo a responsabilidade de impedir a concretização daquilo que foi decidido pelas Lideranças. Neste momento, falo apenas como Parlamentar desta Casa, que é muito disciplinada no cumprimento da relação hierárquica quando se trata de seguir posições que a minha Liderança eventualmente tenha tomado no que diz respeito a essa questão.

Sr. Presidente, agradeço a atenção. Somente lamento que o Congresso Nacional ainda possa proceder dessa forma no que se refere a votações de tal porte, pois certamente não fortalece, não qualifica, não prestigia os nossos trabalhos.

O SR. JOSÉ ANTONIO ALMEIDA – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) — Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. JOSÉ ANTONIO ALMEIDA (Bloco/PSB – MA. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Congressistas, no exercício da Liderança do Bloco Parlamentar PSB/PCdoB, subscrevo as observações feitas por nossa colega de bancada, a eminente Deputada Luiza Erundina.

Assim como o nobre Líder Aloizio Mercadante, entendemos que seria inconveniente votar os vetos, que se constituem em uma afirmação da independência do Legislativo, com um **quorum** baixo. Entendemos que votar o Plano Plurianual, matéria orçamentária tão importante quanto os vetos, com um **quorum** baixo também não é conveniente.

Entretanto, realmente houve um acordo, a respeito do qual foi consultado o Líder do nosso Bloco, Deputado Sérgio Miranda. Embora eu, a Deputada Luiza Erundina e outros Deputados da bancada não concordemos com o acordo, não criaremos empecilho à votação dos destaques. E não obstante eu pu-

desse, na condição de Líder em exercício, pedir verificação de **quorum**, não o farei.

Era o que tinha a dizer.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.


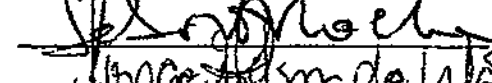
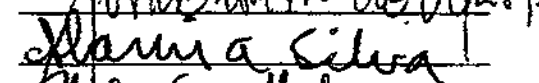



O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Sinto muito, nobre Deputado. Não poderei conceder a palavra agora porque os destaques serão lidos. Posteriormente V. Ex^a terá a palavra.





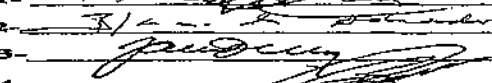
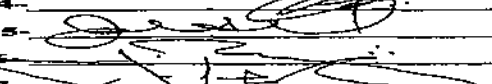




O SR. ARTHUR VIRGÍLIO – Pois não, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Sobre a mesa requerimentos de destaque que vão ser lidos pelo Sr. 1º Secretário, Deputado Ubiratan Aguiar.

São lidos os seguintes

Apoiamentos:

1. 
2. 
3. 
4. 
5. 
6. 

21. 
22. 
23. 
24. 
25. 
26. 
27. 
28. 
29. 
30. 
31.
32.
33.
34.
35.
36.
37.
38.
39.
40.


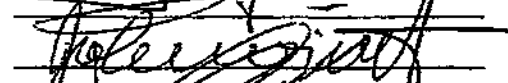
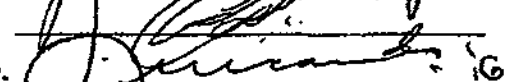
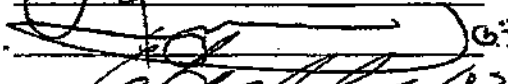
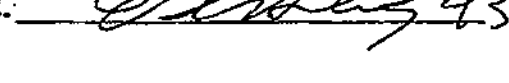
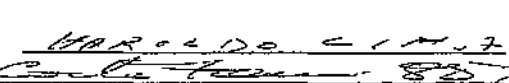
REQUERIMENTO DE DESTAQUE **Nº 54, DE 2000-CN**

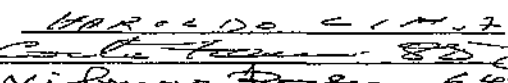
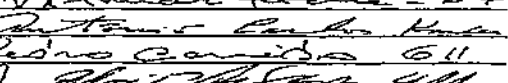
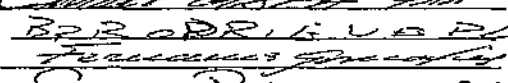
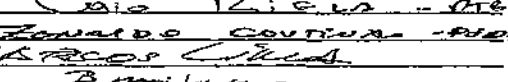
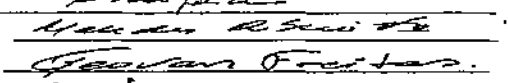
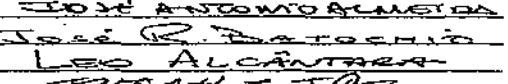
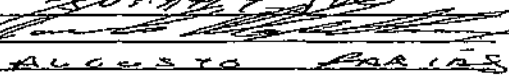



Requeiro, nos termos do art. 312, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, destaque para aumento de valores na Emenda nº 71240066, da Bancada do Estado de Roraima, no montante de R\$10.200.000,00 (dez milhões e duzentos mil reais).

Justificação

O Programa Calha Norte desenvolve um importante trabalho social nas áreas mais longínquas do Brasil. O montante de R\$2,6 milhões destinado ao programa para os próximos anos não é suficiente para o seu custeio e novos investimentos nas áreas de sua abrangência.

Sala das Sessões, 15 de junho de 2000. – Senador **Mozarildo Cavalcanti**.

7. 
8. 
9. 
10.  6943
11.  6321
12.  935

21. 
22. 
23. 
24. 
25. 
26. 
27. 
28. 
29. 
30. 
31.
32.
33.
34.
35.
36.
37.
38.
39.
40.

13. *Maciel* 6645
 14. *Alves* 6271
 15. *Quirino* 633
 16. *Alves* 406
 17. *Alves* 915
 18. *Alves* 633
 19. *Alves* 728
 20. *Alves* 803
 21. *Alves* 266
 22. *Alves* 364
 23. *Alves* 713
 24. *Alves* 307
 25. *Alves* 473
 26. *Alves* 958
 27. *Alves* 342
 28. *Alves* 240
 29. *Alves* 86260
 30. *Alves* 444
 31. *Alves* 617
 32. *Alves* 810
 33. *Alves* 821
 34. *Alves* 554
 35. *Alves* 304
 36. *Alves* 650
 37. *Alves* 611
 38. *Alves* 514
 39. *Alves* 407
 40. *Alves* 407
 41. *Alves* 407
 42. *Alves* 806
 43. *Alves* 2

44. *Alves* 478
 45. *Alves* 273
 46. *Alves* 582
 47.
 48.
 49.
 50.
 51.
 52.
 53.
 54.
 55.
 56.
 57.
 58.
 59.
 60.
 61.
 62.
 63.
 64.
 65.
 66.
 67.
 68.
 69.
 70.
 71.
 72.
 73.
 74.

**CONGRESSO NACIONAL**

Comissão Mista de Planos,
Orçamentos Públicos
e Fiscalização

NUM. SEQ.	COD. PARL.	ETIQ. COM.
0066	7124	

Data inclusão:

26/10/1999

PPA 2000/2003 (VALOR)

CMPOPF - MENSAGEM 0839/1999 - CN

PL 0019/1999-CN

EMENDA - 01363**1. Modalidade da Emenda : ESTADUAL****2. Finalidade da emenda**

IA - Inclusão de nova ação orçamentária

3. Ação orçamentária incluída ou modificada**3.1. Identificação da ação****3.1.1. Programa**

0366 - CALHA NORTE

3.1.2.1. Ação - denominação

- Implantação de infra-estrutura básica nos municípios mais carentes da região da Calha Norte no Estado de Roraima
(Uiramutã, Pacaraima, Normandia e Bonfim)

3.1.2.2. Ação - tipo

1 - Projeto

3.2. Produto e previsão de custos (recursos dos Orçamentos da União)**3.2.1. Produto - descrição**

obra executada

3.2.1.1. Unidade medida

unidade

3.2.1.2. Quantidade

4,00

3.2.1.3. Regionalização do produto (meta física)

Nacional :	Norte :	Nordeste :	Sudeste :	Centro-Oeste :	Sul :	Total :
0,00	4,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4,00

3.2.2. Previsão de custos (recursos dos Orçamentos da União) - em R\$ 1,00

Nacional :	Norte :	Nordeste :	Sudeste :	Centro-Oeste :	Sul :	Total :
0,00	12.800.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.800.000,00

4. Cancelamento compensatório

Programa	Ação	Região	Valor (R\$ 1,00)
ENERGIA NA REDE SUDESTE	Implantação de usina termoeletrônica Angra III (RJ) de 1.309 MW	SE	12.800.000,00
Valor total cancelado =			12.800.000,00

5. Justificação e observações:

Roraima faz fronteira com a Venezuela e Guiana numa extensão de 1.922km; no entanto essas fronteiras são praticamente desocupadas, o que permite a coibição internacional, tráfico de drogas, imigração ilegal, entrada de doenças etc. A melhoria das condições de infra-estrutura e o apoio ao cidadão que reside nessas regiões isoladas torna-se imprescindível para garantir a soberania nacional e garantir a presença de cidadãos brasileiros naquelas regiões.

6. Autoria

Nome:
BANCADA DE RORAIMA

Partido:
BANCRR

UF:
RR

Local e data	Assinatura
--------------	------------

21- ~~Abelardo~~
 22- ~~Agostinho~~
 23- ~~Almeida~~
 24- ~~Amorim~~
 25- ~~Assis~~
 26- ~~Barbosa~~
 27- ~~Chaves~~ 737
 28- ~~Ferreira~~ 256
 29- ~~705~~
 30- ~~Guimarães~~
 31- ~~Henrique~~
 32- ~~João~~
 33- ~~José~~
 34- ~~Leandro~~
 35- ~~Luiz~~
 36- ~~Marcos~~
 37- ~~Neto~~
 38- ~~Paulo~~
 39- ~~Roberto~~
 40- ~~Sérgio~~

HAROLDO CIMA
 Costa Faria 887
 Vilmar Rocha - 644.
 Antônio Carlos Mendes
 Pedro Cordeiro 611
 Lúcio Costa 411
 B. RODRIGUES PL/R
 Fernando Góes 78/15
 Caio Diela - PTB-MS
 ZENALDO COUTINHO - PDSB-PA
 MARCOS LIMA
 Bráulio
 Mendes Ribeiro
 Geovani Freitas
 JOSÉ ANTONIO ALMEIDA
 José R. BATOCCHI
 LEO ALCANTARA
 JUAN T. J.
 Carlos Alberto
 AUGUSTO FARIAS

41- Mau Mau in Lobo

42- edubucans

43- Fernando Balseira

44- Almeida

45- Almeida

46- Almeida

47- Almeida

48- Almeida

49- Almeida

50- Almeida

51- Almeida

52- Almeida

53- Almeida

54- Almeida

55- Almeida

56- Almeida

57- Almeida

58- Almeida

59- Almeida

60- Almeida

NAIR LOBO

André Zucatti

W. Seira

Seira

Seira Seira

Gabrieli 439

Seira Seira 434

SINAG 56824

Seira Seira

Seira Seira

Seira Seira

Seira Seira

Seira Seira

Seira Seira

Seira Seira

Seira Seira

Seira Seira

Seira Seira

Seira Seira



Comissão Mista de Planos,
Orçamentos Públicos
e Fiscalização

NUM. SEQ.	COD. PARL.	ETIQ. COM.
0002	7104	

Data inclusão:

25/10/1999

PPA 2000/2003 (VALOR)
CMPOPF - MENSAGEM 0839/1999 - CN
PL 0019/1999-CN
EMENDA - 00816

1. Modalidade da Emenda : ESTADUAL**2. Finalidade da emenda**

IA - Inclusão de nova ação orçamentária

3. Ação orçamentária incluída ou modificada**3.1. Identificação da ação****3.1.1. Programa**

0190 - MUNICIPALIZAÇÃO DO TURISMO

3.1.2.1. Ação - denominação

- CONSTRUÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA TURÍSTICA NO ESTADO DO AMAZONAS

3.1.2.2. Ação - tipo

1 - Projeto

3.2. Produto e previsão de custos (recursos dos Orçamentos da União)**3.2.1. Produto - descrição**

MUNICÍPIO BENEFICIADO

3.2.1.1. Unidade medida 3.2.1.2. Quantidade

UNIDADE

1 00

3.2.1.3. Regionalização do produto (meta física)

Nacional :	Norte :	Nordeste :	Sudeste :	Centro-Oeste :	Sul :	Total :
0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00

3.2.2. Previsão de custos (recursos dos Orçamentos da União) - em R\$ 1,00

Nacional :	Norte :	Nordeste :	Sudeste :	Centro-Oeste :	Sul :	Total :
0,00	45 000 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	45 000 000,00

4. Cancelamento compensatório

Programa	Ação	Região	Valor (R\$ 1,00)
TRANSPOSIÇÃO DE ÁGUAS DO RIO SÃO FRANCISCO	Construção de adutores	NE	45.000.000,00
Valor total cancelado =			45 000 000 00

5. Justificação e observações:

O POTENCIAL TURISTICO DO ESTADO DO AMAZONAS POR SI SO A PRIORIDADE DESTA PROJETO. PRETENDE-SE ACRESCEER AO TURISMO DE PASSEIO QUE PROCURA NORMALMENTE O AMAZONAS A PROCURA DA BELEZA DA FLORESTA AMAZONICA, O TURISMO DE NEGÓCIOS, PROCURANDO GERAR PARA REGIÃO MAIOR VALOR AGREGADO. DESTACA-SE TAMBEM O APOIO A CENTROS INTEGRADOS ENVOLVENDO TURISMO INTEGRADO COMO HOTEL, CENTRO DE EVENTOS, AREA DE LAZER, ENTRE OUTROS PONTOS

6. Autoria**Nome:**

BANCADA DO AMAZONAS

Partido:

BANCAM 7

UF:

AM

Local e data

Brasília, 26/10/99

Assinatura

~~JOSE ALEXANDRE~~
~~Fernando Collor~~

~~Carlos Santana~~

~~JORGIE PITTAR~~

~~celso Jabo~~

~~RAIMEL BARBOSA~~

~~Agulo Quir~~
~~Ag. F. F. F.~~

~~Alvaro~~

~~João Fernando Vto~~

~~BERGIO NASC~~

~~Alvinzon Perce~~

~~PEDRO CELSO~~

~~Pedro Wilson~~

~~BEN-HUR FERREIRA~~

~~Jose Machado~~

~~Dr. Rosinha~~

~~Paulo Roberto~~

~~Valdir~~

~~Agulo Quir~~

~~PMDB-TO~~

~~Agulo Quir~~

~~Agulo Quir~~

~~Agulo Quir~~

~~Agulo Quir~~

~~Agulo Quir~~

~~Agulo Quir~~

~~Agulo Quir~~

~~Agulo Quir~~

~~Agulo Quir~~

~~Agulo Quir~~

~~Agulo Quir~~

~~Agulo Quir~~

~~Agulo Quir~~

~~Agulo Quir~~

Nelson Pellegrino

Marin do Carmo Lacerda

José Magno
Compe de Mattos

Jandira Fepel
Gleandro Celso

João Paulo

Miro Teixeira

Neiva Moreira

EMERSON LOPES

VIRGÍLIO GUIMARÃES

INÁCIO KRUEDA

IBERÊ FERREIRA

PEDRO VALGOMERIS

GONZAGA PATRIOTA

EDUARDO CAMPOS

IMAG - ESSA

ref. 1. 1/4
michaleptus

Alcides
Mário Antonio

Ref.
A. J. V.

cel.

Samson D.

Virgílio Guimarães

Ala 582

Guilherme
A. J. V.
Imagem
Samson D.

Paulo Roberto

Walter Marquetti

WALDIR PIRES

ALDO RESELO

João Pinheiro

João

João

João

João

Alvaro Mendes

WALTER PINHEIRO

JOÃO COELHO

SEBASTIÃO VENTURA

LUIS A. FLEURY

EDUARDO PAES

CABO JULIO

Walter

Walter

Walter

Walter

EDUARDO COELHO

JOÃO SAMPAIO

Fernando Gomes

Walter

Alvaro Mendes

WALTER PINHEIRO

JOÃO COELHO

SEBASTIÃO VENTURA

LUIS A. FLEURY

EDUARDO PAES

CABO JULIO

Walter

Walter

NUM. SEQ.	COD. PARL.	ETIQ. COM.
0003	3804	

Data inclusão:
25/10/1999

1. Modalidade da Emenda : INDIVIDUAL

2. Finalidade da emenda

MA - Modificação de ação orçamentária existente

PPA 2000/2003 (VALOR)
CMPOPF - MENSAGEM 0839/1999 - CN
PL 0019/1999-CN
EMENDA - 00443

3. Ação orçamentária incluída ou modificada

3.1. Identificação da ação

3.1.1. Programa

0067 - CORREDOR TRANSMETROPOLITANO

3.1.2.1. Ação - denominação

0008 - BR-381/116/SP, Construção do rodanel de São Paulo

3.1.2.2. Ação - tipo

1 - Projeto

3.2. Produto e previsão de custos (recursos dos Orçamentos da União)

3.2.1. Produto - descrição

3.2.1.1. Unidade medida

3.2.1.2. Quantidade

0,00

3.2.1.3. Regionalização do produto (meta física)

Nacional :	Norte :	Nordeste :	Sudeste :	Centro-Oeste :	Sul :	Total :
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

3.2.2. Previsão de custos (recursos dos Orçamentos da União) - em R\$ 1,00

Nacional :	Norte :	Nordeste :	Sudeste :	Centro-Oeste :	Sul :	Total :
0,00	0,00	0,00	150.000.000,00	0,00	0,00	150.000.000,00

4. Cancelamento compensatório

Programa	Ação	Região	Valor (R\$ 1,00)
ENERGIA NA REDE SUDESTE	Implantação de usina termoneuclear Angra III (RJ) de 1.309 MW	SE	150.000.000,00
Valor total cancelado =			150.000.000,00

5. Justificação e observações:

A presente emenda ao PPA 2000/3 visa assegurar dotação para ação de construção de um anel na Região Metropolitana de São Paulo (Rodoanel de São Paulo), com 161 Km e 6 faixas, dentro do Programa CORREDOR TRANSMETROPOLITANO. Com 32 Km já contratados, os recursos adendados servirão para evitar a descontinuidade das obras. Tal suplementação faz-se necessária para consecução efetiva das obras que, uma vez concluídas trarão um ganho efetivo em termos de trafegabilidade, tanto da parcela particular como da produção industrial, agrícola e de serviços de todo o Eixo do Sudeste de escoamento./

6. Autoria

Nome:
EVILÁSIO FARIAS

Partido:
PSB

UF:
SP

Local e data 26/10/99	Assinatura 
--------------------------	--

REQUERIMENTO Nº 57, DE 2000-CN

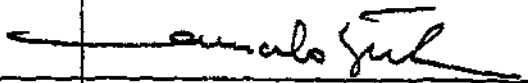
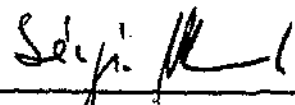



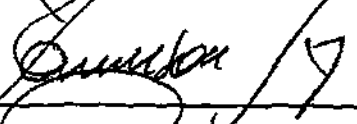
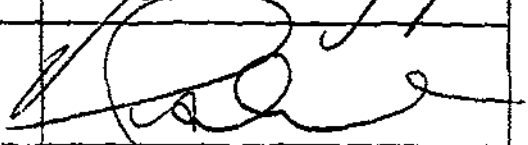



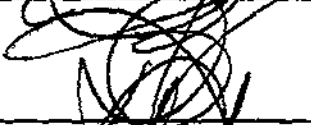
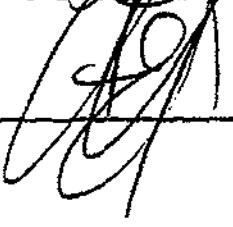
Requeiro nos termos regimentais, no âmbito do Projeto de Lei nº 19/1999-CN, que dispõe sobre o Plano Plurianual para o período 2000/2003, destaque à Emenda nº 2.290, da Bancada Federal de Sergipe, Construção de Obras de Infra-Estrutura Hídrica – Construção da Barragem de Poço Verde em Sergipe, em anexo.

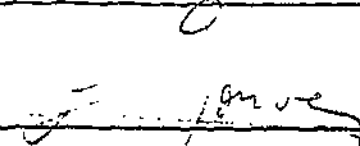


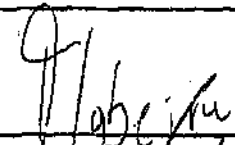
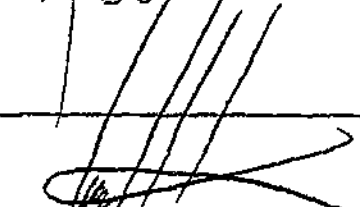

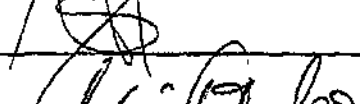
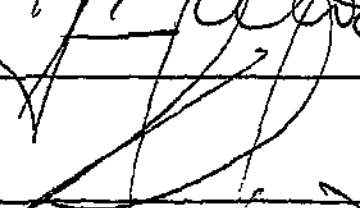


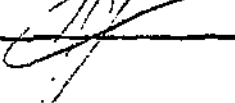
Justificação


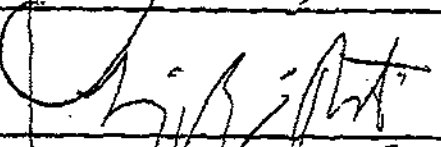
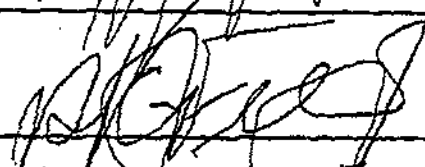

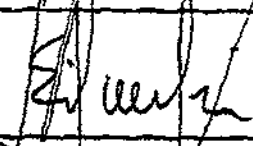
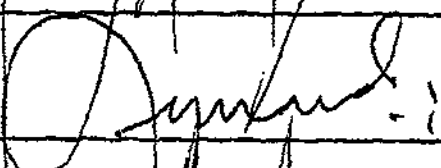






Além de ser projeto extremamente prioritário para o Estado de Sergipe, cabe destacar que no Orçamento Geral da União – 2000 foram consignados R\$3.800.000,00. Já para o PPA 2000/2003 foram previstos pelo Relator apenas a quantia de R\$3.000.000,00. Face ao exposto solicita-se a alocação adicional de R\$5.000.000,00, valor que permitirá inclusive concluir a obra em questão.


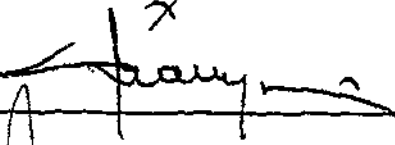
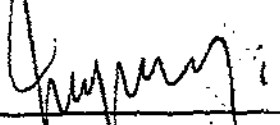
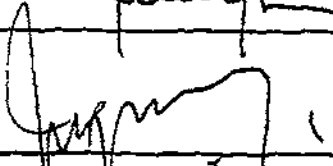

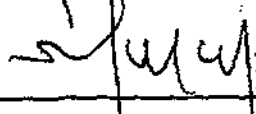

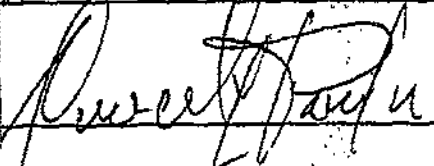
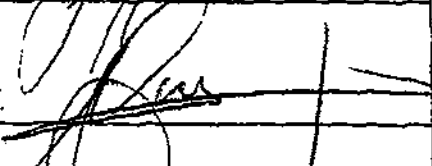
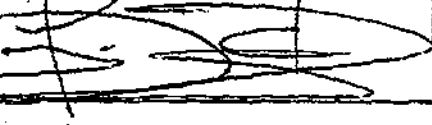
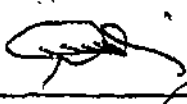
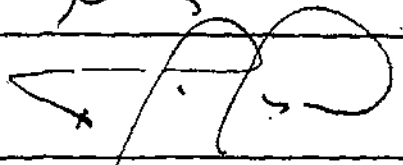

Brasília, 6 de junho de 2000. – Deputado **Pedro Valadares**.

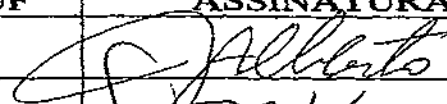

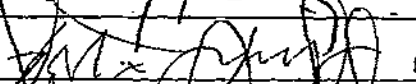
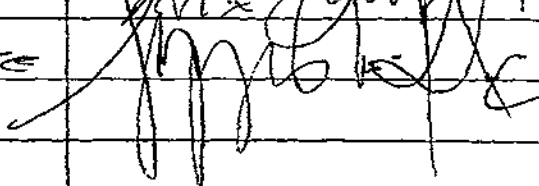
PARLAMENTAR	PARTIDO/UF	ASSINATURA
Adelson Ribeiro	PSC/SE	Adelson Ribeiro
Paulo Braga	PFL - BA	Paulo Braga
Paulo Braga	PFL - BA	Paulo Braga
	PFL - 906	Paulo Braga
	PFL - 927	Paulo Braga
	PPB / 609	Paulo Braga
Proclad Cesariz	PFL/BA	Proclad Cesariz
MANOEL CASTRO	PFL/BA	Manoel Castro
Neilton Frazão	PTB/M	Neilton Frazão
André	PPB/BA 639	André
JOSÉ TELES	PSDB-SE 438	José Teles
MORONI	PFL-CE 445	Moroni

PARLAMENTAR	PARTIDO/UF	ASSINATURA
MARCIO DEPA		
Sérgio M L		
REGIS. Cavalcante	PPS/AL	
Rubens Suran	PPS/SP	
João Inácio Coelho	PPS/PE	
EMERSON KORA	PPS/SP	
Pedro Góes	PPS/PE	
AUGUSTO	PSDB/SE	
Alexandre Lora	PSB/RS 208	
João Inácio	PSB-SP	
Idalina Lora	PSB/PE	
Roberto Lora	PSB/AP	

PARLAMENTAR	PARTIDO/UF	ASSINATURA
Luiz Bandeira	PSB '8'	
VIVALDO BARBOSA	PDT/RJ	
MANA BARBOSA	PMDB/SP	
João / J	PSDB/BA	JUIMHYJA
Abel	BU/RJ	
Abel	PL. MS 226	
João Henrique	PTB SP.	
Roberto	DSB-RJ-370	
INSCID	PCB 582	
JOÃO HERMAN	PPS-SP 637	
ALBERTO FRAGA	PMDB / DF	
CARU JUI	PL-MG	

PARLAMENTAR	PARTIDO/UF	ASSINATURA
Sege Reis	PSDB	
LUIZ PIAVALHA	PSDB-PE	
SEBASTIÃO CAVALCANTE	707	
JOAQUIM FRANCISCO		
ÁTILA LINS	PPL-AM	
LUZ FERNANDO	PB-AM	
JOAQUIM LINS		
RODRIGO LINS	PSL-MG	
JONAS WILSON	PMDB-RJ	
DE VELASCO	PSL-SP	
REGINALDO GOMES	FL-BA	
ALDIR CABRAL	PSDB-RJ	

PARLAMENTAR	PARTIDO/UF	ASSINATURA
Luiz Lourenço	S/P/BA	
EDUARDO MORAES	PPH/PB	
	José Maurício	
WERNER WANDERER	PFL/PR	
	PMDB - 907	Paulo Roberto
HELENILDO RIBEIRO	P.S.D.B. 575	
	PFL 201	
Luiz Nogueira	Co. de 1992	619
AUGUSTO FARIAS	PPB (AL) 229	
LUIS DANTAS	416/PST	
JOSÉ THOMAZ NUNES	PFL/AC	
Plumário Júnior	824	

PARLAMENTAR	PARTIDO/UF	ASSINATURA
JORGE ALBERTO	P. M. D. B.	
JORGE KHURY	PFL	
FELIX MONDINO	PTB-BA	
CONZAGA PATRICK	PSB-PE	

NUM. SEQ.	CCO. PARL.	ETIQ. COM.
00011	7127	

Data inclusão:
28/10/1999

PPA 2000/2003 (VALOR)
CMPCOF - MENSAGEM 0839/1999 - CN
PL 0019/1998-CN
EMENDA - 02290

1. Modalidade da Emenda : ESTADUAL

2. Finalidade da emenda
IA - Inclusão de nova ação orçamentária

3. Ação orçamentária incluída ou modificada

3.1. Identificação da ação

3.1.1. Programa

0235 - PROAGUA INFRA-ESTRUTURA

3.1.2.1. Ação - denominação

- Construção de Obras de Infra-Estrutura Hídrica Construção de Barragem em Foz Verde

3.1.2.2. Ação - tipo
1 - Projeto

3.2. Produto e previsão de custos (recursos dos Orçamentos da União)

3.2.1. Produto - descrição

Obras Executadas

3.2.1.1. Unidade medida
%

3.2.1.2. Quantidade
100,00

3.2.1.3. Regionalização do produto (meta física)

Nacional	Norte	Nordeste	Sudeste	Centro-Oeste	Sul	Total
0,00	0,00	100,00	0,00	0,00	0,00	100,00

3.2.2. Previsão de custos (recursos dos Orçamentos da União) - em R\$ 1,00

Nacional	Norte	Nordeste	Sudeste	Centro-Oeste	Sul	Total
0,00	0,00	12.000.000,00	0,00	0,00	0,00	12.000.000,00

4. Cancelamento compensatório

Programa	Ação	Região	Valor (R\$ 1,00)
GESTÃO DA POLÍTICA ECONÔMICA	Serviços de repressão do mao-circulante	NA	12.000.000,00
Valor total cancelado =			12.000.000,00

5. Justificação e observações:

Obra importante para reduzir o índice de mortalidade infantil e incidência de doenças endêmicas que assolam população carente de baixa renda. Principal projeto do Estado de Sergipe, permitirá resolver definitivamente o problema de abastecimento de água em Sergipe.

6. Autoria

Nome:
BANCA DA DE SERGIPE

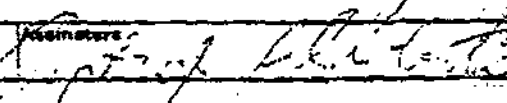
Partido:
BANCSE

UF:
SE

Local e data

Branco, 21/10/99

Assinatura



Justificação

Requeiro nos termos regimentais, no âmbito do Projeto de Lei nº 19/1999-CN, que dispõe sobre o Plano Plurianual para o período 2000/2003, destaque à Emenda nº 2.296, da Bancada Federal de Sergipe, Construção de Obras de Controle de Enchentes – Controle de Enchentes em Laranjeiras em Sergipe, em anexo.

Obra prioritária para o Estado de Sergipe, destaca-se que no OGU 2000 foram alocados R\$6.700.00,00, e no PPA 2000-2003 foram previstos apenas R\$1.996.000,00. Solicita-se pois a alocação adicional de R\$7.000.000,00 objetivando-se corrigir esta grave disfunção, além de se permitir concluir a obra em questão.


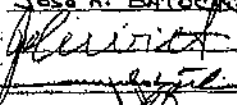

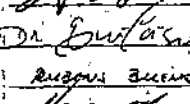
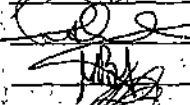
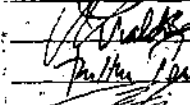
Brasília, 6 de Junho de 2000. – Deputado **Pedro Valadares**.

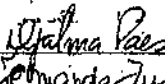
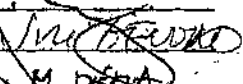
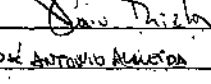
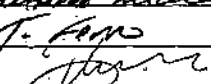
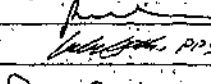
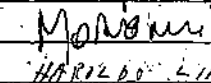
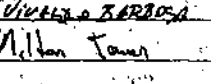
PARLAMENTAR	PARTIDO/UF	ASSINATURA
Adelson Bittencourt	PSE/SE	[Signature]
[Signature]	PFL-BA	[Signature]
Pavão BRAGA	PFL-BA	[Signature]
	PFL-306	[Signature]
	PFL-BA-85	[Signature]
	PFL-BA-92	[Signature]
Araceli Gomes	PFL-BA-372	[Signature]
Manoel Castro	PFL/MA-760	[Signature]
Neilton Trad	PTB MS	[Signature]
André Lima	PTB/MS-619	[Signature]
José Teles	PTB-B-SE-438	[Signature]
MOMONI	PFL-CE448	[Signature]

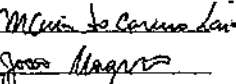
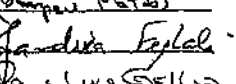
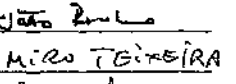
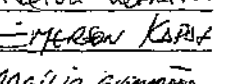
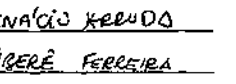
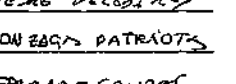
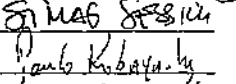
PARLAMENTAR	PARTIDO/UF	ASSINATURA
MARCELO DEPA		<i>marcelo depa</i>
Stênio Miranda		<i>Stênio Miranda</i>
ALDO RESEB	PPS/MS	<i>aldo reseb</i>
REGIS GONTEAGLIA	PPS/AL	<i>Regis Gontaglia</i>
RUBENS LULIAN	PPS/SP	<i>Rubens Lulian</i>
CECÍLIA GALBU	PPS/RS	<i>Cecília Galbu</i>
ERNESTO KAMZ	PPS/SC	<i>Ernesto Kamz</i>
PAULO EUGENIO	PPS/DE	<i>Paulo Eugênio</i>
DR. GILFARNO	PSB-SP	<i>Gilfarno</i>
ANTONIO GONÇALVES	PSB-RJ	<i>Antonio Gonçalves</i>
AUGUSTO	PSDB/SE	<i>Augusto</i>
VALMIRA LOPES	PSB/PE	<i>Valmira Lopes</i>

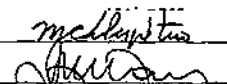
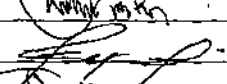
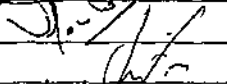
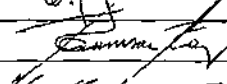
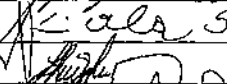
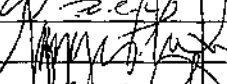

PARLAMENTAR	PARTIDO/UF	ASSINATURA
Luiz Eduardo	PSB/AC	[Signature]
Erivaldo Alves	PSB/AP	[Signature]
SIVALDO BARBOSA	PDT/RJ	[Signature]
JOY HAY JR	PSDB/BO	[Signature]
[Signature]	UV/PA	[Signature]
[Signature]	PL-MS/MS	[Signature]
Helton Maranhão	PTB-SP/SP	[Signature]
João Batista	PSBR/SP	[Signature]
MAÍCEO	PCRB/SP	[Signature]
JOÃO HEERMAN	PPS-SP/SP	[Signature]
ALBERTO JATOÁ	PMDB/SP	[Signature]
[Signature]	PPS-MS	[Signature]

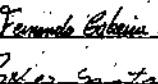
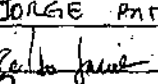
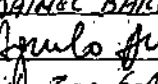
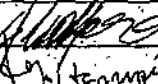
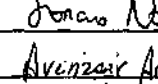
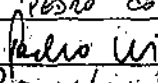
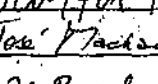
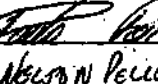
PARLAMENTAR	PARTIDO/UF	ASSINATURA
Severino Lima	PSDB	[Signature]
Luiz Pimenta	PPB 707	[Signature]
Severino Lima	425	[Signature]
Atila Lins	PFL-Am	[Signature]
Luiz Fernando	PPB-AM	[Signature]
João Augusto	657	[Signature]
Francisco Rêgo	PSL MB	[Signature]
Jonas Wilson	PHD 123	[Signature]
João Campos	PSL-SF	[Signature]
Edinaldo Germano	PFL-BA	[Signature]
Alcir Cabral	PSB-RJ	[Signature]

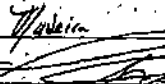
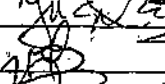
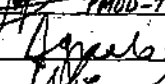
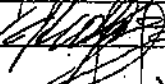
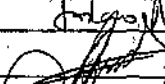
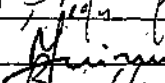

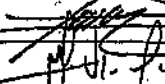

 Fernando Zuppo
 José R. Batistoni

 José R. Batistoni

 José R. Batistoni

 José R. Batistoni

 José R. Batistoni

 José R. Batistoni

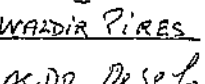
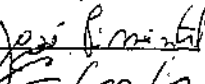
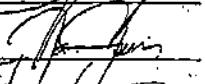
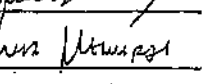
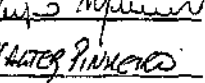
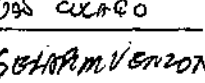
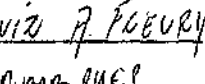
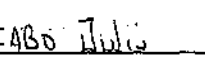

 Waldemar Pires
 Eduardo Zuppo

 Eduardo Zuppo

 Eduardo Zuppo

 Eduardo Zuppo

 Eduardo Zuppo

 Eduardo Zuppo

 Eduardo Zuppo

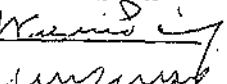
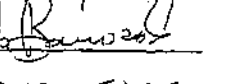
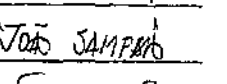
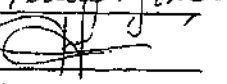
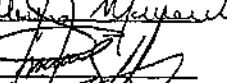

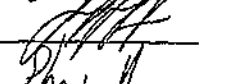


 Waldemar Pires
 Eduardo Zuppo

 Eduardo Zuppo

 Eduardo Zuppo

 Eduardo Zuppo

 Eduardo Zuppo

 Eduardo Zuppo

 Eduardo Zuppo


 Waldemar Pires

 Eduardo Zuppo

 Eduardo Zuppo

 Eduardo Zuppo

 Eduardo Zuppo

 Eduardo Zuppo

 Eduardo Zuppo


 Fernando Zuppo

 José R. Batistoni

 José R. Batistoni

 José R. Batistoni

 José R. Batistoni

 José R. Batistoni

 José R. Batistoni

 José R. Batistoni


 Waldemar Pires

 Eduardo Zuppo

 Eduardo Zuppo

 Eduardo Zuppo

 Eduardo Zuppo

 Eduardo Zuppo

 Eduardo Zuppo

 Eduardo Zuppo


 Waldemar Pires

 Eduardo Zuppo

 Eduardo Zuppo

 Eduardo Zuppo

 Eduardo Zuppo

 Eduardo Zuppo

 Eduardo Zuppo

 Eduardo Zuppo


 Waldemar Pires

 Eduardo Zuppo

 Eduardo Zuppo

 Eduardo Zuppo

 Eduardo Zuppo

 Eduardo Zuppo

 Eduardo Zuppo

 Eduardo Zuppo

Data inclusão:
27/10/1999

PPA 2000/2003 (VALOR)
CMPOFF - MENSAGEM 0839/1999 - CN
PL 0019/1999-CN
EMENDA - 02615

1. Modalidade da Emenda : INDIVIDUAL

2. Finalidade da emenda
MA - Modificação de ação orçamentária existente

3. Ação orçamentária incluída ou modificada

3.1. Identificação da ação

3.1.1. Programa

0075 - DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

3.1.2.1. Ação - denominação

0018 - Criação de defensorias públicas especializadas em criança e adolescente nos Estados e Distrito Federal

3.1.2.2. Ação - tipo
1 - Projeto

3.2. Produto e previsão de custos (recursos dos Orçamentos da União)

3.2.1. Produto - descrição

3.2.1.1. Unidade medida

3.2.1.2. Quantidade
0,00

3.2.1.3. Regionalização do produto (meta física)

Nacional :	Norte :	Nordeste :	Sudeste :	Centro-Oeste :	Sul :	Total :
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

3.2.2. Previsão de custos (recursos dos Orçamentos da União) - em R\$ 1,00

Nacional :	Norte :	Nordeste :	Sudeste :	Centro-Oeste :	Sul :	Total :
4.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.000.000,00

4. Cancelamento compensatório

Programa	Ação	Região	Valor (R\$ 1,00)
ENERGIA NA REDE SUDESTE	Implantação de usina termoeletrônica	NE	4.000.000,00
	Angra III (RJ) de 1.305 MW		
	Valor total cancelado =		4.000.000,00

5. Justificação e observações:

A implantação de Defensorias Públicas de atendimento à criança e adolescentes nos Estados e no DF são de fundamental importância, tanto a nível institucional como de proteção primária e resguardada dos direitos daqueles que, no mais das vezes, não dispõe de proteção jurídica imediata de defesa.

6. Autoria

Nome:
LUIZA ERUNDINA

Partido:
PSB

UF:
SP

Local e data	Assinatura
BSB 27/10/99	[Assinatura]

REQUERIMENTO Nº 60, DE 2000 – CN

Senhor Presidente,

Requeremos, nos termos do art. 31 da Resolução nº 2, de 1995 – CN, que a Emenda nº 2.482, de

autoria da Bancada da Região Centro-Oeste, apresentada ao Projeto de Lei nº 19/1999 – CN, seja apreciada pelo Plenário do Congresso Nacional.

Sala de Sessões, 15 de junho de 2000.

NOME	PARTIDO	ASSINATURA
Rubenis Evlam.	896	[Assinatura]
José Carlos Zivita	213	[Assinatura]
Alberto Maurício	418	[Assinatura]
Carolina Menezes	273	[Assinatura]
Marcelo Brandi	518	[Assinatura]
JORGE COSTA	PMDB	[Assinatura]
Donato de Castro	209	[Assinatura]
Heitor Moreira	406	[Assinatura]
	PSDB	[Assinatura]
Elton Silva		[Assinatura]
Silvio Torres	624	[Assinatura]

433

NOME	PARTIDO	ASSINATURA
João Carlos	514	
Enio Rios	730	
Alvaro Figueira	609	
Georgina de Jesus	813	
Ricardo Lima	918	
Guilherme Cabral	828	
Guilherme Antonio	485	
João Calisto	919	
Edna Jacob	994	
Edna Jorgio	823	
Angela	617	

NOME	PARTIDO	ASSINATURA
Roberto Bessa	607	
Mariano Reid	450	
Papete de Mattos	810	
Roberto Rago	585	
João Machado	276	
Jaime Roberto	650	
DR. Ernesto Farias	454	
João Junior	412	
Emmanuel Ribeiro	940	
Diogo Rodrigues	437	
Maria de Almeida	381	

NOME	PARTIDO	ASSINATURA
William Mendes		34
João Pêlo		705
João Carlos Faria		90
Carla Maria Lúcia		40
Almeida Junior		765
Francisco Zucato		380
Helena Marques		120
João Henrique	617	
João Roberto	397	
Roberto de Jesus	214-PT	
Edna Miranda	420	

NOME	PARTIDO	ASSINATURA
João Pêlo	72	
João Pêlo	197-17	
Almeida Junior	991	
Francisco Zucato	839	
João Roberto	835	
João Roberto	650	
Roberto Rago	609	
Carlos Roberto	99	
João Roberto	344	
João Roberto	340	
João Roberto	217	

809

NOME	PARTIDO	ASSINATURA
Cláudio Pádua	705	
Tarcísio Costa	654	
Sergio Barros	801	
Marcelo Ribeiro	343	
Roberto Corrêa	611	
Luís Buarque	940	
Edimar Moreira	606	
Wilson Santos	808	
Saulo Pires	308	
Adelino Lourenço	604	
Romildo Bock	629	

NOME	PARTIDO	ASSINATURA
Randolph Vasconcelos		
Adão Penteado		
Sergio P. Miranda		
Helmuth Ribeiro		
Henrique Pimenta		
Fernando Henrique		
Tarcísio Pimenta		
Carlos Batista		
Marcos Mattos	PT	
Genivaldo Silveira		
Ricardo Degen		

NOME	PARTIDO	ASSINATURA
Sergio Pimenta	711	
Roberto Corrêa		
Alcides J. de Araújo		
Alberto Fraga		
Orlando Brito		
Moisés Moreira		
Sérgio Barbosa	346	
Cláudio Pádua	923	
Medeiros	946	
Marcelo	560	
Roberto	912	

NOME	PARTIDO	ASSINATURA
Mário Magalhães	345	
Antonio Carlos	658	
Alcides J. de Araújo	716	
Alcides J. de Araújo	814	
Fernando Brito	927	
Francisco Rodrigues	304	
Roberto Moreira	619	
Roberto Moreira	314	
Roberto Moreira	352	
Roberto Moreira	318	
Roberto Moreira	812	

Data inclusão:
23/10/1999

PPA 2000/2003 (VALOR)
CMPOFF - MENSAGEM 0930/1999 - CN
PL 0019/1999-CN
EMENDA - 02482

1. Modalidade da Emenda : REGIONAL

2. Finalidade da emenda

IA - Inclusão de nova ação orçamentária

3. Ação orçamentária incluída ou modificada

3.1. Identificação da ação

3.1.1. Programa

0179 - IRRIGAÇÃO E DRENAGEM

3.1.2.1. Ação - denominação

- IRRIGAÇÃO E DRENAGEM NA REGIÃO CENTRO-OESTE

3.1.2.2. Ação - tipo

1 - Projeto

3.2. Produto e previsão de custos (recursos dos Orçamentos da União)

3.2.1. Produto - descrição

ÁREA IRRIGADA

3.2.1.1. Unidade medida

HECTARE

3.2.1.2. Quantidade

3.000,00

3.2.1.3. Regionalização do produto (meta física)

Nacional :	Norte :	Nordeste :	Sudeste :	Centro-Oeste :	Sul :	Total :
0,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00	0,00	3.000,00

3.2.2. Previsão de custos (recursos dos Orçamentos da União) - em R\$ 1,00

Nacional :	Norte :	Nordeste :	Sudeste :	Centro-Oeste :	Sul :	Total :
0,00	0,00	0,00	0,00	49.800.000,00	0,00	49.800.000,00

4. Cancelamento compensatório

Programa	Ação	Região	Valor (R\$ 1,00)
TRANSPORTE DE ÁGUAS DO RIO SÃO FRANCISCO	Construção de edificações	NA	49.800.000,00
Valor total cancelado =			49.800.000,00

5. Justificação e observações:

A AÇÃO PROPOSTA VISA A IMPLANTAÇÃO DE PROJETOS QUE UTILIZARÃO MODERNOS RECURSOS TECNOLÓGICOS, CAPAZES DE VIABILIZAR ALTOS ÍNDICES DE PRODUTIVIDADE NA PRODUÇÃO DE GRÃOS, ESPECIALMENTE ARROZ, SOJA, MILHO E FEIJÃO, BEM COMO FRUTAS E HORTICULTURA. VISA, AINDA, AO ATENDIMENTO DA DEMANDA INDUSTRIAL, CONTRIBUINDO, DESSA FORMA, PARA O AUMENTO DA RENDA REGIONAL E A MELHORIA DO NÍVEL DE VIDA DA POPULAÇÃO. VALE SALIENTAR QUE NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988, ATRAVÉS DO DISPOSTO NO ARTIGO 42 DO ADCT, É DETERMINADA A APLICAÇÃO, NA REGIÃO CENTRO-OESTE, DE 20% DOS RECURSOS DA UNIÃO DESTINADOS A IRRIGAÇÃO NO BRASIL. O VALOR TOTAL DOS RECURSOS CITADOS ATINGE A CIFRA DE R\$ 976,8 MILHÕES, SENDO DESTINADOS AO CENTRO-OESTE APENAS 11% DESSE TOTAL, OU SEJA, R\$ 107,9 MILHÕES, QUANDO O CORRETO SERIA OS 20% - R\$ 196,2 MILHÕES, O QUE DEMONSTRA UMA DIFERENÇA, CONTRA O CENTRO-OESTE, DE R\$ 87,2 MILHÕES.

6. Autoria

Nome:
BANGADA DA REGIÃO CENTRO-OESTE

Partido:
BANCOC

UF:
GO

Cópia e data

Brasília, 27/10/99

Assinatura

[Assinatura]

Requeremos, nos termos do art. 31 da Resolução nº 2, de 1995/CN, que a Emenda nº 2.804, de au-

Sala de Sessões, 15 de junho de 2000.

[illegible]

NOME	PARTIDO	ASSINATURA
Miriam Reid	930	[Signature] PR-RJ
Compagnie de maitres	810 PR-PS	[Signature]
Paulo Aguiar	169 PR-PP	[Signature]
Paulo Maranhão	276 PR-PS	[Signature]
Paulo Mendes	670 PR-PMDB	[Signature]
Paulo Teixeira	454 PR-SP	[Signature]
Paulo Fagundes	443 PR-RS	[Signature]
Paulo Martins	417 PR-MG	[Signature]
Paulo Mendes	940 PR-PS	[Signature]
Paulo Rodrigues	714 PR-PS	[Signature] PL-RS
Paulo de Oliveira	791 PR-MG	[Signature]

NOME	PARTIDO	ASSINATURA
Rubens Farias	PPS	
Acir Lacerda Lima	PPS	
Albino Moura	PPS	
Carliete Moura	PPS	
Carolina Pimenta	PPS	
Jorge Costa	PPS	
Daniela de Paiva	PPS	
André Albuquerque	PPS	
Elisavete Almeida	PPS	
João Nilton	PPS	
Wagner Solimões	PPS	

NOME	PARTIDO	ASSINATURA
Pandey Jelinek	260	
Roberto Araújo	591	
Jelson Moura	916	
Helmielo Ribeiro	575	
Kimola Pontes	619	
Marcelo Domingos	722	
João Alexandre	369	
Ulysses Cruz	842	
Wilton Fagundes	523-523	
Humberto Ribeiro	579	

NOME	PARTIDO	ASSINATURA
EDIO ROSA	PPS	
João Chaves	436	
Guilherme Santos	909	
Wagner Almeida	449	
João Lacerda	514	
Guilherme Almeida	374	
José Roberto	PTB	
Guilherme Almeida		
Antônio Pereira	1519-15	
Wagner Almeida	619	
João Lacerda	270	



CONGRESSO NACIONAL

Comissão Mista de Planos,
Orçamento Público
e Fiscalização

NOME	POS. PARL.	INT. COM.
0013	7110	

Data inclusão:
20/06/00PPA 2000/2003 (VALOR)
CAPOFF - MENSAGEM 001/00 - CN
PL 001/00-CN
EMENDA - 02804

1. Modalidade da Emenda: ESTADUAL

2. Finalidade da emenda
P - inclusão de proposta novo

3. Ação legislativa incluída ou modificada

3.1. Identificação da ação

3.1.1. Proposta

3.1.2. Ação - tipo

3.1.3. Ação - tipo

3.1.4. Ação - tipo

3.1.5. Ação - tipo

3.1.6. Ação - tipo

3.1.7. Ação - tipo

3.1.8. Ação - tipo

3.1.9. Ação - tipo

3.1.10. Ação - tipo

3.1.11. Ação - tipo

3.1.12. Ação - tipo

3.1.13. Ação - tipo

3.1.14. Ação - tipo

3.1.15. Ação - tipo

3.1.16. Ação - tipo

3.1.17. Ação - tipo

3.1.18. Ação - tipo

3.1.19. Ação - tipo

3.1.20. Ação - tipo

3.1.21. Ação - tipo

3.1.22. Ação - tipo

3.1.23. Ação - tipo

3.1.24. Ação - tipo

3.1.25. Ação - tipo

3.1.26. Ação - tipo

3.1.27. Ação - tipo

3.1.28. Ação - tipo

3.1.29. Ação - tipo

3.1.30. Ação - tipo

3.1.31. Ação - tipo

3.1.32. Ação - tipo

3.1.33. Ação - tipo

3.1.34. Ação - tipo

3.1.35. Ação - tipo

3.1.36. Ação - tipo

3.1.37. Ação - tipo

3.1.38. Ação - tipo

3.1.39. Ação - tipo

3.1.40. Ação - tipo

3.1.41. Ação - tipo

3.1.42. Ação - tipo

3.1.43. Ação - tipo

3.1.44. Ação - tipo

3.1.45. Ação - tipo

3.1.46. Ação - tipo

3.1.47. Ação - tipo

3.1.48. Ação - tipo

3.1.49. Ação - tipo

3.1.50. Ação - tipo

3.1.51. Ação - tipo

3.1.52. Ação - tipo

3.1.53. Ação - tipo

3.1.54. Ação - tipo

3.1.55. Ação - tipo

3.1.56. Ação - tipo

3.1.57. Ação - tipo

3.1.58. Ação - tipo

3.1.59. Ação - tipo

3.1.60. Ação - tipo

3.1.61. Ação - tipo

3.1.62. Ação - tipo

3.1.63. Ação - tipo

3.1.64. Ação - tipo

3.1.65. Ação - tipo

3.1.66. Ação - tipo

3.1.67. Ação - tipo

3.1.68. Ação - tipo

3.1.69. Ação - tipo

3.1.70. Ação - tipo

3.1.71. Ação - tipo

3.1.72. Ação - tipo

3.1.73. Ação - tipo

3.1.74. Ação - tipo

3.1.75. Ação - tipo

3.1.76. Ação - tipo

3.1.77. Ação - tipo

3.1.78. Ação - tipo

3.1.79. Ação - tipo

3.1.80. Ação - tipo

3.1.81. Ação - tipo

3.1.82. Ação - tipo

3.1.83. Ação - tipo

3.1.84. Ação - tipo

3.1.85. Ação - tipo

3.1.86. Ação - tipo

3.1.87. Ação - tipo

3.1.88. Ação - tipo

3.1.89. Ação - tipo

3.1.90. Ação - tipo

3.1.91. Ação - tipo

3.1.92. Ação - tipo

3.1.93. Ação - tipo

3.1.94. Ação - tipo

3.1.95. Ação - tipo

3.1.96. Ação - tipo

3.1.97. Ação - tipo

3.1.98. Ação - tipo

3.1.99. Ação - tipo

3.1.100. Ação - tipo

3.1.101. Ação - tipo

3.1.102. Ação - tipo

3.1.103. Ação - tipo

3.1.104. Ação - tipo

3.1.105. Ação - tipo

3.1.106. Ação - tipo

3.1.107. Ação - tipo

3.1.108. Ação - tipo

3.1.109. Ação - tipo

3.1.110. Ação - tipo

3.1.111. Ação - tipo

3.1.112. Ação - tipo

3.1.113. Ação - tipo

3.1.114. Ação - tipo

3.1.115. Ação - tipo

3.1.116. Ação - tipo

3.1.117. Ação - tipo

3.1.118. Ação - tipo

3.1.119. Ação - tipo

3.1.120. Ação - tipo

3.1.121. Ação - tipo

3.1.122. Ação - tipo

3.1.123. Ação - tipo

3.1.124. Ação - tipo

3.1.125. Ação - tipo

3.1.126. Ação - tipo

3.1.127. Ação - tipo

3.1.128. Ação - tipo

3.1.129. Ação - tipo

3.1.130. Ação - tipo

3.1.131. Ação - tipo

3.1.132. Ação - tipo

3.1.133. Ação - tipo

3.1.134. Ação - tipo

3.1.135. Ação - tipo

3.1.136. Ação - tipo

3.1.137. Ação - tipo

3.1.138. Ação - tipo

3.1.139. Ação - tipo

3.1.140. Ação - tipo

3.1.141. Ação - tipo

3.1.142. Ação - tipo

3.1.143. Ação - tipo

3.1.144. Ação - tipo

3.1.145. Ação - tipo

3.1.146. Ação - tipo

3.1.147. Ação - tipo

3.1.148. Ação - tipo

3.1.149. Ação - tipo

3.1.150. Ação - tipo

3.1.151. Ação - tipo

3.1.152. Ação - tipo

3.1.153. Ação - tipo

3.1.154. Ação - tipo

3.1.155. Ação - tipo

3.1.156. Ação - tipo

3.1.157. Ação - tipo

3.1.158. Ação - tipo

3.1.159. Ação - tipo

3.1.160. Ação - tipo

3.1.161. Ação - tipo

3.1.162. Ação - tipo

3.1.163. Ação - tipo

3.1.164. Ação - tipo

3.1.165. Ação - tipo

3.1.166. Ação - tipo

3.1.167. Ação - tipo

3.1.168. Ação - tipo

3.1.169. Ação - tipo

3.1.170. Ação - tipo

3.1.171. Ação - tipo

3.1.172. Ação - tipo

3.1.173. Ação - tipo

3.1.174. Ação - tipo

3.1.175. Ação - tipo

3.1.176. Ação - tipo

3.1.177. Ação - tipo

3.1.178. Ação - tipo

3.1.179. Ação - tipo

3.1.180. Ação - tipo

3.1.181. Ação - tipo

3.1.182. Ação - tipo

3.1.183. Ação - tipo

3.1.184. Ação - tipo

3.1.185. Ação - tipo

3.1.186. Ação - tipo

3.1.187. Ação - tipo

3.1.188. Ação - tipo

3.1.189. Ação - tipo

3.1.190. Ação - tipo

3.1.191. Ação - tipo

3.1.192. Ação - tipo

3.1.193. Ação - tipo

3.1.194. Ação - tipo

3.1.195. Ação - tipo

3.1.196. Ação - tipo

3.1.197. Ação - tipo

3.1.198. Ação - tipo

3.1.199. Ação - tipo

3.1.200. Ação - tipo

3.1.201. Ação - tipo

3.1.202. Ação - tipo

3.1.203. Ação - tipo

3.1.204. Ação - tipo

3.1.205. Ação - tipo

3.1.206. Ação - tipo

3.1.207. Ação - tipo

3.1.208. Ação - tipo

3.1.209. Ação - tipo

3.1.210. Ação - tipo

3.1.211. Ação - tipo

3.1.212. Ação - tipo

3.1.213. Ação - tipo

3.1.214. Ação - tipo

3.1.215. Ação - tipo

3.1.216. Ação - tipo

3.1.217. Ação - tipo

3.1.218. Ação - tipo

3.1.219. Ação - tipo

3.1.220. Ação - tipo

3.1.221. Ação - tipo

3.1.222. Ação - tipo

3.1.223. Ação - tipo

3.1.224. Ação - tipo

3.1.225. Ação - tipo

3.1.226. Ação - tipo

3.1.227. Ação - tipo

3.1.228. Ação - tipo

3.1.229. Ação - tipo

3.1.230. Ação - tipo

3.1.231. Ação - tipo

3.1.232. Ação - tipo

3.1.233. Ação - tipo

3.1.234. Ação - tipo

3.1.235. Ação - tipo

3.1.236. Ação - tipo

3.1.237. Ação - tipo

3.1.238. Ação - tipo

3.1.239. Ação - tipo

3.1.240. Ação - tipo

3.1.241. Ação - tipo

3.1.242. Ação - tipo

3.1.243. Ação - tipo

3.1.244. Ação - tipo

3.1.245. Ação - tipo

3.1.246. Ação - tipo

REQUERIMENTO Nº 62, DE 2000 – CN

Brasília, 6 de junho de 2000

Requeiro, nos termos regimentais, no âmbito do Projeto de Lei nº 19/1999 – CN, que dispõe sobre o Plano Plurianual para o Período 2000/2003, destaque à Emenda nº 2.804 da Bancada Federal de Goiás, Construção de Obras de Infra-Estrutura Hídrica, em Goiás em Anexo.

Justificação

A região Centro-Oeste vem reiterar o cumprimento do art. 42 do Ato das Disposições Transitórias

da Constituição Federal que prevê que 20% dos recursos de irrigação sejam alocados na região Centro-Oeste.

Pelo disposto no Relatório Final do PL nº 19/99, que trata do Plano Plurianual 2000/2003, volume II, folha 17, foram destinados à região Centro-Oeste para este período apenas 3,5% do total previsto para irrigação. Para atendimento do dispositivo constitucional o Relator Geral deverá alocar à região Centro-Oeste a quantia adicional de R\$453 milhões. Face ao exposto, visando corrigir esta omissão, vimos requerer a Vossa Excelência o atendimento do Destaque nº 2.804 da Bancada Federal do Estado de Goiás.

Assinatura	Nome		
1-	PEDRO CHAVES	21-	DANIEL AVELINO
2-	Geovani	22-	DANILLO DE CASTRO
3-	Norberto Teixeira	23-	PAULO FARIAS
4-	Wm Brito	24-	INALDO LEITÃO
5-	JUVENINA	25-	EFRAIM MORRIS
6-	LYDIA DURAN	26-	RAULINO BASSO
7-	Jéti Bezerra	27-	RAULINO BASSO
8-	Marice Sampaio	28-	RAULINO BASSO
9-	SÉRGIO CARVALHO	29-	JOÃO LÚCIO PFL-TO
10-	SÉRGIO CARVALHO 342	30-	JOÃO LÚCIO PFL-TO
11-	Eusebio Mendes	31-	ANTÔNIO CARLOS MENDES
12-	LUÍZ SÉRGIO 17/RS	32-	ANTÔNIO CARLOS MENDES
13-	VICTOR ROUBAS	33-	JAINÉ MARTINS PFL/176
14-	CARLOS B. GOMES	34-	JAINÉ MARTINS PFL/176
15-	PAULO LEF	35-	JAINÉ MARTINS PFL/176
16-	CARLY DURELL	36-	JAINÉ MARTINS PFL/176
17-	LUÍZ 368	37-	JAINÉ MARTINS PFL/176
18-	SÉRGIO BARROS	38-	JAINÉ MARTINS PFL/176
19-	SÉRGIO BARROS	39-	JAINÉ MARTINS PFL/176
20-	JOÃO TOTA	40-	JAINÉ MARTINS PFL/176

41- Sigimkin

42- Pedro Perceira

43- Manoel Salvia

44- João Marcelo

45- Estrela

46- Wania Xavier

47- Paulo Henri

48- Wellington 523

49- Juliano Kasab

50- BACONIL

51- ATILIA LINS

52- Wanda 814

53- EDUARDO PAGES 762

54- Luiz 343

55- 418

56- 509

57- 440

58- 536

59- 584

60-

61- Pedro Wiltan 756

62- 568

63- 3186 WANDERLAI

64- 1500 ROSA PABLO 266

65- Pedro Camilo 611

Data inclusão:
28/10/1999

PPA 2000/2003 (VALOR)

EMPOFF - INEMBAGEN 0830/1999 - CN

PL 0019/1999-CN

EMENDA - 02804

1. Modalidade da Emenda : ESTADUAL

2. Finalidade da emenda
IP - Inclusão de programa novo

3. Ação orçamentária incluída ou modificada

3.1. Identificação da ação

3.1.1. Programa
PRO-ÁGUA INFRA-ESTRUTURA

3.1.2.1. Ação - denominação

- CONSTRUÇÃO E RECUPERAÇÃO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA HÍDRICA, PERFURAÇÃO E EQUIPAMENTO DE POÇOS PÚBLICOS E CONSTRUÇÃO DE PEQUENAS BARRAGENS EM GOIÁS.

3.1.2.2. Ação - tipo
1 - Projeto

3.2. Produto e previsão de custos (recursos dos Orçamentos da União)

3.2.1. Produto - descrição
POPULAÇÃO ATENDIDA

3.2.1.1. Unidade medida

UNIDADE

3.2.1.2. Quantidade

40.000,00

3.2.1.3. Regionalização do produto (monte total)

Nacional:	Norte:	Nordeste:	Sudeste:	Centro-Oeste:	Sul:	Total:
0,00	0,00	0,00	0,00	40.000,00	0,00	40.000,00

3.2.2. Previsão de custos (recursos dos Orçamentos da União) - em R\$ 1,00

Nacional:	Norte:	Nordeste:	Sudeste:	Centro-Oeste:	Sul:	Total:
0,00	0,00	0,00	0,00	30.000.000,00	0,00	30.000.000,00

4. Cancelamento compensatório

Programa	Ação	Região	Valor (R\$ 1,00)
CORREDOR TRANSMETROPOLITANO	BR-381/116-SP Construção do rodovário de São Paulo	SE	30.000.000,00
Valor total cancelado =			30.000.000,00

5. Justificação e observações:

BENEFICIAR ÁREA HABITADA POR POPULAÇÃO CARENTE QUE SOFRE A INCIDÊNCIA DE TRANSBORDAMENTOS, OCASIONANDO SÉRIOS PROBLEMAS DE INCIDÊNCIA DE DOENÇAS ENDÊMICAS.

6. Autoria

Nome:
BANCADA DE GOIÁS

Partido:
BANCADA

UF:
GO

Local e data

Assinatura

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Concedo a palavra ao Relator para manifestar-se sobre os requerimentos de destaque.

O SR. RENATO VIANNA (Bloco/PMDB – SC. Como Relator. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, volto a esta tribuna para completarmos o trabalho de votação, análise e discussão dos destaques apresentados por bancadas e por Parlamentares.

Sr. Presidente, devo esclarecer que, de acordo com o Regimento e as normas de apreciação do PPA, o prazo formal para apresentação dos destaques é de 24 horas antes da votação e discussão.

Temos em nosso poder, publicado e divulgado pela Casa, apenas nove destaques. Pelo que ouvi aqui, alguns destaques, que não são do conhecimento do Relator, foram apresentados. Quero adiantar que não quero me omitir. Apenas gostaria de ter a oportunidade de analisar esses destaques que não seguiram o trâmite normal quanto à formalidade e tempestividade, na sua apresentação, com cuidado, através da nossa assessoria.

Sr. Presidente, já digo que vamos acatar os destaques parcial ou integralmente. Pela ordem, gostaria de fazer menção ao destaque apresentado pelo Deputado Pedro Valadares, da bancada de Sergipe, que tem por objetivo a construção de obras de controle de enchentes. O valor de 7 milhões de reais solicitado foi concedido por esta Relatoria integralmente.

Outro destaque, também do Deputado Pedro Valadares, apresentado pela bancada do Sergipe: Proágua, infra-estrutura, construção de obras de infra-estrutura hídrica, no valor de 5 milhões de reais. Esta Relatoria também atendeu integralmente ao valor solicitado.

Destaque apresentado pela Deputada Nair Xavier Lobo, da bancada da região Centro-Oeste: irrigação e drenagem, construção de obras de infra-estrutura, de irrigação de uso comum, Região Centro-Oeste, no valor de 49 milhões e 800 mil. Conversamos com a Relatora e com a bancada e atendemos parcialmente o destaque, concedendo o valor de 10 milhões de reais.

Destaque apresentado pelo Deputado Pedro Chaves, através da bancada de Goiás, para atender ao Programa Proágua, infra-estrutura, construção e recuperação de obras de infra-estrutura hídrica no Estado de Goiás. Valor solicitado pelo Parlamentar: 30 milhões de reais. Atendemos com 10 milhões de reais.

Destaque apresentado pela nobre Deputada Nair Xavier Lobo, da bancada de Goiás: Programa Proágua, infra-estrutura, construção e recuperação de obras de infra-estrutura hídrica no Estado de Goiás. Valor solicitado, 30 milhões. Estamos atendendo parcialmente com 10 milhões de reais.

Destaque apresentado pelo nobre Deputado Átila Lins, da bancada do Amazonas: Programa Turismo Verde, ação, desenvolvimento da infra-estrutura turística do Estado do Amazonas. Valor solicitado, 8 milhões. Estamos concedendo esse valor integralmente.

O Deputado Evilásio Farias, do Estado de São Paulo, apresentou emenda no valor de 148 milhões para complementação das obras do Corredor Transmetropolitano – BR-381/116-SP –, construção do Rodoanel de São Paulo. Sr. Presidente, é preciso esclarecer que, originalmente, no PPA foram direcionados a essa obra 430 milhões. Acatando uma emenda da bancada de São Paulo, aumentamos esse valor na ordem de 235 milhões e 100 mil. Portanto, já que existe uma previsão para complementação dessa obra, que vem sendo executada por meio do Governo de São Paulo, com a participação do Governo Federal, e com a omissão, até aqui, da Prefeitura de São Paulo, conforme acordo firmado, estamos concedendo 32 milhões de reais, chegando praticamente à cifra de 700 milhões.

Ressalto que essa obra não é apenas para São Paulo mas, por sua importância e relevância, afeta todo o transporte de carga, o sistema viário, a malha viária do Centro-Oeste, do Sudeste, do oeste e do Sul do Brasil, especialmente no transporte de mercadorias nas relações comerciais com o Mercosul.

A ilustre Deputada Luiza Erundina também apresentou um destaque uma emenda que diz respeito à criação de defensorias públicas especializadas em crianças e adolescentes nos Estados e Distrito Federal. O valor solicitado era de 4 milhões, havia sido contemplada com 1 milhão. A ilustre Deputada solicita um acréscimo de 3 milhões. Estamos atendendo integralmente o destaque oferecido pela ilustre Deputada.

Destaque oferecido pelo Senador Mozarildo Cavalcante, da bancada de Roraima, diz respeito ao Programa Calha Norte, implantação de infra-estrutura básica nos Municípios mais carentes da região da Calha Norte no Estado de Roraima: Uiramutã, Pacaraima, Normandia e Bonfim. S.Exa. está nos solicitando um acréscimo de 10 milhões e 200 mil, e aprovamos integralmente essa emenda.

Sr. Presidente, quero esclarecer aos ilustres Srs. Parlamentares que todo esse trabalho foi feito, em fase anterior, pelas bancadas dos 27 Estados da Federação, que estiveram conosco, numa rodada de negociação, a fim de priorizar os investimentos em seus respectivos Estados. Já tive oportunidade de falar desta tribuna sobre a importância do trabalho desenvolvido pela Comissão Mista de Orçamento, pela primeira vez inovando na discussão do Plano Plurianual 2000-2003.

Sr. Presidente, posso dizer que, talvez, eu esteja mais otimista com os Parlamentares que – até com justiça – discordam por vezes da concepção estratégica das diretrizes nacionais de desenvolvimento, dos macroobjetivos, das agendas, enfim, dos nove eixos estratégicos concebidos para concentração dos 365 programas, conjunto de ações que procuram justamente a interiorização dos investimentos.

Percorri todas as regiões do País e, certamente, as peculiaridades e prioridades de cada região diferem uma das outras. Quando estive no Rio Grande do Sul, senti o apelo forte para o combate à pobreza, à solidão e à depressão econômica da metade sul do Rio Grande do Sul. Em Santa Catarina, meu Estado, vi prioridades relacionadas ao corredor Mercosul – o gasoduto, as obras de infra-estrutura portuária, as obras voltadas ao desenvolvimento do agronegócio, as rodovias, o início do sonho da Ferrovia Leste-Oeste, a Ferrovia do Frango. Vi, no Estado do Paraná, uma preocupação muito grande com a obtenção desse que é o objetivo do Governo, a redução do Custo Brasil através do sistema intermodal, fazendo a interligação das rodovias com as hidrovias do Paraná/Tietê, com o Porto de Santa Terezinha de Itaipu, em Foz do Iguaçu, fazendo com que se pudesse não só atingir e movimentar toda a produção com direção ao aeroporto Afonso Pena, como também ao Porto de Paranaguá. Vi, em São Paulo, a preocupação das lideranças da Oposição, do Governador, das lideranças constituídas com relação à conclusão do Rodoanel, seus cais, enfim, com a infra-estrutura para o desenvolvimento econômico no setor primário, secundário e terciário da economia. Vi, no Rio de Janeiro, uma preocupação muito grande em priorizar investimentos para o porto de Sepetiba, no combate à despoluição e saneamento dos córregos e rios. Vi uma preocupação com investimentos no desfavelamento. Vi uma preocupação muito grande nos investimentos do metrô, no transporte coletivo de passageiros. Vi, principalmente, investimentos do Proágua, no desassoreamento dos lagos e na despoluição dos lagos

existentes no Rio de Janeiro, buscando-se a qualidade de vida. Vi, Sr. Presidente, no Sudeste, quando criamos aqui as mesorregiões diferenciadas, a preocupação, em Minas Gerais, com o combate à pobreza, no Vale do Jequitinhonha e em Mucuri; com o sistema integrado rodoviário; com o investimento na área agrícola, buscando o desenvolvimento sincronizado e a integração do Estado de Minas Gerais, corrigindo essas disparidades inter-regionais.

Vi no Nordeste a grande obra da Transposição das Águas do Rio São Francisco, que quase se rivaliza com os investimentos de infra-estrutura rodoviária do Rodoanel. Mais que isso, visitei o semi-árido, vi programas extraordinários voltados à redenção do Nordeste, como a fruticultura irrigada em Juazeiro e Petrolina. Vi os programas de Pontal do Baixo do Irecê e de Salitre.

Sem dúvida nenhuma, vi a preocupação do Governo em gerar empregos e novas oportunidades de renda. No norte de Roraima, o Calha Norte, no grande Amazonas. Acompanhei a preocupação não apenas com a preservação dos nossos recursos naturais e mananciais hídricos, mas com a Hidrovia Madeira-Amazonas, o aproveitamento de gás natural de Urucu. Vi no Eixo Tocantins-Araguaia a preocupação com o desenvolvimento sustentável, fazendo da hidrovia um meio de transporte natural, mais barato e mais seguro, promovendo a diminuição do Custo Brasil.

Vi a preocupação, pela primeira vez neste País, de ter um programa de investimento como a Ferro Norte, que, saindo de São Paulo, ultrapassa os Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul em direção ao Tocantins. Ademais, tive o privilégio de discutir com a sociedade brasileira e mostrar-lhe um cenário econômico favorável. Se em décadas passadas tivemos um plano de metas, um Plano Nacional de Desenvolvimento, tivemos, em contrapartida, inflação, que, como faz ruir qualquer orçamento doméstico, também faria ruir a projeção do desenvolvimento a médio e longo prazo deste País.

Por isso, acredito que o cenário que nos aponta um crescimento de 4% do Produto Interno Bruto, uma inflação para este ano de 6,07%, o dólar no patamar de 1,80, quando do encaminhamento do Plano Plurianual, quem sabe, aponta também para que possamos ter uma redução; o viés do juro em baixa não de 18,50%, mas aquele projetado no PPA, principalmente neste ano 2000, para chegarmos a um patamar de juros nominais anuais de 13,4%, promovendo o desenvolvimento deste País.

Acho que o plano não é perfeito — e rendo homenagem ao Presidente do Congresso Nacional pela iniciativa. A Câmara e o Senado têm o dever de, não só acionar o controle, a fiscalização das obras, das atividades e projetos do Governo Federal, mas também de ir muito além. A sua responsabilidade é a de discutir, aperfeiçoar os planos plurianuais, a participação efetiva no Orçamento da União e na Lei de Diretrizes Orçamentárias, que são os instrumentos mais importantes do Orçamento público.

Em qualquer país do mundo civilizado, em qualquer país democrático, o Congresso Nacional tem, sem dúvida alguma, papel relevante no desenvolvimento regionalizado, nas prioridades no combate, principalmente hoje, aos graves problemas sociais.

As bancadas nos ajudaram, por intermédio de suas Lideranças, com compreensão, num diálogo permanente. A Presidência do Congresso e da Câmara, com diálogo permanente por meio do Presidente Michel Temer e da Presidência da Comissão Mista de Planos e Orçamentos Públicos, por intermédio do Senador Gilberto Mestrinho. Rendo homenagens sobretudo aos Relatores Setoriais, dentro do critério de representatividade parlamentar, que nos ajudaram a compor essa importante peça. Aumentamos de sete para dez o número das áreas temáticas, procurando analisar detalhadamente cada uma das emendas que foram apresentadas, os 365 programas e ações que foram encaminhados e compõem o PPA.

A primeira área dos Poderes do Estado e Representação, teve como Relator Setorial o Deputado Paulo Braga; Justiça e Defesa, a segunda área temática, o Deputado João Leão; a terceira área temática, Fazenda e Desenvolvimento, o Deputado Silas Brasileiro; a quarta área temática, Agricultura e Política Fundiária, Deputado Roberto Balestra; a quinta área, Infra-Estrutura, o Deputado Pedro Chaves; a sexta área, Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia, o Deputado Virgílio Guimarães; a sétima área, Saúde, o Senador Lúcio Alcântara; a oitava área temática, Previdência e Assistência Social, Senador José Alencar; a nona área, Integração Nacional, Meio Ambiente, Desporto e Turismo, Deputado Neuton Lima; finalmente, a décima área, Planejamento e Desenvolvimento Urbano, Senador Moreira Mendes.

O nosso trabalho, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Congressistas, teria sido em vão se em todos os momentos, diuturnamente, não tivéssemos a presença combativa, mas também paciente, ponderável das Lideranças de Oposição, que estiveram na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscaliza-

ção, defendendo as suas metas, as prioridades das suas diretrizes, do seu partido com relação a priorizar os investimentos do Governo Federal.

Acho que a peça não é acabada. A peça é suscetível de crítica, mas pelo menos existe hoje um rumo e um programa de longo prazo concebido estrategicamente de acordo com os objetivos macroeconômicos e cinco Agendas de Desenvolvimento, além dos Eixos Nacionais de Desenvolvimento e Integração: a Agenda de Gestão do Estado, a Agenda Ambiental, a Agenda de Geração de Empregos e Oportunidade de Renda e, finalmente, a Agenda de Informação e Conhecimento.

Quero dizer, Srs. Parlamentares, que, sem cancelar quaisquer recursos de outras obras ou investimentos, estamos atendendo aos destaques mencionados e lidos pela Mesa, por meio do estoque de recursos desta relatoria. Tivemos a preocupação de guardá-los, para atender essas emendas, esses destaques que aqui foram apresentados.

E mais, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores, assim fizemos, destinando recursos para os grandes programas nacionais de repercussão social, dobrando os investimentos encaminhados pelo Governo Federal na Escola de Qualidade para Todos, na Ação de Renda Mínima, de 800 milhões para mais 800 milhões, atingindo 1 bilhão 600 milhões de reais. Assim fizemos na infra-estrutura, aumentando 625 milhões. Assim fizemos no Programa Saúde da Família, aumentando 400 milhões. Assim contemplamos o Pronaf, com mais 104 milhões, saneamento básico, com mais 400 milhões. Assim como o Promorar, programa que foi discutido recentemente na Comissão Social do Senado. Com criatividade, oferecemos, inclusive, sugestões para que pudéssemos combater o déficit habitacional, que atinge hoje 4 milhões de residências nas cidades e 1 milhão e 600 mil no campo, ou mesmo fazendo com que esses 11 milhões e 600 mil brasileiros que ainda não têm água tratada nas regiões urbanas possam ter acesso, através de investimentos, ao saneamento básico — o saneamento é vida.

Por isso, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, solicitamos às Lideranças a compreensão, novamente, não só para acolhimento, quem sabe, parcial das emendas e dos destaques que aqui foram lidos, mas, principalmente, até como correção, nós gostaríamos de pedir a esta Casa o atendimento desse estoque de recursos de que ainda dispusemos.

Programa Ação 615. Participação: Centros Regionais de Formação para Pesquisa e Desenvolvi-

mento, programa inserido no PPA 2000/2003, na sequência 0007057, que tem por objetivo promover a formação e a fixação de pessoal especializado, mestres e doutores, pesquisadores em áreas do conhecimento previamente definidas nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste do País, tendo em vista a reversão do quadro de desequilíbrio observado entre as regiões citadas e as demais regiões do País, no que se refere ao nível de desenvolvimento científico, tecnológico e econômico por elas alcançado. Que possamos contemplar este programa com 28 milhões de reais.

Que pudéssemos ainda, Sr. Presidente, talvez abrindo aqui, já que não foram cumpridas as formalidades, — chega às nossas mãos também um destaque oferecido e subscrito pelo Líder do PPS, José Antonio Almeida — além dos recursos já destinados à assistência social, à proteção ao deficiente físico e mental, pudéssemos atender parcialmente ao destaque solicitado, que é da ordem de 100 milhões de reais. Atendemos com 20 milhões de reais, para que os municípios, pelo menos, pudessem combater as barreiras arquitetônicas, oferecendo segurança aos deficientes físicos no seu deslocamento, de acordo com o preceito constitucional.

Sr. Presidente, no restante, fizemos como na Relatoria-Geral — e assim foi o encaminhamento das diversas Lideranças na Comissão Mista de Orçamento.

Gostaríamos que, ao final, o saldo de cerca de 630 milhões fosse direcionado à Escola de Qualidade para Todos e ao programa conhecido como Renda Mínima, com a participação dos Estados e Municípios, para demonstrarmos nossa sensibilidade, pelo menos, quanto à necessidade da diminuição da pobreza, da miséria e da fome no País.

Refiro-me ao programa Escola de Qualidade para Todos, nº 0042, Ação 0615; Participação em Programas Municipais de Garantia de Renda Mínima, no saldo restante de cerca de 632 milhões de reais.

Assim, Sr. Presidente, ao terminar, agradeço às Lideranças desta Casa, ao meu partido e ao Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, Senador Gilberto Mestrinho, minha designação como Relator.

Esse trabalho, como afirmei, não foi solitário. Mantivemos, pela primeira vez, um debate democrático com as universidades, com as autoridades constituídas, com os Senadores, com os Deputados, com as Assembléias e com as organizações não-governamentais, procurando conscientizar a população da necessidade do seu envolvimento como

requisito indispensável ao exercício da própria cidadania.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Renato Vianna, o Sr. Antonio Carlos Magalhães, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Heráclito Fortes, 1º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – Votação em bloco, na Câmara dos Deputados, dos requerimentos de destaque com parecer favorável, inclusive os apresentados nesta oportunidade pelo nobre Relator.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – Para orientar a bancada do PT, concedo a palavra ao nobre Deputado Aloizio Mercadante.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (PT – SP.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores, quero, inicialmente, elogiar o comportamento do nobre Relator-Geral, Deputado Renato Vianna, por ter estabelecido o diálogo, a discussão, e, portanto, permitido que o Congresso Nacional se esforçasse para desempenhar suas responsabilidades constitucionais. Cumprimento S. Exa. também por ter acatado destaques neste final do processo, ajudando a Instituição com essa atitude democrática que deve orientar o processo legislativo.

No entanto, sinto-me na obrigação de concluir esse processo, opinando no mérito sobre o PPA.

É evidente que tivemos avanço metodológico, um trabalho mais articulado, mais profissional, em que o PPA começa a deixar de ser apenas projeção estatística, como tem sido no passado.

Estamos, entretanto, muito longe de construir um Plano Plurianual.

Em primeiro lugar, é inconcebível que o Plano Plurianual seja aprovado apenas em junho, quando deveria ter orientado o Orçamento deste ano. Em segundo lugar, no processo de construção desse plano, não temos ainda a participação ativa da sociedade, um debate democrático para, de fato, eleger as prioridades essenciais a um projeto de desenvolvimento sustentável, com uma economia mais solidária e justa.

Finalmente, acredito estarmos votando uma peça de ficção. O PPA não tem padrão de financiamento que possa sustentar as metas anunciadas. Estamos falando em recursos contidos da ordem de 1 trilhão e 100 bilhões de reais. Os investimentos públicos seriam de aproximadamente 778 bilhões de reais,

e os investimentos do setor privado, 335 bilhões de reais.

Em relação ao setor privado, não existe ambiente macroeconômico que sustente taxas de crescimento como as apresentadas. E por que não existe? Porque o Governo aprisionou a política econômica à vulnerabilidade cambial. Hoje, continuamos vulneráveis a toda turbulência da economia internacional, como foi o caso da Bolsa de Valores e da subida do preço do petróleo e como tem sido a nossa história, porque temos déficit de transações correntes da ordem de 23 bilhões de dólares este ano e mais 30 bilhões de dólares a serem renegociados para fechar as contas externas do País.

Continuamos dependentes do capital volátil, instável, e a taxa de juros, fundamental para viabilizar os investimentos, continua em 18,5%. Cada um por cento da taxa de juros corresponde a 5 bilhões de reais no orçamento/ano. E não há como crescer, investir e produzir com esse cassino financeiro que o Governo impôs à economia brasileira. Qual a relação entre o PPA e o depoimento dado ontem na Comissão pelo Ministro Martus Tavares, o responsável por essa área? Nenhuma. O Ministro veio dizer quais os cortes que está fazendo no Orçamento.

Temos um Orçamento em que 130 bilhões de reais são destinados para serviços de dívida. E os investimentos programados para este ano são da ordem de 6 bilhões e 900 milhões de reais. Quando e como vamos atingir 66 bilhões de reais de investimentos no setor público? Com que orçamento, se temos essa taxa de juros que corrói as finanças do Estado? Este Governo aumentou a receita tributária em 76% nos últimos cinco anos e vendeu dois terços do patrimônio público deste País para arrecadar 46 bilhões de reais, dizendo que era para abater a dívida interna. Mas a dívida cresceu 611% em pouco mais de cinco anos.

Por isso, o Brasil que vejo, nobre Relator, Deputado Renato Vianna, é um Brasil que há cinco anos e meio não dá reajuste salarial para 983 mil funcionários públicos. O Brasil que vejo é um Brasil onde a violência está por toda parte, por ausência de política de segurança, de treinamento e de qualificação do serviço de segurança pública. E estamos vendo, só na cidade onde moro, a ocorrência de 110 homicídios por semana. O Brasil que vejo é o Brasil da pobreza, da fome, do desemprego, que está por toda parte.

O eixo fundamental desse plano tinha que ser o combate à fome, à pobreza e à exclusão social de 24 milhões de brasileiros que estão sobrevivendo com

menos de 1 real e meio por dia. Não podem ser eixos que vão aumentar ainda mais as distâncias entre as regiões e as desigualdades sociais. O atraso, a pobreza, a economia de subsistência não têm lugar neste Plano Plurianual e no Orçamento que aí está.

Portanto, este Congresso precisa, sim, debater profundamente o que queremos ser como sociedade, como Nação, e para onde devem ir os recursos públicos. Para isso, porém, temos de mudar o modelo econômico. Não é possível vermos o Presidente da República dizer, em Berlim, que chega de liberalismo e praticar aqui um modelo neoliberal; dizer lá que tem de haver uma política de crescimento econômico e impor ao País uma taxa de crescimento anual de 2,3% nestes cinco anos, o que é menos da metade do que o modelo nacional desenvolvimentista permitia ao País crescer; dizer lá que a crise social é muito grave e que o País não aguenta mais. O País não aguenta mais é este Governo, esta política neoliberal e este desmonte promovido no País.

Por tudo isso, Sr. Presidente, votamos “não” a este Plano Plurianual, aguardando o dia em que, neste Congresso, discutiremos um plano orientado socialmente para construir um Brasil mais generoso, mais solidário e mais fraterno; um plano realista, não uma peça de ficção e de propaganda, um plano que permita o planejamento do investimento e de política públicas, para que o País supere essa pesada herança que este Governo deixa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – Concedo a palavra ao nobre Deputado José Antonio Almeida, para orientação de bancada.

O SR. JOSÉ ANTONIO ALMEIDA (Bloco/PSB – MA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, inicialmente, quero fazer uma retificação: o Relator, ao acolher o destaque que apresentei, referiu-se a mim como Líder do PPS, quando sou Líder do PSB.

O Bloco PSB/PCdoB, Sr. Presidente, concorda com o posicionamento do Deputado Aloizio Mercadante no sentido da necessidade de mudarmos a apresentação tanto do Orçamento anual como do Plano Plurianual, que não devem ser uma verdadeira peça de ficção que o Governo corta por decreto, aplica quando quer e onde quer.

Temos de levantar este posicionamento, no momento em que a sessão se esvazia. As sessões do Congresso Nacional só são possíveis depois que a Oposição resolve concordar em não pedir verificação.

Tanto o Executivo quanto o Legislativo devem ter consciência maior e segura da importância desses

momentos, para que não votemos o Orçamento – essa peça tão importante – com o plenário vazio.

Sr. Presidente, reiteramos o posicionamento da bancada no sentido contrário à aprovação do PPA, ressaltando que o eminente Relator, Deputado Renato Vianna, teve alta postura no processo. S. Exa. sempre esteve aberto ao diálogo, sempre ouviu as Lideranças, inovando no processo até então seguido. Visitou regiões e pôde avaliar *in loco* a importância dos projetos. Se o PPA se tornou melhor do que era, certamente isso se deve à diligência do eminente Relator-Geral.

Sr. Presidente, com a homenagem ao Relator-Geral, reitero o posicionamento da bancada contrário à aprovação do PPA, pela aprovação dos destaques no sentido da melhoria da aplicação de recursos em prol das áreas sociais.

Esta é a orientação para a bancada.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – Para orientação da bancada, com a palavra o Líder do Governo no Congresso Nacional, Deputado Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (Bloco/PSDB – AM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Congressistas, o Plano Plurianual, o chamado Plano Avança Brasil, constitui peça de caráter estratégico para o desenvolvimento do País. Ele procura maximizar as oportunidades de investimentos contidas no Orçamento Geral da União e, portanto, abrir enorme espaço para a convocação da iniciativa privada para uma parceria organizada, otimizada, maximizada com este Governo e com a Nação brasileira.

O Plano Plurianual prevê mais de 1 trilhão de reais de investimentos em quatro anos, partindo da premissa de que a maior parte desses investimentos seja precisamente da iniciativa privada. Assim, vemos a perspectiva de serem arrolados talvez até 8 milhões de empregos ao longo desses quatro anos.

Agradeço às Oposições o acordo feito. Elas, até apresentando discordâncias, souberam marcar e remarcar a importância do Plano Plurianual, para que se cumpra o Orçamento deste ano e para que se toque para frente a perspectiva de desenvolvimento sustentado do País.

Louvo os Líderes da base do Governo pela participação. S. Exas. souberam, da mesma forma, razoar e se manter fiéis a todo o ideário que norteia o projeto de mudanças estruturais neste País.

Faço, com enorme respeito e fraternidade, alguns reparos à fala do Líder Aloizio Mercadante. S. Exa., brilhante, correto e patriota como sempre, tra-

balha com um pessimismo que não é do Governo, quando recorre à análise macroeconômica. Ao contrário, este ano, o crescimento não será menor do que 3,5%, apesar de todas as dificuldades à nossa volta.

No próximo ano, imaginamos que 2% significará o crescimento resultante dos investimentos nascidos das privatizações e da entrada de capital estrangeiro, de investimentos estrangeiros diretos. Teremos mais 1,5% como consequência dos empregos que já estão sendo repostos e que vão ser postos e repostos mais ainda, a partir de 2001, chegando a 3,5% acumulados. E esta é uma conta conservadora.

Teremos ainda 1% de crescimento em educação, ciência e tecnologia e também 1% de crescimento econômico, totalizando 5,5%, a partir das previsões do mercado de capitais. Ou seja, para uma estimativa que nem de leve é otimista, fala-se em, pelo menos, 5,5% de crescimento no próximo ano.

Portanto, o Plano Plurianual encadeia-se numa realidade bastante concreta. Ele é consequente, é uma tentativa de planejamento de médio prazo. Há muito tempo que não se fala em planejamento de médio prazo no País. A última vez foi algo desastroso, num período em que não reinava a liberdade para a Nação discutir, como desta vez, um plano que haveria de orientar o seu futuro e haveria de começar a orientar inclusive as ações do seu presente.

Por isso, com a convicção de que se fez um acordo sábio, que haverá de beneficiar a Nação como um todo, seguro de que esta forma não tenha sido talvez a mais brilhante já vivida pelo Congresso Nacional, diria que no fundo estamos aprovando matéria essencial para que o País se mantenha funcionando e, mais ainda, sustentando um crescimento que já se verifica a olhos vistos e já é percebido pelas pessoas que entendem que ele é representado pelos empregos que vão sendo recriados, pelo crescimento do Produto Interno Bruto que se representa com inflação baixa, com baixo crescimento demográfico pela perspectiva concreta de crescimento com distribuição de riqueza.

O Congresso Nacional dá um passo de gigante para que o Brasil cumpra seu destino histórico e cresça. E vai crescer porque desta vez viverá com inflação baixa, taxas de crescimento ano a ano mais altas e orientado por um plano estratégico de desenvolvimento que visa gerar empregos, atrair investimentos, mas sobretudo pavimentar o seu destino e a sua caminhada como Nação que, pela altura do ano 2020, haverá de ser uma das cinco mais prósperas deste planeta.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – Para orientar a bancada, concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Congressistas, o Deputado Renato Vianna, Relator do PPA, assinalou que aumentou consideravelmente o volume de recursos para o Programa de Garantia de Renda Mínima, mencionando que, dos 800 milhões de reais originalmente estabelecidos no projeto original do Executivo, houve, no âmbito da Comissão, uma ampliação para mais 800 milhões e agora, nesta votação, para mais 632 milhões, o que corresponde a 2 bilhões e 232 milhões de reais para os quatro anos.

Ressalte-se que, para o vigente ano de 2000, o volume de recursos destinados ao Programa de Renda Mínima é de apenas 82 milhões. Portanto, estamos ainda caminhando a passos pequenos neste ano de 2000, devendo, porém, acelerá-los nos próximos três anos. Mas o que gostaria de destacar é que isso é ainda muito pouco em relação ao que efetivamente deveríamos estar instituindo.

Sr. Presidente, será realizada em Berlim nos próximos dias 6 e 7 de outubro deste ano o 8º Congresso Internacional da Rede Européia da Renda Básica, fórum que propugna para que em todas as nações se institua programa de renda básica incondicional, com a seguinte definição: todas as pessoas, não importa a sua origem, raça, sexo, condição civil ou socioeconômica, deverão ter direito a receber uma renda pequena, porém suficiente para suas necessidades vitais, incondicionalmente.

Será isso viável? Será possível pensar que, em algum momento, seja no Estado do Piauí, seja no Brasil inteiro, tal prática venha a se tornar realidade? Estou convencido de que sim, Sr. Presidente.

Imaginemos que hoje, no ano 2000, toda a população brasileira — estimada em 167 milhões — recebesse, incondicionalmente, a renda básica. Que começássemos com 20 reais por mês, para garantir a todos 240 reais por ano. Esse valor multiplicado por 167 milhões de brasileiros resultará na quantia de 40 bilhões de reais.

Se, ao invés de 20, fossem 40, deveríamos destinar a todos os brasileiros 80 bilhões de reais no Orçamento para o ano 2000, o que garantiria a uma família de seis pessoas 240 reais por mês.

Deputado Heráclito Fortes, se no Piauí uma família de seis pessoas tivesse hoje 240 reais, não estaria em condição significativamente melhor, seja nas áreas da seca, seja na própria Capital? Mesmo a po-

pulação que vive na periferia de São Paulo não estaria em situação significativamente melhor? Será que se tivéssemos uma situação como essa, uma pessoa como o Sandro, que desesperadamente resolveu assaltar, seqüestrar as pessoas que estavam num ônibus no Rio de Janeiro, não teria muito melhor condição?

Qual seria o efeito disso? Maior liberdade de escolha para a pessoa; liberdade para que qualquer um, em qualquer circunstância, possa aceitar ou negar alguma oportunidade de trabalho que lhe pareça como de uma situação de semi-escravidão. Razoável como meta para o ano 2000 seria termos pelo menos 40 bilhões de reais para essa finalidade. Se possível, 80 bilhões de reais, e, numa perspectiva de quatro anos, uma quantia quatro vezes maior.

Louvo os esforços do Deputado Renato Vianna, que percebeu a importância desta proposição. Assim, contudo, que ainda estamos muito aquém daquilo que se faz necessário, até porque deveríamos começar por aqueles que pouco ou nada têm, para, então, darmos a todos, incondicionalmente, o direito inalienável de participar da riqueza da Nação.

Aliás, assinalo que ainda hoje o ex-Ministro Luiz Carlos Bresser Pereira declarou ao jornal **Folha de S.Paulo**, em Belém, seu apoio à proposição da instituição de uma renda mínima.

Por essas razões, encaminhamos o voto “não”, reconhecendo, todavia, a maneira como o Deputado Renato Vianna procurou conhecer e assimilar a proposição.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – Votação em globo, na Câmara dos Deputados dos requerimentos de destaque.

As Sras. e os Srs. Deputados que os aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovados.

Em votação no Senado Federal.

As Sras. e os Srs. Senadores que os aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovados.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – Votação em globo, na Câmara dos Deputados, das partes destacadas, de parecer favorável.

As Sras. e os Srs. Deputados que as aprovam permaneçam como se acham. (Pausa.)

Aprovadas.

As Sras. e os Srs. Senadores que as aprovam permaneçam como se acham. (Pausa.)

Aprovadas.

A matéria vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização para redação final.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – Sobre a mesa parecer da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização oferecendo a redação final ao Projeto de Lei nº 19, de 1999-CN, que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Deputado Ubiratan Aguiar.

É lido o seguinte:

(*) PARECER Nº 17, DE 2000 – CN

A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização apresenta a Redação Final do Substitutivo ao Projeto de Lei nº 19/99 – CN, que “Dispõe sobre o Plano Plurianual para o período de 2000 a 2003”.

Sala de Reuniões, 15 de junho de 2000. – Senador **Gilberto Metrinho**, Presidente, Deputado **Renato Vianna**, Relator-Geral.

(*) Publicado, na íntegra, em suplemento à presente edição.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – Em votação a redação final na Câmara dos Deputados.

As Sras. e os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovada.

Em votação no Senado Federal.

As Sras. e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovada.

A matéria vai à sanção.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA (PFL – PE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PT votou contra.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – PT contra. O PDT encaminhou à mesa declaração de voto.

É a seguinte declaração encaminhada:

PROJETO DE LEI Nº 19, DE 1999 – CN

Dispõe sobre o Plano Plurianual para o período 2000-2003

DECLARAÇÃO DE VOTO DO PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA – PDT

1. Antecedentes

O Governo encaminhou ao Congresso Nacional, em 31 de agosto de 1999, atendendo ao dis-

posto nos incisos I e III do § 2º do art. 35 do ADCT, o Projeto de Lei do Plano Plurianual – PPA – para vigor de 2000 a 2003.

2. O PPA (anterior) 1996 – 1999

Já em 1995, o PDT alertava para o caráter irrealista do Plano Plurianual que o Congresso Nacional então analisava, o PPA 1996-1999. Aquele Plano mostrava-se insuficiente para o atendimento das necessidades nacionais e totalmente dissociado do discurso de campanha de 1994 do então candidato a Presidente da República.

Se aquele Plano era irrealista, sua execução foi ainda mais insatisfatória. O último Relatório de Execução daquele Plano refere-se a 1998 e está em análise no Congresso Nacional (Comissão Mista de Orçamento). A Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados, em criteriosa análise do documento (Estudo nº 25/99 – NPEE, de 8-9-99), aponta várias inconsistências nas informações e respostas lacônicas do Governo, do tipo “As discrepâncias acentuadas entre valores ou quantidades executados com as programadas, bem como as execuções físicas não condizentes com os dispêndios financeiros, serão objeto de pesquisas nos órgãos competentes do Governo para o levantamento das razões” (Introdução). Em outro momento, o Relatório afirma que o “Brasil em Ação” envolveu “investimentos da ordem de R\$60 bilhões no biênio 1997 a 1998”; enquanto documento divulgado pela Presidência da República intitulado “Brasil em Ação – Investimentos para o Desenvolvimento” e ainda a execução orçamentária dos projetos que integram o Brasil em Ação afirmam que tais dispêndios foram de R\$6,5 bilhões. A impressão que fica é que o único objetivo do Relatório foi dar cumprimento a uma “enfadonha” determinação legal, abandonando o princípio básico do planejamento, que é o seu acompanhamento e a adoção das correções de rumo que se verificarem necessárias.

Das 1.017 metas constantes do PPA, até 1998, 319 (31% do total) constam como sem aferição ou com resultado zero. Das 818 metas cumulativas, 543 (66% do total) apresentam resultados inferiores a 75%.

Dos R\$103 bilhões computados na execução do PPA 1998 há despesas que não se constituem como realização governamental, mas sim como atendimento aos direitos dos segurados ou com receitas vinculadas a esse fim – como seguro desemprego e abono salarial (R\$4,5 bilhões), o Fundo de

Compensação de Variações Salariais (R\$1,5 bilhão), e o pagamento de benefícios previdenciários (R\$50 bilhões). Deduzidas essas parcerias e outras congêneres, a execução em 1998 reduz-se de R\$103 bilhões para R\$47 bilhões.

Os parâmetros macroeconômicos projetados no PPA 1996-1999 diferem acentuadamente daqueles posteriormente observados, conforme demonstrado no quadro abaixo:

Comparativo dos parâmetros macroeconômicos previstos no PPA-1996-1999 e os observados posteriormente

Parâmetro Macroeconômico	1996			1997			1998		
	PPA	Observado	Diferença	PPA	Observado	Diferença	PPA	Observado	Diferença
Taxa de Crescimento Anual do PIB (%)	4,0	2,8	-1,2	4,5	3,7	-0,8	5,0	0,1	-4,9
NFSP - Resultado Operacional (% do PIB)	0,0	-3,8	-3,8	0,0	-4,1	-4,1	0,0	-7,5	-7,5
Dívida Líquida Total do Setor Público (% do PIB)	22,5	33,3	10,8	19,6	34,5	14,5	17,2	42,6	25,4
Investimentos do Governo Federal (% do PIB)	1,2	0,8	-0,5	1,2	0,9	-0,4	1,2	1,0	-0,2
Conta Corrente do Balança de Pagamentos (% do PIB)	-2,5	-3,0	-0,5	-2,4	-4,1	-1,8	-2,4	-4,3	-1,9

Fontes: Consultoria de Orçamento da Câmara dos Deputados

(Boletim de Informações divulgado pelo FMI e dados do IBGE)

Projeto de Lei nº 38, de 1995-CN - (Projeto de PPA 1996-1999) - V. I)

Esse breve comentário acerca do PPA 1996-1999 permite observar o distanciamento verificado entre o planejamento e o realmente verificado posteriormente. De outro lado, convida também a uma visão mais crítica do PPA 2000-2003, na medida em que o cenário que se vislumbra atualmente não difere muito daquele observado em 1995, quando o primeiro PPA do Governo Fernando Henrique Cardoso foi apresentado ao Congresso Nacional.

3. O PPA 2000-2003

3.1 Considerações Gerais

O Plano prevê dispêndios de R\$1,1 trilhão ao longo dos quatro anos. Desse total, cabe ao Legis-

lativo R\$7,7 bilhões (0,7%), ao Judiciário R\$29 bilhões (2,6%) e ao Executivo R\$1,076 trilhão (96,7%)

Ao contrário do que se tem noticiado, não se trata unicamente de investimentos, mas também de despesas de duração continuada, onde o custeio da Previdência Social absorve aproximadamente R\$400 bilhões no período.

Excluindo os gastos com a previdência do total a cargo do Executivo (R\$1,076 trilhão) restariam R\$676 bilhões.

Nesse valor está se considerando não só os recursos do Governo Federal, mas também aqueles dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e da iniciativa privada, nacional e do exterior. Logo, para a aplicação total desses valores há que se considerar uma série de fatores conjunturais, como o desempenho da economia, a queda dos níveis de desemprego, a redução das taxas de juros (que mesmo situando-se atualmente em 18,5% a.a. é a segunda mais alta do mundo, perdendo apenas para a da Rússia - 33%), além de, segundo a ótica do Governo, da aprovação "das reformas estruturais".

3.2 Sobre a geração de emprego

Caso todas as previsões contidas no PPA se concretizem, o Governo espera que "no período 2000-2003, serão gerados 8,5 milhões de novos postos de trabalho, o suficiente para absorver completamente as pessoas que vão ingressar na força de trabalho e retirar 1 milhão de trabalhadores do desemprego. Isso significa redução de 1,5 ponto percentual na taxa de desemprego, em 2003". (fls. 227). Observe-se que a taxa de desemprego hoje registrada no País é de 8,06%, IBGE, ou 18,4%, Di-eese (mar-2000), o que significa não só admitir, mas também concordar com o nível crítico de desemprego hoje verificado.

3.3 As previsões macroeconômicas

O PPA prevê crescimento do PIB de 4% em 2000, 4,5% em 2001 e 5% em 2002 e 2003, perfazendo um crescimento de 18,5% no período. O primeiro PPA de FHC previu um crescimento de 14,1% de 1996 a 1999. A realidade, entretanto, registrou um crescimento de 6,2%. Mantida a mesma projeção, o PIB brasileiro no período 2000-2003 deverá crescer apenas 8,1%. O crescimento do PIB verificado no primeiro trimestre de 2000 (3,08%) mostra-se animador, embora seja incipiente prever esse mesmo nível para todo o quadriênio. É bom registrar

que o PIB apurado na década de 90 foi inferior àquele verificado na de 80, a chamada década perdida.

O PPA prevê que as exportações brasileiras deverão aumentar de US\$50 bilhões para US\$100 bilhões no período. A meta mostra-se incompatível com a situação hoje observada. Isso porque os preços das **commodities** estão ainda baixos, o fluxo de créditos para o País ainda não foi totalmente restabelecido e, principalmente, em função de o mercado interno estar absorvendo uma grande parcela de bens que antes eram direcionados para exportação. Não por outra razão, a balança comercial vem demonstrando resultados tímidos, tendo atingido de janeiro a maio superávit de US\$599 milhões, fazendo com que o mercado e o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior revejam a meta de US\$4 bilhões para 2000 para algo em torno de US\$3 bilhões ou menos. Como se vê, os atores que podem mudar esse cenário são muito mais externos e dependem de vários fatores alheios à ação do Governo.

3.4 A regionalização dos Gastos

A regionalização dos gastos privilegia as áreas mais ricas do País, como o Sudeste, que receberá 32,7% dos recursos. O Norte receberá 12%; o Nordeste 24,6%; o Sul 21,1% e o Centro-Oeste 9,7%.

3.5 A responsabilidade pelos investimentos

Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios devem responder por cerca de 10,4% dos gastos totais, ou seja, R\$1,15 bilhões.

A iniciativa privada será responsável, segundo o PPA, por menos de 10% do total previsto para o Plano, cerca de R\$109 bilhões. Esse valor é inferior ao previsto para o investimento das empresas estatais, que é de 10,6% do total (R\$118 bilhões).

Outro ponto a ser observado é que o PPA não é um documento que costuma ser cumprido pelo Governo. Nem mesmo os orçamentos o são. O quadro abaixo demonstra os valores de algumas rubricas constantes do PPA comparativamente ao orçamento consolidado no mesmo período, onde constam os valores autorizados, os valores executados e o percentual de execução dessa rubrica.

PPA e Orçamento Previsão e Execução

R\$ milhões

Rubrica	PPA 2000-2003	Consolidado Orçamentos 1996-1999 ²		
		Previsão Orçamento	Liquidado	% execução
Habitac e Urbanismo	21.480	7.571,9	1.083,9	14,3
Saúde	78.007	62.004,8	48.090,8	77,5
Previdência Social	372.172	289.444,3	233.466,0	80,6
Assistência Social	17.927	111.560,9	7.688,7	6,6
Saneamento	6.852	13.545,5	1.721,2	12,5
Trabalho e Emprego	47.659	35.929,5	25.121,4	69,9
Reforma Agrária	4.501	5.685,5	1.367,4	23,8
Educação ³	36.172	55.373,0	40.349,2	72,9

Fonte: PLN nº 19, de 1999 – CN (PPA) – CONOR-CD – SIAFI

² Os dados relativos a 1999 compreendem a execução até julho

³ Os valores referem-se à função Educação e Cultura

Resta claro que a previsão de investimentos constante do PPA não significa, por si só, a aplicação desses recursos. Mesmo no orçamento, a real execução dos recursos é muito inferior à autorização constante da lei orçamentária. Outro ponto a considerar é que, como os valores do PPA compreendem as três esferas de Governo e ainda a iniciativa privada, é prematuro afirmar se o crescimento verificado em cada rubrica é de responsabilidade exclusiva do Governo Federal.

4. Os gastos com juros

Não consta do PPA a previsão de dispêndios com juros e encargos, amortização da dívida ou precatórios judiciais, visto tratarem-se de despesas de execução obrigatória. Entretanto, considerando a sangria nas contas públicas promovida pelos elevados dispêndios com juros e encargos da dívida, julgamos relevante abordar o tema.

A despesa com Juros e Encargos prevista para 2000 situa-se em R\$78,1 bilhões, sendo que R\$65,4 bilhões referem-se à dívida interna e R\$12,7 bilhões à dívida externa.

Um dos parâmetros macroeconômicos utilizados para se chegar a esse valor foi a estimativa da taxa nominal média anual de juros de 13,4% e taxa real de 6,9%. (outros desses parâmetros foram: taxa média de câmbio de R\$1,80; taxa de inflação IGP-DI

de 6,1%; taxa real de crescimento do PIB de 4% e nominal de 10,3%).

A taxa básica de juros fixada pelo Banco Central em janeiro era de 19,5%. Hoje (junho) é de 18,5%. Uma nova projeção dessa taxa indica que a sua média anual deverá situar-se em torno de 18%, a segunda maior do mundo. Aliá, hoje, no mundo, somente cinco países têm taxas de juros acima de dois dígitos: a Rússia 33%; o Brasil 18,5%; o México 15,45%; o Chile 12,73% e a Indonésia 11,83%.

Uma reavaliação da despesa com juros e encargos, levando-se em conta essa nova estimativa da taxa média de juros, indica que os gastos com juros da dívida interna deverão saltar de R\$65,4 bilhões para R\$87,8 bilhões, gerando um gasto adicional de R\$22,4 bilhões. Somando a esse valor os gastos com juros da dívida externa (R\$12,7 bilhões), o desembolso de recursos públicos para o pagamento de juros da dívida deverá alcançar no exercício de 2000 a soma de R\$100,5 bilhões.

Esse novo valor poderá comprometer a obtenção do superávit primário acertado com o Fundo Monetário Internacional, de 2,6% do PIB (R\$28,5 bilhões), uma vez que as despesas com juros são incomprimíveis e têm execução obrigatória. Como o Governo tem sinalizado ao mercado a intenção de cumprir, a todo custo, a meta acertada com o FMI, outras áreas tendem a ser sacrificadas, como os investimentos, os gastos sociais ou mesmo os contribuintes, com uma carga tributária ainda maior.

5. Um exemplo da inconsistência do Plano

No Programa 0646 -- Assistência e Cooperação Aeronáutica à Sociedade Civil", (vol. II, pág. 12.781) a meta prevista para a ação "2878 -- Apoio Aéreo para o Transporte de Cargas e Passageiros" é de 375 horas para o quadriênio 2000-2003. Isso significa que o objetivo é voar, em média, 15min/dia. A meta é irreal, compromete o atendimento a comunidades carentes residentes em regiões longínquas, principalmente na região Norte, e, ainda, é um exemplo das inúmeras inconsistências observadas no Plano.

6. Dívida Ativa

A proposta orçamentária da União para 2000 estima a arrecadação da Receita da Dívida Ativa para 2000 em R\$139,5 milhões. O valor da Dívida Ativa da União em 8 de março último era de R\$183 bilhões. Vê-se, desde logo, a disparidade (131.000%) entre o crédito da União e o esforço em recebê-lo.

O Tribunal de Contas da União, ao apreciar as Contas prestadas anualmente pelo Presidente da República, tem, reiteradas vezes, alertado para o crescente montante do valor inscrito na Dívida Ativa da União e a morosidade observada no recebimento desses créditos.

O projeto de lei de diretrizes orçamentárias para 2000, aprovado pelo Congresso Nacional, contemplava uma emenda de autoria do Deputado Giovanni Queiroz (art. 97)¹ que pretendia tornar mais célere o recebimento da Dívida Ativa. Esse dispositivo, porém, foi vetado pelo Presidente da República. O artigo autorizava a Advocacia-Geral da União a contratar serviços advocatícios para promover a execução judicial de créditos da União, exclusivamente com cláusula *ad exitum*.

O PPA 2000-2003 estima, para o período, uma arrecadação da dívida de R\$7 bilhões. Para o mesmo quadriênio, a previsão para "Apuração, Inscrição e Execução da Dívida Ativa da União" é de R\$275 bilhões. O valor da dívida ativa é, portanto, 3,828% superior à previsão de recebimento. Mais uma vez, o esforço arrecadador do Governo mostra-se tímido.

¹ Eis a íntegra do art. 97 da LDO 2000:

"Art. 97. Fica a Advocacia-Geral da União autorizada observada a Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, a contratar serviços advocatícios para promover a execução judicial de créditos da União, de suas autarquias, fundações, exclusivamente com cláusula *ad exitum*."

Ainda no PPA 2000-2003, no tocante ao Programa "Arrecadação de Receitas Previdenciárias", estima-se recuperar R\$40 bilhões, ou 10% da Dívida Ativa da Previdência Social no período, enquanto o último índice apurado indicou ter sido recuperado apenas 0,02%. Projetando-se esses dados, infere-se que a Dívida Ativa da Previdência Social prevista para o período será de R\$400 bilhões. (pág. 12.772)

7. Conclusão

Em que pese os esforços empreendidos pelo Relator-Geral do PPA, ilustre Deputado Renato Villanova, em corrigir as falhas constantes do PPA, algumas delas aqui apontadas, o Plano Plurianual 2000-2003 contém várias imperfeições que, somente serão verdadeiramente percebidas no decorrer dos anos de sua execução. As limitações do Relator para corrigi-las todas são conhecidas. Porém, as de-

ficiências apontadas na presente Declaração de Voto, aliadas a inúmeras outras por nós observadas, não nos convence da sua aprovação. Por essa razão, o Partido Democrático Trabalhista – PDT, vota contra o PPA 2000-2003.

Sala das Sessões, 8 de junho de 2000. – **Giovanni Queiroz – Fernando Coruja.**

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – Em votação a retificação ao Projeto de Lei nº 20, de 1999-CN, nos termos do Ofício nº 50, de 2000, lido anteriormente.

Em votação na Câmara dos Deputados.

As Sras. e os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se acham. (Pausa.)

Aprovada.

Em votação no Senado Federal.

As Sras. e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se acham. (Pausa.)

Aprovada.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – Votação da retificação ao Projeto de Lei nº 20, de 1999-CN, nos termos do Ofício nº 51, de 2000, lido anteriormente.

Em votação na Câmara dos Deputados.

As Sras. e o Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se acham. (Pausa.)

Aprovada.

Em votação no Senado Federal.

As Sras. e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se acham. (Pausa.)

Aprovada.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – Votação da retificação ao Projeto de Lei nº 20, de 1999-CN, nos termos do Ofício nº 53, de 2000, lido anteriormente.

Em votação na Câmara dos Deputados.

As Sras. e os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se acham. (Pausa.)

Aprovada.

Em votação no Senado Federal.

As Sras. e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se acham. (Pausa.)

Aprovada.

São as seguintes as retificações aprovadas:

Ofício nº P-050/2000 - CMPOPF

**ERRATA DO AUTÓGRAFO DO PL Nº 20/99-CN, PUBLICADO NO DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL, EM 13 DE ABRIL DE 2000
(DETALHAMENTO DO CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO)**

Pág. D.O.U.	Retificação	Cód. UO	Nome UO	Funcional-Programática	Título / Subtítulo	E S F	M O D	L U B O	FTE	GRD	Dotação	Alteração
163	Onde se lê:	20117	SEDU	15.482.0128.3958.0086	MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE HABITABILIDADE - CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÕES POPULARES - CORRENTES - PE	F	40	0	100	4	80.000	Desmembramento da dotação prevista de subitulos referentes às emendas nº 22/990002 e 35/990004
		20117	SEDU	15.482.0128.3958.0090	MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE HABITABILIDADE - CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÕES POPULARES - CORRENTES - PE	F	40	0	175	4	100.000	
	Lê-se:	20117	SEDU	16.482.0129.3958.1632	MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE HABITABILIDADE - CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÕES POPULARES - CORRENTE - PI	F	40	0	100	4	60.000	
		20117	SEDU	16.482.0128.3958.0088	MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE HABITABILIDADE - CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÕES POPULARES - CORRENTES - PE	F	40	0	175	4	100.000	
164	Onde se lê:	20117	SEDU	15.451.0604.1920.0004	IMPLANTAÇÃO, AMPLIAÇÃO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - CARAPICUÍBA - SP	F	40	0	100	4	50.000	Correção do subitulado conforme subitulado na emenda aprovada.
	Lê-se:	20117	SEDU	15.451.0605.1920.9999	IMPLANTAÇÃO, AMPLIAÇÃO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - NOVO HORIZONTE - SP	F	40	0	100	4	50.000	

Ofício nº P-51/2000 – CMPOPF

Observou-se que, devido a erro de processamento consta indevidamente do Quadro III – Subtítulos cuja execução é vedada nos termos do artigo 50, § 1º o subtítulo Recuperação dos Molhes do Porto de Rio Grande –no Estado do Rio Grande do Sul. Neste caso, ressalto, o subtítulo sequer consta da programação orçamentária para 2000, devendo, portanto, ser excluído do referido quadro.

Ofício nº P-53/2000 – CMPOPF

Conforme expediente de 2-4-00, na Emenda de Bancada nº 71080002, que resultou no subtítulo nº 28.845.0904.5593.0002 – Implantação do Metrô do Distrito Federal, trecho Taguatinga–Ceilândia–DF, figurou indevidamente a discriminação do trecho. O título correto consta da ata de reunião realizada em 21-10-99, que aprovou a elaboração das emendas da Bancada do Distrito Federal ao Projeto de Lei nº 20/99 – CN, qual seja Construção do Metrô/DF.

Cumprimentando-o cordialmente, nós, representantes da Bancada do Distrito Federal no Congresso Nacional, solicitamos sua valiosa atenção no sentido de autorizar uma retificação no título da nossa Emenda de Bancada nº 71080002, apresentada ao Projeto de Lei nº 20/99 – CN, aprovada parcialmente na UO nº 73105 – Governo do Distrito Federal – Recursos Sob Supervisão do Ministério da Fazenda, Subprojeto: 28845 0904 5593 0002 – Implantação do Metrô do Distrito Federal, trecho Taguatinga–Ceilândia–DF, passando a ter o seguinte título: Implantação do Metrô do Distrito Federal.

A presente solicitação não traz nenhum prejuízo na ação originalmente proposta, visto que não haverá redução de metas, nem tão pouco mudança no objetivo primordial da referida Emenda, que é a Construção do Metrô/DF, em consonância com o título explicitado nas Emendas de Bancada do Distrito Federal, constantes da Ata de Reunião da Bancada do DF, realizada em 21-10-99, conforme cópia anexa.

A retificação ora proposta permite que, com o mesmo montante de recursos aprovados, seja possível executar, além do trecho Taguatinga–Ceilândia, também as obras complementares e essenciais à operação do Metrô do Distrito Federal em toda sua extensão, permitindo assim a interligação das Cidades Satélites com o Plano Piloto.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – Sobre a mesa requerimento de urgência que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Deputado Ubiratan Aguiar.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 63, DE 2000 – CN

Requeremos, nos termos regimentais, urgência para apreciação do Projeto de Resolução nº 3, de 2000-CN, autoria das Mesas do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, que “Dispõe sobre a participação das bancadas minoritárias na composição das comissões mistas”.

Sala das Sessões, 15 de junho de 2000.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – Em votação o requerimento na Câmara dos Deputados.

As Sras. e os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se acham. (Pausa.)

Aprovado.

Em votação no Senado Federal.

As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se acham. (Pausa.)

Aprovado o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – Passa-se à apreciação da matéria.

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 3, DE 2000-CN

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 3, de 2000, do Congresso Nacional, que dispõe sobre a participação das bancadas minoritárias na composição das Comissões Mistas.

Em discussão o projeto. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-lo, encerrada a discussão.

Em votação o projeto na Câmara dos Deputados.

As Sras. e os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Em votação o projeto no Senado Federal.

As Sras. e os Srs. Senadores que aprovam o projeto permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à promulgação.

É o seguinte o projeto aprovado:

**PROJETO DE RESOLUÇÃO
Nº 3, DE 2000 – CN**

(Das Mesas do Senado Federal e da
Câmara dos Deputados)

Dispõe sobre a participação das bancadas minoritárias na composição das comissões mistas.

O Congresso Nacional resolve:

Art. 1º A fim de atender ao disposto no § 1º do art. 58 Constituição Federal, é acrescentado à Resolução nº 1, de 1970 – CN – Regimento Comum, o seguinte artigo:

“Art. 10-A. O número de membros das comissões mistas estabelecido neste Regimento, nas resoluções que o integram e no respectivo ato de criação é acrescido de mais uma vaga na composição destinada a cada uma das Casas do Congresso Nacional, que será preenchida em rodízio, exclusivamente, pelas bancadas minoritárias que não alcancem, no cálculo da proporcionalidade partidária, número suficiente para participarem das referidas comissões.”

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

A SRª TELMA DE SOUZA – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – Sinto muito, nobre Deputada. Não posso conceder a V. Exª a palavra, pois a sessão será encerrada.

O SR. FERNANDO CORUJA – Sr. Presidente, em função da pressa para que o PPA entrasse em ação, V. Exª não deixou que o PDT se manifestasse.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – Sinto muito, nobre Deputado, mas lamentavelmente V. Exª não poderá se manifestar, porque a sessão será encerrada agora.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – Os Congressistas Carlos Bezerra, Mauro Benevides, André Benassi, Nelson Marquezelli, Agnaldo Muniz, Ademir Andrade, Telma de Souza e João Herrmann Neto enviaram discursos à Mesa para serem publicadas nos termos do art. 203 do Regimento Interno do Senado Federal, primeiro subsidiário do Regimento Comum.

S. Exªs serão atendidos.

O SR. CARLOS BEZERRA (PMDB – MT) – Srs. Congressistas, volto a esta tribuna para tratar mais uma vez da questão da reforma agrária, assunto que continua ocupando boa parcela do noticiário em toda a mídia brasileira, impressa, falada e televisiva, principalmente em razão dos últimos acontecimentos. Fatos esses que nos mostraram a importância e urgência com que todos nós responsáveis pela administração da coisa pública devemos tratá-la.

E quando falamos em reforma agrária, é bom deixar claro que não nos referimos apenas à distribuição de terras, com a conseqüente diminuição do número de latifúndios, muitos, talvez, ainda improduti-

vos, mas ao conjunto das ações que ela requer sejam adotadas em todas as esferas de Governo.

Tenho declarado interesse maior em relação a essa problemática do campo, pois represento um estado em que a economia está intimamente ligada à produção agrícola. E é por isso, também, que não deixo de apontar, sempre que possível, as deficiências e as inconsistências da política agrária vigente em nosso País.

Em pronunciamentos anteriores, já apontei a difícil situação dos pequenos produtores rurais do meu querido Mato Grosso, em razão das regras dos financiamentos governamentais, de certo modo escassos e quase inacessíveis. E, ainda, a situação de inadimplência que também atinge os grandes produtores que não conseguem saldar os débitos anteriores e precisam renegociar suas dívidas.

Se isso acontece com aqueles que têm, teoricamente, melhores condições técnicas, operacionais e infra-estruturais de gerenciarem seus negócios no campo, imaginem, então, V. Exªs, o drama vivido pelos agricultores assentados, sem escolas, sem postos de saúde e sem qualquer incentivo ao plantio. Esses parecem condenados a ficarem aguardando – ninguém sabe até quando – obras de base devidas pelos Governo, para que possam começar a produzir, e ainda são espoliados pelas lideranças do movimento que os deveria apenas defender.

Mas o líder do Governo aqui nesta Casa Legislativa diria que houve significativo aumento dos recursos destinados ao meu Estado para a execução da reforma agrária. É verdade que se passou de 23 milhões de reais para 50 milhões de reais, na safra 1999/2000, destinados aos assentados. E, também, é verdade que esses mesmos recursos, para serem acessados, como já relatei em pronunciamento anterior, por intermédio do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, exigem a apresentação de projetos de produção.

Imaginem V. Exªs como aqueles pobres agricultores podem atender a essas exigências sem uma assistência adequada por parte dos órgãos governamentais competentes.

Julgo que não é sem razão que o MST, quando cômico da sua real finalidade, reivindica maior agilidade na implantação de assentamentos rurais. Assim o digo porque discordo veementemente da forma como esse movimento vem atuando, ou seja, em nome da defesa dos interesses dos seus membros invade fazendas e, mais recentemente, até prédios públicos, trazendo medo e insegurança para os também

sofridos servidores e para parte da população em geral.

Quero apresentar um rápido balanço do que acontece em Mato Grosso e no País.

Nos últimos quatro anos, foram assentadas cerca de 40 mil famílias de trabalhadores sem terra, segundo informação do superintendente regional do Incra, Clóvis Cardoso – 9.600 só no ano passado. O mesmo dirigente declarou, também, que “mesmo sendo o Estado que mais assentou trabalhadores sem terras, nós temos ainda uma demanda reprimida de 30 mil”. E atribuiu a tensão no setor de reforma agrária ao desemprego nos centros urbanos: “Os desempregados engrossam o bolsão de miséria e vêem a reforma agrária como tábua de salvação”.

E, ainda segundo o superintendente do Incra, em entrevista ao Jornal da Manhã, da TV Gazeta, no dia 22 de fevereiro deste ano, quase 10 mil trabalhadores sem-terra estavam acampados às margens das rodovias no Estado de Mato Grosso e havia, ainda, 5 mil cadastrados pelo MST e 15 mil cadastrados pela Fetagri, perfazendo os cerca de 30 mil por assentar no Estado.

Infelizmente, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, a solução do problema vai esbarrar na crise que se está desenhando na política estadual entre o PMDB, meu partido, e o PSDB, partido do Governador local, sendo que o superintendente do Incra é membro da executiva regional do PMDB.

A bancada peemedebista na Assembléia Legislativa de Mato Grosso acusa o Governador do Estado de estar sendo omissa e desinteressada no que se refere à ocupação de prédios públicos por integrantes do MST, o que provocaria o desgaste continuado do meu partido, que tem um dos seus representantes na superintendência regional do Incra, órgão responsável pelas ações de reforma agrária. Essa questão está minuciosamente descrita no **Diário de Cuiabá** do dia 26 de abril transato.

Informa também a mesma matéria que haverá uma redução de quase 50% no número de assentamentos previstos para este ano – 5 mil, contra os 9.600 do ano passado. O Superintendente do Incra, Clóvis Cardoso, atribui essa diminuição à redução de investimentos do Governo Federal para o setor, o que é inaceitável e vai de encontro às previsões anteriormente estabelecidas, resultando no aumento da insegurança da sociedade, em razão das ações do MST programadas no País inteiro para este ano.

O Governo divulga informações auspiciosas para a população, afirmando que o Movimento dos

Trabalhadores Rurais sem Terra – MST perdeu fôlego, apresentando uma redução de 85% nas invasões de terras desde março do ano passado. Pelo menos foi o que declarou o Ministro do Desenvolvimento Agrário, Raul Jungmann, da seguinte maneira: “Líderes dos sem-terra que estavam voltados para as invasões estão hoje sobre a terra, produzindo”. A alusão é clara ao principal líder na região do Portal do Paranapanema (Estado de São Paulo), José Rainha Júnior, agora dedicado à direção de uma cooperativa de assentados na região.

Estatística oficial divulgada pela Agência Folha revela que, em janeiro e fevereiro deste ano, ocorreram 26 invasões em todo o País, o que significa uma redução de 68% em relação ao mesmo período de 1997 e de 72% em relação a igual período do ano passado. O número de invasões tinha sido de 82, em 1997, e de 91, em 1999.

Já o líder do MST no Paraná, Roberto Baggio, criticou a divulgação desses dados dizendo serem escandalosos, porque na verdade “mostram que a reforma agrária do Governo é somente o acompanhamento das ocupações de terra”.

As contas do MST são totalmente diversas e, nesse período, os acampamentos de sem-terra aumentaram de quatrocentos, em dezembro passado, para 538, em março. E complementa esse líder: “São quase 400 mil famílias que estão na beira das estradas”.

Essas informações, tanto as do Governo quanto as do MST, constam de matéria do jornal **Correio Braziliense** de 10 de março de 2000.

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, não resta dúvida de que o Governo Federal vem envidando louváveis esforços no sentido de exercer a sua competência constitucional de intervir na estrutura agrária do País mediante a desapropriação de latifúndios improdutivos.

Outros números do Governo Federal indicam que, nos últimos doze meses, 110 mil famílias foram beneficiadas com financiamentos subsidiados, que chegaram à casa dos 500 milhões de reais. É muito? É pouco? É o bastante?

Os agentes de Governo dizem que é o possível, tendo em vista as atuais dificuldades de caixa do Tesouro Nacional, mas reconhecem que é um momento crítico para o programa de reforma agrária, já que, após o assentamento, há necessidade de recursos em quantidade suficiente para o preparo e fecundação do solo, se se quiser fixar os trabalhadores no campo.

Sr. Presidente, em que pesem minhas críticas a alguns aspectos da política agrícola e da política agrária do Governo Federal, uma medida que pode ser da maior importância para o assentamento de trabalhadores sem terra vem sendo anunciada desde o fim do ano passado. Trata-se da anulação do registro de 3 mil latifúndios, por portaria do Ministério da Reforma Agrária, totalizando 93 milhões de hectares, correspondendo a cerca de quatro vezes a área total do Estado de São Paulo.

Estas são as palavras do Ministro Raul Jungmann ao **Jornal do Brasil** de 17 de dezembro de 1999: "Estamos fazendo um ataque frontal e definitivo ao latifúndio".

Foi dado, então, um prazo de quatro meses para que os proprietários apresentem a documentação que comprove a legalidade da forma de aquisição dos imóveis, período no qual essas terras não poderão ser vendidas, doadas ou hipotecadas. Outras informações do Ministério dão conta de que as 3 mil propriedades que tiveram os registros anulados pertenciam à União e foram invadidas por fazendeiros.

O levantamento dessas propriedades mostra, também, que mais de metade dessas terras se encontra no Estado do Amazonas – 55 milhões de hectares. Outros 24 milhões nessa situação ficam no Estado do Pará. Mas Mato Grosso entra nessa lista com uma extensão considerável: 876.797 hectares, ou seja, quase 900 mil hectares.

Se as terras atingidas pela portaria que ficam em Mato Grosso fossem todas destinadas a assentamentos – a média destinada a cada família fica entre 20 e 25 hectares – seria possível assentar cerca de 40 mil famílias. Os levantamentos realizados apontam para 30 mil trabalhadores sem terra esperando sua vez, o que nos permite afirmar que sobra terra para reforma agrária em Mato Grosso.

O que se faz necessário, então, no Estado que tenho a honra de representar nesta Casa? A resposta é o óbvio: falta empenho dos governantes ou, mais simplesmente, vontade política.

Não quero dizer com isso, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, que o problema se soluciona tão-somente com a vinculação do trabalhador a um pedaço de terra. Justamente por se tratar de pessoas que nada possuem, o Estado deve assumir a responsabilidade pelos serviços fundamentais, que são de sua obrigação: saúde, educação e segurança, pelo menos. E além disso, fornecer a essas pessoas, em condições adequadas, os recursos necessários à construção de sua moradia e preparo do solo, bem

como sementes e outros insumos, que lhes permita iniciar uma vida digna de trabalho, que é o que sempre os trabalhadores pleitearam.

Aliás, vale a pena citar, no sentido de orientar para a tendência de aperfeiçoamento da agricultura como ocorre nos países desenvolvidos, um trecho do artigo de José Eli da Veiga, do Departamento de Economia da Universidade de São Paulo – USP, intitulado "A Tímida Política Agrária", publicado na revista **Ciência Hoje** de agosto de 1998: "Em todas as agriculturas do Primeiro Mundo, a grande empresa e o trabalho assalariado tornaram-se apêndices de uma massa de estabelecimentos de médio porte tocados essencialmente pelo trabalho familiar. A tal ponto que grandes fazendas e assalariados agrícolas são ótimos indicadores de subdesenvolvimento. Na Europa, é fácil encontrar ambos em Portugal, Espanha ou Grécia, mas é preciso paciência para achá-los na França, na Alemanha ou na Grã-Bretanha. Na América do Norte, ainda são numerosos nas áreas próximas ao México, mas tornam-se cada vez mais raros à medida que se sobe em direção ao Canadá. No Japão, e em suas ex-colônias, só com uma lupa é possível descobrir assalariados agrícolas. Assim, a crença de que 'o caminho do campo é o da grande empresa e do trabalho assalariado' só faz sentido se esse caminho for o do subdesenvolvimento".

Sr. Presidente, pelo que o Governo vem fazendo – e devemos reconhecer que representa muito se comparado ao que foi feito nas administrações anteriores –, ainda que esteja aquém do necessário, não podemos concordar, como já dissemos, com as ameaças de radicalização por parte do MST nas últimas semanas.

A repressão às manifestações do MST, com a morte de um dos participantes no Paraná, gerou duras críticas da Oposição, inclusive do próprio Luiz Inácio Lula da Silva em artigo para o jornal **Folha de S. Paulo** do dia 7 de maio de 2000, no qual afirma que "questão social não é caso de polícia. É caso de política". E, mais adiante: "As cenas de violenta repressão às manifestações do MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra mostradas durante a semana na televisão lembram os piores períodos da ditadura".

É fundada essa crítica?

Para o Ministro Pedro Parente, Chefe da Casa Civil, talvez o único erro do Governo tenha sido tolerar eventuais excessos que aconteceram, mesmo pensando que era necessário deixar espaço para negociação.

Por outro lado, uma opinião insuspeita, como a do Jornalista Janio de Freitas, na mesma **Folha de S.Paulo** e no mesmo dia, revela: “Alguém ficou sabendo que a ação tão ampla dos sem-terra tinha o objetivo de obter o aumento dos exíguos recursos, no Orçamento, para a reforma agrária? (...) A opinião pública não soube que a escolha dos prédios relacionou-se com os responsáveis pela retenção dos recursos para a reforma agrária, pretendendo atraí-los às negociações desejadas”. O enfoque desse jornalista aponta para uma propositada omissão dos meios de comunicação a respeito das verdadeiras razões das manifestações programadas no período. O artigo ressalta a tendenciosidade adotada pela imprensa, dando muito destaque à divulgação dos atos do Governo, sem que fosse dado um espaço condizente para as informações dos MST.

De outro lado, julgamos que há mais um ponto para a preocupação dos governantes se eles quiserem se comportar de maneira imparcial. A imprensa vem noticiando a contratação de segurança armada pela União Democrática Ruralista – UDR, negada veementemente pelos principais dirigentes da entidade, que afirmam que fatos semelhantes seriam de inteira responsabilidade dos proprietários de fazendas ameaçadas de invasão pelos sem-terra.

E, mais recentemente, o Grito da Terra, manifestação organizada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG e pela Central Única dos Trabalhadores – CUT, reuniu 6.500 agricultores na Esplanada dos Ministérios no dia 10 de maio de 2000, mas o Governo conseguiu enfraquecer as repercussões do movimento, anunciando, um dia antes, um pacote de 7,8 bilhões de reais para a reforma agrária e para a agricultura. Entre outras medidas, anunciou o valor do plano de safra 2000-2001, que terá 4,24 bilhões de reais; a Taxa de Juros a Longo Prazo será substituída pelo mecanismo de equivalência-produto; haverá uma forte redução nas taxas de juros para o pagamento de dívidas e contratação de créditos. Para o Presidente da Contag, Manoel dos Santos, o pacote atende apenas parte das reivindicações dos trabalhadores rurais.

O Presidente Fernando Henrique Cardoso, ao anunciar as novas medidas, lembrou que, para a safra de 1999-2000, está disponibilizando 3,4 bilhões de reais, além da aplicação de 150 milhões de reais na recuperação de estradas vicinais para escoamento da produção, pontes e armazéns para o atendimento de 450 mil famílias. E, além disso, demonstrou sua disposição de retomar o diálogo com os sem-terra,

depois do efeito surtido pelo anúncio de medidas repressivas, com a desocupação dos prédios invadidos.

O importante é que está havendo um claro esforço no sentido de aperfeiçoamento da distribuição de terras para agricultura; eliminação de latifúndios improdutivos para cumprir o mandamento constitucional de uso dessas terras; e estabelecimento de política mais visível de atendimento das necessidades daqueles que se propõem a trabalhar a terra e nela produzir.

Para finalizar, desejo enfatizar que, se o Brasil luta por um lugar ao sol no conceito das grandes nações, e tem potencial para isso, o caminho indicado e o modelo que vem obtendo êxito no atual quadro de desenvolvimento é o das pequenas e médias propriedades, cujo predomínio já pode ser observado no Estado de Santa Catarina, uma unidade da Federação onde a agricultura e a agroindústria podem ser consideradas modelo de desenvolvimento e de eficiência para os padrões brasileiros.

Uma reforma agrária corretamente implementada certamente refletirá na diminuição da fome que avassala as classes menos favorecidas, contribuindo para o aumento da produção, ainda que para consumo interno ou a própria subsistência do trabalhador e seus familiares, com o conseqüente crescimento econômico no setor agrícola, alavancando ainda mais firmemente o desenvolvimento desta grande Nação.

Era o que tinha a dizer.

O SR. MAURO BENEVIDES (Bloco/PMDB – CE) – Sr. Presidente, Srs. Congressistas, os partidos políticos, em todo o País, acham-se em franca movimentação, objetivando realizar as suas respectivas convenções para escolha dos candidatos a Prefeito, Vice-Prefeito e Vereador, em obediência ao que prescreve a legislação eleitoral vigente.

As trinta agremiações registradas no TSE certamente vão empenhar-se nessa disputa, que deve ser entendida como autêntica preliminar da competição sucessória de 2002, quando estarão terminando os nossos mandatos parlamentares, bem assim os dos Governadores de Estado e o do Presidente da República.

Empresta-se, por isso, especial relevância ao pleito de 1º de outubro, daí justificar-se a nossa presença no território da Unidade Federada que temos a honra de representar nesta Casa Legislativa.

Em Fortaleza, Sr. Presidente, neste domingo, o PMDB arregimentará os seus militantes para o grandioso conclave que escolherá, como postulante à ree-

leição, o Dr. Juraci Vieira Magalhães, cuja gestão tem sido das mais proficientes e dinâmicas, assinalada por grandes empreendimentos em favor do nosso crescimento urbanístico e do bem-estar dos fortalezenses.

Nas duas oportunidades em que esteve à frente da municipalidade, Juraci impôs-se à admiração, ao reconhecimento e ao respeito de todos os segmentos sociais, em razão de seu comprometimento com as causas mais intrinsecamente vinculadas às aspirações dos nossos coestaduanos.

Como seu companheiro de lides políticas por quase trinta anos, identifiquei, logo nos primeiros contatos, na década de 70, a sua indistigável vocação para a vida pública, o que vem sendo comprovado pelo correto exercício das funções ocupadas até hoje, como a de Superintendente do INSS no Ceará e a de Prefeito Municipal de nossa cidade, em dois mandatos.

A unanimidade de que se cercará, tranquilamente, a sua nova indicação, valerá como inequívoco testemunho de sua competência e irrestrita fidelidade a todas as teses eminentemente populares pelas quais há lutado, ao longo do tempo, com destemor e coerência.

A consciência de cidadania que tem sabido difundir entre os nossos conterrâneos, mesmo os de menor ilustração cultural, passou a ser mencionada como um dos pontos altos de sua marcante atuação, como dirigente maior de nossa urbe.

Ao seu lado, como aspirante à Vice-Prefeitura – e na condição de representante da brava mulher cearense – identifica-se a Prof^a Isabel Lopes, cujo trabalho como Presidente da Fundação de Criança e Adolescente foi qualificado como dos mais fecundos por todas as correntes de pensamento de nossa capital.

Para as mais expressivas lideranças peemedebistas, a convenção de domingo será um acontecimento fadado a repercutir intensamente, valendo como positiva demonstração de nossas arraigadas convicções democráticas.

Juraci Magalhães saberá conduzir a campanha com visão de estadista, avigorando os nossos sentimentos político-partidários e abrindo novas e auspiciosas perspectivas para a gente fortalezense.

É o que nós, peemedebistas do Ceará, sinceramente desejamos na nova etapa com que se defrontará Juraci, após a manifestação soberana da massa votante.

Os pontos altos do expressivo evento será o anúncio formal da adesão do nosso colega Deputado

Federal Almeida de Jesus, Presidente Regional do PL, acrescentando, desta forma, as amplas possibilidades da vitória de Juraci Magalhães na refrega do corrente ano.

Pela projeção que alcançou, em razão de seu trabalho obstinado nesta Casa, o Deputado Almeida de Jesus trará, com a sua participação, um reforço substancial ao candidato do PMDB, a ser oficializado neste domingo, na convenção marcada para o Ginásio Aécio de Borba, na capital cearense.

Juraci caminha, assim, para a competição de outubro com mais esse ponderável contingente de apoio, assegurado pela presença, em seu palanque, do Deputado Almeida de Jesus e de seus correligionários, que serão partícipes atuantes nos comícios programados para julho vindouro.

O SR. ANDRÉ BENASSI (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, Srs. Congressistas, os trágicos acontecimentos ocorridos no Rio de Janeiro, com a morte de uma jovem, em ação policial mal conduzida, torna mais urgente a adoção de medidas de ordem prática destinadas a combater a violência urbana, que vem assumindo proporções alarmantes e assustadoras.

Há um clima de inquietação em toda a sociedade, também nesta Casa e no Governo Federal. O próprio Presidente da República tem enfatizado sua preocupação diante da crescente onda de violência, apontando alternativas e caminhos.

Todavia, infelizmente, têm surgido algumas propostas no âmbito do Legislativo desprovidas de bom-senso e consistência operacional, as quais considero sejam fruto apenas de manifestações marcadas por emocionalismo e ansiedade natural dos seus autores. Refiro-me à utilização de efetivos das Forças Armadas no policiamento de nossas cidades e no combate à violência.

Ora, Sr. Presidente, as funções das Forças Armadas estão muito bem definidas constitucionalmente, nelas não se incluindo as operações tipicamente de responsabilidade das Polícias Civil e Militar. E não há sentido em se dar tal atribuição ao Exército, à Aeronáutica ou à Marinha. Os integrantes dessas Forças são devidamente preparados, mas para outros tipos de função e operação, nunca para exercer o policiamento ostensivo nas ruas. Não podemos imaginar como solução algo que se desvirtua completamente dos propósitos da instituição e que certamente levaria à ocorrência de equívocos e desacertos. É difícil imaginar-se como jovens de 18 anos ou pouco mais, ao prestarem o serviço militar, possam ser colocados para cumprir missão que exige treinamento es-

pecífico, preparo técnico e psicológico adequados, além de experiência.

O grave momento nacional exige medidas bem estruturadas, que sejam eficazes, rigorosas, mas bastante sensatas, para proporcionar tranquilidade à população, e não apenas uma falsa segurança.

Por isso, louvo a decisão do Presidente Fernando Henrique em determinar pressa para o Plano Nacional de Segurança, que vem sendo analisado e elaborado cuidadosamente no âmbito do Executivo. Mas julgo importante fazer algumas considerações. Qualquer programa nesse sentido deve apoiar-se em ações realmente criativas, além de considerar a carência de recursos orçamentários disponíveis para essa finalidade.

Vejamos o exemplo da absoluta necessidade de criação de novas vagas em presídios, em face da grave superlotação dos atuais estabelecimentos. Entendo que, em vez da construção de outras penitenciárias nos moldes das já existentes, com custos elevados de manutenção, devemos escolher o modelo das chamadas colônias penais agrícolas, onde é plenamente possível manter o detento trabalhando, produzindo e gerando receita própria para a instituição cobrir suas despesas, que hoje são pagas por toda a sociedade.

Uma das principais falhas do atual sistema prisional brasileiro, além da referida superlotação e conseqüente falta de condições adequadas, é a ociosidade que caracteriza o dia-a-dia dos detentos.

São fatores que impossibilitam a recuperação e a ressocialização dos presidiários, dois objetivos principais da aplicação de penas de detenção.

A falta de ocupação e a má qualidade das instalações dos presídios no Brasil levam a maioria dos presos a afundar-se no mundo do crime e da violência, um custo social elevadíssimo, além daquele financeiro representado pelos gastos públicos na manutenção da população carcerária.

Por isso, a importância dos presídios agrícolas, em áreas bastante afastadas dos centros urbanos, onde os gastos são menores e não existe ociosidade; os presos são mais bem tratados; e onde se minimizam as possibilidades de ocorrerem rebeliões e fugas.

Portanto, entendo que a grave realidade de violência e insegurança, sobretudo nas principais cidades brasileiras, impõe a que os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário reúnam esforços não somente para a elaboração do Plano Nacional de Segurança, como também para uma ampla revisão do Código de Processo Penal, de modo a que haja celeridade nos

processos e nos respectivos julgamentos. Mas é fundamental acima de tudo que trabalhem visando à adoção de medidas práticas, eficazes e criativas, e devidamente garantidas com a previsão de recursos no Orçamento, para um amplo combate aos atos de violência que tanto preocupam todo o povo brasileiro.

Muito obrigado.

O SR. NELSON MARQUEZELLI (Bloco/PTB – SP) – Sr. Presidente, Srs. Congressistas, recentemente estive visitando o nosso País o Sr. Hendrik Verfaillie, um belga que comanda uma multinacional americana que comercializa sementes geneticamente modificadas de soja, milho, algodão, canola e batata nos cinco continentes do planeta e que iniciou em dezembro último um processo de fusão com outra norte-americana do setor farmacêutico, formando um complexo que no ano 2000 tem previsão de faturamento de US\$17 bilhões.

Esta multinacional de que lhes falo, Srs. Congressistas, é a Monsanto, empresa pioneira e líder na tecnologia de aprimoramento da produtividade e qualidade da produção de alimentos. Esta tecnologia ajuda o produtor rural a controlar ervas daninhas e insetos sem que ele tenha que usar toda uma gama de produtos químicos e, além disso, contribui para aumentar sua renda.

Hoje em dia, mais de 90% dos cientistas já apoiam a adoção desta tecnologia, não só por ser ela diferente, mas porque será a próxima onda da produtividade, pois oferece a oportunidade de aprimorar não só a quantidade, mas também a qualidade dos alimentos a serem produzidos.

Baseado nas estatísticas disponíveis no seu tempo, o sociólogo e economista inglês Thomas Robert Malthus previu no século XVIII que a população passaria por pobreza extrema e fome permanente, em virtude do seu crescimento ser em escala geométrica, enquanto a produção de alimentos crescería em escala aritmética.

Isto, porém, foi equacionado devido a grandes saltos tecnológicos, como por exemplo a utilização de adubos e a revolução industrial que permitiu um aumento da produtividade na geração de alimentos.

Surge agora uma nova revolução no campo da biotecnologia, conhecida como transgenia, que permite a melhoria das espécies por meio de mudanças genéticas, conferindo-lhes maior teor nutritivo, maior resistência às pragas e nas intempéries da natureza. Dessa forma haverá um ganho na produtividade tanto quantitativa quanto qualitativamente.

Esta biotecnologia, e com a melhor utilização de fertilizantes, com certeza oferece a oportunidade de dobrar a produção de alimentos.

O Brasil é um dos poucos países que possuem não apenas um grande potencial agrícola hoje, mas tem também a capacidade de expandir.

Segundo o Sr. Verfaillie, o Brasil é o segundo maior país em termos de investimentos para a Monsanto, fora dos Estados Unidos.

Tenho a convicção que os alimentos produzidos por esta tecnologia serão liberados em nosso País e o agricultor brasileiro precisa disso para ser competitivo em relação ao resto do mundo.

A Monsanto tem a posição de líder nesta área. Há muitas pesquisas em andamento sendo realizadas por diversos grupos, e o que vai impulsionar este desenvolvimento é que há muitos cientistas no mundo inteiro com programas sendo financiados por governos, inclusive o do Brasil.

Brevemente veremos o lançamento de toda uma variedade de produtos como resultado de todos estes programas.

Não serão apenas empresas privadas participando, mas governos, por meio de empresas de pesquisa, também. Aqui no Brasil, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA, com certeza, está profundamente envolvida na pesquisa.

O Brasil é um dos principais países na área agrícola que tem a oportunidade de desenvolver ainda mais sua capacidade de produção.

Para que os agricultores brasileiros se mantenham competitivos é absolutamente necessário que eles tenham acesso a melhores tecnologias. Na medida em que a economia mundial for se desenvolvendo e em que os subsídios comecem a diminuir, o Brasil será um dos principais fornecedores de alimento do mundo. Alguém tem dúvida sobre isso que acabo de afirmar, Srs. Deputados?

Por essa razão, o nosso País tem tanta importância para a Monsanto.

A biotecnologia já tem permitido aos agricultores aumentarem significativamente a produtividade de suas colheitas sem utilizar mais terras. E fazem isso de modo mais sustentável, com menos inseticidas, menos derivados de petróleo e menor impacto ao meio ambiente.

E ainda, em muitos casos, a biotecnologia está possibilitando produzir alimentos mais nutritivos:

Sr. Presidente e caros colegas, a tendência de adoção desta tecnologia é mundial e irreversível. É o caminho pelo qual a oferta de alimentos poderá aten-

der, de forma mais nutritiva e mais sustentável, a crescente população mundial.

Que seja bem-vinda a Monsanto neste nosso Brasil.

Muito obrigado.

O SR. AGNALDO MUNIZ (PPS – RO) – Sr. Presidente, Srs. Congressistas, a Independência do Brasil, ocorrida em 1822, não deu margem a grandes mudanças. Os portugueses manobram de tal forma que aqui ficou um português como Imperador do Brasil. E nós ainda assumimos a dívida externa de Portugal com a Inglaterra.

A Proclamação da República ocorreu sem qualquer previsão, aconteceu de forma inesperada, e o povo nem sabia o que se passava. Mas trouxe o fortalecimento da política econômica conhecida desde aquela época como liberal. Ideologia que durante todo o século XX foi instrumento de dominação usado por potências estrangeiras contra nós.

Assim o Brasil saiu do controle de um Estado para ser controlado por vários outros. Mas apesar de todo o processo de dominação imposto, sempre houve aqueles que se preocuparam em que o Brasil trilhasse seus próprios caminhos.

O imperialismo norte-americano, mercantilista, programático e todo-poderoso se impõe como máquina de dominação após a Segunda Grande Guerra.

Os Estados Unidos criam novas regras para o sistema financeiro internacional. O dólar passa a ser a moeda de troca do mundo, fortalecendo ainda mais a política econômica do país emissor.

O Brasil participa da Grande Guerra por força de um acordo com os aliados, que levou à construção da Siderúrgica Nacional de Volta Redonda e à utilização de material bélico americano na Itália, doado ao nosso País.

“Visando preparar melhor nossos oficiais”, para a utilização do material bélico norte-americano, com tecnologia de ponta na época, para o Brasil vieram centenas de oficiais dos Estados Unidos durante três décadas. Aqui fundaram a Escola Superior de Guerra, onde doutrinaram ideologicamente nossos oficiais, empresários e tecnocratas.

Em 1971, o Presidente Richard Nixon de modo unilateral desvinculou o padrão-ouro como lastro de moedas. E montou um sistema que levou países do Terceiro Mundo a uma dívida gigantesca, que nos sangra e nos leva à miséria.

Quando o Presidente João Goulart foi deposto em 1964, o Brasil devia US\$3 bilhões. Pagou juros altos, altíssimos todo ano. Quando o Presiden-

te-general Figueiredo deixou o poder, devíamos US\$70 bilhões.

O Presidente José Sarney pagou juros de US\$12 bilhões por ano e quando deixou o Governo devíamos mais de US\$100 bilhões. E hoje devemos mais de US\$300 bilhões.

Digo tudo isso para afirmar que esse modelo econômico implantado há mais de quarenta anos ainda se encontra em vigor, bem modernizado, travestido de neoliberal globalizado, tão anunciado pelo atual Governo e pela elite empresarial brasileira, que queria e ainda quer nossas empresas estatais, as lucrativas, é claro.

O modelo neoliberal defendido pelo Governo do PSDB tem como grande instrumento estrutural a dependência tecnológica, a destruição do nosso parque industrial, e a doação de nossas riquezas naturais.

Este avançado sistema de parasitismo entrega às potências estrangeiras o controle estratégico de nosso patrimônio, de toda nossa estrutura produtiva e até do nosso mercado consumidor.

Até Portugal, o país mais atrasado da Europa, se arvorou em comprar nossas empresas estatais.

De fato, ao abrir nossa economia para o mundo assumimos o compromisso de doar nossas riquezas para as potências econômicas internacionais e nacionais.

O que caracteriza a ideologia dos participantes desse processo do nosso lado é uma total falta de patriotismo, o abandono crescente e irresponsável de nossos valores, nossas riquezas, e dos mais legítimos interesses de nossa população.

Modernizar para esta gente é aprofundar a dependência do País, submeter até nossas decisões mais importantes à avaliação do FMI, que é o grande gestor desta política para o mundo.

São poucas as ações do Governo atual que poderão ser classificadas como não lesivas ao bem público.

É um quadro triste que leva a juventude à desesperança, desestimula os trabalhadores e pequenos empresários e dilui os valores responsáveis pela harmonia social.

Nessa estratégia destrutiva da Nação não sobra nada. Até a formação de nossas crianças e jovens está comprometida. O ensino superior público está dando seus últimos suspiros, enquanto avança o pago, a educação mercantilista que só visa lucros.

O povo brasileiro está oprimido, desrespeitado, agredido e perplexo com tamanho massacre, que dei-

xa até os grupos mais organizados impedidos de qualquer reação.

Nossa população é vítima de um ataque permanente e constante desenvolvido pela mídia que os confunde. Poderosos grupos nacionais e internacionais manipulam as informações levando a erros de entendimento dos acontecimentos mais simples.

Poucos são os cidadãos que possuem consciência dos conflitos que estão a solapar a soberania nacional, e desviar nossas riquezas para outros povos. Quem pode realmente fazer uma análise da situação atual com tantas informações desencontradas?

É a perversão dos nossos valores e o abandono de nossas crenças. As gravíssimas dificuldades que enfrentamos não são percebidas pela maioria do nosso povo. Mas são sentidas quando bate a porta sob a forma do desemprego, e da fome.

O homem comum, acostumado a delegar a outros o poder de decidir, perde confiança no patrão, no político, no País.

Vivemos momentos de crise moral. Crise política e crise social.

Todas as evidências nos apontam para uma política de efeitos perversos que atende prioritariamente a interesses internacionais e deixa os interesses do povo e da Nação em segundo plano, desenvolvendo um sentimento de impotência, que impossibilita uma reação, pois há uma perda de nossos valores-símbolos, e passa-se à cultura da sobrevivência em decorrência de impossibilidade prática de solidariedade.

Passo a outro assunto, Sr. Presidente. Os bancos têm obtido lucros excepcionais. Os ganhos acumulados pelo setor são de encher os olhos.

A análise dos balancetes demonstra que, além da prática predatória, a conduta bancária pode ser considerada abusiva e lesiva aos clientes, ao patrimônio público, e contrária às normas comerciais.

O aumento do lucro dos bancos decorre dos juros elevadíssimos e da receita crescente dos serviços. Sem falar na redução das despesas, que foram diminuídas principalmente com a demissão de milhares de bancários.

Os bancos, dentre todas as instituições, é aquela que trabalha com a tecnologia mais avançada do mercado. E talvez sejam os seus dirigentes os executivos mais bem informados. Seus deuses são os números, aqueles que dão lucros.

Desenvolvem uma política de redução do número de agências no interior do País, sem levar em consideração as necessidades da população.

Atualmente, mesmo os pobres, e até alguns miseráveis, são obrigados a procurar agências bancárias para pagar impostos e contas de água, luz e outros serviços. Imaginemos um cidadão pobre de uma cidade de interior que ganha R\$151,00 e tem que se deslocar para outra cidade para efetuar pagamentos em agências bancárias e até receber salários. Quanto pesa em seu orçamento este esforço, e as horas perdidas.

O sistema financeiro sofreu uma reestruturação, em razão da nova realidade econômica do País após a implantação do Plano Real. Mas as reformas feitas não melhoraram os serviços, nem o atendimento pessoal. Prova disso são as enormes filas existente nas agências bancárias, e a redução do horário de atendimento ao público. Os bancos fazem o que querem, pois não existe agente fiscalizador. Existir até existe, mais age como sócio, o bom amigo.

O número de bancos comerciais, múltiplos, de desenvolvimento e de investimentos públicos e privados reduziu-se de 273 em junho de 1994 para 233 em dezembro de 1998. Temos a informação de que esta redução continuou em 1999.

Dois grandes movimentos marcaram o processo de reestruturação do setor bancário: o desaparecimento gradual dos bancos estaduais e a maior penetração dos bancos estrangeiros.

Mas os bancos nunca lucraram tanto no Brasil. A desvalorização cambial e a conseqüente elevação dos juros proporcionaram grandes lucros para as instituições financeiras.

Segundo uma conceituada consultoria (Austin Asis), no 1º semestre de 1999, os bancos conseguiram uma de suas maiores rentabilidades da história.

O problema é que, se os bancos estão lucrando cada vez mais, alguém está perdendo. E quem perde é o povo, o Estado e as empresas. Perdemos para a especulação e para a agiotagem.

Estes movimentos podem ser vistos como uma grande transferência de riquezas.

Muito do que o Governo pagou a mais em seus títulos da dívida atrelados ao dólar, e também naqueles que renderam juros, foi para os cofres dos bancos. Direto dos bolsos dos contribuintes para os poucos, pouquíssimos donos de instituições financeiras.

Os bancos têm um desempenho excepcional, enquanto a economia do País amarga uma recessão, uma crise das piores. Curiosa situação.

Mas investigando fatos, observamos que uma parcela considerável dos lucros vem das tarifas cobradas pelos bancos. O Procon de São Paulo consta-

tu cinquentas alterações nas tabelas de tarifas cobradas por bancos no ano de 1999. O levantamento detectou dez novas tarifas. Estão cobrando por serviços que antes eram gratuitos. Eles cobram por tudo, desde um extrato até a compensação de um cheque simples.

As tarifas foram liberadas em 1996 pelo Banco Central, dentro de sua política de enriquecer ainda mais os mais ricos e levar os pobres à penúria, à miséria. Tudo é feito contra os pobres e trabalhadores.

As tarifas chegam a variar em até 2.100% entre bancos. Este número é correto. A menor variação é da consulta de saldo em terminal eletrônico, cuja tarifa varia de zero a R\$0,60 (33%). Estes dados são de um estudo socioeconômico do Sindicato dos Bancários de São Paulo.

As aquisições e fusões de bancos e a entrada de instituições estrangeiras no mercado não contribuiu para a redução de preços das tarifas bancárias. Além de a maioria dos bancos ter reajustado seus preços após a liberação tarifária, em 25 de julho de 1996, aumentou significativamente a quantidade de serviços cobrados. Quem paga é o consumidor.

Os bancos são essenciais em um processo de crescimento sustentado. O bom funcionamento das instituições financeiras amplia o espaço para o financiamento das formas competitivas na economia.

Mas infelizmente não assistimos a melhorias. Os bancos no Brasil só trabalham para obter lucros. Há sem dúvida um aumento da concentração bancária e incremento do seu poder econômico em comparação com outros setores.

As economias de mercado necessitam de sistemas financeiros eficientes capazes de aproveitarem as vantagens decorrentes do processo produtivo. Mas o que acontece no Brasil é pura agiotagem. São milhares de empresas que faliram, quebraram, em virtude de empréstimos bancários. São juros sobre juros. Os bancos não se contentam com 20%, 30%, 50% de juros, eles querem 200%, 300%, 1.000% de juros ao ano.

Na Alemanha os juros são de 4% ao ano. Nos EUA chegam ao máximo de 6% ao ano. No Brasil não têm limites.

Nós clientes de bancos somos reféns do sistema, não existe questões de fundo moral ou ético na prática administrativa do setor bancário. Os bancos só têm uma política, a política de aumentar os lucros, com a conivência do Poder Executivo, que age na melhor das hipóteses de forma irresponsável, omissa.

Cabe a autoridade monetária regular o mercado, administrar ao menos a política de juros.

Ai daqueles que fazem leis injustas e dos que redigem sentenças opressivas. A sociedade brasileira paga, mas um dia irá cobrar.

Era o que tinha a dizer.

O SR. ADEMIR ANDRADE (PSB - PA) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, ocupo esta tribuna mais uma vez para manifestar a minha total discordância com a política econômica do Governo.

Nesta semana, estive no Congresso Nacional o Sr. Martus Tavares, Ministro do Orçamento e Gestão, para tentar explicar os cortes de R\$7,4 bilhões nos investimentos previstos no Orçamento Geral da União, recentemente aprovado por esta Casa. Digo tentar explicar, pois os argumentos do Ministro nem de longe foram suficientes para convencer os Parlamentares.

Na verdade os cortes determinados pelo Executivo são de fato inexplicáveis. É um crime o que o Governo Fernando Henrique Cardoso está fazendo com o País. Os gastos com o social e os investimentos em infra-estrutura possuem prioridade menor neste Governo. Ao privilegiar o pagamento de serviços da dívida e favorecer a especulação financeira com os juros altos e com programas como o Proer, o Poder Executivo tem sacrificado investimentos que são essenciais para o desenvolvimento do País, especialmente nas regiões que mais padecem de infra-estrutura básica.

Ao optar por cumprir o acordo com o Fundo Monetário Internacional, que prevê para este ano um superávit primário de 3,25% do Produto Interno Bruto — o que significa, segundo as previsões do próprio Governo, quase R\$40 bilhões, o Governo submete a população brasileira a um sacrifício histórico e, o que é mais grave, compromete o futuro da Nação.

Para agravar ainda mais, o contingenciamento realizado pelo Governo nos investimentos de infra-estrutura está sendo feito de uma forma perversa. Em vez de estabelecer um critério de prioridades para evitar cortes ou atraso de projetos ou programas de importância estratégica, o Governo opta por estabelecer um limite de valor a ser gasto por cada Ministério ou órgão governamental. Na prática, isso significa que cada Ministro, por critério próprio, é quem vai determinar onde investir e onde cortar. Isso simplesmente poderá ser desastroso para as regiões que historicamente têm sido desfavorecidas com investimentos federais.

Esse critério termina por beneficiar as regiões mais desenvolvidas do País, na medida em que o po-

der econômico e o poder político falará mais alto, eliminando qualquer possibilidade de redução das desigualdades regionais, como prevê a Constituição Federal. Pelo contrário, fará com que se acentue ainda mais essas desigualdades.

Para se ter uma idéia, numa visão otimista, se considerarmos a proporcionalidade baseada no limite de empenho determinado para cada Ministério, os projetos de infra-estrutura previstos para o Pará, nas várias áreas, incluindo agricultura, saúde, transporte, desenvolvimento urbano, só para citar algumas, sofrerão um corte de 55% do valor inicialmente previsto. Dos R\$299 milhões previstos no Orçamento Geral da União para investimentos no Pará neste ano, R\$164 milhões serão contingenciados.

Projetos como: pavimentação da Rodovia Transamazônica, segunda fase da Hidrelétrica de Tucuruí, hidrovía Araguaia-Tocantins, entre outros, serão drasticamente prejudicados. Mas vejam, isso é ainda uma previsão otimista, considerando hipoteticamente um corte linear. Se não ocorrer a união da bancada do Pará e uma pressão direta a cada um dos Ministérios onde estão alocados os projetos de investimentos previstos para o Estado, sequer teremos isso assegurado.

O Governador do Pará, que é do mesmo partido do Presidente e que tem mantido uma postura subserviente ao poder central, terá de se rebelar e enfrentar seu mandante maior se de fato quiser defender os interesses do Pará.

O setor mais prejudicado é o de transporte, que seguindo o critério de proporcionalidade sofrerá um corte de mais de R\$113 milhões, dos R\$206 milhões aprovados pelo Congresso Nacional. Nem as áreas de saúde, educação e política fundiária foram poupadas pelo contingenciamento.

Todo o esforço que tivemos, junto com os demais Parlamentares da bancada do Pará, para estabelecer as obras prioritárias e alocar recursos para elas, durante o processo de aprovação do Orçamento, foi praticamente trabalho perdido, considerando essa atitude do Governo.

Por tudo isso é que estou aqui, mais uma vez, para discordar do Governo Fernando Henrique Cardoso, para denunciar essa atitude irresponsável de inverter as prioridades para o País, na medida em que segue orientações alheias aos nossos interesses, aos interesses do País que ele governa. No momento em que os próprios organismos internacionais vinculados às grandes potências econômicas começam a reconhecer que a globalização e o receituário traçado

pelo Consenso de Washington são extremamente desfavoráveis aos países mais pobres e em desenvolvimento, este Governo ainda segue à risca essas diretrizes. É no mínimo uma miopia política que marcará nossa história. Para finalizar, gostaria de fazer um apelo a toda a bancada do meu Estado e também ao Governador Almir Gabriel para que, à parte as divergências políticas, possamos de forma articulada exercer pressão junto ao Governo Federal, nos seus vários Ministérios, para que os cortes orçamentários não inviabilizem obras que hoje são imprescindíveis para o Estado do Pará. Somente dessa forma teremos chance de resgatar algumas das prioridades que na ocasião da discussão do Orçamento conseguimos estabelecer.

Era o que tinha a dizer.

A SRª TELMA DE SOUZA (PT – SP) – Sr. Presidente, Srs. Congressistas, mais uma vez, ocupo essa tribuna para alertar a respeito da ameaça que paira sobre os pequenos e médios proprietários de postos de gasolina, em função da intenção da Agência Nacional de Petróleo, a ANP, de autorizar as distribuidoras de combustíveis a explorarem 10% dos postos de venda de suas redes.

Essa proposta voltou a ser discutida, na última terça-feira, nas Comissões de Defesa do Consumidor e de Minas e Energia da Câmara dos Deputados, recebendo enormes críticas dos empresários e dos Parlamentares que participaram da audiência pública. No entanto, a indefinição sobre a edição ou não da portaria da ANP tem gerado intranquilidade no setor.

Na minha região, a Baixada Santista, por exemplo, o Sindicato do Comércio Varejista dos Derivados de Petróleo, o Resan, calcula que a permissão de exploração pelas distribuidoras poderá acabar com cerca de cem das trezentas unidades locais. Segundo o Presidente do Resan, José Camargo Hernandez, a operação de postos por parte das distribuidoras acarretará a “quebradeira” de 30% a 40% dos cerca de 28 mil postos existentes no Brasil. “O que vai acontecer, num primeiro momento, é que elas (as distribuidoras) vão baixar os preços, porque não precisam de margem de revenda. Só que, depois, os concorrentes vão começar a falir e elas vão colocar o preço lá em cima”, afirma o Sr. José Hernandez, que participou da audiência pública, na terça-feira.

O Presidente do Sindicato do Comércio Varejista dos Derivados de Petróleo da Baixada Santista alerta, ainda, que experiências semelhantes foram feitas na Argentina e no Chile e diz: “Nossa sensação é a de que a Agência Nacional de Petróleo quer aprovar

essa portaria e usa como pano de fundo o fato de que os postos operados por distribuidoras vão regularizar os preços no mercado”.

É importante ressaltar, também, que, além de mais um desmonte do setor produtivo nacional, a portaria vai gerar desemprego, pois cada posto de gasolina emprega, em média, dez pessoas.

E, tenho certeza, contribuir para o desemprego e a miséria, principalmente neste momento em que sofremos com a violência ao vivo e em cores, não é o desejo de nenhum dos Srs. Parlamentares.

Estou certa, também, de que o nobre Deputado Luiz Antônio Fleury (PTB), Presidente da Comissão de Minas e Energia, incentivará o mais amplo debate sobre a questão, impedindo que mais essa violência recaia sobre os brasileiros.

Nessa batalha contará com o meu apoio.

Sr. Presidente, solicito a V. Exª a transcrição nos Anais da Casa e reprodução através dos meios de comunicação, especialmente no programa A Voz do Brasil, deste pronunciamento.

Muito obrigada.

O SR JOÃO HERRMANN NETO (PPS – SP) – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Congressistas.

Quero, desde já, manifestar nossa discordância contra essas Propostas de Emenda à Constituição que pretendem modificar, quase que por inteiro, as disposições do art. 222 de nossa Carta. Em resumo, assim se pretende que pessoas jurídicas possam participar do controle das empresas jornalísticas, de radiodifusão e de televisão, não importa que os capitais dessas companhias sejam nacionais ou estrangeiros, ainda que estes limitados a 30% do capital social de cada uma delas.

As justificativas são as mais diversas, ainda que, lamento observar, não venham revestidas da sinceridade necessária a que debates dessa natureza possam prosperar de forma a mais aberta e democrática. Porque, por exemplo, insistir na tese de que as pessoas jurídicas sem fins lucrativos possam possuir editoras de jornais, transmissoras de televisão e de rádio é admitir que essas instituições de difusão de idéias passariam a operar sem a busca do lucro, o que, diante dos custos aí envolvidos, seria, a rigor, um suicídio empresarial, para dizer o mínimo.

Teríamos, e uma das alegações, a possibilidade de um mais amplo acesso à divulgação de seus programas de interesse social, o que redundaria no “aprimoramento desses veículos de comunicações servida à democratização da sociedade brasileira”.

Aqui, estamos diante do mais puro nefelibatismo. O Governo – isto é um bom exemplo – enfrenta as maiores dificuldades para manter sua rede de televisão educativa, essa mesma que busca o aprimoramento desse importante meio de comunicação e batalha, no seu dia a dia, para o aprimoramento das instituições democráticas no País. Sem se valer de publicidade, o que lhe é vedado por lei, fica difícil conseguir audiência, seja, fica quase impossível atingir uma audiência mais vasta, para que seus propósitos, afinal, chegassem ao destinatário final, o cidadão brasileiro. Ora, sem fins lucrativos, como sobreviveriam as demais redes de televisão? Ou de rádio? Ou de jornais e revistas?

Porque já não mais se pode alegar que o analfabetismo gera a impossibilidade de que a mídia impressa consiga seus leitores. Os índices de analfabetismo, ainda que preocupantes, decrescem a olhos vistos. Além do mais, a televisão, unindo som e imagem, permite a todos tomar conhecimento do que ocorre Brasil afora.

O que impede maior crescimento dos meios de divulgação são seus custos de produção. Para quem ganha salário mínimo fica impossível adquirir seu jornal diário, sua revista semanal, o que lhe custaria por volta de 50 reais a cada mês, sejam 30% de seu salário. De resto, é possível admitir que a publicidade, em seu conjunto, sustente as edições de cada jornal, cada revista. Ao que se sabe, a impressão de uma dessas revistas semanais custa mais que o dobro de seu preço de venda nas bancas, diferença que, sem sombra de dúvida, é coberta, com sobra, pela publicidade. E nem nos parece que esses custos estejam na raiz do problema, vez que as empresas de comunicação com ele jogam a seu bel-prazer. Vejamos: nos primeiros dias do real os jornais chegaram às bancas ao preço de 60 centavos. Foram, pouco a pouco, aumentando para um real, um real e vinte e cinco centavos e, hoje, esse preço varia até um real, com alguns casos de redução à metade.

Daí que me parece soar fora de ritmo a justificativa de que as disposições constitucionais inibem parcerias e ingresso de capitais de risco, impossibilita a formação de **holdings**, diminui a liquidez das participações societárias e diminui o fluxo de ações nas bolsas de valores. Tudo isso, segue-se afirmando, descapitaliza as empresas de comunicação, compromete sua competitividade e inibe o mercado de trabalho de jornalistas e demais profissionais do setor. Tais são as alegações apresentadas pelo Nobre Deputado Aloy-

sio Nunes Ferreira, hoje à serviço do Palácio do Planalto.

Há uma evidente mistura de alhos com bugalhos. Antes de mais nada, ao que se vê – e com justificado orgulho – temos, hoje, uma das imprensas mais dinâmicas, para nos prendermos, neste primeiro instante, a jornais e revistas. Podemos começar das instalações de parques gráficos, passando pelo profissionalismo de seus artífices, para chegarmos às reportagens, às colunas especializadas, onde profissionais da maior estirpe trabalham, debatem, contribuem para o aperfeiçoamento das instituições, denunciam, cobram, enfim, exercem, com maestria, seu poder de informar e influir.

A televisão brasileira, por seu turno, vende sua produção pelo mundo afora e consegue se igualar, na qualidade dessa produção, com o que de melhor existe até mesmo nos países mais ricos do mundo. Pode-se reclamar, e com justeza, que sua programação está um pouco distanciada das reais necessidades de um povo que a ela tem acesso e que já não é mais o grupamento mais rico da sociedade. Mas o simples ingresso de capitais empresariais, nacionais e/ou estrangeiros, iria, por acaso, modificar essa situação? Não creio. O que ocorre no restante do mundo, neste particular, não nos permite chegar a outra conclusão.

Enfim, Sr. Presidente, dentro de uma Nação cuja viabilidade, a rigor, data de poucas décadas, há a necessidade de que se reformulem programas, se refaçam projeções, se redefinam os caracteres de políticas públicas, principalmente quando essas políticas não estão apenas nas mãos do Estado. Não aceito que se alegue, agora, que a reserva de mercado definida, há alguns anos, para a informática tenha sido responsável pelo atraso do País nessa área. São situações de uma grande diferença, a publicidade não interfere, como ocorre nos meios de comunicação, na utilização de cada computador. Nem se iria confundir informar com informatizar, uma diferença tão básica e visível que não carece de explicação.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a presente sessão, lembrando que hoje, às 16 horas, haverá sessão solene da Câmara dos Deputados.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 13 horas e 6 minutos.)

**AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE DO
SENADO FEDERAL, SENADOR ANTONIO
CARLOS MAGALHÃES**

15-6-00

Quinta-feira

10:00 – Sessão Conjunta do Congresso Nacional
Plenário da Câmara dos Deputados

12:30 – Senhor Luiz Vicente Cernicchiaro,
acompanhado de membros da Comissão Especial
para efetuar estudos sobre as medidas de proteção
ao Estado Democrático de Direito

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE
INQUÉRITO CRIADA POR MEIO DO
REQUERIMENTO Nº 23, DE 2000-CN, COM A
FINALIDADE DE APURAR, EM TODO O PAÍS, O
ELEVADO CRESCIMENTO DE ROUBO DE
CARGAS TRANSPORTADAS PELAS EMPRESAS
DE TRANSPORTES RODOVIÁRIO, FERROVIÁRIO
E AQUAVIÁRIO

Ata da 2ª Reunião, realizada em 23-5-2000

Aos vinte e três dias do mês de maio do ano dois mil, às quinze horas e vinte e cinco minutos, na sala 2 da ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senhor Senador Romeu Tuma e ainda com as presenças dos Senhores Parlamentares Sebastião Rocha, Wellington Roberto, Moreira Mendes, Geraldo Cândido, Agnelo Alves, Carlos Dunga, Eunício Oliveira, Oscar Andrade, Chico da Princesa, Mário Negromonte, Jaime Martins e Telma de Souza reúne-se a "Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada por meio do requerimento nº 23, de 2000-CN, com a finalidade de apurar, em todo o País, o elevado crescimento de roubo de cargas transportadas pelas empresas de transportes rodoviário, ferroviário e aquaviário". Aberto os trabalhos o Senhor Presidente discorreu sobre a pauta a ser discutida na presente reunião, passando a palavra ao relator que procedeu a leitura de um documento da Associação Brasileira dos Transportadores de Carga, bem como uma listagem que foi transformada em requerimento com os nomes de pessoas a serem convocadas pela comissão. A seguir, o Deputado Chico da Princesa fez a apresentação de três deputados do Estado do Paraná, membros de uma CPI sobre o roubo de cargas naquele Estado, os Senhores Algaci Túlio, César Seleme e Pastor Edson Praczyk. Em prosseguimento, o Relator submeteu ao Plenário a marcação dos dias de reuniões da Comissão, sempre às terças-feira, no horário das 15 horas, ficando acordado que nas diligências e audiências em outros Estados, será sem-

pre às quintas-feiras, o que foi aprovado. Na presente reunião foram ainda aprovados os seguintes Requerimentos: nº 1, de autoria do Senador Moreira Mendes, convocando os Senhores Romeu Natal Panzan, Presidente do Sindicato das Empresas de Transportes de Cargas do Estado de São Paulo e Augusto Dalçoquio Neto, Presidente da Federação dos Transportadores de Cargas de Santa Catarina; nº 2, de autoria do Deputado Oscar Andrade, convocando as seguintes pessoas: Clésio Andrade, Presidente da Confederação Nacional de Transportes; Flávio Benatti, Presidente da Federação das Empresas de Transportes de Cargas de São Paulo; Osmar Ricardo Labes, Presidente do Sindicato das Empresas de Transportes de Cargas no Estado de Santa Catarina; Saulo Ivo Lamb, Presidente do Sindicato das Empresas de Transportes Rodoviários de Cargas de Foz do Iguaçu; Paulo Roberto de Souza, Presidente da Comissão de Segurança, a NTC; Patrick Larra Goiti, Presidente da Sulamérica Aetna Seguros; Newton Gibson, Presidente da Associação Brasileira dos Transportadores de Carga – ABTC; e José da Fonseca Lopes, Presidente da Federação dos Caminhoneiros Autônomos; nº 3, de autoria do Deputado Mário Negromonte, convocando as seguintes pessoas: Romeu Luft, Presidente da Associação Nacional de Transportes Rodoviários de Cargas; Oscar Conter, Presidente da Associação Brasileira de Transportes Intermunicipal, Interestadual e Internacional de Passageiros; Osmar José Gomes, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores e Transportes Terrestres; Álvaro Henrique Vianna de Novaes, Diretor da Polícia Rodoviária Federal; Eduardo Ferreira Rebuzzi, Presidente do Sindicato das Empresas de Transportes de Cargas do Rio de Janeiro; Antônio Branco, Presidente do Sindicato dos Condutores de Veículos Rodoviários e Trabalhadores dos Transportes; Genésio Bernardino de Souza, Diretor do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem; Demostenes Madureira Pinho Filho, Presidente do Instituto de Resseguros do Brasil; Ministro José Gregori, da Justiça; Edvaldo Bronzeado, Presidente da Confederação de Transportes de Cargas de Pernambuco, sendo que o último foi convocado por sugestão do Deputado Carlos Dunga; nº 4, de autoria do Senador Moreira Mendes, requerendo que seja oficiado aos Secretários de Segurança Pública de todos os Estados para que enviem, a esta CPMI, toda documentação de que dispõem e que possa contribuir para os trabalhos da Comissão. Sendo os ditos requerimentos aprovados pelo Plenário, a Deputada Telma de Souza entrega matéria do

Correio Braziliense, solicitando a convocação das pessoas citadas. O Deputado Chico da Princeza, solicita a convocação do Deputado Estadual Algaci Túlio, do Paraná. A Deputada Telma de Souza discorre ainda sobre a problemática dos Portos Brasileiros. Não havendo nada mais a tratar, o Presidente encerra os trabalhos e, para constar, eu, Francisco Naurides Barros, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e irá a publicação, juntamente com acompanhamento taquigráfico que é parte integrante da mesma.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Havendo número regimental, declaro aberta a segunda reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 23, de 2000, com a finalidade de apurar em todo o País o elevado crescimento de roubo de cargas transportadas por empresas de transportes rodoviários, ferroviários e aquaviários.

Indago do Plenário se é necessária a leitura da ata da reunião anterior, realizada em 16 de maio ou se podemos considerá-la aprovada.

O SR. MOREIRA MENDES – Sr. Presidente, sugiro a dispensa da leitura.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Em votação. (Pausa)

Aprovada.

A ata firmada está à disposição dos participantes da Comissão.

Informo que estamos, conforme ficou estabelecido na última reunião, recebendo sugestões para os trabalhos da Comissão, elaboração do calendário para seu funcionamento e outros assuntos.

Peço que a secretaria entregue-me as cópias para que possamos comunicar os ofícios já encaminhados.

Encaminhamos ofício ao Deputado Magno Malta, solicitando a documentação concernente a depoimentos, documentos e quebra de sigilo bancário, telefônico e fiscal que versem sobre roubo de cargas. Os documentos são mantidos em sigilo na Comissão do Narcotráfico, mas tivemos oportunidade de tomar conhecimento pela imprensa que a referida Comissão verificou incidência alarmante de roubo de cargas, segundo informação de algumas pessoas ouvidas durante as investigações. Acredito que essas declarações serão um bom embasamento para esta Comissão.

Encaminhamos ofício ao Deputado Nelson Marchezan com o mesmo sentido com respeito ao furto e roubo de carga na CPI dos Medicamentos.

Recebemos do Secretário de Defesa do Ceará correspondência pedindo providências no que diz respeito ao roubo de carga e a prisão de alguns envolvidos nesse delito.

Encaminhamos ofício ao Sindicato de Empresas de Transportes de Carga do Ceará, que nos enviou correspondência em que manifesta preocupação com o número do roubo de cargas naquele Estado. Há aqui uma seqüência de documentos, como folhas de jornal e a declaração de um proprietário de transportadora, que serão analisados pela assessoria da Comissão.

Já começamos a receber algumas informações a respeito do assunto e nos colocamos à disposição daqueles que têm interesse em nos ajudar, pedindo-lhes que nos enviem documentos e que nos comuniquem fatos relacionados com a missão a ser apurada por esta Comissão de que tenham conhecimento.

O SR. CARLOS DUNGA – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Tem a palavra pela ordem.

O SR. CARLOS DUNGA – Sr. Presidente, quero informar a V. Ex^a que já entreguei à secretaria da Comissão denúncias de fatos ocorridos no Estado da Paraíba.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Agradeço a V. Ex^a. Acredito que, imediatamente, passaremos a investigar as denúncias que aqui chegarem. Agradecemos a V. Ex^a se puder nos ajudar.

Com a palavra o Senador...

O SR. MOREIRA MENDES – Sr. Presidente, Sr. Relator, dentro do raciocínio de obtermos informações para que possamos efetivamente desenvolver o trabalho, eu gostaria de sugerir à Mesa, ouvido posteriormente o Plenário, que oficiasse à Secretaria de Segurança Pública dos Estados, a fim de que encaminhassem a esta Comissão aquilo que estivesse nos seus registros relacionados com o assunto aqui em debate. É uma forma também de iniciarmos, porque tenho a impressão de que todos os Estados brasileiros têm problema com roubo de cargas. No meu Estado, Rondônia, não é diferente. Tenho notícia de que lá existe registro desse crime.

Não sei se é oportuno, mas tenho requerimento a fazer, o qual quero encaminhar à Mesa, no sentido de que sejam convocados para prestar informações a esta CPI o Sr. Romeu Pansan, Presidente do Sindicato dos Transportadores de Cargas do Estado de São Paulo, e o Sr. Augusto Dalcósio, Presidente da Fede-

ração dos Transportadores de Cargas do Estado de Santa Catarina.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – É oportuno, Senador, porque esta é uma reunião de serviço para elaborarmos o cronograma de convocação e de providências a serem tomadas.

Chamo a atenção – e é muito claro – para o fato de que o roubo, o furto de carga, não se restringe simplesmente a um Estado; ele é interestadual e hoje temos certeza de que é internacional. Com a movimentação que se dá na troca de mercadorias, principalmente no Cone Sul, vem aumentando a preocupação das polícias dos países que mais têm ligação entre si, que são Brasil, Paraguai, Bolívia, Argentina e Uruguai, com a passagem de cargas para outros países. Talvez tenhamos de convidar o Chefe da Interpol para trocarmos algumas idéias e estabelecer um sistema de informações nesta CPI. Também estou consultando a Polícia Federal, porque há alguns anos foi preparada – está aqui o Dr. Paulo Lacerda, que sabe disso – uma operação via Brasil que envolvia três Ministérios: o Ministério do Exterior, o Ministério da Justiça e outro Ministério para as ações nas rodovias brasileiras que interligavam os países onde existe a suspeita da passagem de cargas e de caminhões roubados pela fronteira, principalmente à época em que os motoristas eram mortos. Hoje eles têm evitado a morte dos motoristas. Mas há menos de três ou quatro anos era eliminado sumariamente o motorista e com isso havia uma preocupação maior, que era a investigação do homicídio, que se transformava praticamente em latrocínio. Hoje, fica por conta do seguro se manifestar ou não, queixar ou não. Então temos que começar a apertar porque, além do problema policial e do econômico, existe algo de podre nessa história toda por todo o cheiro que sentimos durante as investigações da CPI do Narcotráfico. Podíamos pegar todas as sugestões e colocá-las em votação.

O SR. CARLOS DUNGA – Sr. Presidente, apenas para complementar: não tenho lembrança se na primeira reunião da CPI o Relator chegou a levantar a questão da convocação das companhias seguradoras ou de alguma entidade de classe que pudesse representá-las.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Há uma lista que vai ser apresentada agora. Naquele dia houve apenas a abertura e a eleição dos membros da CPI.

O SR. CARLOS DUNGA – Porque também é fundamental que as companhias seguradoras sejam ouvidas nesse processo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não há dúvida. Hoje é um problema sério a atividade das seguradoras, até porque elas têm-se recusado a fazer o seguro de alguns tipos de carga. Sem entrarmos no mérito e começarmos a acusar, gostaria de dizer que é possível envolvimento em algumas atividades aparentemente legais que, sem dúvida, desviam cargas e depois, facilmente, apresentam queixa.

É importante essa solicitação de informações dos senhores secretários de segurança no sentido de que haja a queixa do furto e a elaboração do boletim de ocorrência. Não queremos só os números. Acredito que isso que V. Ex^a tem são só os números. O tipo de ocorrência, como ela se deu e em que local, para que o senhor possa analisá-la e realmente colher subsídios até da veracidade ou não do histórico que apresentar em cada um dos boletins de ocorrência. Creio que é isso que V. Ex^a quer.

O SR. CARLOS DUNGA – Perfeitamente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Os senhores têm alguma sugestão, por favor.

O SR. CHICO DA PRINCESA – Sr. Presidente, poderíamos ouvir as sugestões do Relator?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Perfeitamente.

O SR. CHICO DA PRINCESA – Até para que pudéssemos complementar alguma coisa.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Deixe, por último, para concluirmos e colocar em votação as propostas.

Então, o Sr. Relator com a palavra.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srs. Deputados, inicialmente, vou ler alguns dados que nos foram fornecidos pela ABTC, Associação Brasileira de Transporte de Carga, que confirma a necessidade e como acertamos em instalar nossa CPI. O número de ocorrência em São Paulo já é 17,4% maior no primeiro trimestre de 2000. A média mensal de ocorrência de roubo de carga no Estado de São Paulo aumentou 17,4% no primeiro trimestre deste ano em comparação com igual período do ano passado. A informação é do Sindicato das Empresas de Transporte de Carga do Estado de São Paulo que registrou ocorrência, em média, de 160,8 roubos por mês no primeiro trimestre do ano passado contra a média de 189,7 roubos registrados nos primeiros três meses deste ano. Nesse período, foram registradas 569 ocorrências, e os prejuízos já chegaram a 47,9 milhões. Desse total, 29,1%, 14,2 milhões, correspondem a roubo de eletroeletrônicos, 14,75%,

a produtos alimentícios, 8,73%, a cigarros, 5,73%, a produtos têxteis e confecções, 5,22, medicamentos.

Do total de ocorrências, 242 aconteceram na Capital, 192, nas rodovias, 95, na região metropolitana de São Paulo, 34, no interior, e 6, no litoral. Na Cidade de São Paulo, as regiões mais visadas estão nas zonas leste, com 64 ocorrências, norte, com 38, centro, com 20, marginais Tietê, com 18 e Pinheiros, com 12.

As rodovias com maior incidência de roubos no primeiro trimestre foram Anhanguera, com 32 ocorrências, Dutra, com 26, Castello Branco, 16, Régis Bittencourt, 12, Fernão Dias, 10, D. Pedro I, 9.

Segundo dados da ABTC, foram registrados em 99 4.967 ocorrências de roubo de carga em todo o País, com prejuízo avaliado em 374 milhões. Segundo o Presidente da ABTC, Dr. Nilton Gibson, esse resultado representa o triplo do prejuízo registrado em 94, quando o roubo de carga perda de 102 milhões. No mesmo período, as ocorrências praticamente duplicaram em todo o Brasil, passando de 2.566 para 4.937, ou seja, um crescimento de 93,6%.

Por essa razão, a ABTC e todos o transportadores apóiam e têm esperança dos resultados positivos da CPI Mista de Roubo de Carga, disse o Presidente da ABTC.

Vou passar, Presidente, agora, uma lista das entidades e dirigentes que, no meu entender, devemos inicialmente convocar, convidar para prestar esclarecimentos e trazer informações à nossa CPI.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Eu pediria aos Srs. membros que prestassem atenção porque, se houver alguma restrição, poderem se manifestar, para decidirmos depois na hora da votação.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Dr. Flávio Benatti, Presidente da Fetcesp – Federação das Empresas de Transporte de Carga do Estado de São Paulo. A exemplo do que sugeriu também, não, o Senador Moreira Mendes sugeriu outros dois que vão coincidir aqui; Dr. Romeu Natal Panzan, Presidente da Setcesp – Sindicato das Empresas de Transporte de Carga do Estado de São Paulo; Dr. Augusto Dalcoquio Neto; Dr. Osmar Ricardo Labes, Presidente da Setcesc – Sindicato das Empresas de Transporte de Carga do Estado de Santa Catarina; Saulo Ivo Lamb, Presidente da Sindifoz – Sindicato das Empresas de Transporte Rodoviário de Carga de Foz do Iguaçu; Coronel Paulo Roberto de Souza, Presidente da Comissão Permanente de Segurança a NTC; tem também uma relação grande com as companhias de seguro na apuração dos roubos; Patrick Larra Góiti, Pre-

sidente da Sulamérica Aetna Seguros; Clésio Andrade, Presidente da Confederação Nacional do Transporte; José da Fonseca Lopes, Presidente da Fetra-bens – Federação dos Caminhoneiros Autônomos; Dr. Newton Gibson, Presidente da ABTC, o qual já nos mandou esses dados importantes para CPI.

Esses são os nomes que, inicialmente, sugiro que sejam convocados para nos prestar esclarecimentos e orientar os nossos trabalhos.

Eu gostaria ainda de sugerir, se aprovado pelo Plenário e por V. Ex^a, as reuniões da CPI sejam sempre feitas às terças-feiras, nesse mesmo horário, às 15h. E, se por ventura, houver necessidade de fazermos diligência a outros Estados, a outras cidades do País, que possamos marcar para as quintas-feiras, para não atrapalhar os nossos trabalhos aqui no Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Tem as duas propostas, que é do conhecimento de V. Ex^a, que coloco em discussão.

São os nomes apresentados pelo Senador Moreira Mendes e pelo Deputado Oscar de Andrade.

Pergunto se algum dos outros membros que chegaram neste instante têm mais alguma sugestão sobre as pessoas a serem convidadas para depor.

O SR. CHICO DA PRINCESA – Sr. Presidente, pela ordem.

Eu gostaria de dizer que já se encontram aqui os parlamentares estaduais do Paraná: Deputado César Seleme, Presidente da CPI do Roubo de Cargas na Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, Pastor Edson Praczyk que é o relator e o Deputado Algaci Túlio que é membro da CPI; e Presidente da CPI do Narcotráfico o qual vem trazer um relatório, feito lá no Estado do Paraná, a quem faço essa apresentação, dizendo que vieram para colaborar com essa CPI.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Como estamos numa reunião de trabalho, acho que o Regimento é um pouco flexível.

Preliminarmente queria agradecer a presença de V. Ex^a e perguntaria se, houvesse concordância, pelo menos um preâmbulo, uma pequena exposição sobre o trabalho que estamos encaminhando, para que todos tomassem conhecimento a viva voz, dos senhores que se dispuseram a comparecer aqui comparecer para colaborar com esta CPI.

Acho que não há nenhuma discordância. (Pausa.)

O SR. GERVÁSIO SILVA – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, Deputado César Selene Presi-

dente da CPI de Roubo de Carros do Estado do Paraná, acompanhado do Pastor, relator, vice-presidente Deputado Edson Praczyk, Deputado Algaci Túlio, membro desta CPI e Presidente da CPI do Narcotráfico, a Comissão Parlamentar de Inquérito do Roubo de Cargas no Estado do Paraná foi instalada no dia 14 do corrente ano. Já realizou seis reuniões plenárias, ouvindo Dr. Paulo, Promotor da Promotoria de Investigações Criminais, PIC, daquele Estado; Dr. Vaimor Vaes, Presidente da Federação das Empresas de Transporte de Cargas do Estado do Paraná; Coronel Sérgio Malucele, Diretor Executivo da Federação das Empresas de Transporte do Estado do Paraná; Major Valdir Copete Neves, chefe de operações do comando do interior do Paraná e ex-comandante do Grupo Águia; Dr. Jairo Estorilho; Dr. Arthur Santos, vice-presidente da Pancare, corretora de seguros do Estado de São Paulo e o Coronel Paulo Roberto Soares, Diretor de Segurança da Federação das Empresas de Transporte do Paraná. Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, apresentamos nos trabalhos que fizemos na CPI três relatórios parciais e já apresentamos sugestões, junto à Assembléia Legislativa no plenário a apresentação de três anteprojatos de lei: criação de uma delegacia especializada para roubos e desvios e furtos do Estado do Paraná, um centro de informações ligada à Secretaria de Segurança do Estado do Paraná e um posto de apoio ao caminhoneiro e requeremos diligências ao delegado-geral do Estado do Paraná, que officie a todas as delegacias do interior do Estado do Paraná quando houver qualquer comunicação de queixa sobre furtos ou desvios de mercadorias.

Em síntese, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, esse é o trabalho que já apuramos no Estado do Paraná. Temos um relatório, os três relatórios parciais, que passarei a V. Ex^{as}.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Como o Deputado Mário Negromonte também tem algumas sugestões, passo a ele a palavra.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, em primeiro lugar, quero parabenizar a assembléia do Estado do Paraná pelo excelente trabalho da CPI e dizer que também encaminhamos a esta Presidência um ofício sugerindo a oportunidade de convocação de personalidades em audiência pública e que passo a relatar alguns nomes que talvez já tenham sido sugeridos pelos companheiros: Dr. Romeu Luft, Presidente da ANTC – Associação Nacional de Transporte Rodoviário de Cargas; Dr. Oscar Konter – Presidente da Abrat – Associação

Brasileira de Transporte Intermunicipal e Interestadual e Internacional de Passageiros; Dr. Osmar José Gomes, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transporte Terrestres; Dr. Álvaro Henrique Viana de Novaes, Diretor da Polícia Rodoviária Federal; Dr. Eduardo Ferreira Rebuzi, Presidente do Sindicarga – Sindicato das Empresas de Transporte de Carga do Rio de Janeiro; Dr. Antônio Branco, Presidente do Sindicato dos Condutores de Veículos Rodoviários e Trabalhadores do Transporte de Carga; Dr. Genésio Bernardino de Souza, Diretor do DNER – Departamento Nacional de Estradas de Rodagem; Dr. Clésio Andrade, Presidente da CNT – Confederação Nacional de Transporte; Dr. Demóstenes Madureira de Pinho Filho, Diretor do IRB – Instituto de Resseguros do Brasil e, por último o Senador José Gregório, Ministro de Estado da Justiça.

São esses nomes que passo a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Pergunto aos Srs. Deputados e Senadores se conseguiram registrar todos os nomes sugeridos.

Passo a palavra ao Deputado Chico da Princesa, segundo inscrito.

O SR. CHICO DA PRINCESA – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, gostaria de aproveitar a oportunidade para parabenizar na mesma linha do Deputado Mário Negromonte o belo trabalho feito por esses parlamentares no Estado do Paraná que fizeram um excelente trabalho, mostrando aí a preocupação do Legislativo estadual com esses crimes.

Gostaria de parabenizá-los, agradecendo-os por trazer essa colaboração a esta CPI da Câmara e do Senado, dizendo que nos encontramos à disposição da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Gostaria de pedir a permissão para saudar a Deputada Telma. É uma grande alegria vê-la aqui e me faz lembrar o roubo e furto de carga dos piratas do Porto de Santos. A carga, às vezes, é retirada e não se conhece o destino. É uma área – chamaria a atenção dos Srs. Deputados e Senadores – que tem que ser investigada. A movimentação de carga dos contêineres e toda aquela estrutura dos portos brasileiros oferecem uma grande vantagem para as quadrilhas organizadas, não só no roubo ou no furto da mercadoria, como a sua substituição, porque, às vezes, a pessoa só vai perceber no destino.

Acho que é um ponto importante e talvez a nossa Deputada Telma poderá nos trazer algumas sugestões para investigarmos a respeito.

Concedo a palavra a Deputada Telma.

A SRA. TELMA DE SOUZA – Muito obrigada pela citação, Senador Romeu Tuma, Presidente e também do meu Estado.

Queria dar uma sugestão, em bloco, de início, até pelo encaminhamento dos trabalhos para que pudéssemos também chamar os presidentes das docas, das diversas companhias docas de todo o Brasil que, com certeza, teriam alguns balancetes e alguns dados que em muito nos serviriam para podermos elucidar tais fatos.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Às vezes, é por outras questões.

A SRA. TELMA DE SOUZA – Pode até ser. Começamos devagar, como diria o bom italiano, **piano piano**. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não havendo mais quem queira usar da palavra, pergunto se querem que eu repita os nomes sugeridos aqui.

A sra. só fica devendo o requerimento. Vale como proposta o convite.

Primeiro, colocaria em votação o requerimento do Senador Moreira Mendes que, de acordo com o art. 90, do Regimento, convida os Srs. Romeu Passan, Presidente do Sindicato dos Transportes de Carga do Estado de São Paulo e Augusto Dal Sóquio, Presidente da Federação dos Transportadores de Cargas do Estado de Santa Catarina.

Os Srs. Senadores que estiverem de acordo queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Em seguida, o do Deputado Relator, Oscar Andrade, que lista as seguintes pessoas: Presidente da CNT, Clésio Andrade, Presidente da Federação das Empresas de Transporte e Cargas de São Paulo, Flávio Benati, Presidente do Sindicato das Empresas de Transportes de Cargas de Santa Catarina, Osmar Ricardo Lopes, Presidente do Sindicato das Empresas de Transportes Rodoviários de Cargas de Foz do Iguaçu, Saulo Ivo Lamb e o Presidente da Comissão Permanente de Segurança da NTC, Coronel Paulo Roberto de Sousa. Ainda José da Fonseca Lopes, Presidente da Fetrabens e Nilton Gibson, Presidente da ABTC.

Pergunto se aprovam o requerimento do Deputado Oscar Andrade.

Em votação. (Pausa.)

Os Srs. Senadores que estiverem de acordo queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Pergunto se aprovam o requerimento do Deputado Mário Negromonte: Romeu Luft, Presidente da NTC, Dr. Oscar Conti, Presidente da Abrat, Dr. Osmar José Gomes, Presidente da CNTT, Dr. Álvaro Henrique Viana de Novaes, Diretor da Polícia Rodoviária Federal.

Há uma dúvida. O Diretor da Polícia Rodoviária, há um mês, foi substituído por um General – não sei se ele é doutor também. Então, eu colocaria o Diretor-Geral da Polícia Federal.

Dr. Eduardo Ferreira Rebuzzi, Presidente do Sindicarga; Dr. Antonio Branco, Presidente do Sindicato dos Condutores de Veículos Rodoviários e Trabalhadores dos Transportes de Cargas – é importante a convocação de um sindicato representante dos trabalhadores, que realmente são vítimas também das ocorrências mais graves... E há o José da Fonseca. Dr. Genésio Bernardino de Souza, Diretor do DNER. O Dr. Clésio já está ali, não é? Então, posso riscar aqui, para não confundirmos. Dr. Demóstenes Madureira Pinho Filho, Presidente do IRB, Instituto de Resseguros do Brasil; Ministro de Estado da Justiça, José Gregori.

Vou colocar em votação o requerimento, com os nomes apresentados, do ilustre Deputado...

O SR. CARLOS DUNGA – Sr. Presidente, peça a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. CARLOS DUNGA – Sr. Presidente, gostaria de solicitar a V. Ex^a que incluísse na relação o Presidente da Federação dos Transportes de Cargas do Nordeste, com sede na cidade do Recife, para que tivéssemos uma visão mais ampla do assunto.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – V. Ex^a quer incluí-lo no próprio requerimento do Deputado, se S. Ex^a concordar?

O SR. CARLOS DUNGA – Eu queria me acostumar no requerimento de S. Ex^a e solicitar que fosse incluído o nome da Federação dos Transportes de Cargas do Nordeste, para dar uma amplitude maior aos Estados nordestinos.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – V. Ex^a tem o nome do Presidente dessa Federação? Ou depois nós o colocamos?

O SR. CARLOS DUNGA – Edvaldo Bronzeado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ele é Presidente...

O SR. CARLOS DUNGA – Da Federação dos Transportes de Cargas do Nordeste.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – V. Ex^a sabe onde é a sede?

O SR. CARLOS DUNGA – A sede está localizada em Recife; depois fornecerei o endereço à Secretaria.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Em votação a proposta do Deputado Mário Negromonte.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores e Deputados que aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

Há um outro requerimento do Relator, propondo que as reuniões ordinárias da Comissão se realizem às terças-feiras, neste horário. Havendo algum caso excepcional, nós a convocaremos e trocaremos idéias, para que isso não atrapalhe o trabalho de todos os membros. E as diligências que os obriguem a sair do Estado poderiam ser feitas nas quintas-feiras. Assim V. Ex^{as} poderão responder às Comissões e ao Plenário, quando necessária a presença em Brasília.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores e Deputados que aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A SRA. TELMA DE SOUZA – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Concedo a palavra a V. Ex^a.

A SRA. TELMA DE SOUZA – Sr. Presidente, peço desculpas pela intervenção. Eu não sabia que V. Ex^a iria mudar de eixo, de discussão.

Gostaria de passar às mãos de V. Ex^a uma matéria, publicada no **Correio Braziliense**, edição de ontem, que diz respeito a roubos ocorridos no Rio Grande do Sul, com três modalidades. Sei que, nas próximas reuniões, teremos de elencar as diversas modalidades, mas essa matéria é deveras “interessante”, na medida em que há resgate agora por mercadorias seqüestradas, além do próprio caminhão e outros envolvimento.

Eu gostaria que V. Ex^a tivesse essa matéria em mão, até para poder corroborar com as informações e, possivelmente, chamar os nomes citados para fazer os depoimentos na nossa Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Perfeitamente.

Passaremos a matéria às mãos do Relator, para que S. Ex^a a analise e tome providências. Parece-me

que aqui há uma modalidade nova: o roubo e a devolução do caminhão, mediante o pagamento de uma taxa de seguro, cobrada pela própria quadrilha.

Penso que seria interessante que isso também fosse motivo das nossas investigações.

Pediremos, deputada, imediatas informações à Secretaria de Segurança do Estado para sabermos como realmente ocorreu esse fato e quais as providências que foram tomadas.

O SR. CHICO DA PRINCESA – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Pois não, V. Ex^a tem a palavra, pela ordem.

O SR. CHICO DA PRINCESA – Gostaria que, na hora oportuna, pudéssemos ouvir o Deputado Algaci Túlio, Presidente da CPI do Narcotráfico no Paraná, que veio a Brasília e está aqui na Comissão. Seria interessante se pudéssemos ouvir a experiência que ele teve, inclusive trabalhando no Porto de Paranaguá.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor quer vir para a frente?

O SR. ALGACI TÚLIO – Sr. Presidente, Senador Romeu Tuma, Mesa Diretiva dos trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito para Apurar Roubos de Cargas, nós, atualmente, somos Presidente da CPI do Narcotráfico do Crime Organizado no Paraná, uma CPI criada há 38 dias e que já fez diversas sessões plenárias abertas, reservadas.

Quero ater-me, no momento, porque acho que diz respeito a esta CPI, à questão dos portos. V. Ex^a se referiu à Deputada Telma sobre o Porto de Paranaguá. O Porto de Santos não é diferente do Porto de Paranaguá. Talvez até alguma coisa seja diferente, por aquilo que levantamos na semana passada, quando lá estivemos fazendo uma blitz.

Entendemos que há um fator que determina o contrabando, a facilidade do contrabando: a pressa no desembaraço das mercadorias.

Explico: no caso do Porto de Paranaguá, temos uma situação diferente, pois há um pedaço do Paraguai dentro da cidade de Paranaguá. Trata-se de um entreposto do Paraguai dentro da cidade de Paranaguá, distante uns três quilômetros do Porto de Paranaguá. Toda a mercadoria que vem, via Porto de Paranaguá, simplesmente desce no Porto de Paranaguá e imediatamente é levada para esse entreposto paraguaio. São mercadorias de exportadores paraguaios. Essa mercadoria praticamente não sofre nenhuma fiscalização, a não ser por uma amostragem. Por exemplo, se no entreposto o movimento é de 180 a

220 **containers** por mês, em 10% disso, pelo menos – é o que diz a Receita Federal –, é feita uma verificação.

No entanto, identificamos que não chega a ser feita essa identificação em 10%, porque a Receita Federal – pasmem, Senhores! – tem apenas dois funcionários trabalhando nesse entreposto paraguaio na cidade de Paranaguá.

O que faz a Receita Federal? Verifica se o **container** desceu, desembarcou no porto, se não houve nenhuma violação, se o lacre que veio do exportador não teve nenhuma violação. Não tendo nada disso, o que ela faz? Ela oficializa uma mercadoria que não conhece; ela sabe apenas o que diz o documento, mas esse não discrimina mercadoria por mercadoria.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor está falando do convênio entre o Brasil e o Paraguai?

O SR. ALGACI TÚLIO – Há um convênio entre o Brasil e o Paraguai.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Que é o de trânsito.

O SR. ALGACI TÚLIO – Exato.

Bom, o que ocorre então? A Receita Federal, acreditando que o que está naquele **container** está ali dentro de verdade, já que não há nenhuma violação nesse **container**, ela apenas coloca um lacre dela também, dizendo que está tudo em ordem, que pode seguir viagem. A mercadoria percorre então 900km no Paraná – ou não, nesse caminho pode até ser desviada para algum outro lugar –, e, quando chega em Foz do Iguaçu, também passa pelo mesmo sistema de amostragem: se chegaram cinquenta em um dia, talvez um seja fiscalizado. E aí passa para a alfândega paraguaia, onde dizem que lá são abertos todos os **containers**. Aí já é uma coisa do Paraguai, não temos nada com isso.

Mas é incrível essa falta de condições de trabalho. Há apenas dois funcionários para atender a um entreposto encravado na cidade de Paranaguá. Além do que a Polícia Federal, Senador Romeu Tuma, V. Ex^a que é uma pessoa muito ligada à área da segurança pública, também somos ligados a essa área no Paraná, embora não pertençamos à quadra de polícia, pois sou jornalista. A Polícia Federal, por exemplo, tem a responsabilidade de fiscalizar a pirataria que ocorre enquanto o navio está lá ancorado, aguardando tempo para chegar ao cais. Ela teria que fazer esse trabalho de fiscalização porque outros barcos chegam próximo, a tripulação desce num barco, vai para a terra, ninguém sabe o que está saindo junto com aquela tripulação, o que ela está descarregando

– armas, cocaína, equipamentos eletrônicos. Enfim, isso chega em terra sem nenhuma fiscalização. Por quê? Porque a Polícia Federal – pasmem os senhores – não tem nem sequer uma lancha. De que forma vamos combater o contrabando? Além do que eu já disse, há também a pressa no desembarço da mercadoria pelo comprador. Ele não quer saber se a Receita vai fiscalizar, se vai abrir o **container**. Ele nem tem condições para isso. Ele quer liberar rapidamente a mercadoria. Assim, a pressa é a grande amiga do contrabando. Assim, há uma série de irregularidades que imagino ocorram no Porto de Santos.

Vou citar outro dado que obtivemos através de informações. Em Santa Catarina existe o Porto de São Francisco e o Porto de Ibituva, onde não existe sequer um agente da Polícia Federal e nenhum funcionário da Receita Federal. Portanto, desce-se a mercadoria sem obstáculos. Santos e Paranaguá foram citados pela CPI do Narcotráfico no sentido de que são portas onde há facilidade de entrada de contrabando. É claro que os contrabandistas, os interessados em desviar as atenções estão usando os dois postos, o de São Francisco e o de Ibituva.

Encareço a esta Comissão que urgentemente reveja essa questão, embora o Presidente ontem tenha anunciado que há uma nova situação na questão da área da segurança nacional. Mas se não aumentarem o efetivo da Polícia Federal, se não lhe derem condições de trabalho, se não deram o mesmo à Receita Federal, nós infelizmente vamos brincar de combater o contrabando neste País.

Faço essa rápida exposição, Srs. Senadores e Srs. Deputados, em razão da experiência que temos no Estado do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Deputado, não quero criticar o governo, nem posso fazê-lo porque desmereceria a vontade do governo. Novamente passo a acreditar que poderá haver esse plano. Desde o início do governo ouço falar no tal Plano Nacional de Segurança Pública. Não consigo ver... Eu não entendo de polícia mais do que um ou outro, mas alguma coisa eu tenho que saber. Não dá para não saber. V. Ex^a também. Mas nunca perguntaram nada para nenhum Parlamentar, que eu saiba, sobre assunto de segurança. De vez em quando, sei que há uma ou outra reunião e dela só participam aqueles que têm objetivo na área econômica. Assim, ninguém faz nada se não derem o aval de que vai haver dinheiro para fazer. Acredito que poderá haver um Plano Nacional de Segurança, e a única coisa que faço é rezar para que isso realmente aconteça.

A Polícia Federal está aí e ela tem a responsabilidade constitucional, há décadas, da missão que tem que cumprir. Não adianta querermos inventar nada, criar novas leis, novas estruturas, botar o Exército, botar a Marinha. O problema é dar meios para quem tem a obrigação de fazê-lo, dar motivação. Quem é policial, quem tem uma atividade dessas por vocação, se desdobra, mas não faz milagres. Assim, se não há lanchas, se não há equipamentos... É simples saber que a polícia precisa disso e tentar comprar. Os financiamentos estão aí. Se o País não tem condições econômicas, qualquer País do Primeiro Mundo tem condições de ajudar no combate ao crime organizado. Eles falam, então provem que isso é real. Eu conheço bem Paranaguá. Fui mais de uma vez lá. O Brasil tem um acordo internacional como Paraguai há muito tempo.

O SR. ALGACI TÚLIO – Desde 1957.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Assim, há uma responsabilidade, em tese, do Paraguai de acompanhar isso. Nós sabemos, pelas investigações da Polícia Federal, que muitos **containers** são desviados. Aquela história de a mercadoria ir e voltar não existe, pois ela não é fiscalizada no seu itinerário. Ela sai, documentada, do porto e pode entrar em qualquer fazenda e ser redistribuída próximo a qualquer lugar que a quadrilha já preestabelecer. E a CPI do Narcotráfico já identificou alguns locais com essa finalidade. Temos que ter a ação imediata. O último acompanhamento que fiz, já como Parlamentar, foi o de uma entidade de fabricantes de veículos de duas rodas fez uma queixa assustadora de que bicicletas coreanas estavam chegando e sendo vendidas praticamente pela metade do custo para as fábricas nacionais, e que isso sairia de Paranaguá. A Receita fez os exames e disse que tudo era legalizado documentalmente, e a Polícia, o delegado que está lá há muito tempo, o Shueire, montou uma operação, infiltrou, e pegaram praticamente três vezes o que estava nas notas, fora as peças que acompanhavam. Não sei se isso não dá um prejuízo maior do que o roubo e o furto de carga.

O SR. ALGACI TÚLIO – Só para lhe auxiliar, quero dizer que essa empresa já não está mais nem no Paraná. Pelo jeito, era só de fachada, era o caminho.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Então, o que o Brasil perde de divisas ou falta de pagamento de impostos é muito grande, por essa falta de estrutura de acompanhamento e também de um serviço de inteligência, de informações, que possa realmente

acompanhar o fluxo. Como Paranaguá passou a ter uma operacionalidade mais vigiada, eles estão usando, segundo informes que recebi, um porto no Rio Grande do Sul, que também está tendo muita movimentação. O terminal de **containers** de São Paulo é assombroso, do Porto de Santos. O volume e cargas que lá chega é enorme. Lá, tem a Guarda Portuária, que faz a vigilância, mas ela tem limitações, porque ela não tem poder de polícia, não pode exercer essa atividade como se fosse a polícia. A Polícia Federal fez operações de combate à pirataria nos portos, e sempre que ela está presente reduz a zero, mas ela não pode permanecer, porque o senhor é obrigado a trazer um efetivo de várias áreas, o que enfraquece outras atividades da Polícia. Então, tem que ter presença permanente, senão, realmente fica difícil.

A SRA. TELMA DE SOUZA – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. ROMEU TUMA – Pois não. Eu não podia nem estar falando, porque Presidente fica só controlando, mas é que a coisa...

A SRA. TELMA DE SOUZA – A **Gazeta Mercantil**, por vezes, tem colocado anúncios de uma nova modalidade de transporte de cargas, bastante, digamos, eficaz. Ele se chama: Porto à porta. Não sei se os senhores conhecem. Então, o **container** é embarcado, por hipótese, em Rotterdam, e é entregue na casa do cliente. Digamos que o senhor tenha comprado uma determinada mercadoria. Pelas leis internacionais, o **container** é indevassável, não é? Então, ele sai de Rotterdam – o cliente comprou, digamos, casacos de pele sintética, para não desagradar aos ecologistas, e pretende vendê-los neste inverno no Paraná e no sul. E a sua mercadoria passa no porto, mas ela passa direto, inclusive trazendo um outro desdobramento para os próprios transportadores de cargas, porque a cadeia produtiva se quebra, inclusive em termos de emprego, e esse **container** chega à porta do cliente. Isso já tem se desenvolvido desde o início deste ano, é feito basicamente por grandes armadores, que têm esse potencial econômico. Acho que seria extremamente interessante conhecermos essa nova modalidade, que passa ao largo da polícia, passa ao largo da fiscalização alfandegária, enfim, acético, limpo, eficaz, com todas as conseqüências que isso pode trazer. Não sei se conheciam essa nova modalidade.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – A pele chega sem mancha?

A SRA. TELMA DE SOUZA – É o senhor quem está dizendo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Eu queria, depois, que a Senhora passasse ao relator os dados e nos coletaríamos o anúncio na **Gazeta Mercantil**, para que possamos realmente marcar uma visita. De surpresa vai ser difícil, porque já anunciamos aqui, mas acho que vale a pena.

A SRA. TELMA DE SOUZA – Sempre existe o imponderável Senador, sempre existe. Obrigada.

O SR. MOREIRA MENDES – Sr. Presidente, gostaria de fazer mais uma intervenção. V. Exª se referiu a fazer ou não fazer crítica ao governo em relação a essa questão de segurança. No mínimo, uma reflexão devemos fazer. Está claro que falta ao País todo, não só à União, sobretudo aos Estados, investimento maciço na área de segurança pública. É preciso que os governos deixem de tratar a questão de segurança pública como secundária, porque ela é fundamental. Tenho dito que educação, saúde e segurança pública não é despesa, é investimento, e o governo precisa entender isso. Precisa valorizar o homem, precisa promover investimentos com equipamentos, modernidade, tecnologia, o número de policiais tem que ser no mínimo o dobro do que temos hoje em todos os níveis. No meu Estado, por exemplo, seguramente, o número de policiais deveria ser o dobro. Não sei como, porque o Estado não teria condições de arcar com uma folha dessa magnitude. Mas é preciso que todos façamos uma reflexão de que temos que encontrar uma saída para essa questão. Afinal a população paga seus impostos paga seus impostos para, no mínimo, ter esses três itens a que me refiro: educação, saúde e segurança. Estou antevendo que vamos tirar muito proveito aqui nesta CPI, que não vai ficar restrita apenas a essa questão de se apurar o roubo da carga, mas muitas outras coisas sairão daqui como sugestão que poderemos levar ao governo. E servirão principalmente aqui para o Legislativo, para que faça leis mais modernas e ousadas, que sejam capazes de realmente, de alguma forma, contribuir para a segurança pública no Estado.

Só para fazer esse registro e dizer que devemos avançar com muita clareza nesta questão.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Obrigado, Senador. Está muito claro que as últimas CPI que têm tido repercussão nacional referem-se a falhas nas organizações de segurança: narcotráfico, roubo de remédios. Então, vamos ter que ajudar a estimular o sistema de segurança para que, com o nosso apoio, eles realmente possam cumprir suas missões e não ter mais CPI a respeito desse tipo de assunto.

Com a palavra o Sr. Relator.

O SR. RELATOR (Oscar Andrade) – Sr. Presidente, vinte nomes foram aprovados para ser ouvidos aqui na CPI. Precisamos definir quantos nomes para terça-feira, e eu sugeriria dois, se o Plenário e V. Exª entenderem. Peço que seja definido quem escolhe, se V. Exª ou se sai a sugestão daqui. Proponho o requerimento do Senador Moreira Mendes, que coincide com o meu.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ouviremos representantes dos transportadores, das seguradoras, dos trabalhadores e, ao final, representantes do Governo, quando já tivermos um embasamento para questioná-los a respeito das providências tomadas ou não, para evitar que aconteça.

O SR. CARLOS DUNGA – Eu queria solicitar a V. Exª o seguinte: se algum Secretário de Segurança, de algum Estado, quiser, espontaneamente, vir à nossa Comissão, V. Exª determinaria um dia ou ficaria a critério de ele se apresentar a V. Exª?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Acredito que ele poderia vir para trazer ajuda; se for possível, através do deputado do seu Estado, porque assim facilitaria o nosso trabalho.

O SR. CARLOS DUNGA – É isso que eu iria fazer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – ... e o deputado apresentaria... Penso que seria mais elegante se fosse através do deputado do Estado.

O SR. CARLOS DUNGA – Sr. Presidente, e para dar um exemplo, não está havendo mais seca no Nordeste, mas nesta semana tomaram a carga de um trem. imaginem que querem usar a seca do Nordeste para assaltarem os trens. Mas não há mais essa necessidade de famintos estarem atacando trens. Então, isso é algo que deve ser procurado por nós, para que levemos à opinião pública a transparência.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E convocaremos o Ronald Biggs para vir aqui explicar o que está acontecendo, se ajuda a esclarecer a história. (Risos)

O SR. CARLOS DUNGA – Agradeço a V. Exª, Sr. Presidente.

O SR. CÉSAR SELEME – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Pois não.

O SR. CÉSAR SELEME – Sr. Presidente, como Presidente da CPI do Paraná, queremos agradecer a deferência de V. Exª de ter recebido essa documentação. Em nome da delegação do Pastor Edson Praczyk, Deputado Algaci Túlio, nos colocamos à dis-

posição, no Estado do Paraná, para fornecer subsídios a V. Exª e demais membros da CPI.

A nossa CPI continua lá, estamos com 40 dias de trabalho. E vamos ouvir diversas pessoas ainda. Mas, as pessoas que já compareceram foram como convidadas, porém esse relatório, que apresentamos a V. Exª, traz subsídios muito importantes para o encaminhamento das investigações.

Portanto, agradeço ao nosso Deputado do Paraná, Chico da Princesa, que fez esse encaminhamento, recebeu-nos e fez o contato para que pudéssemos comparecer a esta CPI, trazendo elementos para V. Exª e demais membros da CPI.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Nós que agradecemos. Vou pedir ao Deputado Chico da Princesa que, por gentileza, esquematize uma visita da Comissão ao Paraná e a Paranaguá, para que possamos alcançar o que traz a Comissão e a relatoria, a fim de sentirmos de perto e verificarmos como ajudar a inibir essa ação criminosa naquela área.

Não havendo mais quem queira usar da palavra, agradeço a presença dos senhores. Assim que concluir a elaboração do cronograma, enviaremos um ofício para cada um dos senhores.

Fica marcada para a próxima terça-feira reunião, às 15 horas.

Caso haja alguma emergência, avisaremos ou os senhores poderão tomar a iniciativa de provocar.

Obrigado.

(Levanta-se a reunião às 16h24min.)

COMISSÃO PARLAMENTAR
MISTA DE INQUÉRITO CRIADA ATRAVÉS
DO REQUERIMENTO Nº 23, DE 2000-CN
COM A FINALIDADE DE APURAR, EM TODO
O PAÍS, O ELEVADO CRESCIMENTO DE
ROUBO DE CARGAS TRANSPORTADAS
PELAS EMPRESAS DE TRANSPORTES
RODOVIÁRIO, FERROVIÁRIO E AQUAVIÁRIO

Ata da 3ª Reunião realizada em 30-5-2000.

Aos trinta dias do mês de maio do ano dois mil, às quinze horas e vinte e cinco minutos, na sala 2 da ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senhor Senador Romeu Tuma, e ainda, com as presenças dos Senhores Parlamentares Renan Calheiros, Moreira Mendes, Geraldo Althoff, Luzia Toledo, Sebastião Rocha, Carlos Dunga, Eunício Oliveira, Oscar Andrade, Chico da Princesa, Mário Negromonte, Jaime Martins, Telma de Souza, José Jane-

ne, Pompeu de Mattos, Gervásio Silva, Robson Tuma, Márcio Fortes e Sílvia Torres. Reúne-se a "Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada através do requerimento nº 23, de 2000-CN, com a finalidade de apurar, em todo o país, o elevado crescimento de roubo de cargas transportadas pelas empresas de transportes rodoviário, ferroviário e aquaviário". Aberto os trabalhos o senhor Presidente informou que a presente reunião era para ouvir os depoimentos dos senhores Romeu Natal Panzan, Presidente do Sindicato das Empresas de Transporte de Cargas de São Paulo; Dr. Roberto Mira, Diretor da Coordenação Nacional para o Combate ao Roubo de Cargas; Coronel Paulo Roberto de Souza, Assessor de Segurança do Sindicato de São Paulo e do Dr. Artemir Werner, Diretor Superintendente da Transportadora Dalçóquio. Registrada ainda a presença do Deputado Jair Meneguelli. A seguir foi dada a palavra ao Senhor Romeu Panzan para sua explanação, que o fez inclusive através de transparências. Em sequência foram ouvidos os senhores Roberto Mira e Paulo Roberto de Souza, sendo que os três foram questionados pelo Relator e pelos seguintes Parlamentares: Mário-Negromonte, Moreira Mendes, Gervásio Silva, Telma de Souza, Chico da Princesa, Pompeu de Matos e Sílvia Torres. O Relator Deputado Oscar Andrade solicitou ao Plenário que ao final da reunião, a mesma se tornasse sigilosa para garantia da segurança dos depoentes, o que foi aceito. Foram votados e aprovados cinco requerimentos a saber: **Req. nº 5**, de autoria do Deputado Carlos Dunga, requerendo convocação do Senhor Clóvis Nogueira Bezerra, Presidente do Sindicato do Ceará; **Req. nº 6**, de autoria do Senador Romeu Tuma, requerendo as quebras de sigilo bancário, fiscal e telefônico, das pessoas físicas e jurídicas a seguir relacionadas: **ALM Eventos Produtos e Comercial Ltda**, André Luís Laurindo, Anselmo Lopes Miyabara, Antônio Carlos Viotti, Antônio Roberto Rodrigues, Artur Eugênio Mathias, Bacana Comércio Atacadista Ltda, Carlos Eduardo Waldir, Distribuidora Campi Ltda, Dog Center Comércio e Distribuidora Ltda, Edson Pereira Coutinho, Fábio Peixoto de Melo, Geraldo da Silva Burdini Júnior, Ioná Maria Andrade da Silva, Jorge Meres Alves de Almeida, Jotek Distribuidora de Cigarros Ltda, Marco Antônio Laurindo, Marco Aurélio Sozza, Marcos Antônio Rodrigues, Nocenter Comercial Atacadista Ltda, Noêmia de Souza Rodrigues, Norte Transportes Rodoviários Ltda, Sérgio Luís Checcia Masson, Setes Comercial e Distribuidora Ltda, Transphoenix Transportes Ltda e William Walder Sozza; **Req. nº**

7, de autoria do Deputado Oscar Andrade, requer criação de Telefone Disque Denúncia; **Req. nº 8**, de autoria da Deputada Telma de Sousa, requer depoimento do Dr. José Paulo Bisol, Secretário de Segurança do Rio Grande do Sul; **Req. nº 9**, de autoria da Deputada Telma de Sousa, requer que sejam convidados todos os Presidentes das Companhias de Docas ou similares para deporem perante a Comissão; **Req. nº 10**, de autoria do Deputado Pompeu de Mattos, solicita que seja inserido nos anais da CPML artigo do Jornal **Zero Hora** do Rio Grande do Sul. A presidência convocou para o próximo dia 06 de junho reunião para serem ouvidos o **Dr. Eduardo Ferreira Rebuzzi**, Presidente do Sindicato do Rio de Janeiro, Dr. Clóvis Nogueira Bezerra, Presidente do Sindicato do Ceará, Dr. Osmar Ricardo Labes, Presidente do Sindicato de Blumenau e Dr. Saulo Ivo Lamb, Presidente do Sindicato de Foz do Iguaçu. Em sequência a reunião foi transformada em caráter sigiloso, terminando seus trabalhos às dezenove horas e dez minutos. Não havendo nada mais a tratar o Presidente encerra os trabalhos e, para constar, eu, Francisco Naurides Barros, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e irá a publicação, juntamente com acompanhamento taquigráfico que faz parte integrante da mesma.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Havendo número regimental, declaro aberta a terceira reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada através do Requerimento nº 23, de 2000, com a finalidade de apurar em todo o País o elevado crescimento de roubo de cargas transportadas pelas empresas de transporte rodoviário, ferroviário e aquaviário.

Indago ao Plenário se é necessária a leitura da ata da reunião anterior, realizada em 23 de maio, ou se podemos considerá-la aprovada. O nosso Relator pediu a dispensa. Pergunto se concordam os Srs. Deputados. Considerarei a ata aprovada e à disposição dos senhores para qualquer leitura que queiram fazer.

Esta Presidência esclarece que a presente reunião destina-se a ouvir o depoimento dos Srs. Dr. Natal Pazan, Dr. Roberto Mira, Coronel Paulo Roberto de Souza e Dr. Artenir Werner.

Indago à Secretaria se existem expedientes recebidos ou expedidos. (Pausa.)

Recebemos do Deputado Federal Carlos Dunga, cópias de ofícios encaminhados ao Procurador de Justiça, Secretário de Segurança Pública do Estado da Paraíba e ao Dr. Marcelo de Barros Fonseca, Su-

perintendente Regional da Polícia Federal, também da Paraíba.

O Sindicato das Empresas de Transporte de Cargas de São Paulo também nos enviou ofício informando que aqui está o Dr. Romeu Natal Pazan, acompanhado do Dr. Roberto Mira, Diretor designado para a coordenação nacional, e Coronel Paulo Roberto de Souza, Assessor de Segurança do Cetesp.

Também do Sindicato das Empresas de Transporte de Cargas do Estado de Alagoas colocando-se à disposição para colaborar conosco e se oferecendo a nos apoiar quando formos ao Estado de Alagoas para qualquer diligência.

O Piauí também se oferecendo a nos apoiar para qualquer diligência.

O Sindicato das Empresas de Transporte de Cargas do Estado do Rio Grande do Norte oferece a sua confiança no trabalho da Comissão.

Pediria a permissão dos senhores. Estou requerendo, nos termos regimentais, a quebra de sigilo bancário e telefônico das pessoas físicas e jurídicas a seguir relacionadas, contra as quais recai suspeita de envolvimento no roubo de cargas ou receptação de cargas roubadas em vários Estados do Brasil, segundo apurações realizadas pela CPI do Narcotráfico da Câmara dos Deputados, devendo a solicitação de documentos ser dirigida inicialmente à referida Comissão de modo a obter cópia do material que já teve as quebras de sigilo processadas naquela investigação.

Pedi ao Dr. Paulo Lacerda, que auxiliou a CPI do Narcotráfico, que fizesse um levantamento de todas as diligências e as sessões que lá se realizaram em que houve referência ao roubo de cargas durante as apurações da CPI. Foram elencadas aqui os nomes mais os CPF. Acho que poderíamos dar início a essa troca de informações, desde que o Plenário concorde com a quebra do sigilo. Se quiserem, leio o nome de todos. O Deputado acompanhou de perto e poderá, inclusive, nos ajudar para conferir a lista: ALM Eventos, Produção e Comércio Ltda., André Luís Laurindo, Anselmo Lopes Miabara, Antônio Carlos Vioti, Antônio Roberto Rodrigues, Artur Eugênio Matias, Bacana Comércio Atacadista Ltda., Carlos Eduardo Valdir, Distribuidora Camping Ltda., Doc Center Comércio e Distribuição Ltda., Edson Pereira Coutinho, Fábio Peixoto de Melo, Geraldo da Silva Voudine Júnior, Ioná Maria Andrade da Silva, Jorge Meres Alves de Almeida, Jotec Distribuidora de Cigarros Ltda., Marco Antonio Laurindo, Marco Aurélio Souza, Marcos Antonio Rodrigues, Nocenter Comercial Atacadista Ltda., Noêmia de Souza Rodrigues, Norte Transportes Ro-

doviários Ltda., Sérgio Luiz Masson, Setis Comercial Distribuidora Ltda., Trampo Fênix Transporte Ltda. e William Valter Sossa.

Foi feita em ordem alfabética para que se evite pergunta aos Deputados que acompanham a CPI e outros que, aqui, se encontram. Pergunto se têm alguma...

O SR. GERVÁSIO SILVA – Sr. Presidente, pela ordem, apenas para alguns esclarecimentos.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Pois não.

O SR. GERVÁSIO SILVA – Esse sobrenome Matias, seria o advogado que esteve envolvido?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Artur Eugênio Matias.

O SR. GERVÁSIO SILVA – É o advogado de Campinas?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – É o advogado, sim, senhor, inclusive, tem o CPF dele todo aqui.

O SR. GERVÁSIO SILVA – Sr. Presidente, acredito que a lista está, se não completa, perto de ser uma lista ampla, e os nomes, temos na cabeça como recordação, especialmente esse grupo todo do Artur Eugênio, do William Sossa e todas aquelas empresas de fachada, fantasmas do William Sossa.

O importante, Presidente, como vamos quebrar o sigilo bancário, é que a maioria desses documentos estão lá na CPI do Narcotráfico. Mas existem documentos que não vieram completos para a CPI, demos uma checada e falta muita coisa. Então, seria importante que nos informássemos logo daqueles documentos, que fossem trasladados para cá na medida em que a quebra de sigilo fosse decretada ou, pelo menos, cópia deles, e que, imediatamente, a assessoria técnica pudesse fazer a checagem para buscar exatamente a complementação desses documentos que não chegaram lá. Se não cobrarmos imediatamente, termina a CPI e não receberemos os documentos do Banco Central.

Então, esta é uma preocupação que quero aventar desde logo. Eu gostaria também, Sr. Presidente, de subscrever o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Correto.

Falei com o Deputado Moroni, que já está preparando e, dentro da rapidez possível, vai colocar à nossa disposição.

Quero informar que estou pedindo às pessoas de outros órgãos, que auxiliaram a CPI do Narcotráfico, da Receita, da polícia e tal, que viessem também a colaborar conosco para dar continuidade às apura-

ções que iniciaram lá e que poderemos com mais tempo concluí-las dessa área do roubo de carga, visto que a identificação do **modus operandi** da troca da carga roubada por cocaína e a lavagem de dinheiro foram idênticas. E, assim, teríamos um bom passo andado com essa colaboração.

Coloco em discussão este requerimento. (Pausa)

Pergunto se posso considerá-lo aprovado.

Aqueles que concordam permaneçam como estão. (Pausa)

Aprovado.

Convido o Dr. Romeu Natal Pazan, Presidente do Sindicato das Empresas de Transporte de Carga de São Paulo, para as suas explicações.

Pergunto se o senhor pode ser acompanhado pelos dois auxiliares.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Pois não, Sr. Deputado.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Sr. Presidente, enquanto o Dr. Romeu Natal Pazan se instala na mesa, gostaria de dizer que não pudemos estar na última reunião da Comissão, que foi a segunda, porque, em função de um compromisso, acabamos perdendo o avião e não nos foi possível estar aqui.

Temos informação, Sr. Presidente, de que teria sido aprovado um requerimento para a oitiva do Jorge Meres. Eu gostaria de ter esta confirmação.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não, ainda não. Fizemos, primeiro, um cronograma para as pessoas que possam nos auxiliar expondo o que realmente o que está acontecendo: os transportadores, as companhias de seguros, e a segunda fase...

O SR. POMPEO DE MATTOS – É que tenho um requerimento exatamente nesse sentido, mas vou fazê-lo chegar à Mesa para, oportunamente...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Pegue uma cópia do calendário para V. Ex^a.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Constatei que no calendário ainda não tinha. Mas acredito que, cumprida esta primeira etapa, que me parece estar bem elaborada, vamos fundamentar toda essa angústia do setor, que vive em função do roubo de carga, os transportadores. Nessa outra segunda fase, então, quero apresentar esse requerimento para inserirmos...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Aguardamos, em função dos documentos da CPI do Narcotráfico.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mas está perfeito, Sr. Presidente. Está bem de acordo. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Concedo a palavra ao Sr. Romeu Natal Pazan.

O SR. ROMEU NATAL PAZAN – Eu gostaria de agradecer ao Exm^o Senador Romeu Tuma, ao Deputado Oscar de Andrade, relator do processo, que dão oportunidade para o setor de transportes abordar o mais grave problema que enfrentamos desde 1982.

Quero fazer uma pequena retrospectiva sobre a evolução do roubo de carga, principalmente em nosso Estado de São Paulo, que representa, no todo, mais de 60%.

Em 1982, foi criada a primeira comissão em nossas entidades por intermédio da nossa associação maior, que é a NTC, sobre o roubo de cargas de café. Isso deu resultado. Essa comissão foi extinta, e o roubo de carga começou a se evidenciar a partir de 1989. Dessa data até hoje, as nossas entidades procuraram desde os órgãos municipais até as esferas federais sem ter um respaldo para atender às nossas aflições.

Hoje, com muita satisfação, estamos aqui, porque acho que esta é a nossa última esperança. Os nossos reclamos não têm sido ouvido pelas autoridades. Desde 1990 promovemos fóruns, reuniões com sindicatos, federações, secretarias de segurança do nosso Estado; procuramos o Governador de Estado, Ministros e, até hoje, cada vez mais, o nosso setor está na penúria.

Temos hoje mais de 400 empresas que fecharam suas portas em virtude de não poderem ter mais uma apólice de seguro, porque sendo o nosso seguro não obrigatório, cada vez mais as seguradoras estão fazendo exigências. Então, a maioria dos transportadores que continuaram transportando suas mercadorias, sem uma seguradora, quebraram.

Portanto representamos em São Paulo, a partir de 1990, 2.400 associados. Hoje a nossa entidade tem 700 associados, num nível de 5.500 em todos os Estados de São Paulo.

Além de todos esses eventos que procuramos realizar, esses convites, patrocinamos também a vinda dos promotores italianos "mão limpas", oferecendo o nosso programa e levando para as autoridades um plano que deu certo na Itália, que resolveu o problema de roubo de carga – pelo menos amenizou-o. Enquanto que, no nosso setor, sentimos um crescimento constante dessa prática. Atualmente podemos chamá-la de crime organizado. Eles não estão mais

se contentando em roubar os nossos caminhões nas rodovias, nos postos de parada obrigatória para abastecimento, nos postos de fiscalização. Hoje eles estão entrando nas nossas empresas. Parece um exército! Quarenta, cinquenta pessoas armadas até os dentes, levando dos nossos terminais de carga de quarenta a cinquenta veículos. Sem proteção nenhuma o setor não sobrevive.

Tenho acompanhado esse problema e ouvido bastante que o nosso setor faz parte da segurança nacional, mas não temos, por parte das autoridades, nenhum respaldo para que continuemos trabalhando em nossas empresas. O risco é muito grande. Quando fazemos algum pronunciamento, as nossas empresas são as primeiras a ser assaltadas.

Ontem, na minha empresa, tive um reflexo da minha vinda para cá. Um caminhão nosso, na via Dutra, foi parado por uma saveiro com metralhadoras. Encostaram o nosso caminhão e, em seguida, veio um outro, atrás, e passou toda a carga, no valor de R\$300 mil.

Então, não temos segurança em rodovias; não temos segurança em lugar nenhum nos nossos terminais.

Como falei no início, se não tivermos o apoio da sociedade como um todo, o setor de transporte tende à extinção.

Estas são as primeiras colocações que gostaria de fazer. Temos estatísticas a serem apresentadas, da evolução do roubo de cargas. O nosso assessor tem todos os dados possíveis, que estão à disposição para qualquer esclarecimento.

O SR. POMPEO DE MATTOS – A evolução V. Ex^a já apresentou? (Inaudível)

O SR. ROMEU NATAL PAZAN – Representamos o Estado de São Paulo, mas temos, por meio de nosso diretor, uma coordenação nacional do roubo de cargas no Brasil, sendo que São Paulo e Rio de Janeiro representam mais de 60% dos eventos de roubo.

Essas estatísticas são fornecidas pelo nosso sindicato e seguradoras, porque temos dificuldade de conseguir, da Secretaria, um dado mais expressivo. Então, esse é um trabalho feito pelas nossas entidades, com dados das seguradoras.

Em 1990, tivemos mil e novecentos e trinta casos e já no primeiro trimestre de 2000, quinhentos e sessenta e nove, representando um aumento de 15,99% no roubo de carga em nosso Estado.

Vamos apresentar as estatísticas de roubo de cargas por tipos de mercadorias e os locais onde são roubadas. Temos todos esses dados, sabemos os ho-

rários, os dias da semana, o tipo de produto e os locais. Todos os dados são fornecidos para a Secretaria de Segurança do nosso Estado, sem grande resultado na recuperação do roubo de cargas.

A maior incidência é na grande São Paulo, na Capital.

O SR. PAULO ROBERTO DE SOUZA – Rodovias no Estado de São Paulo – 30 ou 32%.

O SR. OSCAR ANDRADE – Anhangüera é a região de Campinas?

O SR. PAULO ROBERTO DE SOUZA – Passa por Campinas e vai até Ribeirão Preto – são 400 km.

O SR. OSCAR ANDRADE – São Paulo, Rio e Minas são considerados o "Triângulo das Bermudas", que é exatamente onde somem cargas, e o sumidouro do "Triângulo das Bermudas" é exatamente a Anhangüera, conforme está provado pelos índices. É uma coisa fantástica.

O SR. ROMEU NATAL PAZAN – Coronel, vamos dar essa explicação. O acumulado de ocorrências por dias e semanas. Conforme os dados, nota-se que quarta-feira é o dia de maior incidência, mas temos a terça, quarta e quintas-feiras. Sábados e domingos, em função da maioria das empresas estarem com suas atividades encerradas, só nos grandes percursos há um número menor.

De acordo, também, com os BO temos os horários e os dias da semana onde a frequência maior é na parte da manhã e na parte da tarde. É fácil explicar: quando saímos para fazer a distribuição nas cidades existe o saque dos nossos caminhões e, no final da tarde, quando estamos fazendo a transferência para as outras cidades.

Estão roubando de tudo. De vez em quando, roubam um caminhão, aquela carga não interessa e eles não vão adiante com o roubo, mas elencamos 25 produtos mais visados. Podemos falar em eletrônicos, confecções, cigarros e produtos alimentícios, que são os mais visados.

O SR. PAULO ROBERTO DE SOUZA – Os maiores prejuízos em milhões de reais.

O SR. ROMEU NATAL PAZAN – Isso é fornecido para nossas entidades, mas, pela nossa projeção, neste ano vai para 415 milhões o roubo de cargas em todo Brasil.

O SR. Não Identificado – *(Fora do microfone.)*

O SR. ROMEU NATAL PAZAN – Temos o nosso setor, tem a carga própria, tem os autônomos, essa aqui é das empresas de transporte de cargas.

O SR. PAULO ROBERTO DE SOUZA – Áreas de risco na Grande São Paulo.

O SR. ROMEU NATAL PAZAN – Quanto às principais áreas de risco na Grande São Paulo, pedimos encarecidamente que se faça algum tipo de bloqueio em São Paulo, mas é muito difícil conseguirmos um trabalho firme da polícia por falta – não sei se de recursos ou por tantos problemas que encontramos na cidade de São Paulo.

O SR. PAULO ROBERTO DE SOUZA – Trechos das rodovias estaduais do Estado de maior sinistralidade.

O SR. ROMEU NATAL PAZAN – Podemos comprovar que a Anhangüera ainda está bem quase em todo o seu sentido.

Um dos grandes problemas do nosso setor é o custo do pedágio e a privatização das rodovias e, conseqüentemente, o pedágio. As empresas que foram privatizadas e para quem elas dão condições de explorar, deviam ser responsáveis também pelo roubo de carga. Paramos os nossos caminhões nos postos de gasolina para fazer nossas refeições e somos roubados dentro dos postos; paramos nossos caminhões nas barreiras para fazer a entrega da documentação e somos roubados; paramos nos pedágios e somos roubados.

Então, deveria trazer à responsabilidade não só o Governo do Estado, mas também as empresas que exploram as rodovias. Participamos da licitação, e há um item que diz "segurança por conta deles". Não sei se é segurança por acidentes ou se também sobre nossos caminhões.

O SR. PAULO ROBERTO DE SOUZA – O senhor quer comentar aquela estatística oficial que o Ministério da Justiça tenta fazer?

O SR. ROMEU NATAL PAZAN – Temos uma estimativa do roubo de carga porque alguns Estados, as Secretarias dos Estados não fornecem, como podem ver, a quantidade de roubos. Por isso, estimamos, pegamos as informações que recebemos, mais o evento no Estado de São Paulo e colocamos que pode chegar a 8.500 casos em todo Brasil, no ano 2000.

O SR. PAULO ROBERTO DE SOUZA – Trinta e três mortes de motoristas.

O SR. ROMEU NATAL PAZAN – Além do sequestro dos nossos caminhões e funcionários, há casos de morte de nossos motoristas. Temos elencados 33 óbitos de motoristas nas estradas; temos determinadas regiões nas quais os nossos motoristas se recusam a viajar porque eles saem ao Deus dará. As vi-

agens são feitas à noite por exigência do mercado, não temos segurança nas rodovias, nos postos de abastecimento, onde eles precisam fazer o seu lanche, precisam descansar. Também nos pedágios e nas barreiras das rodovias federais eles são assaltados.

Hoje em dia, sair para as estradas a fim de cumprir com nossas obrigações está sendo uma aventura muito cara para o setor de transporte. As estatísticas eram essas e vamos entregá-las à CPI. Estamos à disposição para quaisquer esclarecimentos. O nosso Diretor, Roberto Mira, também tem algumas colocações a serem feitas.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Agradecemos ao Dr. Natal Panzan e passamos a palavra ao Dr. Roberto Mira, Diretor da Coordenação Nacional para o Combate ao Roubo de Cargas.

O SR. MOREIRA MENDES – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Concedo a palavra, pela ordem, ao nobre Senador

O SR. MOREIRA MENDES – Sr. Presidente, nós vamos perguntar e inquirir depois de ouvir os três?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Depois, Excelência.

Com a palavra o Sr. Mira.

O SR. ROBERTO MIRA – Boa-tarde, Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srs. Deputados, senhoras e senhores. Primeiramente, eu gostaria de agradecer a oportunidade de estarmos aqui e trazer a V. Ex^{as} a maior preocupação do nosso setor, eu diria, dos últimos cinquenta anos; nada afetou tanto o transporte rodoviário no País.

Em 1982, criamos no nosso sindicato uma comissão para tratar do assunto roubo de carga, no Brasil, mais especificamente do café, cuja situação se tornou insustentável para as empresas, ocasião em que – V. Ex^{as} devem estar lembrados – a mídia deu um amplo enfoque àquele assunto, migrando-se depois para a carga em geral.

Quero dizer a V. Ex^{as}, antes de mais nada, que a instalação desta CPI é a esperança de centenas de empresários paulistas. Quando ela foi instalada nós fomos indagados por muitos empresários: "Mira, é a última esperança nossa. Se essa CPI não nos ajudar, vamos encerrar mesmo".

Mas quero colocar para V. Ex^{as} uma reflexão. Há pouco tempo, uma montadora ameaçou de fechar uma fábrica composta de apenas mil e quinhentos

funcionários, cuja notícia foi objeto de repercussão em toda a mídia brasileira, até o Congresso Nacional interferiu.

O roubo de carga, em nosso País, já deixou dezenas de milhares de desempregados. E não existe nota em jornal algum, muito menos preocupação de autoridade alguma. O desemprego no setor de transportes é monstruoso e ninguém faz absolutamente nada.

Há duas semanas, uma transportadora do Rio Grande do Sul emitiu, numa sexta-feira, 690 cartas de demissão de empregos diretos; outros mil e quinhentos empregos indiretos. Isso está acontecendo no País inteiro.

Há uma coisa muito grave. O roubo de carga hoje está sendo motivo de glória para alguns.

Quando as nossas empresas são assaltadas, as nossas seguradoras se limitam a aumentar a nossa taxa de seguros; os nossos embarcadores, a maioria deles, se limitam a informar ao Departamento de Crédito e Cobrança: "Olha, todas as notas fiscais de ordem debita para o otário do transportador e fatura de novo para o nosso cliente". "Ótimo, vamos fechar nossa meta neste mês! Que bom, fomos roubados de novo!"

É isso que está acontecendo conosco. Infelizmente, somos iguais ao touro, qualquer um nos puxa pelo nariz. Nosso setor é imenso, mas nós não temos o que V. Ex^{as} têm aqui: força política. Não temos força política alguma. Estamos sendo jogados de um lado para o outro por embarcadores, por companhias de seguro, por corretoras de seguro, e não temos a quem recorrer.

Temos, na Grande São Paulo, centenas de empresários que estão colocando suas últimas esperanças nesta CPI. Ao lermos os nomes dos integrantes desta CPI, nós nos entusiasmos, sim! E quero dizer a V. Ex^{as} que nós também – eu, particularmente, – estamos com muita esperança nesta CPI. Alguma coisa precisa ser feita. Já é hora de o País perceber que sem o transporte o Brasil pára. V. Ex^{as} viram o que aconteceu apenas com o movimento dos caminhoneiros. Está chegando o dia de os transportadores pararem. Aí V. Ex^{as} vão saber o que é o setor de transportes, tão desprezado pela sociedade. Quando um caminhão anda hoje em qualquer cidade, dizem que é um monstro, um bicho, só que esquecem que esse caminhão está levando o leitinho das crianças, o remédio da mamãe, a comida para a família. Os nossos caminhões são desprezados em todos os cantos do País, onde quer que estejam. O caminhão sempre

é o monstro. Nesse caminhão, entretanto, carrega-se o progresso de nosso País. Mas pouca gente sabe disso.

Roubados como estamos sendo hoje, não teremos muito fôlego. Não há transportadora hoje no Brasil com custo de seguro e segurança abaixo de 12% a 15%. Isso é uma loucura! Nossas empresas estão afundando! Não é uma nem duas, isso ocorre nacionalmente. De modo geral, todas as nossas empresas estão nessa situação.

Vou relatar um caso da nossa empresa. Em um trabalho noturno – a nossa empresa trabalha 24 horas em São Paulo –, por volta das 21h30min, cerca de 25 a 30 elementos, muito bem organizados, entraram em nossa empresa e ficaram das 21h30min até à 1h. Escolheram cargas de três carretas e levaram R\$997 mil em mercadorias.

A Polícia, até agora, não me falou quem roubou! A Polícia, até agora, não me deu absolutamente nenhuma satisfação, muito menos as autoridades.

A seguradora mandou dizer que aquilo foi caso fortuito e força maior e que não iria pagar.

O que os meus clientes fizeram? Aqueles que tinham fatura para nos pagar simplesmente debítaram; outros, nos acionaram!

Esse é o quadro das empresas de transportes no País, hoje. Alguns valentes estão suportando isso até quando não se sabe. Alguns já estão declarando que não agüentam mais e vão fechar simplesmente.

Agora repito pela terceira vez, até mesmo para, de certa forma, burilar a consciência de V. Ex^{as} nesta Comissão: V. Ex^{as} são a nossa esperança.

Estou à disposição também para qualquer pergunta. Queria lembrar alguns órgãos públicos, muitos poucos, muitíssimo poucos. Eu destacaria a Polícia de Minas, faço questão de dizer de público isso; lá, temos homens valorosos, que vão atrás da carga; às vezes não conseguem, porque falta estrutura, como acontece em quase todo o País. Tenho percorrido várias secretarias de segurança em todo o País e tenho, lastimosamente, voltado para a minha casa entristecido, porque só ouvimos secretários e diretores da Polícia dizerem: não temos estrutura!

O meu Governador está dizendo que a sua prioridade não é roubo de carga. Temos notado alguns filósofos tomando conta da Polícia, e não vão chegar a lugar nenhum. Tratam de direitos humanos, pura e simplesmente. Direitos do bandido: quando todos sabem que ele é o bandido, ele não confessa nada. Tivemos um caso recente em São Paulo, em que o bandido dava risadas na cara do delegado e dos policiais:

não! Eu não faço isso há muitos anos! Todos sabiam que aquele era o grande quadrilheiro, e nada foi feito, não se provou nada.

Pergunta-se: por que não se aperta? Apertar de que jeito? O Corregedor e a tropa dos direitos humanos estão aí, e não se pode conversar nada com o homem, com o cidadão, porque o bandido tem de ser chamado de cidadão.

Senhores, desculpem-me o desabafo! Tenho assistido a isso por onde ando. Já visitei onze Estados, tratando desse assunto, tentando socorrer algumas transportadoras, alguns sindicatos pequenos do interior. Vemos pequenos empresários desaparecendo, perdendo as suas empresas devido a um roubo de carga.

Há cerca de seis meses, isso aconteceu a uma empresa com quarenta anos de trabalho em São Paulo – reservadamente, depois, posso dar o nome dessa empresa a V. Ex^{as}. A seguradora simplesmente cortou a carga. Essa empresa era especialista em transportes de carga eletroeletrônica há muitos anos, há décadas que sempre transportavam eletroeletrônicos; os ladrões a roubaram tanto que ela perdeu o seguro. Os ladrões não foram complacentes com ela. Ela continuou sendo roubada, já sem seguro, e algumas cargas foram suficientes para ela vender o prédio de São Paulo, o prédio do Rio, toda a frota e o apartamento que morava. Agora está pedindo emprego, uma empresária de 40 anos, que durante 40 anos pagou impostos e salários. Senhores, isso é vergonhoso! Eu, como líder de classe, sinto-me envergonhado, porque estamos vendo essa loucura acontecer diante dos nossos olhos e ficamos impotentes! Isso porque quando chegamos diante de uma autoridade policial, diante de um secretário público, a conversa é sempre a mesma: não temos estrutura, não temos gente, a prioridade do governador não é roubo de carga. Vamos para casa com mais essa.

Acho que a minha participação era mais no sentido de desabafar. Se não começarmos a falar o que sentimos, V. Ex^{as} não vão captar o que nos está afetando, até onde vai a dor das empresas. Temos visto empresários que a vida inteira lutaram no seu negócio e que agora estão desaparecendo por causa desta maldição chamada roubo de carga. Os quadrilheiros estão-se organizando cada vez mais, poderosas empresas estão comprando produtos roubados com notas frias, secretarias de fazenda alheias, Polícia Federal alheia a tudo isso. E a festa está aí. Os empresários é que têm que se cuidar, têm que se proteger como se estivessem dentro de uma cadeia.

Em nossa empresa, por exemplo, hoje temos uma segurança que nem as delegacias de polícia têm. Eu tive que boiar militares dentro da minha empresa, armados até os dentes, com toda a tecnologia de segurança. Hoje, o custo da segurança de um caminhão que vai de São Paulo a Campo Grande – só para vocês terem uma idéia – é muito maior do que o transporte propriamente dito. Ou seja, o custo do caminhão transportando a carga é muito menor do que a estrutura de tecnologia, de satélite, de escolta para acompanhar uma carga dessas. É uma loucura! Nós não estamos vendo isso em país nenhum do mundo. Isso está aviltando as nossas empresas, acabando com o nosso negócio.

Senhores, a nossa esperança é esta CPI.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) -- Muito obrigado, Dr. Roberto Mira.

Eu perguntaria ao Cel. Paulo Roberto de Souza gostaria de fazer alguma explanação.

O SR. PAULO ROBERTO DE SOUZA – Eu falaria apenas do modo operativo das quadrilhas, se isso for do interesse dos senhores, e algum comentário sobre a parte operacional, como agem.

—Minha saudação a todos. A minha participação é eminentemente técnica. Nós passamos as 24 horas do dia ligados nos sinistros de carga, procurando conhecer a organização das quadrilhas, o seu **modus operandi**, procurando obter esses dados como subsídio para levantamentos estatísticos e como subsídio para atuação policial.

Em linhas gerais, existem dois tipos de assaltante de carga: aquele chamado assaltante de oportunidade, que aproveita a passagem do veículo em algum cruzamento, alguma rua, domina esse veículo, apropria-se da carga, mas não tem uma estrutura por trás dele para aquilo que na gíria marginal se chama de desova da carga. Assim, esses são os chamados ladrões de oportunidade. Eles roubam e depois tentam passar a carga. Quando não conseguem, abandonam o veículo.

O segundo nível é a estrutura do crime organizado. Eu pediria que alguém da Comissão projetasse os **slides** para mim. Com relação ao crime organizado, a quadrilha se estrutura em quatro compartimentos, em quatro células que não se intercomunicam como segurança. Assim, quando uma das células cai, ela não conhece os outros elos. Esse é um procedimento típico de serviços de inteligência. Ou seja, não estamos tratando com aprendizes. Quem faz isso co-

nhece técnicas operacionais. Ali estão as características...

Isso é a estrutura do crime organizado. Estou começando a análise da quadrilha pelo aspecto compartimentação. Hoje, no nível mais estruturado, há quatro células. A primeira célula é o chamado "pé de chinelo", é aquele que faz a tomada da carga no assalto à mão armada, ou na invasão da transportadora. Chefiando esse grupo, tem um só elemento, normalmente encapuzado, porque nem todos aqueles "pés de chinelo" o conhecem. Esse elemento, chamado "elo", após a tomada da carga, leva-a para um ponto, onde paga todos os participantes. Somente ele fica no local, chamando um segundo grupo – normalmente dois ou três elementos - que quebra a sequência, ou seja, leva a carga desse ponto para um outro ponto aleatório da zona. Esses dois elementos são pagos. O valor que se paga a esses homens é entre R\$50 e R\$200. Aquela primeira célula recebe um valor da ordem de R\$1.000 a R\$2.000. Em invasão de empresa, esses elementos chegam a receber R\$2.000 pela sua participação.

Nesse segundo ponto, chega a estrutura que vai guardar a carga. Eles vão apanhá-la nesse outro ponto, levam-na ao esconderijo e lá ficam com a carga o tempo necessário. Esse tempo necessário significa esfriar as operações, porque, dependendo da repercussão, pode haver uma atuação. Então, eletroeletrônicos e mercadorias do gênero, que não são perecíveis, ficam até três a quatro meses armazenados, escondidos.

Enquanto a carga está armazenada, vem o quarto nível, o mais preocupante, o nível do colarinho branco. É o pessoal que nem chega perto da carga, para não ser vinculado no caso de sinistro. Os marginais de todas essas células não o conhecem, é aquele que vai negociar a carga e falsificar a nota, porque a carga retorna ao mercado formal; ela é vendida. Televisores, refrigeradores não são vendidos em camelô. Só que qualquer daqueles vendedores formais desse tipo de carga deseja colocar o produto no seu armazém com uma nota fiscal. O vendedor não é maluco para se deixar ser encontrado com a carga, sem nota. Com nota falsificada, ele tem um amparo. De maneira que, eventualmente, quando se chega a algum tipo de ação, qual é a resposta que se encontra? "Sou um comprador, um terceiro de boa fé". Ele tem uma nota, jura que é santo e que comprou a mercadoria numa atividade normal, porque o preenchimento da nota corresponde aos preços de mercado. Porém, na negociação de carga, varia-se de 35% a 50%.

Portanto, essa é a estrutura. A quadrilha é aquilo que V. Ex^{as} estão vendo: compartimentada, há hierarquia, tudo é controlado, há armamento pesado, comunicações via celular, estrutura jurídica. Isso é verdade. Nessas grandes quadrilhas, tão logo o marginal chega à delegacia, já há três ou quatro advogados à espera dele. Então, essa estrutura existe. Assim funciona o crime organizado.

E tudo isso retorna ao mercado formal via um receptor final. O combate ao roubo de carga tem que ser feito no receptor intermediário e no receptor final. Não havendo quem compre a carga, quem encomende a carga, não haverá para quem vendê-la. A tendência diminui. O enfoque todo tem que ser em cima da receptação. Isso do ponto de vista de estrutura de quadrilhas.

Quanto ao **modus operandi**, a forma de entrar nos vários locais, eles usam todas as formas de disfarce. Passam-se por policiais militares fardados. Em invasão de empresa, simulam a perseguição de um marginal. Ocorreu este fato: o marginal chegou à porta da empresa como se perseguido fosse e, nesse momento, chegou uma viatura pintada, simulada como polícia, e perguntaram: "E o outro elemento?" Responderam: "Está dentro da empresa". Ao que disseram: "Abra a porta". Na verdade, esse era o acesso de todo o bando. Até mesmo uma ambulância foi usada em São Paulo como viatura para o roubo e, depois, utilizada para abrir caminho no trânsito movimentado daquela cidade, com o caminhão atrás dela.

Trago para V. Ex^{as} um resumo de alguns Estados de três a quatro anos e no Estado de São Paulo três anos dos casos mais sensacionais que tivemos de invasão de empresa, dos casos mais sensacionais de roubo de carga em rodovias, como, por exemplo, o ataque a um comboio com sete carretas, teve repercussão nacional, em março de 1998, que foram dominadas por um bando de vinte e cinco a trinta homens. Os senhores terão, então, aqui, na CPI, as notícias de imprensa mais bombásticas, digamos assim, ao longo desses últimos três anos. Temos aqui, em relação ao Estado de São Paulo, uma coletânea de boletins de polícia que mostram esses fatos. São documentos oficiais, documentos de polícia, telex entre delegacias que mostram os casos mais expressivos em São Paulo.

E, por último, trazemos à consideração dos senhores dez processos: dois de São Paulo e oito de outros Estados que mostram a atuação do crime organizado. São processos variados, desde desvio de carga, desde falsificação do veículo, como se legal fosse para chegar ao Estado de São Paulo, apanhar uma

carga com toda documentação esquentada e, na verdade, era um veículo roubado, pelo chassi se comprovou. Existem dez processos de inquérito policiais com nomes de marginais, etc., e esses dados estão aqui para serem entregues aos senhores. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Agradecemos ao Coronel Paulo Roberto, e passamos a palavra ao Sr. Artenir Werner, Vice-Presidente das Empresas de Transporte de Santa Catarina.

O SR. ARTENIR WERNER – Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Senadores, Srs. Deputados, minhas senhores e meus senhores aqui presentes, inicialmente, gostaria de passar às mãos do Sr. Presidente, porque aqui deveria estar o Sr. Augusto Dalçoquio, que é Presidente da nossa Federação dos Transportes de Cargas de Santa Catarina, mas acometido que foi de doença em decorrência de uma cirurgia cardíaca não pode aqui estar e por isso viemos tentar colaborar com a CPI do Roubo de Carga.

Gostaria, Sr. Presidente, Srs. Senadores e Srs. Deputados, que esta Comissão enfocasse não só o roubo de carga, como senti até agora, mas também, e muito, o roubo de veículos. O quanto prejuízo que sofre a empresa Dalçoquio, da qual sou diretor, é mais, e muito mais, no roubo do veículo do que propriamente a carga.

A Empresa Dalçoquio é hoje uma das maiores empresas do país em transporte de líquidos principalmente e, de quatro anos para cá, também de carga seca. Devo relatar alguns fatos corroborando com tudo que foi dito aqui pelos três depoentes e também apresentar de nossa parte uma sugestão ou algumas sugestões para que esta CPI possa, como disse o Dr. Mira, sendo a esperança do transportador, ajudar a resolver o que realmente faz com que seja talvez a gota d'água que faltava para afogar o transportador de carga. Como se já não bastassem os aumentos nos preços dos pneus, dos combustíveis, de todos os serviços, durante o Plano Real, que montam a mais de 70%, 80%, e a não alteração nos valores de frete, de alguns anos para cá, o roubo de carga passou a ser, pelo menos em nossa empresa, o item de maior gasto. Foi o que aconteceu este ano.

Passo a V. Ex^{as} uma planilha contendo o número de furtos de veículos ocorridos com a bandeira da Transportes Dalçoquio. Para que V. Ex^{as} tenham uma idéia, de 1994 para cá, houve um aumento absurdo nesses números. Em 1994, foi roubado apenas um caminhão; em 1995, nenhum; em 1996, um caminhão; em 1997, um caminhão; em 1998, um cami-

nhão. E quando cito veículos, refiro-me também à carga. Em 1999, foram roubados sete veículos, com a carga; e, no ano 2000, nesses primeiros cinco meses, foram roubados 19 veículos. Esses dados referem-se apenas à nossa empresa. Todos os boletins de ocorrência estão aqui para que a CPI possa se louvar. Mas as estatísticas apresentadas pelos depoentes que nos antecederam já mostram a grandiosidade do malefício causado por esses bandidos.

Mas vou relatar três casos que identificam também essa situação. Em abril passado, um dos nossos motoristas foi assaltado na Castelo Branco, por volta das 20h15. Rodaram com o motorista durante umas quatro ou cinco horas e o soltaram num lugar qualquer. Ele, de carona, voltou para perto de Osasco e foi à delegacia, por volta de 3h da madrugada, fazer o boletim de ocorrência. Lá chegando – dizia-me ele ontem –, foi obrigado a entrar na fila porque, naquela noite, ele era o décimo terceiro a fazer boletim de ocorrência em virtude de ter sido roubado.

Há outro caso que mostra que a sociedade está intimidada, acovardada. Um outro carro da nossa empresa, na via Anhangüera, foi abordado por dois outros veículos. Ameaçado com metralhadora, foi obrigado a parar no acostamento. O motorista parou e saiu correndo, porque havia um comércio a uma distância de cerca de 150m, pediu socorro, mas ninguém socorreu. E o caminhão ainda estava lá, porque, naturalmente pela falta de perícia de um dos bandidos, não conseguia arrancar. Por fim, arrancou, mas todas as pessoas que estavam ali, inclusive dois taxistas, negaram-se a fazer qualquer coisa para impedir o roubo daquele veículo e daquela carga.

Já foi dito aqui que, quanto ao roubo da carga, tem-se de procurar o receptor. Quanto ao roubo do veículo... Soubemos, por fatos que ocorreram na nossa Transportadora, que as cargas, praticamente 100% delas desaparecem. E não são só aquelas apresentadas na estatística. Nós puxamos produtos químicos, solventes, e são todos roubados (xileno, tolueno, benzeno) e depois misturados à nossa gasolina. Por isso, temos que começar a prestar a atenção quando os postos vendem a gasolina muito barata, porque, certamente, alguns desses produtos lá estão. O desempenho do veículo praticamente não muda, mas as consequências vêm posteriormente, no desgaste que sofrem as peças do motor.

Atentemos para o caso que vou relatar. Evidentemente, ninguém compra um caminhão 99, 98 ou 97, pois aqui, no nosso País, até com 10 anos um caminhão é considerado bom, novo. Quem tem oficinas de

desmonte e tem lá quatro, cinco, seis, oito, dez cabines de veículos novos, alguma coisa há. Temos de ter coragem de começar a falar nisso. Não é possível que as autoridades não vejam que aquilo está errado. Um colega nosso de Curitiba bateu um caminhão, fez o orçamento das peças que precisava para consertar o caminhão. Dava R\$48 mil. Ele foi a São Paulo, onde lhe indicaram uma determinada oficina. Ele lá foi, fizeram-lhe o orçamento e disseram-lhe que ficaria em R\$11 mil. Algumas peças eles não tinham, mas à tarde – isso era pela manhã – eles poderiam fornecer aquelas peças se ele esperasse. Ele concordou. Então, ele foi conduzido a uma outra unidade da dita oficina onde eles faziam o desmonte. Pasmem, senhores, enquanto o cidadão – pessoa correta cujo nome e endereço poderemos, sigilosamente, depois fornecer a esta CPI – esperava, das 11 horas às 17 horas, contou nove veículos semi-novos adentrando aquele desmonte e sendo desmanchados em não mais de 45 minutos.

Isso nos deixa apavorados. Acredito que esta CPI possa trazer à comunidade de transportes, no Brasil, um novo alento. Tivemos tantas outras CPI que já causaram impacto e que já resolveram em parte outros problemas, que este que está aqui somente esta CPI, com certeza, poderá nos ajudar a resolver. Sr. Presidente, trouxemos aqui algumas sugestões, que queremos passar às suas mãos para que a CPI tome por base nos seus trabalhos. A primeira é criar mecanismos para que os desmontes de veículos com menos de 15 anos só possam ser efetuados mediante a autorização, caso a caso, pelos órgãos competentes das secretarias de segurança dos estados e do Distrito Federal, com responsabilidade de encaminhamento de relatório mensal para a Polícia Federal de seu domicílio. Ou seja, qualquer veículo que tenha abaixo de 15 anos, para que possa ser desmontado, deverá ter uma autorização expressa de uma dessas autoridades. Já foi abordado, depois da última greve, que o Contran criou uma deliberação que diz que os desmontes de veículos serão efetuados exclusivamente por empresas credenciadas, e que essas empresas, a cada seis meses, deverão fazer um relatório dos veículos que desmontaram. Mas isso não é o suficiente; acho que temos que criar mecanismos para que dificulte mais esse tipo de procedimento dessas quadrilhas. A segunda sugestão são empréstimos subsidiados para a aquisição de sistema de rastreamento e monitoramento de veículos. Quando falo em empréstimo – aqui já foi dito das dificuldades que passam as empresas. Há empresa que possui 700, 800

veículos, para as quais o valor é alto equipar todos eles com esses sistemas. Acredito que o Governo poderá nos auxiliar também, subsidiando esses equipamentos. A terceira seria uma prioridade absoluta na Polícia Rodoviária Federal quando denunciado o roubo e, também, verificar a possibilidade – e aqui já foi falado pelo nosso depoente, que se expressou antes – de inserir como órgão auxiliar na procura de veículos roubados as concessionárias de estrada. Sim, porque lá com o Augusto Dalcoquio Neto houve um caso em que o ladrão, depois de roubar o veículo, telefonou de Foz do Iguaçu, estava lá na fronteira, para negociar. E isso acontece. Quem tem transporte de carga sabe. Existem até cartões, eles chegam à audácia de imprimir cartão de apresentação como recuperadora de veículo, mas não para recuperar o veículo batido, para recuperar o veículo roubado. Depois, nos telefonam negociando. Neste ano mesmo, tivemos que comprar um por R\$ 10 mil, por uma dessas recuperadoras. E esse outro que eu dizia, que um rapaz foi buscar com o Augusto Dalcoquio Neto, é evidente que já tinha sido feito o boletim de ocorrência, porque já transcorria 10 dias do veículo ter sido roubado, e, naturalmente, dada a ciência a toda a Polícia Federal. Mas eles foram a Foz do Iguaçu, negociaram com o bandido, compraram o caminhão e voltaram a Santa Catarina, sem ninguém os parar. Os pedágios poderiam auxiliar nessa fiscalização, já que todo o veículo pára ali. Inclusive, parece-me, já constar do contrato a segurança das estradas. A nossa CPI também poderia incluir essa sugestão nas suas propostas.

Por fim, propomos que as ocorrências de furtos ocorridos e registrados fora do Estado do domicílio do veículo passem a ser de responsabilidade da Polícia Federal, órgão que ainda conta com uma boa credibilidade, já que, às vezes, as Polícias Cíveis dos Estados não se entendem bem entre si, ficando prejudicado o nosso transportador. Creio que se esses casos fossem direcionados para a Polícia Federal, também ajudaria a melhorar nossa situação.

Agradeço aos senhores pela instalação desta CPI.

Renovo aqui as nossas esperanças e permanecemos à disposição de S. Ex^{as}.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) — Retorno a palavra ao Dr. Romeu Natal, que também quer fazer algumas sugestões.

O SR. ROMEU NATAL PAZAN — Sr. Presidente, eu havia deixado essas sugestões para o final, mas as farei agora. São elas:

1) Regulamentação do TRC. Sem uma regulamentação, estamos à deriva. A maior parte das cargas roubadas são transportadas em carros também roubados, sem condições de trafegar. Precisamos, então, de ordenação no sistema;

2) Aprovação do PLC nº 187/97, que cria o Sistema Nacional de Prevenção, Fiscalização e Repressão ao Furto e Roubo de Veículos e Cargas;

3) Reformulação da legislação processual penal e penal aplicável, tornando-a mais severa em relação aos delitos de carga;

4) Intensificação do policiamento nas rodovias, zonas urbanas, portos e áreas de fronteiras, especialmente nos locais de maior risco;

5) Criação de delegacias especializadas no combate ao roubo e furto de cargas em todas as Unidades da Federação – temos algumas em alguns Estados;

6) Criação de um órgão de planejamento, coordenação e controle de ações, particularmente em nível estadual, para estabelecer planos, estratégias e formas de atuação, envolvendo organismos estaduais, federais, empresariais e interessados;

7) Priorizar o combate à receptação, ações policiais e fiscais conjuntas, responsabilidade que deve incumbir aos Governos, concessionárias, postos de abastecimentos e outros, conforme o caso, pelos roubos e furtos ocorridos em áreas de sua responsabilidade: postos fiscais, postos policiais, pedágio e áreas em ponto de abastecimento; responsabilidade que deve incumbir ao setor industrial embarcador para identificação de seus produtos, controle de lotes, número de série código de barras, como forma de controle e prevenção de roubo e furtos;

8) Vitalização de acordos bilaterais com o Paraguai e Bolívia para devolução dos veículos roubados.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) — Com a palavra o Relator, Deputado Oscar Andrade.

O SR. OSCAR ANDRADE — Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores e Deputados, Srs. depoentes, Dr. Romeu Pazan, Dr. Roberto Mira, Cel. Paulo Roberto de Souza, Dr^o Artenir Verner, a quem a CPI agradece a presença e as informações valiosas que nos são trazidas, farei alguns questionamentos aos transportadores de São Paulo, representados pelo Dr. Romeu Pazan e, oportunamente, ao Dr. Artenir Verner, de Santa Catarina.

Inicialmente, Sr. Presidente, eu gostaria de solicitar a V. Ex^a que autorizasse, após os questionamentos de todos os Senadores e Deputados aqui presentes, aquilo que foi pedido pelos transportadores, num

contato prévio com eles: que esta reunião seja sigilosa, dadas as informações sobre receptadores, desmanches e recuperadoras de veículos que podem ser trazidas pelos depoentes, cuja segurança deve ser resguardada.

Então, Dr. Pazan, qual a razão do crescimento vertiginoso do roubo de carga no Brasil na última década? Qual a razão da lentidão para a conclusão dos inquéritos? O embarcador, o industrial divulga as ocorrências e colabora na busca de elucidação do paradeiro do produto do roubo? Qual a participação das seguradoras no combate ao roubo de cargas? Qual o envolvimento de autoridades e policiais no roubo de cargas no seu Estado, em São Paulo? Qual a incidência de número de veículos que desaparecem em relação ao roubo de carga, no geral, e de morte de motorista e/ou ajudante? Quem são os grandes receptadores das cargas roubadas?

O SR. ROMEU NATAL PAZAN – Entendo que o roubo de carga aumentou no País por causa da impunidade. Hoje em dia, é mais fácil roubar um caminhão ou uma empresa de transporte do que os bancos, onde os roubos começaram. Os bancos tomaram suas providências e conseguiram diminuir o roubo.

Além das nossas empresas, temos os nosso terminais. Nossos caminhões saem por este Brasil afora, onde não temos segurança nenhuma, não temos a quem recorrer. Esse aumento do roubo de cargas é divulgado por toda a mídia, e cada vez mais os receptadores vão ficando mais conscientes de que podem conseguir esses produtos, podem encomendá-los, porque não sofrerão risco nenhum.

O senhor me perguntou sobre a participação do embarcador. Na minha opinião, nesse processo, o transportador está perdendo de goleada, porque o embarcador nos impõe uma série de exigências. Ele vive do mercado, o caminhão é o seu complemento da venda. Nós somos obrigados a fazer o transporte durante à noite, porque temos prazos de entrega. Somos obrigados a retirar os produtos altas horas da noite, sem uma proteção qualquer. Quando somos avisados do valor da mercadoria que será retirada, podemos nos preparar colocando caminhões com equipamentos, colocando escoltas, o que hoje em dia não está sendo muito eficiente, porque temos visto pela mídia que os caminhões estão sendo roubados com equipamentos e as escoltas estão sendo metralhadas.

No mês passado, tivemos uma escolta metralhada no trevo da cidade de Campinas, e dois vigilantes foram mortos.

Quanto às seguradoras, elas sempre nos impuseram regras, dificuldades. Sempre os primeiros suspeitos de roubo de cargas são os nossos funcionários. Em qualquer roubo de carga, somos obrigados a fazer o BO e a comunicar à seguradora, e o nosso funcionário é questionado durante 12 ou 13 horas, enquanto houver alguma dúvida. Depois de feita a ocorrência, as seguradoras partem para a investigação. Não temos resposta para saber se essas mercadorias foram recuperadas. Só recebemos das seguradoras o aumento do percentual sobre o seguro das mercadorias, porque os roubos estão insustentáveis e as suas carteiras estão realmente deficientes. Das seguradoras, recebemos uma série de exigências. Os nossos funcionários devem ter ficha limpa. Não podemos contratar nenhum funcionário se ele não passar pelo crivo das seguradoras. Temos de ter caminhões com o equipamento do GPS, que veio para o Brasil com um certo tipo de logística e que hoje está servindo como rastreamento dos nossos veículos. Mas ele tem as suas dificuldades, pois em alguns lugares perdemos os sinais. Temos restrições quanto aos valores de mercadorias transportadas e quanto ao transporte de produtos. As seguradoras também sofrem o prejuízo, mas estão a cavaleiro. Se não atendermos às suas exigências, as seguradoras não fazem o pagamento e passam essa obrigatoriedade para as transportadoras.

Foi-me perguntado se há policiais envolvidos. Eu seria leviano se afirmasse isso. As informações que sabemos são as divulgadas pela mídia, que diz que estão envolvidos empresários, transportadores e policiais. Como não fazemos parte do inquérito, essas informações podem ser conseguidas com as corretoras e com as seguradoras, que fazem os inquéritos desses processos.

Não sei se respondi todas as perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Concedo a palavra ao nobre Relator.

O SR. OSCAR ANDRADE – Pergunto agora ao Dr. Artenir Werner. Em que nível V. S.^a colocaria o comprometimento das polícias no processo de cargas no Estado de Santa Catarina? Gostaria de saber, se houver comprometimento, como ele funciona. V. S.^a tem algum indício de envolvimento de representantes da indústria química no roubo de polietileno no seu Estado, devido ao número crescente de ocorrências? Há informação sobre o número elevado de desmanche de caminhões em Santa Catarina. V. S.^a tem alguma idéia de quem seriam os donos desses desmanches? Poderia

enumerar seus nomes e endereços quando a nossa reunião se transformar em sigilosa?

O SR. ARTERNIR WERNER – Quanto ao envolvimento da polícia de Santa Catarina, até agora não tivemos nenhum caso de roubo dos nossos caminhões em Santa Catarina; 99% – os boletins de ocorrência irão demonstrar – dos roubos ocorrem num raio de 150 quilômetros de São Paulo. Lá, a nossa polícia nada pode fazer, porque não tem absolutamente nenhum envolvimento.

Quanto ao roubo de polietileno – material usado para fazer plástico –, os fornecedores não são suspeitos porque são empresas – a Daw Química, etc. Não acredito que empresas desse quilate poderiam estar envolvidas nisso. Um caminhão de polietileno custa em torno de R\$60 mil a R\$70 mil. Seria como o Dr. Natal disse: é muito mais fácil roubar um caminhão do que roubar um banco, porque, às vezes, ele não encontra tanto dinheiro, até mesmo no interior. E este polietileno, com certeza, tem sido muito procurado pelos ladrões ultimamente. Acho que até mesmo as grandes empresas que usam não devem ser os receptadores. O polietileno é muito fácil. Existem muitas empresas de fundo de quintal, principalmente no Estado de São Paulo – que é onde eles são roubados –, que têm uma extrusora qualquer e usam isso como matéria-prima da sua fábrica.

Por último, V. Sª me pedia os nomes. Nós relatamos alguns casos e temos, sim, nomes dessas empresas – ou, pelo menos, de uma delas – para dar e vamos fornecer, quando a reunião se transformar em sigilosa.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Perfeito.

Terminadas as perguntas do Sr. Relator, passo à lista de inscrição.

Primeiro inscrito, Senador Moreira Mendes.

O SR. MOREIRA MENDES – Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Deputados e Senadores, Srs. convidados para prestar esclarecimentos, escutei, com muita atenção, o depoimento dos quatro informantes e confesso que fiquei preocupado, muito além daquilo que eu podia imaginar. Realmente, a coisa transcende os limites daquilo que se pode considerar razoável. Do jeito que ela anda, daqui a uns dias teremos de ter escolta pessoal para poder transitar pelas ruas. E lamento isso profundamente. Há ausência do Poder Público nessa questão da segurança pública.

Eu começaria, perguntando ao Dr. Romeu. V. Sª relatou aqui que uma entidade classista do setor convidou para virem ao Brasil promotores italianos envolvidos com aquele grande programa, que se desenvol-

veu na Itália, de resgate da cidadania, enfim, de combate à corrupção.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mãos limpas.

O SR. MOREIRA MENDES – Operação Mãos Limpas.

Quais as sugestões que esses promotores deixaram de concreto? E, se deixaram, o que foi realmente colocado em prática? É a primeira pergunta que faço a V. Sª: se foram acatadas.

V. Sª falou também que a maioria dos roubos das cargas, às vezes, acontece nos postos de gasolina, nos postos de serviço, ao longo das estradas. V. Sª acredita que possa haver uma convivência dos proprietários dos postos – às vezes, são grandes redes – com essa questão?

E perguntaria, por final: na sua segunda explicação, respondendo ao questionamento do Deputado Oscar Andrade, falou-se muito aqui em seguradoras e corretoras. Eu gostaria que V. Sª declinasse o nome – se entender conveniente, que o faça agora, senão, quando a reunião for transformada em sigilosa – das principais corretoras e seguradoras envolvidas nessa questão. Por quê? Porque ficou claro, também, pelo depoimento do Dr. Roberto Mira, que, se não há convivência, eu diria que há uma omissão total ou um desinteresse completo por parte do embarcador, por parte da seguradora. Para eles está muito simples a questão: primeiro, a venda ocorre uma outra vez; o produto dele está assegurado, então, ele pouco está importando-se com o transportador; foi roubada a carga, e o seguro paga. Segundo – parece-me também que faz até questão que isso aconteça –, a cada roubo aumenta o valor do prêmio do seguro, que vai lá para a estratosfera, e, daqui a pouco, não se consegue mais ter carga nenhuma segurada.

Peço a V. Sª que decline os nomes.

Sr. Presidente, tenho perguntas para os quatro depoentes. Devo perguntar primeiro para um, em seguida, para os outros?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – V. Exª está com a palavra. Ao terminar, cada um responderá.

O SR. MOREIRA MENDES – São essas as perguntas, Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU NATAL PAZAN – Vamos começar pela última: seguradoras e corretoras.

O transportador, pela legislação própria, não pode contratar o seguro direto na seguradora; tem que ter o papel da corretora.

No nosso setor, temos duas grandes corretoras, que é Pancary, de São Paulo, e a Apsul, do Rio Grande do Sul. Estão sendo pesquisados

Não sendo obrigatório o seguro de roubo de cargas, as corretoras e as seguradoras vão colocando limitações e dificuldades para vender, porque elas também estão no prejuízo. Conforme depoimentos, a carteira não é suficiente para acobertar todo o roubo de cargas.

Como que V. Ex^a falou do seguro, deu-me oportunidade de dizer que as nossas entidades, analisando tudo isso, sem condição e sem esperança nenhuma, fizeram um trabalho, através da nossa Associação Nacional de Transportes (ANTC), para o Resseguro do Brasil, em que procurou mudar a característica do seguro. Somos obrigados a fazer o RCTRC (Risco Contra Terceiro Responsabilidade Civil); este é obrigatório. O RSFDC não é obrigatório, mas o embarcador faz um seguro de RR, que é quase idêntico ao seguro que o transportador faz.

V. Ex^{as} ainda vão verificar que nos roubos de cargas aparece o caso fortuito de força maior, porque chega uma quadrilha armada, então é um caso fortuito de força maior. Por que não estabelecer a responsabilidade do embarcador da carga o seguro de caso fortuito, força maior. Esse seguro, mais o seguro do transportador, cobriria toda a cadeia e não teríamos esse jogo de "essa carga não cubro, essa carga é caso fortuito força maior, essa carga você usa a seguradora tal".

Apresentamos esse trabalho à Federação das Seguradoras (Fenaseg), em novembro do ano passado. Até hoje, não tivemos resposta. Mandamos cópia para o IRB e para a Susep. Podemos fornecê-las a V. Ex^{as}.

Inclusive fazemos esse apelo, já que não encontramos recursos para atender a toda essa demanda do roubo de cargas, já que não temos o apoio do Estado – sabemos da dificuldade do roubo de cargas na extensão das rodovias –, mas se essa responsabilidade fosse assumida pelo embarcador, ele irá exigir da sua corretora esse seguro. As seguradoras estão aí para oferecer seguros de que a sociedade precisa; se elas não estão em condições de oferecê-los, que abram para o mercado exterior, porque lá fora existem seguros para o transportador até o limite e, depois, vai para as transportadoras. Esse clube é meio fechado, e os transportadores pagando a conta.

As seguradoras também têm um prejuízo muito grande na carteira do roubo de cargas. Falo agora da seguradora. Na nossa empresa, temos só o seguro

obrigatório, que é tombamento, já que não há quase roubos, as estradas hoje em melhores condições e os caminhões dispõem de equipamentos melhores. Não digo o mesmo com relação a Mato Grosso, que não tem quase estradas, mas na região em que operamos, quase não há acidente, avaria de mercadorias; o que está a incidir é o roubo de cargas.

Esse trabalho foi apresentado, e até hoje não evoluiu, mas seria de grande valia para os transportadores, porque esse seguro, que não é obrigatório, dava segurança também para os terminais das empresas. Hoje, as seguradoras retiraram os seguros de nossos terminais. Não entendemos ainda o mercado, porque, no final de mês, como agora, os embarcadores, que são os proprietários, industriais, querem cumprir as suas quotas e, nos últimos três dias do mês, tem-se um volume astronômico nas suas empresas sem segurança, sem cobertura nenhuma. Esse fato está deixando os transportadores numa situação de descumprimento de suas obrigações. Como esse é um assunto difícil de ser resolvido, por falta de recursos e participação de autoridades, vamos colocar mais pessoas nesse bolo para tentar resolvê-lo.

Penso que o embarcador, ao se tornar o responsável, vai ter a restrição que, hoje, essas transportadoras têm. Se eu não posso transportar acima de R\$200 mil, se eu não posso levar mercadoria sem escolta, não posso levar mercadoria de determinado produto somente, essa responsabilidade passaria para ele, que, então, iria procurar empresas em condições de atendê-lo, dentro da exigência das seguradoras. Portanto, isso melhoraria bastante, disciplinaria, e também não deixaria que se chamasse o transportador para retirar mercadoria 8 horas ou 9 horas da noite. Quando retiramos as mercadoria dessas empresas tarde, as levamos para os grandes supermercados, que não têm a capacidade de armazenar esse produto. Dessa forma, os nossos caminhões são os seus depósitos, ficam estacionados na frente das grandes redes de supermercados e são assaltados ali porque não temos segurança nas rodovias e nem nesses locais. Então, as seguradoras estão no papel delas, não é obrigatório, elas dificultam. Acho que sobre o seguro eu coloquei agora.

O senhor falou em postos de conveniência. Estamos cansados de falar deles através da nossa assessoria. Posso citar o Posto 67 da via Anhangüera, situado na Cidade de Jundiaí, onde moro. Diariamente vejo caminhões sendo assaltados naquele posto. Mandamos ofício para a Secretaria de Segu-

rança, para a Polícia Rodoviária Estadual, e não obtivemos resultados. Há alguns postos famosos também na via Dutra, dos quais não sei o nome, não sei se o Coronel pode colocar, eu falei isso, no 67, porque é perto da minha cidade. Então, os postos estão ali para atender, faturar, abastecer, dar condição de descanso para o motorista, e os nossos motoristas estão sendo assaltados dentro dos caminhões, são acordados, são rendidos e assaltados nesses postos.

Há também muita gentes estranha não só nos postos mas também perto dos pedágios e dos postos fiscais. Então, vê-se uma infinidade de pessoas que não têm nada a ver...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ponto de observação.

O SR. ROMEU NATAL PAZAN – São os chapas que estão na estrada oferecendo serviços. Então, o risco é muito grande. Não se pode parar. Se o caminhão sai daqui e vai ao Rio de Janeiro, pede-se a Deus proteção, não pode furar um pneu, não pode acontecer nada porque não tem a segurança. Agora, penso que essas empresas que estão administrando os pedágios, cobrando por eles preços absurdos, deveriam ser chamadas à responsabilidade.

O SR. MOREIRA MENDES – Os promotores italianos.

O SR. ROMEU NATAL PAZAN – Os promotores italianos... Em 94, a nossa entidade maior patrocinou a vinda deles a São Paulo. Eles acharam estranho que o inquérito sobre um roubo de carga fosse feito pela própria polícia civil, que deveria fazer um levantamento da ocorrência, mas o processo deveria ser feito pela promotoria. É necessária a criação de promotorias específicas para análise do roubo de carga.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Peço licença a V. Sª apenas para explicar o nosso sistema do processo judicial, que é diferente. Na Itália, o Ministério Público é que faz o inquérito e determina a investigação. Aqui, a Polícia investiga, faz o inquérito, e o Promotor intervém no processo, quer dizer, se, aqui, se criarem promotorias especializadas, elas vão se manifestar. Penso que seja uma tese razoável.

O SR. ROMEU NATAL PAZAN – Foi sugestão nossa, não foi acolhida.

Estamos cansados também...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Para o assalto, o roubo, tudo isso, há, hoje, o Caex, pelo menos, em São Paulo, que acompanha de perto a evolução da polícia judiciária na área do crime, que, aqui, seria uma especialização importante.

O SR. ROMEU NATAL PAZAN – Quando os nossos caminhões são assaltados, como eu falei anteriormente, os nossos motoristas se dirigem à delegacia e são os primeiros a serem investigados. Quando acontece de prenderem o ladrão, o que é muito raro, já chegam junto nas delegacias com vários advogados para defendê-los, quando não chegam antes. Então é uma estrutura muito forte. Não sabemos como combater.

O SR. MOREIRA MENDES – Estou satisfeito.

Perguntaria agora ao Dr. Roberto Mira o que o Governo poderia ter feito para prevenir. Está praticamente respondido, todos, de alguma forma, em algum ponto tocaram nessa questão.

Com relação ao prêmio, o valor dele vem subindo a cada ano.

O SR. ROBERTO MIRA – Há seis meses.

O SR. MOREIRA MENDES – Muito bem. Percebo que o setor está bem organizado. Há uma estatística de quanto o valor do seguro subiu nos últimos quatro anos?

O senhor também se referiu a um bandido que tinha sido preso e riu quando estava sendo interrogado por policiais, pelo delegado. Sabe-se que ele é uma pessoa envolvida com essa questão. Gostaria que o senhor declinasse o nome dessa pessoa, se não agora, quando a sessão se transformar em reservada.

O senhor falou também que sabe de algumas empresas que compram o objeto do furto, com nota fria, e tal. Se souber, é importantíssimo que sejam declinados também esses nomes para que a CPI possa tomar alguma providência.

Com relação a esse Dr. Matias, citado aqui. O Presidente da CPI pediu a quebra do sigilo bancário dele e foi deferido, já votado pelo plenário. Tenho informações de que quando esse cidadão esteve preso, em decorrência do seu envolvimento com a CPI do Narcotráfico, o roubo de cargas da região de Campinas, que seria a área de atuação desse cidadão, teria diminuído consideravelmente e que logo após – ele hoje parece que está solto – sua soltura, novamente, o roubo de cargas tomou uma proporção maior do que antes da prisão dele. Isso é verdadeiro?

O SR. ROBERTO MIRA – Pois não.

O aumento do seguro há pouco tempo, não muito distante, não custava para as transportadoras mais do que 3%, de 2% a 3% era o custo do seguro e segurança. Não vou falar em segurança porque não tínhamos custo de segurança nas nossas empresas. Pagávamos apenas o seguro. Hoje custa de 10% a 15%

do nosso faturamento bruto, seguro e segurança. Só o seguro, na minha empresa, o mês passado, deu 8,7%. Só o seguro. É um absurdo.

Quanto ao ladrão a que o senhor se referiu, que estava na delegacia. Estou sempre na Devecar, Delegacia especializada de roubo de cargas, das mais atuantes do País; temos ali um pessoal bastante atuante, não trabalham mais porque não têm estrutura. Está lá o nosso amigo Dr. Bittencourt, que tem muita boa vontade, mas não tem estrutura para suportar o volume de roubo de carga. E ele fez esse comentário sim, que teria acontecido; mas exatamente a pessoa, o bandido, eu não sei quem é.

Quanto a mercadoria roubada e vendida, isso vemos diariamente nos jornais. O Coronel Souza tem um volume disso para passar aos senhores. A própria revista *Veja* divulgou um caso bastante peculiar. E um dos depoentes que foram convidados para depor aqui, com certeza, vai contar esse caso, para os senhores verem a que nível chega o roubo de carga.

O Presidente da nossa Federação já foi convidado pelos Srs. e tenho certeza de que ele trará esse caso. O fato de ele ser o Presidente da maior Federação do País não poupou a empresa dele desse absurdo, já que roubaram dois **containers** seus com carga, que apareceu dentro de um grande magazine em São Paulo, com nota fiscal fria, obviamente. Isso é um verdadeiro absurdo.

No caso de Campinas, o que comentamos o senhor verá na documentação do Coronel que estão nas manchetes dos jornais. Quando se instalou a CPI do Narcotráfico, conforme a estatística que temos de números extraídos desses mapas vistos aqui, o roubo de cargas na região de Campinas, Anhangüera e Bandeirantes caiu vertiginosamente. Depois que aliviou, subiu. Hoje temos muito mais roubos do que antes, certo Coronel? Durante a CPI, os roubos diminuíram. Os números estão aí e a imprensa divulgou bastante. A própria Secretaria de Segurança de São Paulo também possui esses números, que são checados com os nossos.

O SR. MOREIRA MENDES – Coronel Paulo, vários depoentes citaram aqui que, em sendo apreendida a carga e presos os envolvidos com o roubo, imediatamente para lá acorre um número muito grande de advogados que logo dão cobertura. Há um ponto interessante nessa questão para que possamos identificar se isso sempre ocorre em uma determinada região, que pode ser na delegacia especializada que o Dr. Roberto se referiu, e se há coincidência, se são sempre os mesmos advogados. Caso tenham essa

informação, que também fosse declinado o nome dos advogados. Essa é a pergunta que deixo para o senhor.

O SR. PAULO ROBERTO DE SOUZA – As delegacias conhecem esses advogados porque eles se apresentam nas delegacias e dizem que estão representando fulano. Está nominata eu não tenho, mas a Devecar de São Paulo pode dar os nomes desses advogados.

O SR. MOREIRA MENDES – São sempre os mesmos?

O SR. PAULO ROBERTO DE SOUZA – Eu não poderia lhe dizer para não cometer o erro de dizer alguma coisa sem segurança, mas vou lhe contar um caso. Em março de 1999 houve um roubo na região de Miracatu de seiscentos mil, dois caminhões de medicamentos, e treze elementos foram presos em flagrante. Quando esses elementos foram trazidos, uma parte deles foi levada para Miracatu e outra parte para São Paulo, isso às 3h30min. Às 4h30min havia dois advogados esperando, em São Paulo, que chegassem os bandidos de Miracatu, porque esses já tinham dívidas com a Devecar e os outros eram primários e foram encaminhados para lá.

Coincidentemente ou não, comenta-se hoje, como informação, que existem três grandes quadrilhas de medicamentos atuando no Estado de São Paulo: uma em Campinas, outra na região de Miracatu, cujo chefe é um advogado – dados da Polícia Federal, que está investigando sobre isso – e um outro atuando em Barueri.

Conforme lhe disse, são dados, coisas que apareceram, não tenho nomes e estão sendo conduzidos pelos competentes policiais que tratam desse caso. Mas, no nível da minha atuação em que estou sempre presente nas delegacias, ouço esse tipo de comentário e posso dizer que tenho a convicção pessoal de que isso é uma verdade. Agora, não tenho nomes para lhe apresentar mas seguramente, nos casos que trazemos aqui, que são os mais bombásticos, tem nomes de marginais e estão nas delegacias.

O SR. MOREIRA MENDES – O senhor cita roubo de medicamentos e que supostamente seria o advogado o comandante da quadrilha estão nos documentos?

O SR. PAULO ROBERTO DE SOUZA – O roubo está. Essa consequência me foi dita...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Só que aí são as ocorrências?

O SR. PAULO ROBERTO DE SOUZA – São os recortes de jornais relatando as ocorrências e alguns

boletins. Aqui tenho o boletim da época e o recorte de jornal da época deste caso 13 de março de 1999.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Senador, V. Ex^a me dá licença só para completar?

O SR. MOREIRA MENDES – Pois não, Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor consultou algum dos inquéritos em andamento quando surgiu?

O SR. PAULO ROBERTO DE SOUZA – Não, não tenho competência para isso e não participo disso.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor não consultou os inquéritos para poder apontar os delegados aqui? Assim seria possível ir atrás dos inquéritos e completar as informações.

O SR. PAULO ROBERTO DE SOUZA – Não tenho conhecimento da investigação. O meu trabalho pára quando levo as informações até a instância policial, para que se procedam as investigações. Comunico os sinistros e, a partir daí, não tenho retorno. Eventualmente, numa conversa paralela, tomo conhecimento de algum caso pontual, mas não há um sistema regular desse tipo de retorno.

A Polícia Federal, a partir das fraudes de medicamentos, está atuando na parte específica de medicamentos. Num contato com os policiais, eles me disseram que estão investigando medicamentos e, no bojo das fraudes, veio o roubo de cargas; e eles têm zoneado três grandes áreas de atuação, onde estariam atuando três quadrilhas, ainda em fase de investigação.

O SR. MOREIRA MENDES – Finalizando, Sr. Presidente, gostaria de ouvir o depoimento do Dr. Artenir Werner sobre a seguinte questão: realmente, há uma ligação entre o roubo da carga e o roubo do veículo; no Norte, que é minha região, o que acontece é um número bem menor – é que, invariavelmente, o roubo de carga leva ao roubo do veículo; dali ele vai para a Bolívia, e se sabe claramente – lá não tenho dúvidas que parte da polícia estaria envolvida nessa questão; lá se rouba muito café e cassiterita; o senhor, que foi vítima tantas vezes do furto também do caminhão, pode informar se eles são encontrados? Ou vão todos para o desmanche? Quero saber se há essa ligação com a Bolívia, com o Paraguai, com troca por drogas; e, no bojo da pergunta, se a mercadoria transportada pelo senhor é especializada, saberia dizer se são insumos que poderiam ser usados como cocaína?

O SR. ARTENIR WERNER – Um desses solventes, Senador, deve ser usado também no processamento da cocaína não tenho certeza.

O SR. MOREIRA MENDES – O senhor conhece o nome de alguma dessas oficinas de desmanche? Em caso positivo, gostaríamos que o senhor declinas-se o nome, ainda que seja na parte reservada da reunião.

O SR. ARTENIR WERNER – Perfeitamente. Nós o faremos, Senador. E a informação que temos é de que 100% da carga desaparece. Quanto aos veículos, os mais novos não aparecem mais, e os que não interessam normalmente são abandonados em algum lugar. Recuperamos em torno de 40% a 50% dos veículos.

Estou nessa transportadora há pouco tempo, há dois anos e meio, mas me relatava o Sr. Augusto que, invariavelmente, o caminho era o Paraguai; mas houve certo aumento de policiamento, então o desmanche tem sido o grande escoamento desse equipamento atualmente.

O SR. MOREIRA MENDES – Sr. Presidente, estou satisfeito com as respostas.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O segundo inscrito é o Deputado Pompeo de Mattos, que está ausente.

O terceiro é o Deputado Gervásio Silva.

O SR. GERVÁSIO SILVA – Sr. Presidente, Senador Romeu Tuma; Dr. Romeu Pazan, nosso amigo, ex-Deputado Artenir Werner, Coronel Paulo Roberto de Souza, Dr. Roberto Mira, sabemos e temos consciência de que, nesse segmento estratégico para a economia do Brasil, o transportador está pagando essa conta sozinho. No período de 1994 até hoje, subiu o preço dos insumos do transporte, o preço do frete não correspondeu a esse aumento, e isso, por si só, gera uma situação de dificuldade a todas as empresas transportadoras do Brasil, que merecem, do Governo e do setor público, uma atenção especial.

Então, eu queria perguntar ao Dr. Romeu Pazan se a estatística aqui apresentada é da entidade que representa e não da Polícia do Estado de São Paulo. É isso?

O SR. ROMEU NATAL PAZAN – Nós recebemos informações dos nossos associados e de seguradoras, e trocamos as nossas estatísticas.

O SR. GERVÁSIO SILVA – O que nos leva a concluir que o volume de roubo no Estado de São Paulo é muito maior, porque muitas empresas de outros Estados brasileiros são roubadas em São Paulo, não são associadas ao Sindicato dos Transportes de São Paulo e, portanto, os dados são muito maiores do que os que foram aqui apresentados.

O SR. ROMEU NATAL PAZAN – Os dados são nacionais, porque a nossa associação recebe essas informações de outros Estados e das seguradoras. O que nós não temos são as estatísticas da carga própria. O dono da carga própria é roubado e nós não temos as estatísticas disso, e também as do autônomo, que não faz parte das nossas entidades. Estimamos – além das nossas informações – que o roubo, no Brasil, vai chegar a 450 milhões no ano 2000.

O SR. GERVÁSIO SILVA – Outra pergunta que eu queria fazer ao Dr. Roberto Mira e ao Dr. Romeu Pazan é se após o momento da ocorrência do roubo de carga a Polícia permanece na investigação, ou se simplesmente se faz a ocorrência – é mais uma ocorrência – e a Polícia, por falta de condições, pára por aí, não vai investigar onde foi parar a carga, onde está o receptor. Eu gostaria de saber se a entidade tem notícia de que a Polícia prossegue efetivamente fazendo investigações ou se elas não estão ocorrendo.

O SR. ROBERTO MIRA – São raríssimas as investigações. Temos reclamado disso em todas as Secretarias de Segurança de todos esses Estados. Elas não existem. Falta gente, falta equipamento para a Polícia. Eu tenho ouvido isso em todo lugar, infelizmente, salvo raríssimas exceções, alguns dedicados policiais, alguns dedicados delegados – eu tenho visto alguns que se debatem e fazem o que podem.

E depois, se V. Ex^a me permite dizer uma verdade, a nossa Polícia está acovardada, ela não pode por a mão em bandido, V. Ex^a sabe disso. Por mais elementos valorosos que tenhamos na nossa Polícia, tanto Militar quanto Civil, a Polícia está acovardada. O bandido está mandando, hoje.

O SR. GERVÁSIO SILVA – Mais uma questão. O embarcador, o fabricante, a indústria teria como colaborar, identificando os produtos transportados. Por exemplo, o pneu é uma coisa identificável, assim como o eletrodoméstico. Se realmente a indústria entender de colaborar, vai colaborar muito, principalmente quando se tratar daqueles produtos passíveis de serem identificados através de nota fiscal e que, num rastreamento futuro, após o roubo dos produtos, vão aparecer no mercado com a identificação.

O SR. ROBERTO MIRA – Espero que essa informação que eu vou dar a V. Ex^{as} não venha a prejudicar a minha empresa.

Deputado Mario Negromonte, gostaria inclusive que V. Ex^a entendesse bem a minha colocação: quem sabe no projeto de V. Ex^a pudesse ser incluída alguma coisa nessa linha.

É notório, Ex^{as}, salvo honrosas exceções, que o embarcador beneficia-se com o roubo da carga, porque ele está vendendo de novo. Já aconteceu comigo. Eu informei o embarcador multinacional de que o carregamento tinha sido roubado, no valor de R\$540 mil, e vi a alegria dele, meu interlocutor. Cumpri a minha meta desse mês só me faltava vender quinhentos.

Então, como eu disse antes, aquela venda é debitada na conta do otário do transportador, que somos nós. Com ou sem seguro nós temos que pagar, não importa se for força maior ou não, temos que pagar – e o embarcador emite sua outra nota fiscal, correndo o seu faturamento do mês. Então, isso aconteceu.

Agora, claro que teria, se esse embarcador não fosse beneficiado – e aí temos que focalizar aquilo que o Senador Romeu Tuma disse –, ou seja, temos que transferir o seguro de roubo de carga para o embarcador sim, porque quando ele for responsabilizado por este seguro ele vai tomar os seus cuidados também, vai nos ajudar. De que forma? Por exemplo, um equipamento desse aqui, se tivesse nesse equipamento o número de série, o número do chassi, como se faz num veículo, e isso fosse colocado na nota fiscal, já estaria resolvido o problema.

Mas o fabricante faz questão de colocar 500 mil geladeiras para a Casa Bahia, por exemplo, mas não tem na nota fiscal a relação dessas geladeiras, não se atrela a venda no documento fiscal, porque se for roubado... Mas é por série, Senador! Então, numa determinada série se fabricou cinco mil peças. Quer dizer, chego a entender, já discutimos muito isso, existe balde de produto químico que custa US\$150. Não poderia ter um número desse balde? Não, uma série, são milhares. Quando esse balde for roubado, o que vai acontecer? Coloca-se uma nota fria, com muita facilidade, e você pode estar diante do depósito, com a carga roubada ali e você não consegue identificar, porque aquele fabricante – imaginamos que tenha algum interesse em não ser identificado -- fatura novamente.

A partir do momento em que a indústria começar a fechar em conjunto com o embarcador, com o transportador e com o segurador, vamos ter uma queda violenta no roubo de carga. Mas enquanto o fabricante insistir em não numerar seus produtos, não colocar no documento fiscal a especificação daquele produto, com o número, com série, com chassi, etc., a carga roubada estará sob os nossos olhos, com o documento fiscal escrito assim: 500 mil peças! Pronto! Certo?! Respondi a sua pergunta?

O SR. GERVÁSIO SILVA – Respondeu.

O SR. ROBERTO MIRA – Então, enfatizo a necessidade de transferirmos o seguro do roubo de carga para o embarcador, porque ele tem que ser parceiro nisso, não tem que se beneficiar com o roubo da carga, porque grandes embarcadores hoje se beneficiam, ficam felizes da vida quando são informados que sua carga foi roubada, salvo exceções. Existem embarcadores que nos auxiliam, que nos ajudam, que têm departamentos de segurança dentro das empresas. Poderia citar algumas, inclusive, que têm nos seus embarcadores empresas multinacionais que têm um departamento de segurança, que pagam gerenciamento de risco, são verdadeiros parceiros. Outros, apenas ficam felizes com a notícia que sua carga foi roubada, porque vai faturar de novo.

O SR. GERVÁSIO SILVA – Sr. Presidente, antes de eu concluir, a Deputada Telma queria participar dessa minha pergunta, Dr. Roberto Mira, o senhor me permite?

O SR. ROBERTO MIRA – Pois não.

A SRA TELMA DE SOUZA – Obrigado, Deputado.

Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Expositores, entusiasmei-me em fazer a pergunta nesse momento e não na ordem em que estava inscrita, pela sua declaração.

Recentemente, por ser Presidente da Subcomissão de Portos da Câmara Federal, que é apensada à Comissão Permanente de Viação e Transportes, onde estou há seis anos, até por vir da cidade de Santos e a questão do porto é, com certeza, a questão mais candente na minha região, tivemos o depoimento da representante da Receita Federal, na ausência do Dr. Everardo Maciel, que nos declarou que, com a abertura de mercado e a ausência de uma reformulação na fiscalização de cargas, de uma maneira geral, nos portos brasileiros e também outras atividades relacionadas com a movimentação de cargas, não só na questão do porto, que havia uma ausência de uma política, digamos assim, para que pudesse haver uma contenção dessa possibilidade, dados os números que o Dr. Pazan nos disse agora há pouco, são extraordinariamente altos.

A pergunta que lhe faço segue em duas direções. Retiro até a possibilidade de fazer a minha intervenção, de acordo com a inscrição que fiz.

A Receita Federal, recentemente, cancelou um concurso para fiscais. No seu depoimento, a representante da Receita Federal nos informou – posso estar enganada no que diz respeito à correlação de forças e aos números e me penitenciarei se isso ocorrer, mas acredito que a memória está boa – que, no Brasil,

a quantidade de fiscais é cerca de quarenta vezes menor do que a da França, por exemplo, que é um país cujo território tem mais ou menos o mesmo tamanho do Estado de Minas Gerais. Disse ainda que a modificação da relação econômica, do modelo econômico, e a ausência da presença do Estado numa movimentação mais organizada facilitariam toda uma situação de ausência de uma política clara para o setor.

Dessa forma, eu gostaria que o senhor tecesse considerações sobre essa questão, até porque um recente concurso para fiscais foi cancelado. Esses fiscais poderiam se movimentar em nosso País, particularmente nos portos brasileiros.

Agrego a essa minha pergunta uma outra questão. Há pouco mais de um mês, foi feita a troca do representante da Receita Federal em minha cidade. Não quero aqui entrar no mérito da questão. Não sei isso tem a ver com a frouxidão – estou tentando ser elegante, embora essa seja uma palavra pesada – no trato da questão do roubo de cargas, no sentido de coibi-lo. Essa é a primeira questão.

Quanto à segunda questão, quero dizer que, hoje, nos jornais, está estampada uma resposta de setores do Exército a uma provocação do Presidente desta Casa, Senador Antonio Carlos Magalhães, que disse que o Exército deveria estar nas ruas para garantir a segurança pública. E o representante do Exército argumentou que, se o soldado estiver muito perto da população, a possibilidade de corrupção será muito alta. Essa declaração não é minha.

Junto as duas questões: a falta de uma fiscalização mais efetiva devido à ausência de funcionários em número necessário para promover um novo modelo econômico e declarações de que a possibilidade de corrupção atingindo setores que poderiam fazer essa fiscalização – este é o comentário que peço que o senhor faça –, fora outras variáveis do problema, estaria no centro de tudo o que está acontecendo em nosso Brasil, apontando para o número extraordinário de 450 milhões em roubo de cargas.

Isso é alarmante, pois implica em evasão de receitas, despreparo do Estado brasileiro, ausência de proteção do bem público e falta de eficiência da ação governamental.

Esses dados estão publicados na **Folha de S.Paulo** de hoje. Gostaria de dirigir essa pergunta ao senhor.

Muito obrigada, Deputado.

O SR. GERVÁSIO SILVA – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Peço desculpas aos outros inscritos, que estão me olhando

feito e com razão. Pensei que seria um aparte, e este foi concedido. V. Exª já fez seu questionamento, e o senhor pode responder. Assim, peço desculpas aos outros inscritos, com todo o respeito por se tratar de uma jovem e elegante Deputada.

A SRª TELMA DE SOUZA – É por isso que gosto de vir ao Senado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Deputado, V. Exª perdeu praticamente...

O SR. GERVÁSIO SILVA – Eu só gostaria de fazer mais uma pergunta ao Dr. Artenir, mas posso fazê-la após a sua resposta às indagações da Deputada.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – V. Exª pode fazer a sua pergunta. Em seguida, o Dr. Artenir poderá dar a sua resposta.

O SR. GERVÁSIO SILVA – Eu gostaria de perguntar ao amigo Artenir se as autoridades paraguaias colaboraram no resgate dos caminhões roubados da empresa Dalçoquio que foram parar naquele país.

O SR. ARTENIR WERNER – Muito pouco, Deputado, ou quase nada.

O SR. GERVÁSIO SILVA – Concluo dizendo que realmente o setor de transporte não pode ser responsável por isso sozinho. É preciso que parte da responsabilidade seja transferida ao embarcador. O que parece que se faz hoje com o setor do transporte de cargas no Brasil é o seguinte: quanto mais debilitado ficar o setor – um lado pela situação econômica, outro lado pelo grande roubo de carga que está acontecendo –, mais interessante vai ficar para as grandes corporações internacionais que querem atuar nesse setor estratégico do nosso Brasil.

Quero deixar registrado isto: que, a meu ver, debilitar as empresas brasileiras está sendo muito interessante. E essas quadrilhas são profissionais, têm equipamentos que a própria polícia não tem.

Era essa a minha preocupação.

O SR. ARTENIR WERNER – Eu gostaria de iniciar a resposta à Deputada, informando que a palavra "embarcador" que usei...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Solicitei um esclarecimento porque a televisão está transmitindo e provavelmente quem nos vê e quem nos ouve não sabe a diferenciação.

O SR. ARTENIR WERNER – É o remetente da carga, é o fabricante do produto, aquele que está embarcando, aquele que está efetuando o transporte, contratando a transportadora.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não é sempre o fabricante. O distribuidor também.

O SR. ARTENIR WERNER – Claro, é aquele que está contratando o transporte. É o dono da carga, aquele que está contratando o transporte. Ele está embarcando a sua carga. De repente, a senhora imaginou que eu estaria me referindo a alguma embarcação marítima ou algo assim.

A SRª TELMA DE SOUZA – Não necessariamente, mas qualquer tipo de embarcação. Para os meus ouvidos portuários, é sempre relativo mais à água, mas eu pensei em qualquer tipo de embarque.

O SR. ARTENIR WERNER – Está certo. Eu queria lembrar à senhora que temos um outro depoente aqui, o Flávio Benatti, que é o Presidente da nossa Federação. Ele é de Santos e, com certeza, fará todos os esclarecimentos que a senhora desejar, porque conhece bem os problemas de roubo de carga no Porto de Santos, especificamente na sua área.

Mas eu diria para a senhora, pelo pouco conhecimento que tenho dessa área, o seguinte: acho que a corrupção, infelizmente, está instalada em nosso País em todos os ambientes. E estamos sobrevivendo a esse mal. Não coloco com muita veemência a polícia não. Tenho circulado por muitas entidades policiais de várias cidades e Estados e tenho visto gente muito boa e atuante. Comentários sobre policiais envolvidos há sempre. Mas eu, que tenho defendido algumas empresas de transporte e circulado em delegacias, no exercício da nossa função de dirigente do maior sindicato de empresa de transporte do País – quando vem um transportador com problema, procuramos orientar e acompanhar –, tenho tido das autoridades policiais uma enorme atenção. E noto claramente que, se não ajudam mais, é porque não têm estrutura. Isso sim, tenho ouvido.

Poderia até destacar, por exemplo, o Dr. Demóstenes, Secretário de Segurança de Goiás. Ele nos atende com a maior boa vontade, mas não tem estrutura. Ele nos prometeu que criaria uma delegacia especializada em roubo de carga, mas não conseguiu fazer isso até agora. E o roubo de carga em Goiás está explodindo no Estado inteiro. Infelizmente, o Dr. Demóstenes não está conseguindo conter o avanço da criminalidade no roubo de carga no Estado de Goiás.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Agora, o Deputado Chico da Princesa.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Sr. Presidente, eu me reinscrevo?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – É, porque eu havia posto V. Exª como ausente.

Em seguida, o Sr. Deputado Pompeo de Mattos.

O SR. CHICO DA PRINCESA – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srs. Deputados, Srs. Expositores, gostaria de fazer uma pergunta ao Sr. Romeu Pazan. Não prestei bem atenção e, portanto, gostaria de saber se a grande maioria dessas cargas roubadas tem seguro ou não.

Pude também observar que foi dito que à Polícia faltam equipamento, combustível e vontade. É uma realidade. E gostaria também de dar uma sugestão ao Relator. No meu ponto de vista, um passo muito importante para esta CPI foi quando o Coronel Paulo nos mostrava a questão da quadrilha, do encapuzado que comandava, daquele outro que emite a nota fria; é importantíssimo para nós sabermos onde é desovada essa mercadoria, nesses grandes centros, onde se encontra o chamado terceiro de boa fé, que só vai perder a mercadoria, se for o caso, mas que comprou com nota fria. No meu ponto de vista, é o foco mais importante para chegarmos realmente...

Vamos voltar de ré. Acho que as demais perguntas, não vou ser repetitivo aqui, a maioria, já foram respondidas. Quanto à questão das cargas com seguro ou sem seguro, não sei se o Sr. Pazan me responde ou...

O SR. ROMEU NATAL PAZAN – Não, não é totalmente segurada, porque hoje temos, no máximo, seis a dez seguradoras oferecendo apólice do seguro de roubo de carga. Ele não sendo obrigatório, ela coloca uma série de exigências, e a maioria das empresas de transporte são familiares, são empresas pequenas. E essas empresas não têm um volume de prêmios que atende às exigências seguradoras, só as que transportam valores altíssimos. E com isso, quando são roubadas, não têm um seguro para responder perante o seu cliente, começa a fazer pagamento com fretes. Isso tem levado à inadimplência de tributos, porque, para não perder o cliente, deixa de pagar os seus tributos, mas paga o cliente, o embarcador. Com isso, tendo o segundo roubo, daí para frente não tem mais nenhuma condição. Então, hoje, 40% a 50% das empresas de transporte em nosso Estado não têm apólice de roubo de carga.

O SR. CHICO DA PRINCESA – O senhor diz 40% a 50% das empresas ou das cargas roubadas?

O SR. ROMEU NATAL PAZAN – Das empresas.

O SR. CHICO DA PRINCESA – O número de carga roubada com seguro ou sem seguro?

O SR. ROMEU NATAL PAZAN – Veja bem, hoje, fica muito difícil saber se tem ou não seguro,

porque eles procuram com lupa a seguradora para ver se você está atendendo todas as exigências - se você tem rastreamento, se está levando volume de carga permitido na apólice, se tem escolta, qualquer coisa que não se cumpriu, apesar de o seguro não ter cobertura. Então, joga-se para processo de caso fortuito ou força maior. Só que o seu cliente, o meu cliente não quer saber - entreguei a mercadoria, você é o responsável -, e para não perder o cliente começa a fazer os pagamentos ou descontar na conta-frete.

O SR. CHICO DA PRINCESA – Satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Deputado Pompeo de Mattos.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Sr. Presidente, Senador Romeu Tuma, Colegas Deputados, nossos convidados, que prestaram, tenho convicção, informações importantes para a CPI. Não pude assistir à parte final, onde o Sr. Werner fez a sua explanação - assisti a uma parte; tive um compromisso; fui e voltei -, mas tomei consciência praticamente de todas as manifestações, especialmente dos índices, dos dados e dos números, que, aliás, já quero aqui, desde logo, pedir uma cópia.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Já foi solicitada.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Queria uma para mim, para os meus dados pessoais.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – A Secretaria vai distribuir, depois, cópia para todos os Membros.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Ótimo. Muito obrigado.

Quero dizer aos nossos convidados que tive a oportunidade de participar da CPI do Narcotráfico, e lá acabamos vendo o significado do roubo de carga, que efetivamente é o crime que mais se implementou no País nos últimos dez anos, com toda a certeza. É o crime que é praticamente insolúvel, é o crime que compensa e é o crime em que ninguém é incriminado pelo que cometeu. Fazemos coro aqui às manifestações, inclusive do Dr. Roberto, até dizendo que é verdade, pouco se tem falado nesta questão, mas a CPI do Narcotráfico já levantou esse problema, e como decorrência daquele trabalho, estamos aqui com o Deputado Oscar Andrade, que propôs a CPI, numa segunda etapa, ou seja, há uma preocupação muito grande no país hoje com o problema do roubo de cargas, pois ele não é um fato isolado; hoje o roubo de carga alimenta a lavagem de dinheiro, o tráfico de drogas, uma série de outras questões, além do roubo de

cargas, que é o crime em si, que está levando o setor a um revés desgraçado.

Felto isso, não é preciso aqui discorrer sobre dados, números, elementos, fatos que temos. Eu pedi ao Presidente a inserção nos Anais da CPI de uma reportagem importante que a **Zero Hora**, no Rio Grande do Sul, Estado a que pertencço, fez relativamente ao roubo de carga, onde tem uma série de indícios, e posteriormente vamos também pedir a oitiva de algumas autoridades ligadas ao setor de carga, que também possam complementar informações importantes relativamente ao roubo de carga. Porque hoje a grande vítima do roubo de carga, se compararmos Estados da Federação, é o Rio Grande do Sul. É uma coisa muito curiosa. O triângulo das Bermudas é São Paulo, Rio e Minas Gerais, e as vítimas são do Rio Grande do Sul, um pouco, acredito, porque o gaúcho é expansivo, fala arrastado, no tchê, é reconhecido na primeira palavra, na segunda já está longe da terra e é presa mais fácil; normalmente os caminhões procuram roubar quem vem mais de longe porque não tem com quem se socorrer.

Quero aqui colocar três coisas que considero importantes. Primeiro, como os senhores vêem, gostaria que um dos senhores me respondesse, quem sabe o Dr. Romeu, a questão das escoltas. Ouvi o senhor dizendo, o Dr. Roberto também, que a polícia de Goiás se esmerou, se esforça, enfim. Quero dizer que apóio o trabalho da Polícia, acho que é importante, mas cheguei a uma convicção na CPI do Roubo de Carga de que não existe crime organizado sem ter polícia no meio. É duro dizer isso, mas afirmo que maus policiais, alguns poucos, mas tem que ter um pelo menos. Não existe crime organizado sem ter um mau policial no meio. A polícia é para o crime organizado como o cavalo é para o jogo de xadrez. Não é o cavalo a peça mais importante no jogo de xadrez, mas ele ainda assim pula por cima do peão, do bispo, da torre, da rainha, do rei, vai pulando por cima; a polícia não é a estrutura mais importante na hierarquia do poder, mas ainda assim pula por cima do promotor, do juiz, do desembargador, da CPI, até do governador. Porque ele é autoridade quando está na sociedade e é bandido quando se mistura com bandido. Ele tem informações privilegiadas de tudo que acontece, às vezes quem roubou é quem está registrando a ocorrência; pelos menos são essas as denúncias que recebemos muito fortemente na CPI do Narcotráfico. Tem gente da minha família – sou de uma família humilde –, um cunhado meu, que foi recrutado para fazer escolta. Ele é um PIM aposentado, foi para a reserva

cedo e está ajudando a fazer escolta. Eu mesmo digo para ele: e quando esse pessoal deixar de fazer escolta e ficar sabendo como funciona a escolta, daqui a pouco não vão assaltar com escolta e tudo? Então, como os senhores estão vendo essa questão da escolta? Se existe escolta, existe aí um trabalho paralelo de polícia ou, no mínimo, de falta de segurança, que é a missão que cabe à polícia, que é uma missão que cabe ao Estado, representado, neste caso, pela polícia. Então quero que os senhores me respondam, a seguir, sobre isso.

Outro aspecto, este é até de forma genérica: hoje essas quadrilhas se organizam porque não há, absolutamente, uma ação efetiva, de inteligência, no sentido de identificar essas quadrilhas. Não há uma ação de inteligência, a ponto de que segmentaram o crime. Como o coronel expôs, ele tem noção disso também, quem assalta o motorista não é quem leva a carga, quem leva a carga não é quem faz o depósito, quem faz o depósito não é quem transfere para o receptor, que não é, em última análise, quem vende. Então, é segmentado de tal maneira que se pega um, quebra a corrente, não se consegue chegar no outro por absoluta falta de informação, porque quem está no meio não sabe mesmo, nem com pau-de-arara. E aliás quero dizer aqui, acho que bem, tem a questão dos direitos humanos, isso, aquilo, aquilo outro, acho que temos que respeitar, porque não adianta pegarmos um ou outro e baixarmos o laço também para dizer que o bandido é bandido; o bandido não pode dizer, no laço, que é bandido, porque daqui a pouco se pega um que não é bandido. E daí? Esse é o diabo da coisa. Prefiro ter bandido solto do que inocente preso. Então, o que precisamos é de inteligência – e a pretexto de não termos inteligência e formos para a brutalidade, aí, sim, nós desmoralizamos tudo. E se tu pegas um suposto ladrão de carga e depois tu descobres que ele não é ladrão, que tudo era falso, como aconteceu em São Paulo, numa escola em que supostamente estavam molestando crianças e, depois, ficou provado que era mentira, desse episódio não se recupera mais, isso marca a pessoa para o resto da vida. E aí os bandidos vão se envaidecer, engrandecer com base nesse exemplo, e mais bandidos vão roubar e mais bandidos vão querer ter direito. Portanto, tem que ter inteligência.

Então, Presidente Romeu Tuma, acho a CPI um grande trabalho. E V. Ex^a, como autoridade do setor, como policial que foi e tem uma bagagem de conhecimento e de experiência, ao longo dos anos que trabalhou nessa atividade, sabe que se não tivermos infil-

tração nas quadrilhas para saber como é que elas agem; se não tivermos uma ação efetiva para a proteção de testemunhas, para aquele que fica lá no covil, agindo, e depois possa passar para o outro lado e ter a proteção do Estado, nós não vamos resolver o problema. Que o Estado providencie alguém para botar lá dentro, ou que pague alguém que saia de lá. É muito mais barato para o Estado do que o que está acontecendo hoje, o prejuízo é muito maior.

Penso que a CPI vai ter que se encaminhar para algumas propostas, de imediato, propostas práticas para serem encaminhadas, para serem usadas, como essa questão da infiltração e do pagamento a testemunhas; como a assistência para testemunhas, réus colaboradores e até mesmo, eventualmente, testemunhas.

Para finalizar, Sr. Presidente, quero me referir a um outro aspecto, inclusive pedindo a colaboração de V. Ex^{as}: a primeira é sobre a escolta; a outra é sobre uma afirmação; e a terceira é sobre um questionamento. Hoje, o crime do roubo de carga é de inteligência, é organizado, é um crime que compensa, porque ele alimenta outros crimes, além de haver a impunidade. Em função de tudo isso, ele ocorre invariavelmente no caminho de trânsito de um Estado para o outro; quer dizer, a carga do Rio Grande do Sul é roubada em São Paulo, ou a de São Paulo é roubada em Goiás. Aí, tu pedes para a Polícia de São Paulo investigar? A polícia não vai e nem pode; e quando pode, não vai. Pede para a de Goiás – e aí não tem interesse. Eles dizem: "Foi aqui? Quem sabe, não é gente de lá que veio para cá?" Então, eu tenho noção disso.

Resultado, ficamos esperando por quem não ficou de vir, ficamos na beira da estrada "com a boca escancarada, cheia de dentes, esperando a morte chegar". Então, é isso que acontece nesse episódio. E não adianta também ficar amaldiçoando a escuridão; quer dizer, temos que acender uma vela, procurar uma saída para essa questão.

É por isso que interpreto que roubo de carga, diante de todas essas questões, de ser um crime organizado, um crime de inteligência, um crime que fica impune, que alimenta outros crimes, que gera o narcotráfico, porque o caminhão é sobra do roubo de carga, hoje é sobra, o filé *mignon* sobra, porque muitas vezes o caminhão é mais do que a carga e vai para o tráfico de drogas. Um caminhão que vale US\$100 mil, é vendido por US\$30 mil, no Paraguai; de lá é trazida a droga, que é vendida por US\$300 mil aqui. Então, que o crime do roubo de cargas passasse a ser um crime federal; que ele fosse investigado pela Polícia

Federal, porque, como não pode ser investigado pela Polícia de São Paulo em Goiás, não pode ser investigado pela Polícia do Rio Grande do Sul em São Paulo, daqui a pouco isso facilitará o trabalho da própria polícia, dos maus policiais entrarem no esquema, porque sabem que ninguém vai investigar. Agora, na hora em que tiver a Polícia Federal agindo com respeito, com credibilidade e com a estrutura que ela ainda deve receber, e na medida em que nós dermos mais encargos – e, com certeza, nós vamos nos esmerar para oferecer a melhor estrutura de ação à Polícia – nós vamos, finalmente, poder ver esses crimes serem investigados.

Hoje, o roubo de cargas no Brasil, via de regra, não é investigado. Há exceções? Sim. Mas, via de regra, não é investigado como deveria ser. O Estado, hoje, no que se refere ao crime de roubo de carga, em termos de ação efetiva, cumpre tão-somente uma tarefa: o de fazer o registro da ocorrência do roubo de carga. Infelizmente, nada, absolutamente nada mais do que isso.

O SR. ROBERTO MIRA – Olha, V. Ex^a está muito bem informado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – V. S^a me permite?

O SR. POMPEO DE MATTOS – Claro, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Acho que não poderia estar interrompendo toda a hora, mas isso está mexendo com a alma da gente. Eu sei o trabalho que V. Ex^a teve na CPI do Narcotráfico, cujas discussões acompanhei muito pela televisão. Realmente, o crime organizado é como uma empresa em atividade: tem todos os seus segmentos. E aprendeu-se com as organizações terroristas subversivas a importância da compartimentação da atividade de cada setor no crime organizado, até para que, se for preso um segmento – o que rouba ou o que entrega –, ele não saberá a quem apontar para o desmonte total da quadrilha. Então, o aspecto da infiltração é muito sério. Há um projeto que já foi relatado e estava em plenário para a infiltração no narcotráfico, que há mais de um ano que o Governo não permite que ande. Então, temos um outro aspecto: o roubo de carga é transnacional, e não há dúvida de que ele hoje corre fronteiras. Existe uma secretaria de segurança junto ao Ministério da Justiça. Então, a proposta em que sempre se insiste é um tipo de Polinter, uma polícia estadual só para informações, para que ela possa funcionar como a Interpol o faz nos casos internacionais. Mas é difícil, porque todo mundo acha assim:

"Para o Senhor ter uma idéia, ele falou em Miracatu. Se a ocorrência for em Miracatu, às vezes não vai nem para a Divicar, fica lá, no distrito de Miracatu, uma carga de não se sabe quanto." Ela não sai do município, que, *ratione loci*, em razão do lugar, o aspecto judiciário faz com que o inquérito seja lá. Quando se fala em alguns tipos de ações em que, 10 dias depois, vai para uma divisão especial, e hoje as secretarias de segurança estão descentralizando, não sei se na razão direta de não ter um incômodo maior, porque, quando você concentra e faz uma investigação que tenha uma abrangência maior, você tem os números exatos do que ocorre, e, descentralizando, praticamente, eles têm dificuldade até para saber se houve ou não houve. Não é isso, Coronel? Então, não sei se há uma segunda intenção pela incapacidade que as secretarias, através de suas polícias, têm de investir. Porque isso é investir, você dar para um departamento especializado como esse Divicar, que, às vezes, é ajudado pelas companhias de seguro e realiza um bom trabalho. O Bittencourt é um delegado "de mão cheia" – trabalhamos juntos –, que tem uma qualificação espetacular e se esforça. Não tem dia, não tem noite, e trabalha. Mas, se não tiver meios, é difícil. Hoje, se você conseguir infiltrar alguém, e ele for preso com a quadrilha, ele está autuado em flagrante também, porque a legislação não o protege, ao contrário do que acontece nos Estados Unidos e em outros países.

O SR. POMPEO DE MATTOS – É isso que temos que apressar, para parar de ficar tapando o sol com peneira.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas não anda mais nem com a faca nas costas.

O SR. ROBERTO MIRA – Eu gostaria de complementar, dizendo o seguinte: há necessidade de que nós – eu, particularmente, que tenho visitado os Estados próximos a São Paulo, inclusive estive até na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, onde fui fazer uma palestra sobre esse assunto, em que fui questionar...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Com o Ápio?

O SR. ROBERTO MIRA – Isee, o Deputado Ápio foi o nosso... E o que a gente nota e que falta uma integração entre as polícias, não existe essa integração. E temos pedido a todos os Secretários de Segurança e Governadores que criem a delegacia especializada em roubo de carga. Nós hoje, no País, temos apenas oito. Se conseguíssemos que os estados criassem essas delegacias especializadas, poderíamos, num segundo momento, formar uma integração dessas

delegacias com isto que o senhor disse: com inteligência de informação. Esse seria o caminho. Entretanto, nunca podemos esquecer que o projeto de lei do senhor precisa ser imediatamente regulamentado e colocado em prática. Ali há detalhes, como, por exemplo, no art. 8º – fomos nós, inclusive, que demos essa sugestão ao senhor –, todo motorista trafegando pelas estradas, ao ser parado pela Polícia Rodoviária tem que apresentar sua carteira profissional, com sua fotografia, com todos os dados dele, que deve ter seu nome nos documentos das cargas. Toda transportadora tem um manifesto de todas as suas cargas, onde estão relacionadas as notas fiscais. No manifesto da carga deve constar o nome do motorista, que tem que ser o condutor do caminhão. Ele não é o dono do caminhão. Tem que ter a matrícula-termo ou a carteira profissional assinada. Por esse documento, podemos vincular o motorista, o caminhão e a carga. Mas, infelizmente, hoje isso não existe.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Só aproveitando a oportunidade, Sr. Presidente, é importante e oportuno que V. Exª, como Presidente desta CPI, encaminhe ao Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Michel Temer, uma moção ou uma recomendação para que esse projeto de lei de minha autoria tramite em urgência urgentíssima. Este projeto já foi aprovado nas Comissões de Transporte e de Relações Exteriores e se encontra agora em uma fila, pela ordem de chegada das matérias. Faço essa solicitação por considerar essa matéria da mais alta relevância.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Após os depoimentos, votaremos e, se aprovado pelo Plenário, adotaremos as providências cabíveis.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Apenas para informar a V. Exª, quero dizer que não conheço o projeto do colega, mas também apresentei um projeto exatamente nessa mesma linha de raciocínio. Também tenho um caminhão e a polícia exigia que eu desse uma declaração de que o caminhoneiro estava autorizado a trafegar com aquele caminhão.

O SR. ROBERTO MIRA – A matrícula-termo.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Exatamente.

O SR. ROBERTO MIRA – Temos que ressuscitar a nossa antiga matrícula-termo, que era a autorização do dono do caminhão para aquele motorista dirigir.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Depois cancelaram. Não estavam pedindo mais.

Então, apresentei um projeto de lei propondo mais do que a antiga matrícula-termo, mas que fosse

emitido um documento pelo Detran. O dono do caminhão, ao entregar o caminhão, entregaria também um documento emitido e reconhecido pelo Detran, ou seja, um documento oficial daquele órgão atestando que tal motorista está autorizado a trafegar com aquele caminhão. Deve estar, então, com a carteira de motorista e com o documento, com a placa do caminhão, enfim, com a identificação. Não basta apresentar a carteira. Tem que apresentar os dois documentos.

A falta desse documento fez com que se aumentasse muito o roubo de caminhão. A carga também é roubada, mas é o caminhão que é levado para o Paraguai para ser trocado por drogas. Nesse ínterim, o caminhão é, às vezes, parado por duas ou três vezes. Uma pessoa, após a CPI, foi parada duas ou três vezes, mas deu carteiraço, carteiraço e carteiraço e foi embora. Passou e ninguém o molestou nesse caminho todo. Agora, se tivesse que apresentar os dois documentos, não teria tido condições, teria sido pego e, quem sabe, também a quadrilha. Quer dizer, temos que ressuscitar esse documento, só que tem que ser público e emitido pelo Detran. Apresentei um projeto de lei dessa natureza e nessa direção.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Vamos tomar cuidado, porque agora podem acabar seqüestrando e levando o motorista para poder apresentar a carteira na passagem.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Isso já ocorre, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Temos que acabar com a rede de receptação do fim para o começo, senão ficaremos navegando em águas turvas. A rede de advogados, a estrutura das quadrilhas, tudo é sustentado e alimentado pelo receptor, pois apenas ele tem interesse real de que essa carga chegue ao destino, que não é o da própria entrega. Se atacarmos, então, do fim para o começo, talvez consigamos algum sucesso. Temos que pressionar a polícia para que o destino da carga seja investigado. Ninguém investiga o destino da carga. Se identificarmos uma geladeira roubada em uma loja, praticamente, não há como não identificar quem a vendeu.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O caminho é inverso.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – É inverso.

Vamos, agora, ao Deputado Sílvio Torres.

O SR. SÍLVIO TORRES – Sr. Presidente, gostaria de me manifestar na dupla condição de transportador e de Deputado. Também sou transportador de

carga. Nessa condição, corroboro com tudo o que foi dito pelos representantes do setor, porque de um modo muito fiel, acho que espelharam a angústia por que passa os transportadores de carga e os empresários. Realmente, vêm acumulando insucessos, problemas, dificuldades e caminham para uma situação muito mais difícil, conforme o Dr. Mira teve oportunidade de dizer, com o fechamento de postos de trabalho, com o abandono da atividade e assim por diante.

Como membro da Comissão, primeiro eu queria dizer que, a meu ver, fui contemplado também, nas minhas dúvidas, sobre vários pontos que eu havia assinalado aqui pelos Deputados que me antecederam. Creio que podemos ter hoje um diagnóstico muito amplo, bem amplo da situação do roubo de carga, especialmente sobre o ponto de vista dos empresários do setor.

Vamos ter novos depoimentos sobre empresários e de empresários; mas, principalmente, acho que agora vamos nos preocupar em ouvir depoimentos dos setores que estão envolvidos nesse problema que estamos tentando minimizar por meio de uma CPI. Vamos ouvir a Polícia, os concessionários de estrada; vamos ouvir as seguradoras e os corretores sobre aquilo que já foi feito ao longo do tempo, talvez de uma forma menos organizada, de uma forma mais aleatória, de uma forma setorializada. Talvez possamos, por meio desta CPI, fazer confluir todas as informações e, a partir daqui, começar a procurar resultados para essa questão.

Acho que a experiência adquirida pela CPI do Narcotráfico vai dar-nos condição de fazer um trabalho mais dinâmico e mais rápido.

Não sei se é apenas o Deputado Pompeo, membro da Comissão do Narcotráfico, que está presente ou se há mais algum Deputado que não compareceu hoje.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Há. Eu acho que ainda não...

O SR. SÍLVIO TORRES – Mas acho que a troca de informações e a troca de experiências vão facilitar o nosso trabalho nesse sentido.

Espero que não tenhamos que demorar muito tempo para começar a apresentar resultados, apresentar sugestões. Não é preciso esperar a conclusão do relatório, inclusive.

Acho que o projeto de lei do Deputado Mário Negromonte precisa ser colocado em votação de forma urgente, urgentíssima. Creio que essa já é uma providência que a CPI pode tomar, e outras sugestões aqui levantadas poderão ser encaminhadas pelo

Presidente e pelo Relator às autoridades. Se houver outros projetos de lei, também no mesmo sentido.

A meu ver, ao mesmo tempo que levantamos os problemas, vamos tomando iniciativas. Eu queria dar essa sugestão ao Presidente.

No mais, acho que já estamos muito avançados no tempo, Sr. Presidente, mas eu queria deixar uma sugestão sem que isso se constitua uma crítica; ou melhor, pode ser uma crítica construtiva. Creio que precisávamos organizar audiência pública, porque vamos ter muitas daqui para frente. Dessa forma, os Deputados poderão ter o tempo limitado para expressar as suas dúvidas e, da mesma forma, os convidados poderão falar objetivamente sobre as questões levantadas. Dificilmente teremos oportunidade de ficar até as 18 horas sem que uma sessão ou do Senado, ou da Câmara tenha iniciado. Com isso, poderiam ser prejudicados os nossos trabalhos. Mas, obviamente, é mais uma sugestão.

V. Ex^a tem experiência em relação à questão e também na condução dos trabalhos. O modo muito generoso com que V. Ex^a o conduz certamente tem a nossa aprovação total.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Entendo as angústias, mas é difícil cercar, porque às vezes a pessoa vem preparada para uma série de questionamentos e discute-os. Porém, poderíamos agir da seguinte forma: feita a pergunta por um Deputado, não haveria a necessidade de um outro repeti-la. Se estiver ausente, chegará depois; ouvirá a pergunta e, então, o próprio interpelado não precisaria mais respondê-la, porque ela já estaria consignada em Ata.

O SR. SÍLVIO TORRES – Falei na questão do tempo porque eu tive...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Perfeito!

O SR. SÍLVIO TORRES – Tive a oportunidade de marcar o tempo. O Senador demorou quase 30 minutos na sua questão.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – É verdade. Às vezes, a pessoa faz o questionamento, vai embora e, depois, vem a seqüência, mas nós vamos adequando, aí, chamando à consciência de cada um para que nós possamos ter tempo.

Eu pediria a V. Ex^a que deixasse, depois, todos os dados do Projeto. Eu acredito que a aprovação da proposta feita por V. Ex^a é unânime e encaminharemos ao Presidente da Câmara uma moção, pedindo urgência. A Secretaria já tomará providências.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – É o PL nº 187, de 1997.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Concedo a palavra ao Deputado Mário Negromonte.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Sr. Presidente, eu acho que a presença dessas autoridades do setor é de fundamental importância para esta CPI. A CPI é que vai desvendar todo o crime e todo o roubo de cargas neste País. Eu também confio que será a CPI, mas, agora, passo a bola para eles. Como eles depositam confiança na CPI, nós temos que fazer essa parceria. São eles que conhecem, com profundidade, todo o sistema. Nós temos certeza que há autoridades envolvidas. Por quê? Porque é impune. É crescente porque é impune, e se é impune, tem autoridades, e se tem autoridades, V. Ex^{as} conhecem, V. Ex^{as} sabem e é necessário que a CPI tenha nomes – se é Polícia Rodoviária Federal, se é Polícia Civil, se é Polícia Militar, se é a Secretaria da Fazenda, porque os inquéritos nunca são conclusos.

Ora, nós só podemos desvendar, nós só podemos ir atrás do receptor se nós tivermos esses dados e V. Ex^{as} é que conhecem, V. Ex^{as} é que sabem. Então, é importante, inclusive, nós conversarmos.

Eu conversava com o Deputado Oscar Andrade para que se instale de imediato – inclusive já foi feito um requerimento – o Disque Denúncia de roubos e furtos de cargas. Já está aí o requerimento para que informemos o telefone à sociedade, para que haja a comunicação por parte da sociedade.

Existe uma expectativa muito grande por parte da sociedade. Por quê? Em primeiro lugar, o seguro está sendo crescente – o valor do faturamento passou de 3 para 10%. Ora, a sociedade precisa saber quem paga é ela, porque o seguro das mercadorias, certamente, está sendo repassado para os preços das mercadorias. Então, é importante que eles tenham conhecimento de que esse roubo de carga interessa, também, à sociedade ser desvendado, porque está-se pagando um preço alto. Precisamos buscar a cumplicidade da sociedade para fazermos um alerta e até, se for necessária, uma propaganda nacional de alerta. Tem que se fazer. Com esse Disque Denúncia, com a participação de V. Ex^{as}, nos informando e instrumentalizando esta CPI, não tenho dúvidas de que nós vamos chegar ao veredicto final. Não tenho dúvida, porque nós sabemos que é crescente porque é impune, e nós sabemos que tem autoridades envolvidas. Nós queremos nomes. Não adianta passarmos noites e dias, aqui, sem termos nomes, dados e fatos e eu sei que V. Ex^{as} têm e é importante que se passe, daqui, com o Coronel já com os dados, para nos debrecarmos sobre isso.

Isso é uma verdadeira afronta para a sociedade, quer dizer, policiais ou autoridades que praticam crimes e ficam impunes, neste País. Isso é uma demonstração do enfraquecimento da nossa democracia. Não existe comando. Esta coisa de aparelhamento da polícia, o nosso projeto já contempla, porque nem o equipamento que se coloca nos caminhões, nem o policiamento particular que é colocado surtem efeito.

Chegam a dizer que, talvez, exista parceria até com funcionários das próprias transportadoras, que são os primeiros a serem interrogados. Quer dizer, é uma "igreja" muito bem montada que precisa ser desvendada. E acredito que esta CPI comandada por V. Ex^a, Senador Romeu Tuma, sem dúvida, chegará ao final, contemplando principalmente a sociedade.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Perfeito.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Eu gostaria apenas de fazer duas perguntas. Em primeiro lugar: os seguros são repassados para os preços da mercadoria? E segundo: se os equipamentos de rastreamento – essa localização dos veículos por satélite –, se já existem diversas empresas e se têm surtido efeito.

O SR. ROMEU NATAL PANZAN – O senhor falou de "passar a bola" para as transportadoras. Essa bola está conosco há muito tempo, desde 1990, e estamos sozinhos nessa seara.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Digo em termos de ajuda de informações.

O SR. ROMEU NATAL PANZAN – As informações que temos estamos entregando. Não temos o poder de investigação. Outros convidados virão, seguradoras que fazem os inquéritos, aquelas que providenciam os inquéritos, elas têm mais elementos para colocar.

Mas eu gostaria, rapidamente, de colocar e elencar o que o setor já se posicionou sobre o roubo de cargas. Desde 1990, o nosso sindicato, a nossa federação e a NTC* vêm desenvolvendo ações de todos os foros possíveis, buscando soluções para a problemática do roubo e do furto de cargas.

Ações desenvolvidas: reuniões, encontros com autoridades federais, estaduais, Ministros de Estado, Governadores, Secretários de Segurança, Parlamentares e outros, em vários Estados da Federação; com ênfase em São Paulo; reuniões com encontros com entidades de classe e setores industriais e embarcadores – que também participassem e nos ajudassem –; reuniões, encontros, palestras com entidades e empresários do setor transportador; criação de uma

assessoria de segurança, em 1994, gerando todas essas estatísticas; criação do grupo de trabalho ao combate ao roubo de carga; patrocínio da visita dos magistrados italianos (Operação Mãos Limpas); patrocínio do primeiro encontro de policiais no combate ao roubo de cargas, em 1995; participação decisiva na implantação do Procarga, em São Paulo, em 1997; promoção de cursos de segurança para os nossos motoristas; participação em debates e entrevistas com a mídia; ligações permanentes com organismos da Polícia Civil e Militar, em particular com a Delegacia de Furto e Roubo de Cargas, em São Paulo, no trato dos assuntos pertinentes; pesquisa permanente dos equipamentos de segurança, checados ao mercado que melhor atenda os interesses do setor; elaboração periódica de estatísticas e relatórios sobre roubos e furtos de carga, em particular com o Estado de São Paulo; apoio financeiro e implantação do "disque-denúncia" em São Paulo, através do Instituto de São Paulo Contra a Violência. As nossas entidades – Federação e sindicatos –, mais a Federação do Comércio, a Fenaseg (das seguradoras), e a Fiebs estão engajadas para dar suporte para criar o "disque-denúncia" em São Paulo...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Temos "disque-denúncia"?

O SR. ROMEU NATAL PANZAN – Estamos implantando. Já teve o aval do Governador do Estado; está faltando recurso, que estamos conseguindo através dos nossos associados.

No trato diário, a Assessoria de Segurança presta apoio ao setor no encaminhamento imediato às autoridades dos comunicados dos roubos recebidos, na checagem de funcionários a serem contratados, no assessoramento e gerenciamento de risco. Dessa forma que o setor tem se posicionado.

Quanto à colocação de se o gerenciamento de risco resolve o problema, esses GPSs são mais para logística das empresas. Então, temos que desenvolver alguns tipos de cercas eletrônicas sobre os nossos caminhões, se eles têm um trajeto definido, mas ele é deficiente em algumas áreas. Hoje, o roubo de carga já sabe disso. Se engata um caminhão em uma carreta, ele rouba o cavalo mecânico, desengata o cavalo, engata na outra carreta e segue o seu destino; não tem como pegar.

O senhor perguntou se a sociedade está pagando a conta. Em termos; acho que quem está pagando hoje a conta é o transportador, porque, quando pedimos uma ordenação do sistema, há muita gente fazendo o transporte sem condições. Então o mercado

está oferecendo mais transporte do que o volume a ser transportado. Há uma disputa muito grande, e não conseguimos reajustar nossos preços há muito tempo. Temos uma defasagem, apresentada ultimamente, de 44,03% de custo, com uma inflação de 5%, que foi fechada no ano agora. Como temos condição de passar esse custo para o mercado? Temos restrição para passar em São Paulo, temos rodízio municipal. O rodízio estadual foi limitado agora. Temos o problema de cargas perigosas. Temos o problema do trânsito violento. É uma vergonha o aumento do pedágio. Agora, em julho, virá um aumento de 14%, com uma inflação de 5,44%. Os combustíveis hoje não representam tanto no peso do transporte, somente em trajetos longos. O maior custo para nós hoje é pedágio – é mais alto do que combustível. Então não se está repassando para a sociedade, e as companhias impõe para nós uma série de restrições, de equipamentos, de escoltas. Se não fizermos, as nossas cargas não estão acobertadas. Não está passando para a sociedade. Acho que ela também tem um pouco de culpa.

O SR. SILVIO TORRES – Queria agregar um argumento que acho que é importante que seja colocado aqui na Comissão. O que está acontecendo, na verdade, é que o embarcador está diminuindo os custos; ele está às custas dos transportadores, quando deveriam, tanto os encargos de pedágios como os de seguro, ser agregados aos custos dele. Mas, por outro lado, ele não está repassando à sociedade esse custo que ele diminui da sua produção ou da sua distribuição. Então, com isso, às vezes, passa-se uma idéia de que o transportador está querendo um benefício para ele, quando, na verdade, está querendo recuperar um prejuízo que está sendo obrigado a assumir por conta de todas essas questões que foram levantadas. Seria interessante ressaltarmos isso.

O SR. ROMEU NATAL PANZAN – Quando o senhor pede nomes de receptoras, não temos o poder de investigação, mas, em cada esquina ou farol de São Paulo, encontram-se pessoas vendendo produtos sem origem nenhuma. Quer dizer, estaria por aí o caminho de se fazer o inquérito ou a fiscalização. Não temos esse poder, mas em cada esquina também a sociedade quer tirar vantagem. Quando ela encontra um produto mais barato no camelô, ela compra, não quer saber a origem. Acho que a sociedade toda tem que se conscientizar que, no roubo de cargas, todos nós temos uma pequena participação e que precisamos auxiliar nesse sentido.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Vou colocar em votação os requerimentos. Requerimento do

Deputado Oscar Andrade, que quer colocar à disposição o Disque Denúncia.

Colocamos em votação. Acho que é vontade de todos. (Pausa)

Considero-o aprovado.

A Secretaria vai providenciar o Disque Denúncia do Senado para ser transferido para a CPI rubricar.

Requerimento da Deputada Telma de Souza, para que sejam convidados para futuras audiências o presidente de todas ou ao menos das principais companhias docas do Brasil ou de suas similares.

Coloco em votação.

Em discussão. Se todos considerarem...

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Sr. Presidente, pela ordem. Queria um esclarecimento: já temos uma agenda definida de audiências públicas com nomes. Não pude comparecer à última reunião e não recebi também.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Já há uma agenda pronta, e o Deputado Oscar levantou aqui o problema das Festas Juninas, para que não haja coincidência, pensando nos Deputados do Nordeste.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – A partir do dia 20 já fica complicado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Podemos alterar. Depois, os senhores mesmos podem sugerir.

Em votação. (Pausa)

Aprovado.

Requerimento, também da Deputada Telma de Souza, convidando o Dr. José Paulo Bisorse, Secretário de Segurança Pública do Rio Grande do Sul.

Em votação. (Pausa)

Aprovado.

Deputado Pompeo de Mattos, juntando o jornal **Zero Hora**, em que a matéria faz referência à cobrança de resgate de caminhões por quadrilhas que agem no Rio Grande Sul. Então, pede que ela seja investigada.

Coloco em votação.

Vamos ver como vamos encaminhar essa investigação e solicitar informações à polícia local, à Secretaria de Segurança, para saber se foi investigado e o seu resultado. (Pausa.)

Aprovado.

Há ainda uma moção do Deputado Mário Negromonte, no PL nº 187, para que manifestemos, junto à Presidência da Câmara, Deputado Michel Temer,

uma moção para pedir urgência urgentíssima na colocação em votação do projeto mencionado por S. Ex^a.

Acho que isso é unânime.

Pediria à secretaria que providenciasse o expediente para ser encaminhado.

O SR. OSCAR ANDRADE – Queria sugerir ao Deputado Mário Negromonte que pedíssemos a urgência no plenário da Câmara também, conversando com as Lideranças.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Acho que as Lideranças partidárias poderiam também ser estimuladas a isso. Faremos isso até amanhã e já encaminharemos com cópia para V. Ex^a.

Dia 6 haverá reunião, no mesmo horário, com convite a Eduardo Ferreira Rebúcio, Presidente do Sindicato das Empresas de Carga do Rio; Clóvis Nogueira Bezerra, do Ceará; Osmar Ricardo Labis, de Blumenau, Santa Catarina; e Saulo Ivo Lambe, de Foz do Iguaçu.

Quanto à possibilidade dessa reunião sigilosa, haveria duas hipóteses: ou deixaríamos as autorida-

des que nos assessoram, o delegado, etc., para conversar com eles mais informalmente; ou a realizáremos com a presença dos Deputados, que não sei se teriam alguns compromissos, e, posteriormente, faríamos uma reunião de serviço em que S. Ex^{as} apresentariam um relatório a respeito das informações que conseguiram colher; ou faremos uma reunião reservada com a presença de todos.

Fica a critério de V. Ex^{as}.

Então, a proposta ficaria ao Relator, com os assessores e os delegados que aqui estão, que poderiam conversar, até questionando algumas coisas mais objetivas para investigação. Depois, daríamos a informação numa reunião de serviço. O que os V. Ex^{as} acham? Há algum constrangimento?

O SR. OSCAR ANDRADE – Entendo, Sr. Presidente, que as informações devem ser fornecidas ao Relator e aos delegados.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Então, pediríamos a saída de todos.

(Levanta-se a sessão às 18h20min.)

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

PRESIDENTE: Senador GILBERTO MESTRINHO (PMDB/AM)

1º VICE-PRESIDENTE: Deputado JOVAIR ARANTES (PSDB/GO)

2º VICE-PRESIDENTE: Senador ROMERO JUCÁ (PSDB/RR)

3º VICE-PRESIDENTE: Deputado JOÃO COSER (PT/ES)

Relator-Geral do Orçamento: Deputado CARLOS MELLES (PFL/MG)

DEPUTADOS

TITULARES		SUPLENTE	
PFL			
ANTÔNIO C. KONDER REIS		1 - JOÃO RIBEIRO	
JAIME MARTINS		2 - LUÍS BARBOSA	
CÉSAR BANDEIRA		3 - PAULO MARINHO	
JORGE KHOURY		4 - SÉRGIO BARCELLOS	
JOSÉ LOURENÇO		5 - ZILA BEZERRA	
ÁTILA LINS		6 - AROLDO CEDRAZ	
LAEL VARELLA		7 - DEUSDETH PANTOJA	
LAURA CARNEIRO		8 - VAGO	
NEUTON LIMA		9 - LUCIANO CASTRO	
OSVALDO COELHO		10 - CIRO NOGUEIRA	
PAES LANDIM		11 - FRANCISCO GARCIA	
PAULO BRAGA		12 - ARACELY DE PAULA	
SANTOS FILHO		13 - JOSÉ CARLOS COUTINHO	
WILSON BRAGA		14 - JOSÉ THOMAZ NONÔ	
PMDB			
ARMANDO ABÍLIO		1 - DARCÍSIO PERONDI	
DAMIÃO FELICIANO		2 - JOSÉ BORBA	
FREIRE JÚNIOR		3 - JOÃO HENRIQUE	
JOSÉ CHAVES		4 - JORGE ALBERTO	
JOSÉ PRIANTE		5 - MILTON MONTI	
OSVALDO REIS		6 - MÚCIO SÁ	
PEDRO CHAVES		7 - NORBERTO TEIXEIRA	
RENATO VIANNA		8 - OLAVO CALHEIROS	
SILAS BRASILEIRO		9 - PEDRO NOVAIS	
WALDEMIR MOKA		10 - VAGO	
WILSON SANTOS		11 - RICARDO NORONHA	
EUNÍCIO OLIVEIRA		12 - ALCESTE ALMEIDA	
PSDB			
ALBERTO GOLDMAN		1 - JOÃO ALMEIDA	
BASÍLIO VILLANI		2 - FÁTIMA PELAES	
JOÃO LEÃO		3 - PEDRO CANEDO	
NÁRCIO RODRIGUES		4 - RAIMUNDO G. MATOS	
PEDRO HENRY		5 - MÁRIO NEGROMONTE	
JOVAIR ARANTES		6 - MARCUS VICENTE	
ANIVALDO VALE		7 - B. SÁ	
PAULO FEIJÓ		8 - JÚLIO SEMEGHINI	
SÉRGIO GUERRA		9 - RICARTE DE FREITAS	
ROMMEL FEIJÓ		10 - LÍDIA QUINAN	
ROBERTO ROCHA		11 - DANILO DE CASTRO	
PAULO MOURÃO		12 - ALEXANDRE SANTOS	

DEPUTADOS

TITULARES

SUPLENTE

PT

BEN - HUR FERREIRA
CARLITO MERSS
FERNANDO MARRONI
JOÃO COSER
JOÃO FASSARELLA
JORGE BITTAR
VIRGÍLIO GUIMARÃES

1 - ANTONIO PALOCCI
2 - PEDRO CELSO
3 - JOSÉ PIMENTEL
4 - GILMAR MACHADO
5 - JOÃO PAULO
6 - LUIZ SÉRGIO
7 - JOÃO GRANDÃO

PPB

ALMIR SÁ
CLEONÂNCIO FONSECA
IBERÊ FERREIRA
MÁRCIO REINALDO MOREIRA
NELSON MEURER
ROBERTO BALESTRA
VADÃO GOMES

1 - JOÃO TOTA
2 - ELISEU MOURA
3 - PEDRO CORRÊA
4 - DR. BENEDITO DIAS
5 - RICARDO BARROS
6 - VAGO
7 - VAGO

PTB

FÉLIX MENDONÇA
JOSÉ CARLOS ELIAS
FERNANDO GONÇALVES

1 - EDUARDO PAES
2 - RENILDO LEAL
3 - NELSON MARQUEZELLI

PDT

AIRTON DIPP
GIOVANNI QUEIROZ
EURÍPEDES MIRANDA

1 - POMPEO DE MATTOS
2 - OLÍMPIO PIRES
3 - FERNANDO CORUJA

BLOCO (PSB/PC do B)

SÉRGIO MIRANDA
GONZAGA PATRIOTA
DJALMA PAES

1 - GIVALDO CARIMBÃO
2 - PEDRO EUGÊNIO
3 - AGNELO QUEIROZ

BLOCO (PL/PST/PMN/PSD/PSL)

EIJÁCIO SIMÕES
JOÃO CALDAS

1 - MARCOS CINTRA
2 - VAGO

SENADORES

TITULARES	SUPLENTE
PMDB	
RAMEZ TEBET	1 - MARLUCE PINTO
WELLINGTON ROBERTO	2 - CARLOS BEZERRA
LUIZ ESTEVÃO	3 - ALBERTO SILVA
JOSÉ ALENCAR	4 - GILVAM BORGES
GILBERTO MESTRINHO	5 - NEY SUASSUNA
NABOR JÚNIOR	6 - JOÃO ALBERTO SOUZA ⁽²⁾
MAURO MIRANDA	7 - VAGO
PFL	
MOZARILDO CAVALCANTI	1 - VAGO
MOREIRA MENDES	2 - ROMEU TUMA
EDISON LOBÃO	3 - HUGO NAPOLEÃO
CARLOS PATROCÍNIO	4 - VAGO
JONAS PINHEIRO	5 - VAGO
PSDB	
ROMERO JUCÁ	1 - VAGO
ANTERO PAES DE BARROS	2 - SÉRGIO MACHADO
LUIZ PONTES	3 - LÚZIA TOLEDO ⁽³⁾
LÚCIO ALCÂNTARA	4 - VAGO
BLOCO OPOSIÇÃO (PT/PDT/PSB/PPS)	
EDUARDO SUPLICY	1 - ROBERTO SATURNINO
SEBASTIÃO ROCHA	2 - VAGO
TIÃO VIANA	3 - VAGO
	4 - VAGO
PPB	
LUIZ OTÁVIO ⁽¹⁾	1 - ERNANDES AMORIM

Atualizado em 15/6/2000.

(1) Desfilou-se do PPB, em 15/12/1999.

(2) Licenciado do exercício do mandato, em 22/5/2000.

(3) Afastada do exercício do mandato, em 31/5/2000.

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (Representação Brasileira)

1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA - 51ª LEGISLATURA

PRESIDENTE DE HONRA: SENADOR JOSÉ SARNEY

MESA DIRETORA

CARGO	TÍTULO	NOME	PART	UF	GAB	FONE	FAX
PRESIDENTE	DEPUTADO	JULIO REDECKER	PPB	RS	621	318 5621	318 2621
VICE-PRESIDENTE	SENADOR	JOSÉ FOGAÇA	PMDB	RS	*07	311 1207	223 6191
SECRETÁRIO-GERAL	SENADOR	JORGE BORNHAUSEN	PFL	SC	** 04	311 4206	323 5470
SECRETÁRIO-GERAL ADJUNTO	DEPUTADO	FEU ROSA	PSDB	ES	960	318 5960	318 2960

MEMBROS TITULARES

MEMBROS SUPLENTE

SENADORES

NOME	UF	GAB	FONE	FAX	NOME	UF	GAB	FONE	FAX
PMDB									
JOSÉ FOGAÇA	RS	*07	311 1207	223 6191	PEDRO SIMON	RS	*** 03	311 3230	311 1018
CASILDO MALDANER	SC	#14	311 2141	323 4063	MARLUCE PINTO	RR	** 08	311 1301	225 7441
ROBERTO REQUIÃO	PR	*** 09	311 2401	3234198	AMIR LANDO	RO	### 15	311 3130	323 3428
PFL									
JORGE BORNHAUSEN	SC	** 04	311 4206	323 5470	DJALMA BESSA	BA	# 13	311 2211	224 7903
GERALDO ALTHOFF	SC	### 05	311 2041	323 5099	JOSÉ JORGE	PE	@ 04	311 3245	323 6494
PSDB									
ANTERO PAES DE BARROS	MT	** 24	311 1248	321 9470	GERALDO LESSA	AL	#02	311 1102	323 3571
PEDRO PIVA	SP	@01	311 2351	323 4448	LUZIA TOLEDO ⁽¹⁾	ES	*13	311 2022	323 5625
PT/PSB/PDT/PPS									
EMÍLIA FERNANDES	RS	##59	311-2331	323-5994	ROBERTO SATURNINO	RJ	# 11	311 4230	323 4340

LEGENDA:

* ALA SEN. AFONSO ARINOS	# ALA SEN. TEOTÔNIO VILELA	@ EDIFÍCIO PRINCIAL
**ALA SEN. NILO COELHO	## ALA SEN. TANCREDO NEVES	@ ALA SEN. RUY CARNEIRO
***ALA SEN. ALEXANDRE COSTA	### ALA SEN. FELINTO MÜLLER	*# ALA SEN. AFONSO ARINOS
@@@ALA SEN. DENARTE MARIZ		

(1) Afastada do exercício do mandato, em 31/5/2000.

MEMBROS TITULARES					MEMBROS SUPLENTE				
DEPUTADOS									
NOME	UF	GAB	FONE	FAX	NOME	UF	GAB	FONE	FAX
PFL									
NEY LOPES	RN	326	318 5326	318 2326	MALULY NETTO	SP	219	318 5219	318 2219
SANTOS FILHO	PR	522	318 5522	318 2522	LUCIANO PIZZATTO	PR	541	318 5541	318 2541
PMDB									
CONFÚCIO MOURA	RO	* 573	318 5573	318 2573	EDISON ANDRINO	SC	639	318 5639	318 2639
GERMANO RIGOTTO	RS	838	318 5838	318 2838	OSMAR SERRAGLIO	PR	845	318 5845	318 2845
PSDB									
NELSON MARCHEZAN	RS	# 13	318 5963	318 2963	MARISA SERRANO (*)	SP	225	318 5225	318 2225
FEU ROSA	ES	960	318 5960	318 2960	JOÃO HERRMANN NETO	SP	637	318 5637	318 5637
PPB									
JÚLIO REDECKER	RS	621	318-5621	318-2621	CELSO RUSSOMANNO	SP	756	318 5756	318 2756
PT									
LUIZ MAINARDI	RS	*369	3185369	3182369	PAULO DELGADO	MG	* 268	318 5268	318 2268

LEGENDA:
* GABINETES LOCALIZADOS NO ANEXO III
GABINETES LOCALIZADOS NO ANEXO II

SECRETARIA DA COMISSÃO:
ENDEREÇO: CÂMARA DOS DEPUTADOS - ANEXO II - SALA T/24 - BRASÍLIA - DF - 70160-900
FONE: (55) (061) 318 7436 - 318 7186 - 318 8232 - 318 7433 - FAX: (55) (061) 318 2154
http://www.camara.gov.br (botão de Comissões Mistas)
e mail - mercossul@abordo.com.br
SECRETÁRIO: ANTONIO FERREIRA COSTA FILHO
ASSESSORIA TÉCNICA: Dra. MARIA CLÁUDIA DRUMMOND, Dr. JORGE FONTOURA e Dr. FRANCISCO EUGÊNIO ARCANJO

PREÇO DE ASSINATURA SEMESTRAL

Assinatura DCD ou DSF s/o porte	R\$ 31,00
Porte de Correio	R\$ 96,0
Assinatura DCD ou DSF c/o porte (cada)	R\$ 127,60
Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

PREÇO DE ASSINATURA ANUAL

Assinatura DCD ou DSF s/o porte	R\$ 62,00
Porte de Correio	R\$ 193,20
Assinatura DCD ou DSF c/o porte (cada)	R\$ 255,20
Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

ug = 020002
gestão = 02902

Os pedidos deverão ser acompanhados de Nota de Empenho. Ordem de Pagamento pela Caixa Econômica Federal – Agência 1386-2 PAB SEEP, conta nº 920001-2. Banco do Brasil, Agência 3602-1, conta nº 170500-8, ou recibo de depósito via FAX (0xx61) 224-5450, a favor do FUNSEEP, indicando a assinatura pretendida, conforme tabela de códigos identificadores abaixo discriminados:

02000202902001-3 – Subsecretaria de Edições Técnicas
02000202902002-1 – Assinaturas de Diários
02000202902003-X – Venda de Editais
02000202902004-8 – Orçamento/Cobrança
02000202902005-6 – Venda de Aparas de Papel
02000202902006-4 – Alienação de Bens (leilão)
02000202902007-2 – Secretaria Especial de Editoração e Publicações

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES S/Nº - BRASÍLIA – DF – CEP 70165-900
CGC 00.530.279/0005-49

Obs.: Não será recebido cheque via carta para efetivar assinaturas dos DCN

Maiores informações pelos telefones (0xx61) 311-3812 e (0xx61) 311-3803. Serviço de Administração Econômica-Financeira/Controle de Assinaturas, com José Leite, Ivanir Duarte Mourão ou Solange Viana Cavalcante.



SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Conselhos aos Governantes

Coleção Clássicos da Política

Coletânea de textos de Isócrates, Platão, Kautilya, Nicolau Maquiavel, Erasmo de Roterdã, Miguel de Cervantes, Cardeal Mazarino, Maurício de Nassau, Sebastião César de Meneses, D. Luís da Cunha, Marquês de Pombal, Frederico da Prússia e D. Pedro II, com 841 páginas. Apresentação de Walter Costa Porto.

Preço por exemplar: R\$ 30,00



Conheça nosso catálogo na Internet

www.senado.gov.br/web/seepcat/catalogo.cfm

Para adquirir essa ou outra publicação:

- 1 - Confirme o preço e disponibilidade pelo telefone **(061) 311-3575**;
- 2 - Efetue depósito, no valor total da compra, em nome de **FUNSEEP**, agência **3602-1**, do **Banco do Brasil**, Conta-corrente **170.500-8**, preenchendo o campo "depósito identificado (código dv)/finalidade" com o código **02000202902001-3** (obrigatório);
- 3 - Para sua segurança, mantenha cópia do comprovante do depósito;
- 4 - Encaminhe o formulário abaixo (se necessário, anexe lista das publicações desejadas), acompanhado do comprovante **ORIGINAL** do depósito, para:

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal
Via N2 - Unidade de apoio III - Praça dos Três Poderes
70.165-900 - Brasília - DF

Nome:			
Endereço:			
Cidade:		CEP:	UF:
Publicação	Quantidade	Preço Unit. (R\$)	Preço Total (R\$)



SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Conheça algumas de nossas publicações



O Livro da Profecia – Obra organizada por Joaquim Campelo Marques, com 976 páginas. Coletânea de artigos da lavra de diversos pensadores, artistas, cientistas, escritores e intelectuais brasileiros sobre o século XXI.

Preço por exemplar: R\$ 25,00

De Profecia e Inquisição – Coleção Brasil 500 Anos – Coletânea de textos da autoria do padre Antônio Vieira, referentes ao processo que o Santo Ofício promoveu contra o grande missionário e pregador. Edição alusiva ao terceiro centenário da morte do autor, com 278 páginas.



Preço por exemplar: R\$ 20,00



Da Propaganda à Presidência – Coleção Memória Brasileira – Edição fac-similar da obra de Campos Sales, publicada em 1908. Contém narrativa detalhada a respeito da trajetória do autor, desde os tempos da propaganda republicana até o mandato presidencial, retratando, histórica e analiticamente, o surgimento do pacto político de maior durabilidade do período republicano brasileiro. Com 232 páginas e introdução de Renato Lessa.

Preço por exemplar: R\$ 8,00

Consulte nosso catálogo na Internet: www.senado.gov.br/web/seepcat/catalogo.cfm

Para adquirir uma ou mais publicações:

- 1 - Confirme o preço e disponibilidade pelo telefone **(061) 311-3575**;
- 2 - Efetue depósito, no valor total da compra, em nome de **FUNSEEP**, agência **3602-1**, do **Banco do Brasil**, Conta-corrente **170.500-8**, preenchendo o campo "depósito identificado (código dv)/finalidade" com o código **02000202902001-3** (obrigatório);
- 3 - Para sua segurança, mantenha cópia do comprovante do depósito;
- 4 - Encaminhe o formulário abaixo (se necessário, anexe lista das publicações desejadas), acompanhado do comprovante **ORIGINAL** do depósito, para:

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal
Via N2 - Unidade de apoio III - Praça dos Três Poderes
70.165-900 - Brasília - DF

Nome:			
Endereço:			
Cidade:		CEP:	UF:
Publicação	Quantidade	Preço Unit. (R\$)	Preço Total (R\$)



EDIÇÃO DE HOJE: 152 PÁGINAS